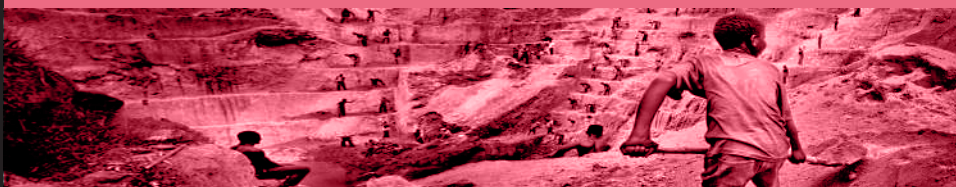


COLECCIÓN GRUPOS DE TRABAJO



Serie Economía, políticas de desarrollo y desigualdades

# PENSAMIENTO CRITICO LATINO-AMERICANO SOBRE DESENVOLVIMIENTO

*Tahina Ojeda Medina*  
*María del Carmen Villarreal Villamar*  
*[Eds.]*







**PENSAMENTO CRÍTICO  
LATINO-AMERICANO SOBRE  
DESENVOLVIMENTO**

Pensamento crítico latino-americano sobre desenvolvimento / Tahina Ojeda Medina... [et al.]; editado por Tahina Ojeda Medina; María del Carmen Villarreal Villamar; prefacio de Manuela D'Avila; prólogo de Acosta, Alberto.  
1a ed - Ciudad Autónoma de Buenos Aires: CLACSO, IUDC-UCM, FAPERJ 2021.  
Libro digital, PDF (Grupos de trabajo)

Archivo Digital: descarga y online  
ISBN 978-987-813-068-2

1. Sociología. 2. América Latina. I. Ojeda Medina, Tahina II. Ojeda Medina, Tahina, ed. III. Villarreal Villamar, María del Carmen, ed. IV. D'Avila, Manuela, pref. V. Acosta, Alberto, prolog.  
CDD 301

Otros descriptores asignados por CLACSO:

Pensamiento crítico / Desarrollo / Economía / Educación / Salud /  
Medio ambiente / Pensamiento decolonial / Buen vivir / Teoría de la  
Dependencia / América Latina

Este libro contó con financiamiento del FAPERJ.  
Los trabajos que integran este libro fueron sometidos a una evaluación por pares.

# **PENSAMIENTO CRÍTICO LATINO-AMERICANO SOBRE DESENVOLVIMENTO**

**Tahina Ojeda Medina  
María del Carmen Villarreal Villamar**  
(Eds.)

Grupo de Trabalho de Cooperação Sul-Sul





## CLACSO

Consejo Latinoamericano  
de Ciencias Sociales

Conselho Latino-americano  
de Ciências Sociais

### Colección Grupos de Trabajo

**Pablo Vommaro** - Director de la colección

### CLACSO - Secretaría Ejecutiva

**Karina Batthyány** - Secretaria Ejecutiva

**María Fernanda Pampin** - Directora de Publicaciones

### Equipo Editorial

**Lucas Sablich** - Coordinador Editorial

**Solange Victory** - Gestión Editorial

**Nicolás Sticotti** - Fondo Editorial

### Equipo

Rodolfo Gómez, Giovanni Daza, Teresa Arteaga, Cecilia Gofman, Natalia Gianatelli y Tomás Bontempo



LIBRERÍA LATINOAMERICANA Y CARIBEÑA DE CIENCIAS SOCIALES

**CONOCIMIENTO ABIERTO, CONOCIMIENTO LIBRE**

Los libros de CLACSO pueden descargarse libremente en formato digital o adquirirse en versión impresa desde cualquier lugar del mundo ingresando a [www.clacso.org.ar/libreria-latinoamericana](http://www.clacso.org.ar/libreria-latinoamericana)

1ª edición en español: *Pensamiento crítico latinoamericano sobre desarrollo* (Madrid: Catarata, 2020).

1ª edición en portugués: *Pensamento crítico latino-americano sobre desenvolvimento* (Buenos Aires: CLACSO / IUDC-UCM / FAPERJ, diciembre de 2021).

ISBN 978-987-813-068-2



CC BY-NC-ND 4.0

© Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales | Queda hecho el depósito que establece la Ley 11.723. La responsabilidad por las opiniones expresadas en los libros, artículos, estudios y otras colaboraciones incumbe exclusivamente a los autores firmantes, y su publicación no necesariamente refleja los puntos de vista de la Secretaría Ejecutiva de CLACSO.

### CLACSO

**Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales - Conselho Latino-americano de Ciências Sociais**

Estados Unidos 1168 | C1023AAB Ciudad de Buenos Aires | Argentina

Tel [54 11] 4304 9145 | Fax [54 11] 4305 0875 | [clacso@clacsoinst.edu.ar](mailto:clacso@clacsoinst.edu.ar) | [www.clacso.org](http://www.clacso.org)



Este material/producción ha sido financiado por la Patrocinado por la Agencia Sueca de Cooperación Internacional para el Desarrollo, Asdi. La responsabilidad del contenido recae enteramente sobre el creador. Asdi no comparte necesariamente las opiniones e interpretaciones expresadas.

# ÍNDICE

## **Manuela D'Avila**

Prefácio à edição brasileira | 9

## **Alberto Acosta**

Prólogo: Das Teorias da Dependência ao Bem Viver: reflexionando para sair da armadilha “do desenvolvimento” | 13

## **Tahina Ojeda Medina e María del Carmen Villarreal Villamar**

Introdução: Origens e evolução do pensamento crítico latino-americano sobre desenvolvimento | 27

## **PARTE 1. IMAGINÁRIOS, VISÕES PÓS-DESENVOLVIMENTISTAS E PERSPECTIVAS DECOLONIAIS SOBRE DESENVOLVIMENTO**

### **Breno Bringel e Enara Echart Muñoz**

Capítulo 1: Imaginários sobre o desenvolvimento na América Latina. Entre a emancipação e a adaptação ao capitalismo | 51

### **Tereza M. Spyer Dulci**

Capítulo 2: Um olhar decolonial sobre o conceito de desenvolvimento | 69

### **Eduardo Paz Rada**

Capítulo 3: Pós-desenvolvimento e Sumak Kawsay | 81

### **Karina Bidaseca**

Capítulo 4: Gênero, feminismos e desenvolvimento na América Latina | 97

## **PARTE 2. PERSPECTIVAS MULTIDISCIPLINARES SOBRE DESENVOLVIMENTO**

### **Gregorio Vidal**

Capítulo 5: América Latina: economia e desenvolvimento | 113



**Maribel Aponte-García**

Capítulo 6: Desenvolvimento e contribuições da teoria  
do comércio internacional para a integração: reflexões  
desde a América Latina e o Caribe | 131

**René Ramírez Gallegos**

Capítulo 7: A economia social do conhecimento:  
uma proposta do Sul em tempos de extrativismo infocognitivo | 145

**Alexandra Agudelo e Alejandra Boni**

Capítulo 8: Educação, comunicação e desenvolvimento: relações e  
contribuições desde a América Latina | 161

**Raúl Delgado Wise**

Capítulo 9: Rumo a uma visão contra-hememônica da relação  
dialética entre migração e desenvolvimento | 173

**Gonzalo Basile**

Capítulo 10: A saúde colonizada pelo desenvolvimento.  
A América Latina e o Caribe entre o pan-americanismo  
e a soberania sanitária regional | 189

**Javier Surasky**

Capítulo 11: Meio ambiente e desenvolvimento:  
da divergência à confluência | 207

Sobre os autores e autoras | 221

# PREFÁCIO À EDIÇÃO BRASILEIRA

Manuela D'Avila

NO CONTEXTO DA PANDEMIA da Covid-19, em que vivenciamos o aprofundamento dos efeitos da crise econômica global, um forte aumento das desigualdades e da violação dos direitos dos mais vulneráveis, bem como da degradação do meio ambiente e das mudanças climáticas, apresentar ao público brasileiro um livro que discute o desenvolvimento a partir do pensamento crítico latino-americano é uma necessidade e um gesto de compromisso com o nosso país, com a nossa região e com o planeta.

Em 2021, o Brasil está registrando recordes de desmatamento. Segundo dados do sistema Deter do Instituto de Pesquisas Espaciais (Inpe), o desmatamento na Amazônia atingiu, em junho de 2021, uma área de 1.061,9 km<sup>2</sup>, o pior índice para esse mês desde o início da série histórica, em 2016. O desmatamento não é o único desafio dos biomas naturais do país. O Brasil também enfrenta outros problemas, como a destruição dos mananciais, a derrubada das florestas, e a seca dos rios. Todos esses fatores afetam a economia e a sobrevivência humana. Além disso, tais fenômenos junto ao atual desmonte do aparato institucional construído para proteger o meio ambiente, contrariam direitos consagrados na Constituição Federal de 1988 que reconhece, por exemplo, nos artigos 23 e 24 a proteção do meio ambiente, o com-

bate a poluição em qualquer de suas formas e a preservação das florestas, a fauna e a flora. Ao mesmo tempo, descumprem o artigo 255 que afirma que: “Todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao Poder Público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações”.

Para pensar apenas na realidade brasileira, no atual governo de Jair Bolsonaro, aos problemas ambientais precisamos adicionar um aumento exponencial da pobreza e das desigualdades, assim como a vulneração dos direitos das mulheres, populações indígenas, quilombolas e periféricas. Cabe, então, se perguntar: Que modelo de desenvolvimento estamos promovendo e como é possível que ele beneficie apenas uma ínfima minoria, enquanto as demandas e necessidades das maiorias continuam sendo desatendidas?

Nesse cenário, o livro “Pensamento crítico latino-americano sobre desenvolvimento”, editado pelas professoras Tahina Ojeda, do Instituto Universitário de Desenvolvimento e Cooperação (IUDC) da Universidad Complutense de Madrid (UCM), e María Villarreal, da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO), apresenta um amplo panorama sobre a produção latino-americana em matéria de desenvolvimento. Como elas afirmam, o pensamento próprio e de caráter crítico sobre desenvolvimento é uma realidade na América Latina e se alimenta tanto da produção intelectual da região como das lutas e reivindicações dos movimentos sociais, das populações indígenas, afrodescendentes, dos movimentos de mulheres etc.

O livro apresenta algumas das pesquisas mais relevantes sobre desenvolvimento na América Latina a partir das contribuições de autores de diversos campos das ciências sociais em oito países: Argentina; Brasil; Bolívia; Colômbia; Equador; Espanha; México e Porto Rico. As contribuições dos capítulos analisam propostas clássicas de cunho econômico como o estruturalismo e a teoria da dependência, com proposições contemporâneas como o Bem Viver (*Sumak Kawsay*) ou Viver Bem (*Suma Qamaña*), derivadas das cosmovisões dos povos indígenas andinos e incluídas nas recentes Constituições do Equador e da Bolívia.

O livro faz uma crítica ao modelo de desenvolvimento hegemônico, ao extrativismo e a degradação do meio ambiente que o caracterizam, assim como a ideia de reduzir a inclusão social ao acesso a bens de consumo individual. Para tanto, os diversos capítulos abordam temas essenciais como os debates sobre economia, comércio internacional e desenvolvimento; os imaginários sobre o desenvolvimento na América Latina; as discussões sobre meio ambiente na região e suas contribuições para repensar o nosso atual modelo de produção e con-

sumo, e os vínculos entre migrações e desenvolvimento; assim como entre feminismos, gênero e desenvolvimento, com ênfase nas relações Sul-Sul. Outros temas também analisados no livro são as propostas decoloniais e de pós-desenvolvimento amplamente debatidas na região e as contribuições latino-americanas de campos como a educação e a comunicação para pensar em alternativas ao atual modelo de desenvolvimento. Finalmente, no contexto da pandemia de Covid-19, destaca também o capítulo sobre saúde e desenvolvimento que aborda os debates regionais sobre o tema e a necessidade de potenciarmos a cooperação regional e a soberania sanitária.

Para além da crítica ao atual modelo de desenvolvimento e aos perigos de colapso sistêmico e extinção que ele comporta, o livro apresenta também as lutas, conflitos e propostas alternativas que estão sendo construídas na América Latina, ao passo que aponta caminhos para a construção, como dizem nossos irmãos zapatistas “de um mundo onde caibam muitos mundos”. Tais propostas, confirmam a tese do intelectual indígena brasileiro Ailton Krenak, que no seu recente livro *O Amanhã não está a venda*, diz que as mudanças “já estão em gestação”. Aprendamos, portanto, que se trata de uma luta coletiva que começa hoje e onde o diálogo com nossas irmãs e irmãos latino-americanos só nos enriquece. Boa leitura!



PRÓLOGO

**DAS TEORIAS DA DEPENDÊNCIA AO BEM  
VIVER: REFLEXIONANDO PARA SAIR DA AR-  
MADILHA “DO DESENVOLVIMENTO”**

Alberto Acosta

*“Após longa observação dos fatos e muita reflexão, tenho me convencido de que as grandes falhas do desenvolvimento latino-americano carecem de solução dentro do sistema prevalecente. É preciso transformá-lo. O sistema apresenta serias contradições: prosperidade, e às vezes opulência, em um extremo, e persistente pobreza no outro. É um sistema excludente.”*

Raúl Prebisch, *Capitalismo periférico: crise e transformação* (1981)

Desde o fim da Segunda Guerra Mundial buscamos o “desenvolvimento” — o filho predileto do assim chamado progresso — esse, por sua vez, convocou a cruzada mais potente em que a Humanidade já participou. Nunca tantas pessoas e tantos governantes, investindo tantos recursos e utilizando tanto tempo, tinham se mobilizado com tanta intensidade e tanta constância, por trás de um objetivo como o “desenvolvimento”, assumido quase como mandato global. Sendo generosos na nossa conclusão, os resultados de tantos esforços são lamentáveis. Não apenas porque desde o início as dificuldades começaram a ficar em evidência, mas porque “o desenvolvimento”, como tem sido comprovado, não existe... E o que ainda é mais grave, neste processo não só foram atropelados os direitos de comunidades e territórios, mas foram minimizadas, ou até mesmo destruídas visões e subjetividades que poderiam ter constituído bases para outros paradigmas e outras evoluções. Para além disso, “*o afã pelo desenvolvimento tem favorecido a brutalidade*”, já que justifica “*o colonialismo, o neocolonialismo e o neoliberalismo*”, como afirma o nigeriano Nnimmo Bassey.

Este é o ponto de partida destas reflexões.

## A ILUSÃO DO “DESENVOLVIMENTO” DUROU POCO

As expectativas do discurso do presidente norte-americano Harry Truman, proferido em 20 de janeiro de 1949, duraram pouco tempo. No Quarto Ponto de seu discurso, propôs um objetivo: o “desenvolvimento”. Truman apelou para a superação da situação oposta: o “subdesenvolvimento”, presente — segundo sua visão — em diversas áreas do planeta, tendo como horizonte mobilizador o “desenvolvimento” dos grandes países industrializados, sintetizado no *american way of life* e carregado de uma enorme quantidade de valores de Ilustração europeia.

Pouco depois dessa mensagem mobilizadora, na evolução da realidade concreta, quando os problemas do “subdesenvolvimento” (uma constatação) não se resolviam, eles começaram a minar a fé no “desenvolvimento” (uma aspiração). Assim, na medida em que suas primeiras políticas teóricas e exercícios fracassaram, se começou a buscar freneticamente alternativas... de “desenvolvimento”. Com o passar do tempo — como Aníbal Quijano justamente destacou — o “desenvolvimento” recebeu sobrenomes para tentar dar-lhe um caráter diferente. Mesmo assim, a bússola continuou em sua direção. Os sobrenomes multiplicaram-se à medida que as complicações emergiram: “desenvolvimento” econômico, social, local, global, rural, sustentável, étnico, em escala humana, endógeno, com equidade de gênero, transformador, inclusivo, mas finalmente “desenvolvimento”. O “Desenvolvimento” — que se tornou uma crença nunca questionada — foi simplesmente redefinido destacando uma ou outra característica. A crítica nunca foi para o “desenvolvimento”, mas para os caminhos a seguir para alcançá-lo.

Nessa empreitada, a América Latina teve um papel de destaque em todas as áreas. Sua contribuição foi especialmente importante para gerar revisões contestatárias ao “desenvolvimento” convencional, como as leituras do estruturalismo ou as diferentes ênfases dependentistas, até atingir outras perspectivas mais recentes, como o neoestruturalismo. Suas críticas foram contundentes. Suas propostas, no entanto, não tiveram sucesso nem conseguiram ser mais do que alternativas de “desenvolvimento”.

A leitura dessa evolução deveria ser feita levando em consideração um cenário caracterizado pelas complexas oscilações da vida política internacional e regional. Assim, vale a pena destacar que o esforço em relação às transformações do desenvolvimento começou nos primórdios da Guerra Fria e foi influenciado pelas repercussões do relatório *Meadows (Os Limites do Crescimento)*, ao passo que incorporou também os impactos da queda do Muro de Berlim e foi além. Sem entrarmos nos meandros dessa mudança por falta de espaço, no final

sabemos que todos os esforços para manter o “desenvolvimento” vivo não tiveram sucesso nem conseguiram obter os resultados esperados. Assim, a confiança no “desenvolvimento” — como um processo planejado para superar o “atraso”— foi quebrada já na década de 1970, com o fracasso da “industrialização via substituição de importações”.

Naquele momento histórico, o “liberalismo voltou”, como disse Raúl Prebisch. Com as reformas neoliberais do mercado, a busca planejada e organizada do “desenvolvimento” (que sempre foi baseada nos interesses do grande capital) — em sentido teórico estrito — teve de dar lugar às forças “todo-poderosas” do mercado. Assim, se tornou dominante uma espécie de política de não planejamento do “desenvolvimento” (também de acordo com os interesses do grande capital). Este processo devia aparecer por geração quase espontânea, desde que o Estado não interferisse “perniciosamente” nem limitasse a liberdade de mercado; uma proposta que obviamente se tornou uma entelúquia. Não podemos esquecer que o Estado — vinculado a vários regulamentos liberalizantes e de abertura comercial emanados dos centros do capitalismo mundial e controlado pelos grupos mais poderosos de cada país — agiu, mais uma vez, como a *mão visível* do sistema capitalista, ou seja, como garantidor da acumulação de capital. Essa abordagem liberal, aliás, não implicava superar a ideologia do progresso — de raízes coloniais — mas exatamente o oposto: o neoliberalismo reproduziu e reproduz um olhar renovado sobre as velhas perspectivas hegemônicas do Norte global.

Os resultados de tantos esforços, mais de sete décadas após o início dessa louca corrida, estão à vista. O progresso material nas condições de vida de grandes segmentos da população não pode ser negado, mas a promessa de erradicar a pobreza, a fome, a desnutrição, as doenças evitáveis e a falta de educação são aspirações impossíveis de serem cumpridas pela maioria da população. As ilusões do consumismo generalizado são desmentidas por frustrações crescentes à medida que aumentam as distâncias entre minorias privilegiadas e grandes massas da população. Com a expansão dos extrativismos se aprofundam os problemas mencionados, ao mesmo tempo em que se agrava a dependência dessas sociedades primário-exportadoras da economia mundial. Como consequência dessa evolução, crescem as desigualdades e as violências, que por sua vez se tornam uma condição necessária para sustentar esse círculo perverso acelerado pela própria busca do “desenvolvimento”.

Essas realidades e problemas já não podem ser ocultados, tanto que mesmo aqueles que fomentaram entusiasticamente o “desenvolvimento” estão cada vez mais cheios de dúvidas; basta notar que a própria Comissão Econômica para a América Latina e Caribe (CEPAL)



diz que o “desenvolvimento” está esgotado, segundo sua Secretária Executiva. Ela vai além e é categórica ao afirmar que o extrativismo também está acabado (Entrevista *El País*, Espanha, 07-02-2020).

Nesse contexto, é cada vez mais aceito que a busca pelo “desenvolvimento” tenha se tornado uma corrida fútil. Entende-se até que os países considerados “desenvolvidos” são realmente *mal desenvolvidos*. Esses países vivem além de suas capacidades ecológicas, não construíram sociedades equitativas, pois o acúmulo de bens materiais não anda de mãos dadas com maior felicidade... e não só isso. Esses países estão presos em estilos de vida social e ambientalmente insustentáveis e impossíveis de replicar globalmente: “um modo de vida imperial” — nas palavras de Ulrich Brand e Markus Wissen — sustentados por uma espoliação imparável e irrepetível a escala planetária de seres humanos e da Natureza. Este processo é explicável porque o capitalismo em si é *mal desenvolvedor*.

O desafio foi colocado. Está cada vez mais claro que devemos avançar em direção às opções pós-desenvolvimentistas. É necessário, então, suspender a louca corrida por trás do “desenvolvimento” e abrir a porta para propostas e práticas alternativas existentes em várias partes do planeta, recuperando acima de todas aquelas típicas de *Abya-Yala*, Nossa América.

### **AS POTENTES, AO PASSO QUE INSUFICIENTES REFLEXÕES DEPENDENTISTAS**

Na América Latina, como destacamos no início do texto, surgiu um vigoroso pensamento crítico quase desde o começo da referida cruzada pelo desenvolvimento. Logo se entendeu que a modalidade de acumulação primário-exportadora consolida a dependência, ao mesmo tempo em que aprofunda e explica o subdesenvolvimento. Aceitando as leituras legadas por Karl Marx, a importância do “modo de produção” foi assumida, pois determina a organização do trabalho, incluindo a localização geográfica e o conhecimento técnico no uso das forças produtivas, assim como os meios e processos técnicos empregados. O modo de produção capitalista periférico, que encontra sua maior expressão na modalidade de acumulação primário-exportadora dominante nesses países, foi e é um fator determinante nas estruturas econômicas, sociais e até mesmo políticas. Além disso, as influências culturais derivam desse modo de acumulação, que podem até ser entendidas como aberrações, como, por exemplo, uma espécie de DNA extrativista embutido nessas sociedades. Com efeito, amplos segmentos da população — incluindo certos intelectuais e políticos que negam o capitalismo — aparecem presos nas (i)lógicas extrativistas e,

além disso, com seus discursos e políticas perseguem incansavelmente o fantasma do “desenvolvimento”.

Essa realidade recebeu uma resposta teórica oportuna de muitas pessoas preocupadas com a situação de estagnação socioeconômica e outros problemas cíclicos e estruturais da região. Lembremos, sob o risco de deixar de fora valiosos pensadores e pensadoras: Raúl Prebisch; Aníbal Quijano; Paul Baran; Agustín Cueva; Celso Furtado; Ruy Mauro Marini; André Gunder Frank; Theotônio dos Santos; Osvaldo Sunkel; Aníbal Pinto; Enzo Faletto; Fernando Henrique Cardoso; Fernando “El Conejo” Velasco, entre outros. Com suas leituras eles estabeleceram a base para compreender a dualidade centro-periferia, a partir daí surgiram as teorias sobre os sistemas-mundo. Tais perspectivas demonstraram que a economia mundial tem um desenho desigual e é prejudicial para aqueles países que desde a metrópole eram vistos como subdesenvolvidos (suas antigas colônias). A esses países, como é conhecido, foi atribuído um papel periférico na produção de matérias-primas, enquanto as decisões fundamentais são tomadas nos países centrais, focalizados na produção industrial de alto valor agregado. Ou seja, os países centrais não só capturam as vantagens de suas inovações tecnológicas, mas também aquelas que podem surgir na periferia, como Raúl Prebisch observou. Essa realidade consolidou um sistema baseado no intercâmbio desigual de origem colonial; o que significa, nas palavras poderosas de Eduardo Galeano no livro *As veias abertas da América Latina*, de 1971:

A divisão internacional do trabalho significa que alguns países se especializaram em ganhar e outros em perder. Nossa comarca no mundo, que hoje chamamos América Latina, foi precoce: especializou-se em perder desde os remotos tempos em que os europeus do Renascimento se aventuraram pelos mares e lhe cravaram os dentes na garganta. Os séculos se passaram e a América Latina aperfeiçoou suas funções. [...] A região continua trabalhando como empregada. Ela continua existindo para atender às necessidades dos outros, como fonte de reservas de petróleo e ferro, cobre e carne, frutas e café, matérias-primas e alimentos para os países ricos que ganham com o seu consumo, muito mais do que a América Latina ganha com a sua produção.

Essa relação centro-periferia produz e reproduz a subordinação de nossas economias às metrópoles. As propostas para enfrentar essa dura situação, ou seja, permitir que esses países entrem em um caminho de “desenvolvimento sustentado”, começavam por questionar essa forma de inserção dependente. Era necessário, argumentava-se, construir uma certa autonomia para o desenvolvimento das forças produtivas através — por exemplo — do protecionismo para a indús-

tria emergente mediante a substituição de importações. Além disso, foi levantada a necessidade de um profundo processo de mudança das estruturas sociais e produtivas obsoletas existentes, começando pela quebra do poder oligárquico dos proprietários de terras, entre outros pontos. A consolidação de mercados regionais integrados completou essas reflexões e houve uma clara consciência, como Raúl Prebisch observou, de que “por trás do mercado, assim como no desenvolvimento do Estado, estão as relações de poder que moldam as principais linhas de distribuição”.

Porém, a maioria desses pensadores negava ou simplesmente ignorava o potencial dos valores, experiências e práticas do mundo indígena; de fato, não faltaram aqueles que viram essa realidade do mundo indígena como um obstáculo ao “desenvolvimento”. Essa marginalização não é outro dos fardos agravados pela busca do “desenvolvimento”?

A consequência da inserção internacional dependente é a especialização produtiva subordinada, a heterogeneidade estrutural do aparelho produtivo e o desenvolvimento desigual das diferentes regiões desses países, com sociedades cada vez mais desiguais e injustas, em cenários institucionais marcados por grande instabilidade política. Essa situação está se tornando cada vez mais aguda com o atual extrativismo galopante, em um ambiente de, cabe dizer, crescente globalização.

Essas abordagens teóricas, muitas vezes resultado de uma leitura precisa da realidade regional nas décadas anteriores, cristalizaram a proposta de *crescer para dentro* com a mencionada industrialização através da substituição de importações. Isso não significava que as exportações primárias tivessem que ser sacrificadas em favor do desenvolvimento industrial. Foi proposta uma complementaridade, ou seja, o processamento nacional desses recursos (que na prática ocorreu de forma muito marginal) enquanto o financiamento desse processo de industrialização era assegurado através de receitas obtidas com o extrativismo.

Os limites de tais propostas logo emergiram. A *industrialização por substituição de importações*, defendida especialmente pela CEPAL, foi saturada pelos limites do mercado interno (caracterizado por graves desigualdades de renda e riqueza, que não foram tratadas pelos projetos de desenvolvimento propostos) e pelos fortes desequilíbrios na balança de pagamentos (causados pela crescente tendência de importação de máquinas, insumos e tecnologias para a indústria nascente; uma tendência que continua). Nesse período, enquanto a indústria não ofereceu bens de consumo para as grandes massas da população e apesar dos esforços para substituir as importações, não foi possível

parar a compra, no mercado mundial, de bens de consumo para as elites e os setores médios. Tal quadro aprofundou a já crescente desigualdade e marginalização social. No final, o projeto desenvolvimentista, de cunho nacionalista, acabou sendo apropriado pelas empresas transnacionais e seus interesses. Algo que de alguma forma se repete hoje, com a crescente influência chinesa.

O que ficou claro naquela época é que o subdesenvolvimento não é uma fase anterior ou um estágio antes do desenvolvimento, mas um produto histórico do colonialismo e do capitalismo, como Paul Baran oportunamente observou. É daí que vem a dependência, como característica distintiva dos países capitalistas subdesenvolvidos e que tem sua origem no caráter das relações econômicas internacionais que dificultam o “desenvolvimento”. Assim, o conceito de dependência, com indubitável validade hoje, surge como rejeição da teoria dominante do benefício mútuo que seria obtido pela participação no mercado mundial através da exportação de matérias primas. Em resumo, o mercado mundial capitalista estava surgindo como um obstáculo ao “desenvolvimento”, sobretudo por causa do intercâmbio desigual que o sustenta.

Entretanto, cabe destacar que os formuladores da teoria da dependência apresentaram uma alta semelhança epistemológica com a teoria da modernização proposta por autores como Walt Whitman Rostow, utilizando a mesma estrutura determinista que eles não tentaram realmente superar. O que para alguns gerava crescimento e “desenvolvimento”, para outros criava pobreza e subdesenvolvimento. A análise determinista frequentemente os levou a uma visão catastrófica das mudanças no mundo subdesenvolvido: as transformações nos países subdesenvolvidos eram vistas como meros produtos do colonialismo e do imperialismo. O catastrofismo deriva de sua insistência nos fatores que inibem o crescimento sem levar em consideração outros possíveis impulsos positivos existentes em sociedades tão diversas e até mesmo no exterior.

Sem minimizar a validade de muitas contribuições feitas pelas teorias da dependência, é importante notar seu alto grau de indefinição do conceito de “desenvolvimento”. Seus teóricos tendiam a confundir os efeitos do “desenvolvimento dependente” com os inconvenientes de qualquer processo de desenvolvimento capitalista (no centro ou na periferia). Eles não questionaram a ideia-força do “desenvolvimento” e do progresso. Da mesma maneira eles ignoraram — ou até desprezaram — outras formas de fazer economia e outros modos de organização da sociedade que estavam figurativamente falando, ao virar da esquina: o Bem Viver ou *sumak kawsay*.

## OS ESFORÇOS FÚTEIS DO DESENVOLVIMENTISMO “PROGRESSISTA”

Apesar de terem ciência dos problemas acima mencionados, na América Latina durante o século XXI, todos os países mantiveram e até expandiram sua relação de dependência com o mercado mundial. O que é compreensível em países com governos neoliberais, mas é surpreendente nos países com governos “progressistas”.

Eis um ponto central para entender até mesmo o aprofundamento da modalidade primário-exportadora como produto das políticas desenvolvimentistas dos governos “progressistas”. Esses governos continuaram procurando o “desenvolvimento” sem fazer o menor esforço para tirar lições das ricas experiências acumuladas na região nas décadas anteriores; lições que poderiam muito bem servir para construir processos que, pelo menos, começassem a transformar a matriz produtiva. As críticas e propostas de mudança, os grandes debates daqueles tempos, como os de Agustín Cueva com Ruy Mauro Marini ou o de Celso Furtado com André Gunder Frank, para mencionar apenas dois exemplos, nunca foram internalizados. E o que é mais grave, especialmente nos casos boliviano e equatoriano, não se tentou entender e assumir o potencial das propostas originárias das culturas indígenas com alto conteúdo para uma mudança civilizatória profunda.

Assim, com esses governos do “progressismo”, que não podem ser simplesmente considerados como de esquerda, nenhuma mudança estrutural substantiva prosperou. Em resumo, eles não conseguiram uma melhoria substancial em termos de sua autonomia: suas economias ainda estão vinculadas às flutuações do mercado mundial, sobretudo à dependência europeia e americana e cada vez mais à dependência chinesa. Assim, não é surpreendente que essas economias, com o fim do “*consenso das commodities*”, de acordo com a definição de Maristella Svampa, progressivamente tenham experimentado situações de crise.

Como resultado, o excedente econômico obtido com o *boom* das matérias primas — também devido às políticas econômicas desenvolvimentistas implantadas — foi apropriado pelo capital interno e externo. Foi uma grande massa de recursos que acabou sendo desperdiçada em consumo improdutivo pelas elites e setores médios, resultado da mesma inserção dependente do mundo empobrecido na economia mundial. Além do consumo — que é satisfeito com importações e da produção industrial — que exige máquinas e insumos importados, a maior parte do excedente real é transferida para o exterior através da repatriação dos lucros do investimento estrangeiro, fuga de capitais ou pagamento da dívida externa; isso sem minimizar o peso da corrupção.

A lista de questões não resolvidas é longa. Seguem apenas alguns exemplos: a reforma agrária — um imperativo para os dependentistas — não foi retomada pelos “progressistas”; a estrutura da produção — uma questão de destaque no debate da dependência — não só não foi transformada, como há claras tendências reprimarizantes; a industrialização via substituição de importações também não ocorreu, já que o que prevaleceu foram planos para aumentar as exportações através de atividades extrativistas exacerbadas; a integração — uma ferramenta chave para alcançar o “desenvolvimento” — desde a época de Prebisch não foi além de grandes discursos soberanistas com pouquíssimo conteúdo prático...

O saldo é lamentável. A natureza monopolista e dependente do setor industrial, que havia surgido com a industrialização induzida, permanece inalterada; e, em termos relativos, o setor industrial até enfraqueceu. Os extrativismos dominam cada vez mais as economias latino-americanas, subordinando mais territórios e atividades. Não é surpreendente, então, que o modo dominante de acumulação capitalista se reflita em uma distribuição de poder, propriedade e renda que se concentra e exclui.

Assim, a falta de mudanças estruturais significou que os grandes grupos econômicos se beneficiaram dos “bons anos” de preços elevados das matérias-primas no mercado mundial muito mais do que as classes populares, que, é preciso reconhecer, também experimentaram algumas melhorias. Mas o interessante é que esses grupos de poder consolidaram, sobretudo, uma grande concentração dos meios de produção, obtendo um poder político que lhes permitiu e ainda permite, até mesmo continuar bloqueando qualquer transformação. Assim, surge uma situação em que o poder de grandes grupos e a falta de transformações estruturais se alimentam mutuamente, seja com mecanismos “legais” ou “corruptos e corruptores”. Tal lógica perversa era algo que o “progressismo” nunca enfrentou — nem estava interessado em enfrentar — apesar de todos os ventos que tinha a seu favor.

De fato, entre os dispositivos que o capitalismo possui para construir *hegemonia* (sem legitimidade), está justamente a capacidade — especialmente durante a fase de expansão do ciclo capitalista — de reduzir a desigualdade de renda entre os trabalhadores (associada a vários elementos circunstanciais), sem tocar na desigualdade da riqueza que eles possuem e a riqueza possuída pelas classes dominantes (associada a aspectos estruturais). Essa capacidade se reflete no que Jürgen Schuldt chama de “focinho de lagarto”, segundo o qual é possível melhorar a distribuição de renda enquanto a “riqueza” está cada vez mais concentrada. Em outras palavras, quando há renda significativa, como aquela recebida durante o “consenso das commodi-

ties”, a pobreza pode ser reduzida sem afetar os ricos, aumentando a equidade conjuntural entre as famílias trabalhadoras sem alterar as desigualdades estruturais que elas enfrentam com relação às classes dominantes. De fato, se a largueza em que o “focinho do lagarto” abaixa seu maxilar inferior — isto é, diminui a desigualdade de renda — é combinada com *instituições* que induzem os trabalhadores a se preocuparem mais com sua posição *relativa* entre si e a esquecerem sua posição *absoluta* diante dos donos do capital, então a hegemonia se torna muito mais consolidada, algo ainda mais grave se a sociedade for embriagada — e corrompida — por rendas extrativistas.

Assim, se não houver mudanças estruturais (ou seja, se as estruturas econômicas não forem transformadas para romper com o extrativismo e a dependência), o “lagarto” continua “abrindo e fechando sua boca” esmagando o ser humano e até mesmo a Natureza. Foi precisamente esse exercício hegemônico e de alavancagem que aconteceu nesses anos de desenvolvimento “progressista”, ainda mais com as práticas neoliberais introduzidas na fase final daquele período.

Tudo isso também explica por que mesmo o próprio Estado, que recuperou espaços de ação durante os regimes “progressistas”, no final serviu para sustentar uma modalidade de acumulação que favoreceu os grupos mais poderosos, reforçando as atividades extrativistas e oprimindo todas aquelas forças sociais que carregam as sementes da mudança, particularmente os movimentos indígenas, e até mesmo deixando a porta entreaberta para o retorno do neoliberalismo. Em síntese, o poder permanece compartilhado com antigos e novos grupos burgueses, com uma crescente presença de capitais transnacionais.

## **O BEM VIVER COMO UMA PORTA PARA O PLURIVERSO**

Muitos dos desafios descritos nessa breve revisão da discussão latino-americana sobre “desenvolvimento”, permanecem. Os debates sobre o tema no contexto regional têm sido e são poderosos. Além dos autores do presente livro, poderíamos mencionar — correndo o risco de esquecer muitas outras contribuições de fundo — as vigorosas contribuições de Manfred Max-Neef, Antonio Elizalde e Martín Hopenhayn que abriram a porta, entre outras questões importantes, para a abordagem da teoria das necessidades e da economia à escala humana; as reflexões diversas e instrutivas sobre temas ligados ao desenvolvimento em vários níveis de escala e muitos outros campos econômicos de Jürgen Schuldt; as interessantes contribuições sobre o desenvolvimento tecnológico de Carlota Pérez; o pensamento sempre transformador e profundo de Enrique Leff também merece ser destacado; as fundamentais e vibrantes leituras à contracorrente de Arturo Escobar e Gus-

tavo Esteva; as análises criativas e propositivas em vários campos de Eduardo Gudynas; as leituras questionadoras desde visões feministas decoloniais feitas por Rita Segato, Silvia Rivera Cusicanqui e Maristella Svampa; os sempre sugestivos pensamentos decoloniais de José de Souza Silva; o “desenvolvimento” visto a partir da economia popular e solidária de José Luis Coraggio merece uma posição preferencial; para mencionar apenas alguns tópicos e alguns nomes. Discussões que, por sua vez, foram sintonizadas com outros debates no mundo; muitas vezes essas reflexões da América Latina foram transformadas em vozes protagonistas em diversas áreas, como aconteceu, para mencionar apenas um exemplo, com o “desenvolvimento em escala humana”.

De todas essas reflexões e muitas outras, pode-se concluir que é indispensável reduzir as diversas formas de dependência que existem para poder enfrentar os graves problemas acumulados durante a *longa noite colonial*, ou seja, desde a época da colonização até as repúblicas atuais. Uma transformação da modalidade de acumulação primário-exportadora parece ser inevitável, portanto, existem condições intrínsecas nesse tipo de economia dependente que devem ser colocadas em evidência antes de projetar uma estratégia de transição que permita até mesmo o uso sustentável dos recursos naturais como parte de um planejamento adequado que desenvolva um esquema *pós-extrativista*.

Superando o trauma de aceitar que o “desenvolvimento” é uma miragem, é necessário assumir que a América Latina se tornou um dos espaços mais iluminados e emancipatórios do mundo, mas não o único. Mesmo atravessando o momento histórico dos “progressismos”, que encorajaram inicialmente as esperanças da população e depois deixaram frustrações crescentes, não há dúvida sobre a multiplicidade de contribuições que estão surgindo em toda a região. Ideias que emergem especialmente do mundo indígena. Um mundo onde a cultura escrita não prevalece, o que limita a recuperação de suas visões. Além de vários documentos importantes, como os da Confederação de Nacionalidades Indígenas do Equador (CONAIE), como referência mínima devemos citar as contribuições de Luis Macas, Fernando Huanacuni Mamani, Nina Pacari, Blanca Chancosa, Arirura Kowii, Luis Maldonado, Carlos Viteri Gualinga, entre outros.

Além dessas abordagens, desde o mundo permanentemente marginalizado e reprimido, se somam cada vez mais opções que estão começando a construir pontes que auguram um novo auge no potencial de crítica e propostas existentes nessa região do mundo. Ao Bem Viver no Equador ou ao Viver Bem na Bolívia é necessário assumi-lo como uma porta que abre diversas oportunidades, mas não como a única.

Além das reflexões e ações decoloniais, que desconstroem as estruturas de dominação de territórios e subjetividades, há outras



propostas. As lutas e análises do complexo e diverso, mas ao mesmo tempo muito poderoso âmbito do feminismo, prefiguram horizontes emancipatórios, na medida em que desmantelam o patriarcado. A busca de uma cidadania universal abre a porta para outras opções de compreensão e assunção dos fluxos migratórios, abrindo as fronteiras para a vida e não para o capital. A democracia continua a ser, igualmente, um campo de reflexão e disputa, como um processo de radicalização sem fim que pode ser alimentado por valiosas experiências das comunidades indígenas. E se a eliminação das desigualdades múltiplas é fundamental, também é urgente superar as desigualdades sociais, econômicas, políticas, de gênero, étnicas, sexuais e intergeracionais. Mas acima de tudo, devemos nos libertar do desespero para alcançar o “desenvolvimento”, um verdadeiro fantasma, que causou e ainda causa inúmeras frustrações, entre outros danos irreparáveis.

Este desafio não pode ser resolvido da noite para o dia. O reconhecimento da CEPAL de que o desenvolvimento está esgotado, de acordo com Eduardo Gudynas, abre “uma oportunidade notável para abordar outros tipos de alternativas que se encontram além do desenvolvimento”, embora ele mesmo duvide que os que estão no poder, como cúmplices dessa cruzada sem fim, entendam o que essa possibilidade significa.

O desafio é claro. Devemos dar lugar a transições de milhares e milhares de práticas alternativas existentes em todo o planeta, guiados por horizontes utópicos que defendam uma vida em harmonia entre os seres humanos e entre esses e a Natureza: justiça social e justiça ecológica andam de mãos dadas. Isso não acontecerá de forma espontânea. É uma construção e reconstrução paciente e determinada, que começa por desmantelar vários fetiches e trazer mudanças radicais, baseadas em experiências existentes, “sem imitar ou copiar”, como recomendado por José Carlos Mariátegui.

A tarefa — de alcance civilizatório — exige passar do antropocentrismo destrutivo para um sócio-biocentrismo emancipatório, como proposto a partir do Bem Viver ou *sumak kawsay*. Ou seja, a sociedade e a economia terão que se organizar assegurando a integridade dos processos naturais, garantindo os fluxos de energia e materiais na biosfera, enquanto preservam a biodiversidade do planeta. Ao mesmo tempo, uma vida digna deve ser construída para todos os seres humanos. E essas mudanças virão, de fato, de baixo, de espaços comunitários nas cidades (bairros) e no campo, assumindo cada vez mais o desafio de “*viver com o nosso*”, nas palavras de Aldo Ferrer.

Esse trânsito requer um processo de mutação sustentada e plural. O Bem Viver exige a dissolução do conceito tradicional de progresso em sua deriva produtivista e uma forma de sair da armadilha

do “desenvolvimento”. Este será, em essência, um empreendimento político, que questiona permanentemente o poder. Algo que, deve ser claramente estabelecido, não se resolve simplesmente conquistando o governo.

É necessário um esforço redobrado para dismantlar vários fetiches a fim de provocar mudanças radicais, recuperando valores, experiências e, sobretudo, práticas que estejam em sintonia com a vida harmoniosa e a vida em sua plenitude. Insisto, transições plurais são necessárias, partindo de horizontes utópicos, como os oferecidos, entre muitas propostas, pelo Bem Viver, ou *sumak kawsay* dos Kechwas (quéchuas), ou *suma qamaña* dos Aymaras, ou *teko pora* dos Gauraní, ou a *comunalidade* das terras de Oaxaca em Nossa América; ou o ubuntu da África, ou o svarag da Índia, ou o kyosei do Japão, para citar apenas alguns exemplos concretos que têm surgido a partir de baixo. Temos aqueles valores, experiências e práticas civilizatórias que são diversas respeito ao capitalismo, de cujo seio emergem as alternativas. Essa valorização da “indigeneidade” (Aníbal Quijano) não nega as possíveis vantagens tecnológicas ou as possíveis contribuições de outras culturas e saberes que questionam a modernidade, desde que estejam alinhados com esta construção de sociedades que buscam a harmonia e a reciprocidade em suas relações; basta mencionar opções de outras latitudes como a de *convivialidade* ou *convivencialidade* a partir do pensamento de Iván Illich ou a *feliz frugalidade* como sintetiza Pierre Rabhi.

Portanto, falemos melhor no plural, imaginemos uma boa convivência, para não abrir a porta para um Bem Viver, homogêneo e único. Esse Bem Viver no plural, portanto, deve, acima de tudo, surgir e não simplesmente ser planejado, ordenado ou imposto para os demais. Nesse compromisso de transformação, fortalecendo e redistribuindo o trabalho de cuidado, a porta deve ser aberta para outras formas de organização da sociedade e da economia. Superar a religião do crescimento econômico será outra tarefa urgente, assim como a abertura de causas pós-extratvistas e a realocização de serviços e produção, mudando os padrões de consumo em termos de *convivialidades* que tornem a existência mais alegre e completa. *Ruralizar* as cidades para construir e recuperar as relações de *convivialidade* irá de mãos dadas com a expansão da agroecologia, a fim de alcançar a soberania alimentar. A redistribuição da renda e da riqueza é fundamental, complementando-a com o controle democrático da sociedade sobre a organização do trabalho, recuperando o lazer emancipatório como um direito. É mesmo possível pensar em várias opções de participação em um contexto internacional implementadas a partir do local, e não da perspectiva global dos interesses das corporações transnacionais ou

dos centros de poder político do mundo. Afrontar o colapso climático exige muitas ações de conservação, tendo sempre em mente que a justiça ecológica caminha junto com a justiça social e vice-versa. Da plena vigência dos Direitos da Natureza emerge como uma demanda urgente a desmercantilização dela, que deve ser acompanhada pelo fortalecimento dos bens comuns, como passos indispensáveis para superar o antropocentrismo e o individualismo. Desmantelar o militarismo e as estruturas repressivas é outra tarefa ineludível. Como podemos ver, as tarefas são inúmeras, assim como as alternativas existentes, muitas das quais provêm das culturas indígenas e das múltiplas lutas de resistência e re-existência presentes em todos os cantos da *Abya-Yala* e seus arredores.

Exijamos, então, um mundo onde caibam outros mundos, sem que nenhum deles seja vítima de marginalização e exploração: o *pluri-verso* como opção concreta para preencher com conteúdos o horizonte *pós-capitalista*.

INTRODUÇÃO

**ORIGENS E EVOLUÇÃO DO PENSAMENTO  
CRÍTICO LATINO-AMERICANO SOBRE DE-  
SENVOLVIMENTO**

Tahina Ojeda Medina e  
María del Carmen Villarreal Villamar

**O DESENVOLVIMENTO COMO CONCEITO**

O desenvolvimento é um conceito polissêmico cujos diversos significados dependem do assunto e do contexto de análise. Não é um conceito axiologicamente neutro (Rist, 2002), mas está carregado de interesses econômicos, políticos e ideológicos que podem assumir várias conotações, semelhantes ou em oposição direta entre si. O desenvolvimento descreve um processo de transformações estruturais de natureza multidimensional; entretanto, mesmo em seus variados significados, ele é concebido como um objetivo a ser alcançado, tanto na esfera econômica como na social ou cultural. Na opinião de Roig (2008, p. 81), o desenvolvimento constitui “[...] um dos conceitos mais paradoxais da retórica acadêmica e política: ele é inquestionável, mesmo que lhe falte uma definição inequívoca e consensual”.

Independentemente de suas práticas, para autores como Gilbert Rist (2002), o desenvolvimento pode ser definido como um “mito ocidental”, herdeiro da noção de progresso que surgiu na Grécia e foi posteriormente consolidada na Europa durante o Iluminismo. Precisamente, a definição contemporânea de desenvolvimento, cunhada no século XX, foi precedida por termos que expressam e refletem, ainda hoje, ideias de natureza semântica semelhante, como: *progresso*; *civilização*; *evolução*; *riqueza*; *justiça social*; *modernização* e *crescimen-*

to. Nesse sentido, Maristella Svampa (2018, p. 147) destaca que “[...] após o fim da Segunda Guerra Mundial, as noções de ‘progresso’ e ‘civilização’ foram deslocadas pela categoria de ‘desenvolvimento’, que, à semelhança de suas antecessoras, se tornou uma das ideias motrizes do discurso hegemônico moderno”.

Como afirma Gustavo Esteva (2000), a primeira pessoa que mencionou o termo desenvolvimento foi Wilfred Benson, que em 1942 referiu-se ao progresso econômico das “áreas subdesenvolvidas” ao escrever sobre os fundamentos da paz. Nos anos seguintes, o conceito seria utilizado esporadicamente por vários funcionários de organismos internacionais e pesquisadores. Entretanto, a fama do desenvolvimento se espalhou pelo mundo a partir de 20 de janeiro de 1949, após o discurso do presidente americano Harry Truman perante o Estado da União. No quarto ponto de seu discurso, ele declarou que um novo programa ousado era necessário para permitir que os benefícios dos avanços científicos e do progresso industrial ocidental pudessem servir para promover a melhoria e o crescimento das áreas “insuficientemente desenvolvidas”<sup>1</sup>. Para Truman, quem inaugura a “era do desenvolvimento”, a ajuda a essas nações deveria se tornar um esforço coletivo, guiado pelos Estados Unidos como a potência hegemônica e sob a narrativa de alcançar a paz, a abundância e a liberdade. Mas, “é claro, quando essa ‘ajuda’ do Primeiro Mundo finalmente chegou, não seria incondicional” (Prashad, 2012, p. 33).

Em um contexto geopolítico marcado pela Guerra Fria, no qual as duas grandes potências da época (os Estados Unidos e a União Soviética) lutaram pela expansão global de seu bloco ideológico, a ajuda bilateral ao desenvolvimento tornou-se um instrumento de suas respectivas políticas externas. Ambas as potências “precisavam de um *projeto* para justificar sua política — e sua rivalidade no Sul; esse projeto era — e ainda é — o *desenvolvimento*, seja pela via capitalista ou pela socialista, as duas vias que elas mesmas estavam praticando” (Bajoit, 2008, p. 139). Com isso, no marco dos processos de descolonização e do nascimento de novos Estados na África e Ásia, o desenvolvimento se configura como parte do desenho de uma nova ordem internacional, finalmente liderada pelos Estados Unidos, que se difundiu como um modelo único e como um objetivo global.

Nesse contexto, nasceram vários programas bilaterais de ajuda ao desenvolvimento e numerosas organizações internacionais multilaterais como a Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), a Organização das Nações Unidas para Alimen-

---

1 Tradução do termo inglês *underdevelopment*.

tação e Agricultura (FAO), a Conferência das Nações Unidas sobre Comércio e Desenvolvimento (UNCTAD) e a Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL). Todas elas são dedicadas a promover o desenvolvimento em todos os cantos do planeta (Dos Santos, 1998; Rist, 2002; Svampa, 2018).

Entretanto, apesar das múltiplas interpretações que podem ser feitas do termo utilizado por Truman, dois pontos-chave estão claramente expressos em seu discurso e foram divulgados nos anos seguintes pelos ideólogos do desenvolvimento: a existência de uma condição indigna chamada subdesenvolvimento e a redução da maior parte da diversidade humana à categoria unitária de “subdesenvolvidos” (Esteva, 2000). Desde então, os Estados e as sociedades têm sido classificados no binômio desenvolvimento/subdesenvolvimento, com base em suas deficiências econômicas. Esse binômio será a base e o guia para a análise do mundo através de divisões binárias, tais como: rico/pobre; atrasado/avançado; tradicional/moderno (Sachs, 1996, 1997). Nessa perspectiva, o termo desenvolvimento assumirá um valor transitório e implicará a ação dos países desenvolvidos sobre os países em desenvolvimento (Sachs, 1996, 1997), sem que, paradoxalmente, não sejam propostas mudanças significativas ao sistema capitalista como principal gerador das desigualdades existentes (Rist, 2002).

A ideia de desenvolvimento alcançou uma importância única. Por um lado, foi reconhecido como um direito humano pelas Nações Unidas através da Declaração sobre o Direito ao Desenvolvimento (1986)<sup>2</sup>. Por outro lado, conquistou um lugar nas ciências sociais, principalmente através da economia do desenvolvimento e da sociologia do desenvolvimento, criadas como subdisciplinas no campo epistemológico da economia e da sociologia, respectivamente. As interpretações clássicas da economia e da sociologia, por um lado, coincidem em considerar que o desenvolvimento é um objetivo inevitável e que o subdesenvolvimento é uma situação de atraso temporário na longa corrida em direção a esse objetivo. No entanto, elas diferem no ponto de partida da análise. A economia priorizou a formulação de propostas políticas específicas para alcançar o desenvolvimento econômico, enquanto a sociologia se concentrou em explorar as causas do subdesenvolvimento e das desigualdades.

A partir desse ponto, uma pluralidade de teorias, abordagens e

---

2 Adotada em 4 de dezembro de 1986, resolução 41/128. O artigo 1.1 afirma que “o direito ao desenvolvimento é um direito humano inalienável em virtude do qual toda pessoa humana e todos os povos têm o direito de participar, contribuir e desfrutar de desenvolvimento econômico, social, cultural e político, no qual todos os direitos humanos e liberdades fundamentais podem ser plenamente realizados”.

perspectivas têm interpretado o conceito de desenvolvimento com propostas que buscam alcançá-lo, corrigi-lo ou superá-lo através da construção de alternativas.

## **INTERPRETAÇÕES TEÓRICAS SOBRE O DESENVOLVIMENTO DESDE A AMÉRICA LATINA**

A reflexão sobre o desenvolvimento no mundo acadêmico tem passado por inúmeras correntes de pensamento e perspectivas nas quais, cada vez mais, elementos relacionados aos direitos humanos, equidade de gênero e sustentabilidade ambiental estão sendo incorporados. Apesar disso, o conceito mantém uma base paradigmática no que tange ao crescimento econômico e ao progresso social. Essa base é estabelecida devido à influência da escola econômica clássica nos estágios iniciais dos estudos sobre desenvolvimento.

A escola econômica clássica, com Adam Smith, David Ricardo e Thomas Malthus como seus principais expoentes, concentrou-se em explicar as causas do progresso econômico das nações e as mudanças econômicas sustentadas a longo prazo. Tais ideias seriam retomadas por Walter Rostow, Ragnar Nurkse e Arthur Lewis, e outros, que, entre os anos 1950 e 1960, formularam os principais postulados e conceitos para identificar o crescimento econômico com o desenvolvimento, mais especificamente, o crescimento da economia, o crescimento da produção e do consumo nacional com o desenvolvimento da economia de estilo capitalista<sup>3</sup>.

Com a teoria da modernização, a sociedade capitalista foi estabelecida como o modelo a ser seguido. Essa teoria apresentou o desenvolvimento como a etapa final de um processo que levaria as sociedades a superarem o “estado original de subdesenvolvimento” (Rostow, 1961) para se tornarem sociedades modernas de consumo de massa. Assim, foi estabelecida uma relação causal entre crescimento econômico e desenvolvimento, explicando, em primeira instância, que o grau de industrialização dos sistemas produtivos determinava a distância entre países desenvolvidos e subdesenvolvidos. Dessa forma, a industrialização tornou-se o principal meio para atingir o crescimento econômico e o indicador de medição será o resultado do Produto Interno Bruto (PIB). O processo de modernização começou a ser medido pelos padrões dos países industrializados (Funes, 2014) e, assim,

---

3 Algumas das obras mais representativas e influentes dos anos 1950 e 1960 foram: *Problemas de formação de capital nos países subdesenvolvidos* (Nurkse); *Desenvolvimento econômico com oferta ilimitada de mão de obra* (Lewis); *As etapas do crescimento econômico: um manifesto não comunista* (Rostow); e *Política econômica: a programação do desenvolvimento* (Lewis).

o crescimento e o desenvolvimento tornaram-se termos inseparáveis até o final da década de 1970. Essa associação “[...] se generalizou de tal forma que, mesmo os economistas soviéticos passaram a assumir a mesma posição, ignorando os aspectos sociais e as mudanças estruturais necessárias que demanda o desenvolvimento” (Ornelas, 2010, p. 28).

Com sua interpretação economicista do desenvolvimento, a teoria da modernização induziu os países do Sul a “evoluir” em direção a um modelo capitalista de produção e consumo. Seus postulados privilegiaram a economia como motor do desenvolvimento, que seria alcançado quase automaticamente com o processo de modernização industrial. Portanto, a situação de “atraso” dos países poderia ser facilmente superada ao longo do tempo se as etapas de crescimento econômico fossem devidamente cumpridas (Rostow, 1961).

Questões como poupança, distribuição de renda ou desigualdades sociais não foram consideradas na teoria da modernização, já que sua prioridade era aumentar a produção como fonte de riqueza. De qualquer maneira, para alcançar o crescimento econômico, os obstáculos culturais, institucionais e políticos necessários teriam que ser removidos (Ramírez, 2008). O mercado estaria encarregado de distribuir os benefícios do crescimento econômico de cima para baixo, dissociando a economia das questões sociais. Essas ideias, posteriormente foram reinterpretadas pela escola neoclássica (Arthur Lewis, Joseph Schumpeter, Milton Friedman, Arnold Harberger) e pela escola pós-Keynesiana (Nicolas Kaldor, Paul Davidson).

A partir de uma interpretação estruturalista, a América Latina foi inserida no debate teórico através das escolas neoclássica e pós-keynesiana da modernização. A escola estruturalista da Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL), sob a figura de Raúl Prebisch, seu principal expoente teórico e político, promoveu uma interpretação do desenvolvimento econômico baseada na posição dos países em desenvolvimento na estrutura econômica internacional. Esse lugar é determinado por uma divisão internacional do trabalho, na qual os países em desenvolvimento realizam como principal atividade econômica a produção e comercialização das matérias primas necessárias nos processos industriais dos países desenvolvidos. Tal relação, portanto, representaria um obstáculo ao desenvolvimento econômico, já que a deterioração dos termos de troca dos bens primários, a longo prazo, reforça a composição assimétrica da estrutura do sistema econômico mundial (Prebisch, 1948).

Em sua abordagem, a CEPAL não questiona a ideia básica do crescimento econômico como fator de desenvolvimento ou da industrialização como forma de alcançá-lo. A centralidade de seu ques-



tionamento está na necessidade de que os processos de industrialização sejam liderados pelo Estado e não pelo mercado; e que esses processos se concentrem em alcançar a diversificação das economias nacionais (crescimento interno), a fim de superar o caráter primário-exportador que coloca os países do Sul na periferia do sistema econômico mundial. Assim, a escola estruturalista da CEPAL incorpora na teorização do desenvolvimento a variável sociopolítica, tanto na dimensão nacional como internacional. Suas principais contribuições são: 1) definição da relação econômica e política entre os países como Centro-Periferia; 2) desmistificação da vinculação do desenvolvimento econômico linear proposto pela teoria da modernização; 3) identificação dos obstáculos estruturais ao desenvolvimento; 4) a proposta de “heterogeneidade estrutural”, o que significa que não há desenvolvimento uniforme para todos os países periféricos (Dos Santos, 1998; Ramírez, 2008).

A partir de então, as ciências sociais na América Latina ganharam um impulso extraordinário. “O pensamento próprio é um fato. Não se trata mais de imitar, mas de compreender, explicar, prever, interpretar e questionar a realidade que está sendo estudada e à qual se pertence” (Roitman, 2014, p. 7). Entre 1950 e 1970, uma geração prolífica assumiu a tarefa (principalmente nas áreas da economia, sociologia, história, ciência política, demografia e antropologia) de interpretar o desenvolvimento e o subdesenvolvimento, assim como o crescimento, a modernização e as relações de dependência derivadas do binômio centro-periferia, a partir da própria realidade social e política latino-americana. Nesse processo, destacam-se autores como José Medina Echavarría, Aníbal Pinto, Osvaldo Sunkel, André Gunder Frank, Edelberto Torres, Carlos Matus, Fernando Henrique Cardoso, Francisco Weffort, Pedro Paz, Carmen Miró, Florestan Fernandes, Theotônio Dos Santos, Maria da Conceição Tavares, Vânia Bambirra e Celso Furtado.

A criação do Instituto Latino-Americano de Planejamento Econômico e Social (ILPES), um órgão permanente ligado à CEPAL, ajudou a reunir no Chile essa primeira geração de cientistas sociais da região (Roitman, 2014). Paradoxalmente, tais intelectuais, com uma preocupação profundamente crítica, questionaram a concepção da CEPAL e do ILPES, possibilitando a criação de uma relevante produção teórica no que epistemologicamente é chamado de *teorias da dependência*. Essas teorias compreendem um conjunto de estudos e interpretações das relações de dependência dos países periféricos no contexto do sistema mundial. Elas utilizam contribuições de pensadores de várias correntes e estruturas teóricas, incluindo estrutural-funcionalistas, weberianistas e marxistas.

Os postulados da dependência, em sua maioria, são fortemente influenciados pelo marxismo como modelo teórico para analisar a realidade mundial e baseiam-se no pressuposto de que o sistema capitalista produz e reproduz uma polarização global entre centros e periferias. Portanto, devido à essa característica de acumulação de capital, cria-se uma contradição impossível de ser resolvida pelos países periféricos ao seguir as mesmas lógicas de mercado. Além disso, as posições subalternas das periferias são incompatíveis com sua efetiva incorporação social global (Amin, 1988).

No caso da América Latina, existem pelo menos duas correntes<sup>4</sup> com diferentes análises sobre o desenvolvimento e a relação de dependência. Por um lado, a corrente reformista-estruturalista, com uma visão mais desenvolvimentista e economicista, que determina o fator de dependência como externo e defende o desenvolvimento autocentrado (interno) com a máxima expansão do mercado nacional através da substituição de importações. Essa corrente não apresenta uma alternativa de desenvolvimento anticapitalista e não se aprofunda na possível acumulação de capital pelas classes econômico-industriais internas que herdariam a lógica do capitalismo em sua versão periférica. Por outro lado, uma corrente mais alinhada com a esquerda marxista, que questionou o funcionamento do capitalismo nas sociedades periféricas, e que entende que a dependência é uma situação condicionante, já que a economia de alguns países estará subordinada à expansão e crescimento da economia de outros. Para essa corrente teórica a situação de dependência poderia ser modificada, reorientada ou interrompida de acordo com as mudanças na estrutura hegemônica e a estrutura dos dependentes. Portanto, as opções dos movimentos populares e o caminho socialista foram apresentados como alternativas anticapitalistas para cessar com a dependência (Bambirra, 1978).

A crítica latino-americana sobre os postulados fundamentais das teorias de desenvolvimento adquire especial relevância ao considerarmos que, entre os anos 1950 e 1970, muitos dos governos da América Latina e do Caribe estiveram nas mãos de forças militares autoritárias e totalitárias; e os que não estiveram, adotaram uma política de “coexistência pacífica” com a Doutrina de Segurança Nacional (DNS) dos Estados Unidos. Afinal esses governos não só assumiram o crescimento econômico como objetivo central de seus projetos de desenvolvimento, mas também associaram, no nível político estratégico, o

---

4 Para Kay (1991, p. 102), os antecedentes desse processo podem ser observados no início do século XX no debate entre Víctor Raúl Haya De la Torre e José Carlos Mariátegui, que deu origem às duas grandes correntes da escola latino-americana de desenvolvimento: a reformista-estruturalista e a marxista- revolucionária.

discurso do desenvolvimento com a luta anticomunista e a segurança nacional e hemisférica. No caso da América Latina “[...] a doutrina militar antisocialista não identifica seu adversário potencial mais imediato no estrangeiro, mas tende a procurá-lo dentro do próprio país. Ela o identifica naqueles movimentos organizados com potencial suficiente para aspirar à liderança do Estado, mas que, por sua vez, pretendem transformar em profundidade as estruturas sociopolíticas sobre as quais repousa o funcionamento do sistema capitalista” (Garcés, 2013, p. 73).

É importante salientar que durante a Guerra Fria o pensamento crítico latino-americano sobre o desenvolvimento foi fortalecido sendo particularmente significativo nas relações Sul-Sul com a Ásia e a África no contexto dos processos de descolonização e do projeto político do Terceiro Mundo. Ele estava associado aos movimentos populares e aos partidos políticos da esquerda marxista, que encontraram nas universidades públicas, após conquistar a autonomia universitária, o espaço adequado para dar forma à sua produção teórica mais contestatária. Embora esse tenha sido um tempo de luzes, foi também de sombras para o pensamento crítico, visto que, a contraofensiva conservadora dos anos 1970 fez todo o possível para desacreditá-lo e erradicá-lo, tanto na esfera político-econômica quanto acadêmica-intelectual. O assédio das ditaduras, os golpes de Estado (Roitman, 2013), o cerco aos movimentos e revoluções populares, a perseguição e desaparecimento de intelectuais e pensadores “marcaram o início da crise na produção do pensamento crítico, preparando as condições que tornaram possível o domínio do pensamento neoliberal nos anos oitenta” (Sánchez e Sosa, 2004, p. 13). A crise ideológica e a queda da esquerda mundial tiveram uma clara repercussão nas ciências sociais latino-americanas. Isso provocou uma relativa falta de uso do pensamento anticapitalista e a assimilação de quadros teóricos e linguagens “desideologizadas” para explicar a realidade dos fenômenos mundiais e nacionais.

Embora seja verdade que, apesar dessas dificuldades, o trabalho de pesquisa crítica continuou, só em meados dos anos 1990 foi que começaram a ser reabertos as linhas e projetos de pesquisa que dariam nova vida ao pensamento crítico latino-americano nas ciências sociais. Nos estudos sobre desenvolvimento, no início do século XXI, as ideias-chave da produção intelectual de meados do século XX foram retomadas, mas com abordagens significativamente diferentes, marcadas pelas novas realidades sociopolíticas e econômicas latino-americanas. A maior parte dessa produção se concentrará na marca da modernidade na construção do pensamento e nas relações de poder hegemônico que lhe são inerentes, com base em três pilares: capita-

lismo, colonialismo e patriarcado. Esses representam hoje a espinha dorsal de uma análise multidimensional de parte das ciências sociais latino-americanas que buscam por alternativas epistemológicas à ideia de desenvolvimento, nas quais componentes como a ecologia e os direitos estão presentes de forma quase que transversal em todas as abordagens teóricas.

Neste sentido, as reflexões sobre a colonialidade que tinham sido trabalhadas desde meados dos anos 1960<sup>5</sup>, assim como várias premissas da teologia da libertação, da pedagogia crítica e da teoria da dependência, recuperam seu espaço no século XXI, sendo utilizadas como base para o desenvolvimento de uma nova e mais complexa perspectiva. Essas teorias têm sido desenvolvidas como base para uma ampla produção intelectual em linhas de pesquisa focalizadas em estudos feministas, indígenas, afrodescendentes, ambientais e de defesa do território, dos direitos humanos e da organização popular.

As teorias pós-coloniais e decoloniais retomam o debate sobre a colonização como eixo central da dominação e subordinação dos países do Sul em todas as suas relações, tanto na dimensão nacional como internacional. Esse conjunto de teorias analisa os efeitos da colonização sobre o desenvolvimento histórico dos países e povos do Sul e destaca a sua continuidade mesmo após os processos de independência formal. Ao mesmo tempo, afirma que os laços Norte-Sul continuam sendo marcados pelo colonialismo ocidental através do que eles chamam de *colonialidade do poder, do saber e do ser*. Alguns dos principais expoentes dessas ideias são: Enrique Dussel; Walter Mignolo; Arturo Escobar; Aníbal Quijano; Edgardo Lander; Ramón Grosfoguel; Fernando Coronil; Santiago Castro Gómez; Zulma Palermo; María Lugones; Catherine Walsh; Silvia Rivera Cusicanqui; Rita Laura Segato; María Paula Meneses e Boaventura de Sousa Santos<sup>6</sup>.

---

5 A noção de colonialismo interno foi uma das primeiras formulações críticas não econômicas sobre o desenvolvimento. Esta noção foi concebida pelo sociólogo mexicano Pablo González Casanova (1963) e ampliada por Rodolfo Stavenhagen (1969). Nesta perspectiva, de orientação marxista, discute-se a continuidade das relações coloniais nas sociedades latino-americanas. Que por sua vez, são baseadas em lógicas de dominação e exploração pelos grupos nativos dominantes (*criollos*) sobre o resto dos grupos que existiam antes da formação dos Estados nacionais, reproduzindo internamente as dinâmicas globais de desigualdade entre centro e periferia que perpetuam a acumulação de capital. Graças a essas formulações, análises focalizadas exclusivamente nas desigualdades de classe começam a considerar também as assimetrias étnicas, reconhecendo a pluralidade desses processos de exclusão e dominação.

6 María Paula Meneses e Boaventura de Sousa Santos são pensadores de origem moçambicana e portuguesa, mas os incluímos na categoria de autores de destaque para a América Latina por suas valiosas contribuições às teorias decoloniais situadas

A retomada da crítica às consequências da expansão do capitalismo na América Latina e no Caribe já no final do século XX possibilitou estudos relevantes sobre os processos de despossessão e concentração da terra e sobre a necessidade de denunciar o colonialismo acadêmico e político que viabilizou a disseminação de noções de desenvolvimento que desconsideravam as especificidades locais. Para estudiosos como Orlando Fals Borda (2009) — cujos escritos, desde os anos 1960, também influenciaram as reflexões sobre pós-desenvolvimento e o giro decolonial — esses processos deveriam gerar um pensamento rebelde e a subversão das sociedades latino-americanas. A subversão entendida como a quebra dos laços vigentes de dominação e exploração e a produção de um desenvolvimento autocentrado, enraizado nas culturas locais. Com base nessas premissas e como resultado da influência de noções internacionais sobre o desenvolvimento humano e local, bem como sobre o fracasso das reformas neoliberais, surgiram na América Latina numerosas perspectivas que enfatizaram a necessidade da criação de estratégias de desenvolvimento “desde dentro” (Sunkel, 1991), “desenvolvimento em escala humana” (Max Neef *et al.*, 1986) e projetos de “desenvolvimento inclusivo” ou “com equidade” (CEPAL, 1990).

Em vários países, depois de que os especialistas no assunto observaram que as estratégias de desenvolvimento aplicadas durante décadas haviam levado a um aumento das desigualdades e da pobreza, assim como também a problemas ambientais, começou a se espalhar a ideia de que aquele projeto havia fracassado, produzindo “mau-desenvolvimento” (Amin, 1990; Unceta, 2009) ou “má vida” (Tortosa, 2010). Como corolário, e graças ao pessimismo que se espalhou sobre a probabilidade de garantir o bem-estar da população, entre o final dos anos 1980 e ao longo dos anos 1990, surgiu uma variedade de abordagens críticas, vinculadas à *teoria do pós-desenvolvimento*. Esses estudos rejeitam o projeto de modernidade e ocidentalização que tem guiado o desenvolvimento desde seu início no Sul global, denunciando a polissemia, a ambiguidade e o caráter colonial e eurocêntrico do termo. Dois de seus maiores expoentes na região são Arturo Escobar e Gustavo Esteva.

O pós-desenvolvimento é uma teoria que se baseia em reflexões heterogêneas como a teoria da dependência, a teologia da libertação, a Pesquisa Ação Participativa (*Investigación-Acción Participativa*,

---

no Sul Global e por seus estreitos vínculos com o Conselho Latino-Americano de Ciências Sociais (CLACSO) através do grupo de trabalho sobre Epistemologias do Sul, bem como por sua relação bastante próxima com os movimentos sociais e a academia crítica da região.

IAP), a teoria pós-colonial, o pensamento feminista, ambientalista e as reflexões de autores como Ivan Illich e Paulo Freire (Escobar, 2005, 2007). No entanto, ela parte da crítica pós-estruturalista e entende o desenvolvimento como um conjunto de discursos e práticas ocidentais disseminados internacionalmente através de uma poderosa rede internacional, institucional e doutrinária (Escobar, 2005). Nessa perspectiva, considera-se que, apesar das promessas, o desenvolvimento não só falhou em reduzir os problemas globais, mas causou inúmeros danos às pessoas e à natureza, homogeneizando, por exemplo, os modos de vida dos povos. Além disso, graças a suas pretensões universalistas e teleológicas, o desenvolvimento excluiu formulações alternativas do que pode ser concebido como uma vida plena.

O pós-desenvolvimento rejeita as premissas do desenvolvimento, assim como as categorias derivadas dele: subdesenvolvimento, países em desenvolvimento, países desenvolvidos ou países do terceiro mundo (Escobar, 2005). Da mesma forma, esse enfoque critica os paliativos formulados em nome do desenvolvimento: desenvolvimento sustentável, desenvolvimento local ou com perspectiva de gênero. A ideia central é que a riqueza e o bem-estar dos povos não podem ser medidos em termos materiais pelos padrões ocidentais, e que a aceitação deste elemento constitui uma abdicação da heterogeneidade humana, além de ser um perigo para a sobrevivência da espécie (Esteva, 2000, 2009). Consequentemente, os defensores do pós-desenvolvimento defendem novas formas de vida nas quais o desenvolvimento deixa de ser o princípio organizador das relações sociais. Para isso, valorizam os conhecimentos ancestrais e as tradições locais, devolvendo aos povos sua capacidade de agência e a possibilidade de construir seu bem-estar com base em suas próprias concepções, fora dos cálculos técnicos e propostas de modernização e crescimento econômico de matriz ocidental (Esteva, 2000, 2009; Escobar, 2005). Nesse sentido, reconhecem e valorizam as contribuições teóricas e práticas dos povos tradicionais (indígenas e afrodescendentes), movimentos sociais e organizações populares que, desde o final do século XX, têm sido centrais na oposição ao neoliberalismo e à globalização, bem como na geração de alternativas ao modelo de desenvolvimento hegemônico.

Por outro lado, as propostas agrupadas sob a teoria do pós-desenvolvimento abriram espaço para o surgimento de novas concepções mais relacionadas à natureza, à interculturalidade e à felicidade dos povos. Juntamente com as premissas derivadas da abordagem do desenvolvimento sustentável e a força dos movimentos ecologistas na América Latina, as reflexões que surgiram dentro dessa estrutura tiveram um impacto profundo na região. A partir da cosmovisão dos povos indígenas, em países andinos como Equador e Bolívia,

tais concepções deram origem ao conceito de *sumak kawsay*, *suma gamaña*, *Bem Viver / Viver Bem* (Acosta, 2008, 2017). Esse conceito formula uma crítica radical ao modelo clássico de desenvolvimento, propondo a revalorização dos conhecimentos tradicionais e alternativas baseadas nos conhecimentos, necessidades e desejos dos povos diretamente envolvidos, considerando, por exemplo, a importância de noções como felicidade, solidariedade e harmonia com a natureza. Na América Latina, com base nessa concepção, houve um crescimento de propostas que defendem a criação de processos de transição e alternativas ao desenvolvimento regional de natureza extrativista. Alguns dos principais expoentes dessa abordagem são Alberto Acosta, Eduardo Gudynas, Maristella Svampa, David Choquehuanca, Fernando Huacuni Mamani, Mónica Chuji e Javier Lajo.

As *alternativas pós-extrativistas* que estão sendo formuladas na região, com o protagonismo dos movimentos sociais, movimentos de mulheres, povos indígenas e afrodescendentes, destacam a pluralidade de vozes e visões de bem-estar que existem na América Latina, ao mesmo tempo em que mostram outras concepções do que entendemos por natureza, vida e progresso (GRISUL, 2018; Echart e Villarreal, 2019; Svampa, 2019). Para Gudynas (2013), quando se trata de entender tais propostas, é necessário distinguir entre aquelas que promovem alternativas *de* desenvolvimento, desenhando estratégias mais sensíveis ao gênero ou ao meio ambiente, daquelas que questionam radicalmente a própria ideia de progresso, estabelecendo alternativas *ao* desenvolvimento. Atualmente, além dos processos de luta e resistência contra o avanço da fronteira extrativista, essas propostas são versáteis, heterogêneas e caracterizadas pela criação de planos de bem-estar comunitário, medidas de preservação-ambiental, proibição de atividades extrativistas, projetos agroecológicos cooperativos, programas de turismo comunitário baseados em alianças, redes comerciais e de serviços locais, bem como a criação de diversas formas de economia, permuta e comércio colaborativo (Echart e Villarreal, 2018, 2019).

Atualmente, as *teorias de gênero e feministas* na América Latina estão em diálogo com todas as perspectivas analisadas até o momento; ao mesmo tempo, trabalham para a construção e difusão do pensamento latino-americano e caribenho situado nas realidades socio-culturais e político-econômicas do Sul. Entre as principais expoentes do pensamento crítico feminista na região estão Rita Segato, María Lugones, Irma Saucedo, Karina Bidaseca, Adriana Guzmán, Julietta Paredes, Silvia Rivera Cusicanqui, María Galindo, Sonia Álvarez, Claudia de Lima Costa, Ochy Curiel, Yuderkis Espinosa Miñoso, Sueli Carneiro, Luiza Bairros e Maria da Graça Costa.

A incursão das teorias de gênero e feministas nos estudos sobre desenvolvimento surge nos anos 1970, com os primeiros encontros internacionais sobre as mulheres e a incorporação da abordagem de “Mulher em Desenvolvimento” (MED). Segundo Irene Rodríguez (2017), essa abordagem superou a “estratégia de bem-estar” baseada na teoria da modernização, cujas ideias centrais eram, por um lado, que o crescimento econômico não faz distinção entre os sexos e, por outro, que as mulheres “são seres vinculados à tradição, incapazes ou não dispostas a entrar no mundo moderno” (Parpart e Marchand, 1995, p. 13 citado em Rodríguez, 2017, pp. 50-51); portanto, considerava as mulheres como um “grupo vulnerável” e não como um sujeito de desenvolvimento. Com a abordagem MED, a ideia de que as mulheres desempenham um papel significativo no desenvolvimento econômico e social começou a tomar forma. Nos anos 1990, as teorias de gênero e feministas ganharam novo impulso com a mobilização e as ações dos grupos de mulheres, tanto no Norte como no Sul. Esse processo permitiu que o desenvolvimento e seu impacto sobre as mulheres fossem debatidos nas principais reuniões globais, sendo a Plataforma de Ação de Beijing a referência mais importante para organizar o trabalho político institucional em relação ao século XXI (Zabala e Martínez, 2017). Em seguida, outro passo significativo foi dado com a transição da abordagem MED para a abordagem de “Gênero em Desenvolvimento” (GED), que promove a incorporação da *perspectiva de gênero* em todas as políticas públicas de desenvolvimento.

No contexto da América Latina, os estudos baseados em teorias de gênero e feministas se concentram na análise dos vínculos entre classe social, etnia, exclusão e desenvolvimento. E o fazem, sobretudo, dentro da estrutura dos movimentos feministas e de mulheres. Além disso, América Latina tem contribuído também com outras interpretações dos fenômenos sociais, políticos e econômicos a partir de perspectivas como o feminismo socialista, os feminismos pós-coloniais, os ecofeminismos, os feminismos populares e comunitários (Aguinaga *et al.*, 2010), os transfeminismos e os feminismos lésbicos.

As contribuições formuladas a partir desse conjunto de perspectivas incluem várias propostas da economia feminista e questionam a neutralidade de gênero nas políticas macroeconômicas, ao passo que dão visibilidade ao trabalho reprodutivo e de cuidado historicamente realizado pelas mulheres (Sanchís, 2011). Elas também discutem sobre o patriarcado e os privilégios masculinos inerentes a ele, bem como o acesso desigual aos recursos, oportunidades e direitos enfrentados pelas mulheres latino-americanas. Tais pesquisas também trouxeram à tona as diversas formas de discriminação, violência e exploração às quais as mulheres estão expostas, sua limitada participação



nos debates sobre o desenvolvimento e as maneiras em que a pobreza e as políticas de austeridade as afetam de modo mais pronunciado (Aguinaga *et al.*, 2010). Sem ignorar as diferenças de origem ou classe que existem entre as mulheres latino-americanas, que são ampliadas em contextos multiétnicos, multiculturais e multilíngues (Lamas, 2007), graças a essas propostas a gramática do desenvolvimento na América Latina foi ampliada. Desta forma, foram incluídos conceitos como equidade, distribuição e autonomia, mas, sobretudo, o gênero como variável central para compreender a realidade de uma ordem hierárquica e desigual e a necessidade de transformá-la em favor da construção de sociedades mais justas e igualitárias (Sanchís, 2011, p. 32). Além disso, as propostas mais recentes também contribuem para a produção de um pensamento crítico, teórico e de ação política sobre os universalismos que não dão conta das necessidades e preocupações das realidades lésbica (Espinosa, 2012), transgênero e *queer*, que até o início do século XXI, não haviam sido contempladas nos debates sobre o desenvolvimento.

Além das propostas descritas até agora, existem atualmente agendas políticas e de pesquisa focalizadas na questão colonial, com suas respectivas vertentes indígenas, afro e de coletivos de mulheres lésbicas, transgêneros e *queer*, que são de particular relevância. Entre essas destacam-se os *feminismos pós-coloniais*, entendidos como “aqueles pensamentos-ações feministas que concentram seus esforços contra a ordem da modernidade colonialista e racista a partir das realidades relacionais dos povos originários da América; das culturas africanas daqueles deportados pela escravidão capitalista moderna da África para a América nos séculos XV-XIX; e da reflexão não ocidental das migrantes asiáticas” (Gargallo, 2010, p. 39). Tais feminismos são especialmente protagonistas no meio de uma diversidade de abordagens e propostas teóricas que coexistem na região, em diálogo com outras regiões do Sul. Eles e os feminismos decoloniais também são críticos das estruturas teóricas de gênero mais institucionalizadas e universalistas como reflexo das sociedades liberais e burguesas integradas no pensamento hegemônico. Os diversos grupos e movimentos de mulheres no Sul vivem em contextos históricos e biográficos marcadamente diferentes, onde a colonialidade, a racialização, a superexploração e a sexualidade conformam outros imaginários representativos da opressão capitalista, colonial e patriarcal.

Na esteira dessas reflexões, o debate atual sobre o desenvolvimento, especialmente na América Latina, inclui a especificidade de seus países, povos e culturas. Ao mesmo tempo, as dinâmicas do capitalismo e as transformações que ele provocou em todas as esferas permitiram ao pensamento crítico desviar a atenção do Estado nacional

como único ator nas estratégias de desenvolvimento e buscar caminhos alternativos para o progresso e o bem-estar. Como resultado desse processo, a região é hoje um rico laboratório de pensamento crítico sobre o desenvolvimento composto por uma diversidade de agendas, atores e práticas que nos convidam a pensar em alternativas pós-capitalistas e na construção de “outros mundos possíveis”.

## A ESTRUTURA DO LIVRO

Este livro apresenta uma revisão abrangente do estado atual do pensamento crítico latino-americano sobre o desenvolvimento. Já que é impossível abordar a totalidade da vasta produção regional, tanto temática quanto temporalmente, fizemos uma seleção de temas que explicam a heterogeneidade de visões das ciências sociais latino-americanas sobre o assunto.

O livro está organizado em duas partes. A primeira, “Imaginários, visões pós-desenvolvimentistas e perspectivas decoloniais sobre o desenvolvimento”, apresenta as contribuições teóricas e políticas que estão sendo produzidas a partir da região não apenas questionando as premissas fundadoras da ideia de desenvolvimento e sua prática operativa, mas também através da construção de alternativas viáveis ao desenvolvimento, como aquelas formuladas dentro da estrutura do Bem Viver, da crítica decolonial e do pensamento feminista. Os capítulos que compõem a primeira parte são:

1. “Imaginários sobre o desenvolvimento na América Latina: entre a emancipação e a adaptação ao capitalismo”, Enara Echart Muñoz, Professora da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO) e Breno Bringel, Professor do Instituto de Estudos Políticos e Sociais da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (IESP-UERJ), Brasil.
2. “Um olhar decolonial sobre o conceito de desenvolvimento”, Tereza Spyer Dulci, professora da Universidade Federal de Integração Latino-Americana (UNILA), Brasil.
3. “Pós-desenvolvimento e *sumak kawsay*”, Eduardo Paz Rada, professor da Universidad Mayor de San Andrés (UMSA), Bolívia.
4. “Gênero, feminismos e desenvolvimento na América Latina”, Karina Bidaseca, professora da Universidade de Buenos Aires (UBA) e da Universidade Nacional de San Martín (UNSAM), Argentina.

A segunda parte, “Perspectivas multidisciplinares sobre desenvolvimento”, apresenta algumas das discussões e contribuições mais rele-

vantes sobre o desenvolvimento que ocorreram na América Latina e no Caribe em campos como a economia e a teoria do comércio internacional, bem como no campo da educação, dos estudos migratórios, da ciência e tecnologia, da saúde e meio ambiente. Os capítulos que compõem a segunda parte são:

1. “América Latina: economia e desenvolvimento”, Gregorio Vidal, professor e pesquisador da Universidad Autónoma Metropolitana na (UAM) Unidad Iztapalapa na Cidade do México.
2. “Desenvolvimento e contribuições da teoria do comércio internacional para a integração: breves reflexões desde a América Latina e o Caribe”, Maribel Aponte-García, professora e pesquisadora da Universidade de Porto Rico.
3. “A economia social do conhecimento: uma proposta do Sul em tempos de extrativismo infocognitivo”, René Ramírez Gallegos, pesquisador e professor da Universidad Nacional Autónoma do México (UNAM).
4. “Educação, comunicação e desenvolvimento: relações e contribuições desde a América Latina”, Alexandra Agudelo, Diretora do Centro de Estudos com Populações, Mobilizações e Territórios da Universidad Autónoma Latino-Americana (Unaula), Colômbia e Alejandra Boni, Professora da Universidad Politécnica de Valência (UPV), Espanha.
5. “Para uma visão contra-hegemônica da relação dialética entre migração e desenvolvimento”, Raúl Delgado Wise, professor e pesquisador da Unidade Acadêmica de Estudos de Desenvolvimento da Universidade de Zacatecas, México.
6. “A saúde colonizada pelo desenvolvimento: a América Latina e o Caribe entre o pan-americanismo e a soberania sanitária regional”, Gonzalo Basile, diretor e pesquisador do Programa Internacional de Saúde da FLACSO — República Dominicana e coordenador do Grupo Regional de Saúde Internacional e Soberania Sanitária da CLACSO, Argentina.
7. “Meio ambiente e desenvolvimento: da oposição à confluência”, Javier Surasky, coordenador da área de Governança do Centro de Pensamento Estratégico Internacional (CEPEI) e professor da Universidad Nacional de La Plata, Argentina.

Este livro é o produto da construção coletiva de um grupo de autores e autoras, especificamente oito mulheres e sete homens, que compõem uma equipe acadêmica associada a várias especialidades das

ciências sociais de oito países: Argentina, Brasil, Bolívia, Colômbia, Equador, Espanha, México e Porto Rico. Nossos agradecimentos a todos e todas, assim como ao Conselho Latino-americano de Ciências Sociais (CLACSO) por suas contribuições a este projeto editorial, que coordenamos com especial dedicação e esforço em favor do reconhecimento e da disseminação do pensamento crítico latino-americano sobre desenvolvimento. Queremos também agradecer a Alberto Acosta, professor e destacado economista equatoriano, por ter escrito valiosas reflexões no prólogo da primeira edição do texto em espanhol. Somos também muito gratas com o Instituto Universitário de Desenvolvimento e Cooperação (IUDC) da Universidade Complutense de Madrid, a Fundação do Amparo à Pesquisa do Estado do Rio de Janeiro (FAPERJ) e o Programa de Pós-graduação em Ciência Política (PPGCP) da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO) pelo seu apoio para a publicação deste livro. Finalmente, fazemos um agradecimento especial à Manuela D'Ávila, política, feminista e ex-candidata à vice-presidência do Brasil por ter escrito o prefácio da obra na edição em português, assim como aos pesquisadores do Grupo de Relações Internacionais e Sul Global (GRISUL) da UNIRIO, por ter colaborado na tradução de vários dos capítulos do livro, e a pesquisadora Dâmaris Burity, por ter feito com muita dedicação e carinho a revisão da obra completa.

## **BIBLIOGRAFIA**

- Acosta, A. (2008). El Buen Vivir, una oportunidad por construir. *Ecuador a Debate*, 75, 3347.
- Acosta, A. (2017). Posextractivismo. Del discurso a la práctica. Reflexiones para la acción. *International Development Policy*, 9 [online].
- Aguinaga, M.; Lang, M.; Mokrani, D. e Santillana A. (2010). Pensar desde el feminismo: Críticas y alternativas al desarrollo. In Lang, M. e Mokrani, D. (Eds.), *Más allá del desarrollo* (pp. 5582). Quito: Fundación Rosa Luxemburgo, Abya Yala.
- Amin, S. (1988). *La desconexión. Hacia un sistema mundial policéntrico*. Madrid: IEPALA.
- Amin, S. (1990). *Maldevelopment. Anatomy of a Global Failure*. Tokyo: United Nations University Press.
- Bajoit, G. (2008). Críticas de las teorías sociológicas del desarrollo. In Puerto, L. (Org.), *Economía para el desarrollo. Lecturas desde una perspectiva crítica* (pp. 135177). Madrid: IUDCUCM / Los Libros de la Catarata.
- Bambirra, V. (1978). *Teoría de la dependencia: una anticrítica*. Cidade

- do México: Serie Popular Era.
- CEPAL (1990). *Transformación productiva con equidad. La tarea prioritaria del desarrollo de América Latina y el Caribe en los años noventa*. Santiago de Chile: CEPAL.
- Dos Santos, T. (1998). La teoría de la dependencia: un balance histórico y teórico. In López, F. (Ed.), *Los retos de la globalización. Ensayo en homenaje a Theotônio Dos Santos*, Tomo II. Caracas: UNESCO.
- Echart, E. e Villarreal, M. (2018). Resistencias y alternativas al desarrollo en América Latina y Caribe: las luchas sociales contra el extractivismo. *Relaciones Internacionales*, 39, 141163.
- Echart, E. e Villarreal, M. (2019). Women's struggles against extractivism in Latin America and the Caribbean. *Contexto Internacional*, 41, 303325.
- Escobar, A. (2005). El "postdesarrollo" como concepto y práctica social. In Mato, D. (Coord.), *Políticas de economía, ambiente y sociedad en tiempos de globalización* (pp. 1731). Caracas: Universidad Central de Venezuela.
- Escobar, A. (2007). *La invención del tercer mundo. Construcción y deconstrucción del desarrollo*. Caracas: Fundación Editorial el Perro y la Rana, Ministerio del Poder Popular para la Cultura, Gobierno Bolivariano de Venezuela.
- Espinosa, Y. (2012, febrero). La política sexual radical autónoma, sus debates internos y su crítica a la ideología de la diversidad sexual. *Pensando los feminismos en Bolivia* (pp. 113126), Serie Foros 2. La Paz: Conexión Fondo de Emancipación.
- Esteva, G. (2000). Desarrollo. In Viola, A. (Comp.), *Antropología del desarrollo. Teoría y estudios etnográficos en América Latina* (pp. 67101). Barcelona: Paidós.
- Esteva, G. (2009). Más allá del desarrollo: la buena vida. *América Latina en Movimiento*, 445, 1 5.
- Fals Borda, O. (2009). La subversión. In Moncayo, V. (Comp.), *Una sociología sentipensante para América Latina. Antología* (pp. 385-418). Buenos Aires: CLACSO.
- Funes, P. (2014). *Historia mínima de las ideas políticas en América Latina*. Madrid: Colegio de México / Turner.
- Garcés, J. (2013). *Allende y la vía chilena. Las armas de la política*. Madrid: Siglo XXI.
- Gargallo, F. (2010). *Antología del pensamiento feminista nuestro americano*, Tomo I. Caracas: Biblioteca Ayacucho.
- González, P. (1963). Sociedad plural, colonialismo interno y

- desarrollo. *América Latina: Revista del Centro Latinoamericano de Investigaciones en Ciencias Sociales*, 6(3), 1532.
- Grisul (2018). *Pacha: defendiendo la tierra. Extractivismo, conflictos y alternativas en América Latina y el Caribe*. Rio de Janeiro: Périplos.
- Gudynas, E. (2013). Debates sobre el desarrollo y sus alternativas en América Latina: una breve guía heterodoxa. *Revista Foro*, 79, 94111.
- Gudynas, E. (2017). Los ambientalismos frente a los extractivismos. *Nueva Sociedad*, 268, 110121.
- Kay, C. (1991). Teorías Latinoamericanas del desarrollo. *Nueva Sociedad*, 113, 101113.
- Lamas, M. (2007). Género, desarrollo y feminismo en América Latina. *Pensamiento Iberoamericano*, 0(1), 133152.
- López, F. (Ed.) (1998). *Los retos de la globalización. Ensayo en homenaje a Theotônio dos Santos*, Tomo I. Caracas: UNESCO.
- Max-Neff, M.; Elizalde, A. e Penhayn, M. (1986). Desarrollo a escala humana: una opción para el futuro. *Development Dialogue*, N° especial, CEP/AUR, Fundación Dag Hammarskjöld.
- Mignolo, W. (1996). Herencias coloniales y teorías poscoloniales. In Gonzáles, B. (Comp.), *Cultura y Tercer Mundo*, 1 (pp. 99136). Caracas: Editorial Nueva Sociedad.
- Mignolo, W. (2005). *La idea de América Latina. La herida colonial y opción decolonial*. Barcelona: Gedisa.
- ONU (1986). Declaración sobre el derecho al desarrollo. Adoptada por la Asamblea General en su resolución 41/128, Nueva York.
- Ornelas, J. (2010). Hacia una teoría latinoamericana del desarrollo. In Aceves, L.; Estay, J.; Noguera, P. e Sánchez, E. (Coords.), *Realidades y debates sobre el desarrollo* (pp. 2346). Murcia: Ediciones de la Universidad de Murcia.
- Prashad, Vijay. (2012). *Las naciones oscuras. Una historia del Tercer Mundo*. Barcelona: Península.
- Prebisch, R. (2014 [1948]). El desarrollo económico de América Latina y algunos de sus principales problemas. In Sotillo, J. Á. (Coord.), *Raúl Prebisch. Los caminos del desarrollo*. Madrid: IUDUCUM / Los Libros de la Catarata.
- Quijano, A. (1977). *Imperialismo y marginalidad en América Latina*. Lima: Mosca Azul.
- Quijano, A. (2000). El fantasma del desarrollo en América Latina. *Revista del CESLA*, 1, 3855.
- Ramírez, J. (2008). Génesis y evolución de la idea del desarrollo. De

- la inevitabilidad del desarrollo al debate sobre su pertinencia. In Puerto, L. (Org.), *Economía para el desarrollo: lecturas desde una perspectiva crítica* (pp. 2367). Madrid: IUDCUCM / Los Libros de la Catarata.
- Rist, G. (2002). *El desarrollo: historia de una creencia occidental*. Madrid: IUDCUCM / Los Libros de la Catarata.
- Rodríguez, I. (2017). De las mujeres al género en desarrollo: mucho más que un cambio terminológico. In Carballo, M. (Coord.), *Género y desarrollo: cuestiones claves desde una perspectiva feminista* (pp. 4974). Madrid: IUDCUCM / Los Libros de la Catarata.
- Roig, A. (2008). El desarrollo como conflicto institucionalizado. *Revista de Ciencias Sociales Realidad Económica*, 237, 8092.
- Roitman, M. (2013). *Tiempos de oscuridad. Historia de los golpes de Estado en América Latina*. Madrid: Akal.
- Roitman, M. (2014). Los principales teóricos de la modernización, Procesos políticos y estructuras de poder en América Latina [curso]. Buenos Aires: Programa Latinoamericano de Educación a Distancia en Ciencias Sociales / Centro Cultural de la Cooperación Floreal Gorini.
- Rostow, W. W. (1961). *Las etapas del crecimiento económico: Un manifiesto no comunista*. Cidade do México: Fondo de Cultura Económica.
- Sachs, W. (1996). Introducción. In Sachs, W. (Ed.), *Diccionario del Desarrollo. Una guía del conocimiento como poder*. Lima: PRATEC.
- Sachs, W. (1997). Arqueología de la idea de desarrollo. *Revista Envío*, 185. Managua: Universidad Centroamericana (UCA).
- Sánchez, I. e Sosa, Raquel. (Coords.) (2004). *América Latina: los desafíos del pensamiento crítico*. Buenos Aires: Siglo XXI.
- Sanchís, N. (2011). América Latina. ¿Desarrollo con Inequidad de género? In Sanchís, N. (Comp.), *Aportes al debate del desarrollo en América Latina. Una perspectiva feminista*. Buenos Aires: Red Género y Comercio.
- Stavenhagen, R. (1969). *Las clases sociales en las sociedades agrarias*. Cidade do México: Siglo XXI.
- Sunkel, O. (Ed.) (1991). *El desarrollo desde dentro: un enfoque neoestructuralista para América Latina*. Cidade do México: Fondo de Cultura Económica.
- Svampa, M. (2018). *Debates latinoamericanos. Indianismo, desarrollo, dependencia y populismo*. Lima: EDHASA / Programa

Democracia y Transformación Social.

- Svampa, M. (2019). *Las fronteras del neoextractivismo en América Latina. Conflictos socioambientales, giro ecoterritorial y nuevas dependencias*. Guadalajara: Centro Maria Sibylla Merian de Estudios Latinoamericanos Avanzados (CALAS).
- Tavares, M. (1964, março). Auge y declinación del proceso de sustitución de importaciones en el Brasil. *Boletín Económico de América Latina*, IX(1), CEPAL.
- Tortosa, J. (2010). Pasado, propuestas y futuro para el desarrollo. *Revista Atlántida*, 155169.
- Unceta, K. (2009). Desarrollo, subdesarrollo, maldesarrollo y postdesarrollo. Una mirada transdisciplinar sobre el debate y sus implicaciones. *Carta Latinoamericana*, 7, 134.
- Zabala, I. e Martínez, M. (2017). Agendas de desarrollo y agendas feministas: confluencias y desencuentros. In Carballo, M. (Coord.), *Género y desarrollo: cuestiones clave desde una perspectiva feminista* (pp. 101130). Madrid: IUDCUCM / Los Libros de la Catarata.





PARTE 1

**IMAGINÁRIOS, VISÕES PÓS-  
DESENVOLVIMENTISTAS  
E PERSPECTIVAS  
DECOLONIAIS SOBRE  
DESENVOLVIMENTO**



CAPÍTULO 1

**IMAGINÁRIOS SOBRE O  
DESENVOLVIMENTO NA AMÉRICA LATINA  
ENTRE A EMANCIPAÇÃO E A ADAPTAÇÃO AO  
CAPITALISMO<sup>1</sup>**

Breno Bringel e Enara Echart Muñoz

**INTRODUÇÃO: O DESENVOLVIMENTO COMO PROMESSA  
DESCUMPRIDA DA MODERNIDADE**

Desde meados do século XX, as teorias do desenvolvimento sempre estiveram acompanhadas, na América Latina, por práticas políticas e disputas concretas sobre os sentidos e os imaginários atribuídos ao “desenvolvimento”. Embora a Europa tenha passado por seu processo de industrialização um século antes, beneficiada pelo despojo da colonização, na América Latina o impulso industrializante e modernizador — assimétrico e desigual — ocorreu após o fim da Segunda Guerra Mundial, no marco de uma transição demográfica acelerada.

Trata-se de uma inflexão global histórica de fortes confluências entre atores, instituições e projetos diversos, bem como de uma saturação de significações em torno das orientações políticas e teóricas que, embora muito diferentes, inseriram o “desenvolvimento” no centro das agendas intelectuais e políticas. Neste contexto criam-se várias instituições, pesquisas e políticas orientadas à ação e ao pensamento

---

1 Uma versão anterior deste texto foi publicada originalmente na *Revista Española de Desarrollo y Cooperación*, 39, 2017, pp. 9-24. A tradução deste capítulo foi realizada por Vitoria González Rodríguez.

sobre o desenvolvimento, que emerge como o principal imaginário social e geopolítico em disputa na América Latina.

Partido dessa centralidade do desenvolvimento nas reflexões e práticas latino-americanas, gostaríamos de questionar uma tendência geral presente em quase todas elas: uma certa reificação do desenvolvimento, tratado de forma cada vez mais especializada, adjetivada e limitada. Uma das tensões clássicas da modernidade que sempre teve forte influência sobre a teoria e a prática do desenvolvimento — a relação entre adaptação e emancipação — foi progressivamente substituída por visões que tendem a restringi-lo a matizes e propostas ancoradas no desenvolvimento capitalista.

Este capítulo começa, precisamente, analisando esta tensão para, em seguida, discutir o que consideramos como os principais momentos e imaginários de desenvolvimento em disputa na América Latina desde a Segunda Guerra Mundial: o desenvolvimento como modernização; o desenvolvimentismo como maior autonomia dos países periféricos no sistema mundo capitalista; a ruptura com o desenvolvimento capitalista e com a dependência por meio de apostas revolucionárias ou de reconstrução dos horizontes de sentido; e as apropriações e adjetivações do desenvolvimento que, embora o diversifiquem, também buscam mantê-lo dentro dos limites do capitalismo; e as tentativas de superação do desenvolvimento. O capítulo busca captar estas inflexões históricas, teóricas e políticas, sublinhando o complexo entrelaçamento de significações sociais e ambientais dentro das quais o projeto de autonomia se vê limitado pela capacidade de adaptação, adesão e cooptação do capitalismo.

## **O DESENVOLVIMENTO E O CAPITALISMO: ENTRE A ADAPTAÇÃO E A EMANCIPAÇÃO**

As limitações do debate sobre o desenvolvimento e seu correspondente desdobramento político nas últimas três décadas têm muito a ver com a forma como as próprias forças políticas progressistas aderiram, sem maiores críticas, aos ditames e às receitas do capitalismo neoliberal. Isso tem, pelo menos, duas implicações diretas:

1. Supõe assumir a inevitabilidade de uma visão capitalista do desenvolvimento, embora alguns autores — como Arturo Escobar (1996) ou Gilbert Rist (2002) — tenham procurado romper com esta visão a partir de um ponto de vista discursivo, enquanto certos movimentos sociais — sobretudo aqueles territorializados de base comunitária e/ou rural — o tenham feito no terreno das disputas sociopolíticas, buscando criar e imaginar não só alternativas *de* desenvolvimento, mas também *ao* desen-

volvimento capitalista, como proposto pelo Grupo Permanente de Trabalho sobre Alternativas ao Desenvolvimento<sup>2</sup>.

2. Implica esquecer as tradições teóricas críticas do desenvolvimento que contribuíram para situar o debate em termos geopolíticos, estruturais e sistêmicos, e bem poderiam ser atualizadas para entender as estratégias do Estado e de atores políticos e econômicos diversos.

Não se trata simplesmente de resgatar de forma acrítica as alternativas anarquistas, comunistas e socialistas ao desenvolvimento de outrora. Os eixos de conflito das sociedades contemporâneas são mais diversos, assim como as identidades, as subjetividades e os sujeitos políticos. Esta pluralidade e a dificuldade de gerar discursos abrangentes em tempos de fragmentação não podem, no entanto, servir à negação de um horizonte de possibilidades diferente do atual. Politicamente, a geração de inteligibilidade e transversalidade por parte das experiências anticapitalistas mundiais é um desafio central. Igualmente, em um nível mais teórico, é importante pensar que as disputas políticas e sociais na América Latina em torno do desenvolvimento vincularam-se — e seguem vinculando-se — a diferentes concepções de autonomia e de mudança social.

Castoriadis (1975) propôs que, em seu processo de ativação política, os movimentos sociais aparecem como atores que oscilam entre a adesão e o afastamento do projeto de autonomia e sua capacidade de pôr limites ao capitalismo. A autonomia como projeto deve ser entendida como algo relacional, ou seja, sempre se é autônomo em relação a outro ator, a uma instituição, a um projeto, a uma visão de mundo ou a um imaginário. Isso quer dizer que a autonomia não pode se associar apenas à delimitação de uma comunidade e de uma territorialidade entendidas como espaço de exterioridade (ao Estado ou ao capitalismo, por exemplo), mas também — e sobretudo — à dimensão da significação e da disputa de sentido.

O projeto de autonomia na modernidade poderia limitar-se de quatro maneiras principais, segundo Castoriadis (1998): por sua contaminação pelo imaginário do progresso; pela tendência à burocratização; pela transformação dos movimentos sociais em *lobbies*; pelo fracasso em estabelecer de forma permanente sua própria aspiração.

---

2 Os debates deste grupo, promovido pela Fundação Rosa Luxemburgo, resultaram em reflexões importantes para avançar no horizonte de transformações para além dos limites oferecidos por propostas que seguem sendo trabalhadas dentro do conceito e do marco hegemônico de desenvolvimento. Ver mais em: <https://www.rosalux.org.ec/grupo/>

Embora os movimentos sociais e políticos tenham buscado, na América Latina e em todo o mundo, colocar limites ao imaginário capitalista e construir um imaginário de autonomia, é importante entender as relações ambivalentes e complexas entre estes imaginários, que implicam dinâmicas de cooptação, conflitos, disputas e mutação. Deste modo, a expansão do capitalismo a todas as esferas da vida social pode ser freada pela atuação dos movimentos sociais, mas estes também são afetados, de diversas maneiras, pelo capitalismo.

Em termos históricos e teóricos, Marx (2009 [1852]) e o próprio Castoriadis (1998) mostraram as complexas imbricações entre os imaginários da autonomia e do capitalismo, ao tratar, por exemplo, de como alguns movimentos operários assumiram o imaginário do progresso e a crença de que o crescimento ilimitado do desenvolvimento e da produção como sendo decisivos para a emancipação. Por outro lado, o Estado — como ator político hegemônico na modernidade — e as forças produtivas constantemente absorvem as demandas e as construções dos movimentos sociais e políticos mais radicais, tratando de incorporá-los ao sistema e de esvaziar o significado original de suas práticas e demandas mais subversivas.

Deste modo, a tensão entre autonomia/emancipação e adesão/adaptação é central, mas altamente complexa e não pode ser enfrentada de maneira simplista, como muitas vezes se faz, seja ao entender os movimentos sociais e os projetos autônomos como atores absolutamente exteriores à modernidade e ao capitalismo, seja ao sugerir que não existem alternativas ao desenvolvimento do capitalismo na atualidade. Nesta linha, há uma luta constante de sentido pelos imaginários do desenvolvimento, e é fundamental analisar como estes são criados, ressignificados e contestados na América Latina em diferentes momentos históricos a partir de irrupções teórico-discursivas, mas também prático-políticas<sup>3</sup>.

Estes imaginários não são apenas sociais, mas também geopolíticos. Edward Said (2007 [1978]) enfatizou a importância de se levar a sério as “geografias imaginadas”, entendidas não como falsas, mas como percebidas. Na história da modernidade, são muitas as imagens, as ideias, os textos e os discursos que levaram à consolidação do desenvolvimento como um imaginário geopolítico vinculado a um mundo de Estados. A construção de políticas desenvolvimentistas, da cooperação interestatal e de “comunidades imaginadas” nacionais (Anderson, 1993) contribuiu enormemente para vincular o desenvol-

---

3 Realizamos um percurso semelhante, porém mais delimitado às relações entre movimentos sociais e desenvolvimento, em Bringel e Echart (2015).

vimento aos Estados-nação, embora diferentes teorias críticas, como as do sistema-mundo (Wallerstein, 2006), tenham advertido que o que se desenvolve não é um país, mas um padrão de poder. Frente a estas disputas geopolíticas, o imaginário geopolítico moderno (Agnew, 2005) relaciona-se com construções espaço-temporais em que diferentes projetos políticos buscam visualizar o mundo como um todo, construindo hierarquias e delimitando territórios, mas também criando instituições, significados, símbolos e representações. Veremos a seguir como, na América Latina, os imaginários sociais e geopolíticos estiveram vinculados a quatro momentos e concepções principais de desenvolvimento.

### **DO IMAGINÁRIO MODERNIZADOR ÀS TENTATIVAS DE RUPTURA COM A DEPENDÊNCIA**

As primeiras propostas para alcançar o desenvolvimento, tanto as liberais quanto as keynesianas, foram claramente uma estratégia para dinamizar o capitalismo. No contexto do pós-Segunda Guerra Mundial, para o bloco capitalista era importante ganhar aliados, incluindo-os na promessa do progresso (conforme estabelece o ponto IV do discurso do então presidente estadunidense Truman, em 1949), e assim conter o avanço do comunismo. Com isso, se inicia a maquinaria global do desenvolvimento, mas também a irradiação de um imaginário que inferioriza os povos do Sul, que passam a ser definidos — sempre no espelho do “capitalismo avançado” — por suas carências, quer dizer, por seu subdesenvolvimento. As teorias da modernização, difundidas à época, explicavam as fases pelas quais os países em desenvolvimento deveriam passar para alcançar a situação dos países ocidentais: são as etapas do crescimento de Rostow (1961) para que a sociedade tradicional consiga converter-se em uma de alto consumo de massas.

As críticas a partir da América Latina a essa perspectiva foram imediatas. Já na CEPAL, Prebisch (1988) apontava para a necessidade de olhar além dos fatores internos que supostamente impediam a decolagem das sociedades tradicionais para entender as relações de troca desigual que se configuravam entre os países do centro e da periferia. Para ele, o subdesenvolvimento das sociedades periféricas derivava do posicionamento que estas tinham nas relações internacionais, caracterizado pela desigualdade comercial. Frente a isso, as sociedades latino-americanas deveriam dinamizar o mercado interno, superando a tendência à precarização da economia, apoiando a industrialização e melhorando os investimentos produtivos para corrigir o desequilíbrio interno entre o gasto e a acumulação de capital.



Esta proposta supôs uma severa crítica aos receituários do desenvolvimento impostos a partir dos países do centro e suas instituições, ao oferecer uma interpretação própria. Apesar disso, não adota uma perspectiva emancipadora: a autonomia seria apenas uma forma de melhorar o posicionamento sistêmico a fim de unir-se à rota do desenvolvimento.

Parte das teorias da dependência surgidas no final dos anos 1960 aprofundariam nesta linha, com uma crítica histórico-estrutural da visão das sociedades tradicionais e modernas como etapas da modernização, que não se adequava às características e condições históricas latino-americanas (Cardoso e Faletto, 1969). O desenvolvimento e o subdesenvolvimento não são vistos aqui como etapas, senão como posições na estrutura econômica internacional de produção, troca e distribuição. O desenvolvimento é entendido como resultado da interação entre grupos sociais, ou seja, como mudanças nessas estruturas de dominação, nas relações de dependência, para melhorar a inserção no mercado mundial.

Em uma perspectiva diferente, existiram, dentro do pensamento dependentista, propostas mais críticas, de ruptura com a ordem capitalista (Marini, 1977; Santos, 2000; Bamber, 2013). A partir de uma perspectiva marxista, o subdesenvolvimento passou a ser como consequência do próprio desenvolvimento dos países do centro, advogando em muitos casos pela desconexão ou, inclusive, pela “revolução permanente”. As posições sobre o desenvolvimento no marxismo são diversas, embora seja convergente o impulso transformador neste momento histórico para gerar modelos econômicos não capitalistas, já que o desenvolvimento (capitalista) para os países periféricos seria um caminho não apenas impossível, mas também indesejável.

Para Marini (1977), por exemplo, a melhoria da situação dos países periféricos não passaria pelo aumento da produtividade do trabalho, na medida em que a própria acumulação de capital se dá por meio da sobre-exploração dos trabalhadores. Da mesma forma, a suposta internacionalização do mercado interno, como forma de melhorar a inserção internacional, estava dando lugar a uma internacionalização do sistema produtivo para integrá-lo à economia capitalista mundial, favorecendo aqueles setores atraentes para o investimento das empresas estrangeiras, em detrimento das necessidades das populações, com um forte peso do Estado como dinamizador deste processo.

Apesar da centralidade do Estado como espaço de luta pela autonomia na América Latina, é relevante ressaltar a importância que estas interpretações davam à união do Terceiro Mundo contra o imperialismo do centro. Iniciava-se o Movimento dos Não-Alinhados e a definição dos princípios que serviriam de inspiração às práticas de

Cooperação Sul-Sul, ao mesmo tempo em que emergiam propostas para a criação de uma Nova Ordem Econômica Internacional. Os movimentos de solidariedade internacionalista também ganham força como forma de construir uma frente de resistência ao capitalismo, ao neocolonialismo e ao imperialismo.

Os debates sobre colonialismo e imperialismo estiveram presentes não apenas na prática e nos discursos políticos, senão também nas elaborações intelectuais sobre o desenvolvimento. Nesta linha, as teorias do colonialismo interno também vão negar a premissa de que o atraso das sociedades latino-americanas seja causado pela falta de desenvolvimento. As críticas de Rodolfo Stavenhagen a essa suposta dualidade das sociedades latino-americanas e à possibilidade de superação por meio da modernização das áreas rurais são especialmente interessantes. Para Stavenhagen (1981 [1965]), as relações entre o arcaico e o moderno “representam o funcionamento de uma só sociedade global em que ambos os polos são partes integrantes”: o desenvolvimento de uns se faz às custas do subdesenvolvimento de outros, da mesma forma que, no colonialismo, o desenvolvimento das metrópoles se construía sobre a exploração das colônias. O desenvolvimento deve passar, necessariamente, pela superação desse colonialismo interno que estrutura as sociedades latino-americanas. González Casanova (1963) aprofundou as características do colonialismo interno como categoria analítica, entendendo que as independências das colônias não alteram subitamente sua estrutura interna e internacional, muito pelo contrário: suas principais características se mantêm (economia complementar e subordinada aos países do centro, falta de integração econômica interna, dependência de um setor dominante — minerador ou agrícola —, exploração de mão de obra barata, baixos padrões de vida, sistemas repressivos e violentos, alta desigualdade interna e internacional, discriminação racial, cultura local discriminada, etc.).

É possível extrair uma lição importante deste debate: o desenvolvimento, no plano internacional, ocorre dentro de uma estrutura colonial que, longe de se esgotar em suas configurações e dinâmicas, substitui os atores da dominação. A grave exclusão sofrida pelas populações indígenas e afrodescendentes nas sociedades latino-americanas é sintomática da permanência dessas estruturas, assim como a persistente visão do originário como empecilho ao desenvolvimento por parte das elites. Cabe se perguntar qual é a população que participa dos processos de desenvolvimento, para entender se estes caminham em direção à adaptação ou à autonomia diante das estruturas do colonialismo interno.

## DO IMAGINÁRIO GLOBALÓFICO À ADJETIVAÇÃO E À NEGAÇÃO DO DESENVOLVIMENTO

Apesar da força destas visões críticas ao desenvolvimento, o esgotamento do modelo de industrialização por substituição de importações e o fracasso das opções revolucionárias daquela época fizeram com que perdessem espaço nos debates e disputas sobre o desenvolvimento. A queda do Muro de Berlim inaugurou um novo imaginário social e geopolítico baseado na ideia do *There is no alternative*, proclamando o triunfo da globalização neoliberal e, com isso, limitando a construção de horizontes disruptivos. Este cenário veio acompanhado de uma reedição das teorias da modernização, seguidas da aplicação prática do receituário de ajuste estrutural conhecido como Consenso de Washington nas décadas de 1980 e 1990. O neoliberalismo começa a ganhar força na região, devolvendo a centralidade do desenvolvimento ao mercado e limitando o papel do Estado ao caráter de gerência e controle.

Diante dessa ofensiva do capitalismo neoliberal, surgem novas disputas pelos sentidos e imaginários do desenvolvimento. Se passa a insistir na necessidade de pensar o desenvolvimento não apenas como sinônimo de crescimento econômico, o que leva a diversas adjetivações, como *desenvolvimento humano*, com foco nas pessoas, na qualidade de vida e nas oportunidades; e *desenvolvimento sustentável*, cujo epicentro está no respeito ao meio ambiente. Estas perspectivas são apropriadas de maneiras muito diferentes e, às vezes, antagônicas. Em alguns casos, são manejadas com o objetivo de dar centralidade ao indivíduo, ressaltando a importância da mudança pessoal como passo anterior para uma transformação societária. Em outros, dando protagonismo à natureza, por meio de um ecologismo social em que prevalece a defesa da justiça ambiental, dos bens comuns e dos direitos territoriais.

No entanto, também são mobilizadas — e ocorre assim com maior frequência — de forma totalmente compatíveis com o capitalismo, por exemplo, ao se interpretar o desenvolvimento humano em termos de melhoria de vida das pessoas por meio do aumento de bens de consumo e o conseqüente incremento da produção; ou ao se vislumbrar o desenvolvimento sustentável como uma forma mais “responsável” de crescimento econômico, baseada em uma lógica conservacionista funcional a um novo “capitalismo verde” que, ademais, é capaz de identificar e criar novos mercados. Dentro destas disputas semânticas e políticas, as conferências das Nações Unidas, com alta participação de organizações não governamentais em eventos paralelos, foram importantes, embora só tenham sido capazes de gerar perspectivas

alternativas ao neoliberalismo mais ortodoxo, com pouco conteúdo desafiador em termos sistêmicos.

Estas significações possíveis em torno do desenvolvimento complexificam a simplificação dicotômica sobre os modelos de desenvolvimento existentes na América Latina, que oscilariam, na história recente, entre o neoliberalismo e o neodesenvolvimentismo. E contribuiu para sugerir que aquilo que habitualmente é visto como “desenvolvimento alternativo” deve ser lido com muita cautela, uma vez que não existe desenvolvimento realmente “alternativo” dentro do capitalismo, senão um desenvolvimento diverso do capitalismo que busca novas vias para sua expansão. A partir das contribuições da escola da regulação francesa, poderíamos inclusive dizer que, às diferentes modulações do capitalismo corresponderiam diversas oscilações e trajetórias do desenvolvimento, segundo as especificidades dos países, embora todas elas imbuídas de uma concepção de crescimento econômico. Desta maneira, a relação salarial e o papel do Estado importam, mas é necessário relativizar as possibilidades de mudança advindas das posições neodesenvolvimentistas, dado que, mais do que um cenário totalmente alternativo, possibilitaram a reprodução do capitalismo, principalmente em tempos de financeirização.

Apesar de todas estas variações, o imaginário do desenvolvimento agrupado ao redor do neoliberalismo buscou se expandir geoestrategicamente na década de 1990 com o projeto da Área de Livre Comércio das Américas (ALCA), apresentado como um “acordo comercial inevitável que favoreceria o desenvolvimento da América Latina” (Bringel, 2015, p. 84). As resistências não demoraram a aparecer, como o levantamento zapatista em 1º de janeiro de 1994, dia em que entrava em vigor o Tratado de Livre Comércio da América do Norte (TLCAN) e se anunciava a proposta da ALCA. A campanha continental contra a ALCA foi longa e gerou espaços nacionais e regionais de convergência, redes de movimentos e protestos unificados no âmbito continental. Após dez anos de resistência ativa, o bloqueio da ALCA significou também a negação das propostas de desenvolvimento capitalista, com protagonismo dos movimentos camponeses e indígenas. Experiências territorializadas que buscavam, em sua prática cotidiana, tecer projetos políticos cooperativos e comunitários que fossem além do desenvolvimento, utilizando outras linguagens e formas de construção coletiva.

No debate intelectual, isso reverberou em críticas devastadoras ao “mito do desenvolvimento”. Ao vincular o desenvolvimento aos processos históricos da modernidade e do capitalismo, diversos autores, partícipes de uma virada discursiva, pós-estruturalista e pós-colonial, passaram a questionar as raízes do desenvolvimento e suas

consequências, entre elas a exclusão de vozes e saberes de boa parte da população “afetada” pelo desenvolvimento (Escobar, 2005, p. 19).

O desenvolvimento deixa de ser adjetivado para ser negado. O rótulo do “pós-desenvolvimento” passa a agregar uma série de inquietações diversas que buscam definir a realidade em termos diferentes aos do desenvolvimento. A radicalização da crise civilizatória e do projeto moderno se vê acompanhada por uma preocupação cognitiva e epistêmica que dá centralidade às relações entre a cultura, a natureza e o território, e a cenários de transição que permitam, progressivamente, “sair do caminho do desenvolvimento”. Implica a possibilidade de pensar e construir projeções emancipadoras alternativas às oferecidas nas margens do capitalismo, ou seja, “a capacidade de imaginar algo para além da modernidade e dos regimes de economia, guerra, colonialidade, exploração da natureza e das pessoas e o fascismo social que a modernidade ocasionou em sua encarnação imperial global” (Escobar, 2005, p. 30).

Estas novas vozes rebeldes encontram-se, na virada do século, na América Latina, com as vitórias eleitorais de governos progressistas em quase toda a região, vários deles impulsionados por ciclos de protestos e propostas vinculados aos movimentos populares. Abriu-se então um novo ciclo político no qual várias esperanças foram depositadas, embora desde o princípio uma pergunta-chave não deixasse de soar: estaríamos diante de uma mudança de época ou simplesmente diante de uma nova época de mudanças? (Svampa, 2008).

### **ENTRE A INTEGRAÇÃO REGIONAL E O SOCIAL-LIBERALISMO NACIONAL: IMPACTOS E LIMITES DO CICLO PROGRESSISTA**

Para além das diferenças nacionais, no início do século XXI a América Latina buscou se projetar no mundo de maneira relativamente mais autônoma (Cairo, 2008). Emergiram novos projetos políticos e epistêmicos que priorizaram a integração e a unidade regional, gerando um novo cenário que vislumbrou a criação de novos blocos político-econômicos, retomando um discurso anti-imperialista e de maior aproximação entre os países da região e com outras regiões periféricas, e fomentando as práticas de Cooperação Sul-Sul como forma de ganhar autonomia no cenário internacional e de se fortalecer frente aos países centrais (Ojeda, 2015). No âmbito nacional, as posições variaram de acordo com o teor dos diferentes governos e suas políticas. Em alguns casos (Bolívia, Equador ou Venezuela), houve processos constituintes, mudanças socioculturais e tentativas de transformar a forma Estado anterior, enquanto em outros (Argentina, Brasil, Chile ou Uruguai) a principal mudança residiu na ampliação das políticas sociais e na maior centralidade do Estado.

No entanto, a crítica ao neoliberalismo não levou a uma ruptura com os ditames capitalistas, senão a grandes acordos interclassistas que compaginaram mais democratização com um “neoliberalismo de novo tipo”, que Domingues (2013) define como “social-liberalismo”, entendido como uma nova forma de dominação que não só afirma o mercado, mas também o articula no social, aprofundando a dimensão biopolítica, de gestão e de penetração no tecido social por meio de uma confluência entre políticas focalizadas/setoriais e fomento de uma lógica consumista e empreendedora.

Deste modo, o discurso regional de autonomia se produziu de maneira paralela a um aumento da dependência entre os Estados (e no interior deles). Assim, o aprofundamento das ideias e das políticas neodesenvolvimentistas garantiu um maior crescimento econômico com benefícios para amplos setores sociais por meio de programas sociais, como o Bolsa Família no Brasil ou as reformas rumo a uma democracia mais participativa (como as missões na Venezuela ou o orçamento participativo de Porto Alegre). No entanto, se “deslocou a dimensão mais universalista de direitos e redistribuição da riqueza nacional para um tratamento compensatório de assistência” (Ivo, 2012), desvinculando o efeito — a pobreza — de suas causas estruturais, e aqueles que a sofrem de sua posição no sistema produtivo capitalista. A integração da população em situação de pobreza passou a se medir mais por sua capacidade de consumo do que pelas melhorias e pelos direitos que conquistava, ou por sua participação na tomada de decisões políticas.

Este cenário também levou a uma maior penetração do capital estrangeiro na região, com enormes benefícios para o capital financeiro e para o agronegócio. Enquanto isso, o desenvolvimento seguiu funcionando, em seu imaginário hegemônico, como horizonte que justificava “sacrifícios”, entre eles manter o extrativismo como eixo da atividade econômica, ou o apoio aos grupos econômicos privados que garantiam o “crescimento”, apesar das catastróficas consequências trabalhistas, sociais e ambientais. Setores que, em um princípio, foram aliados dos governos denominados “progressistas”, não demoraram em mostrar suas diferenças denunciando a apropriação adaptativa de suas propostas. Ainda assim, os limites do progressismo devem ser entendidos em sua diversidade de situações, por meio de tendências mais amplas, freios geoeconômicos, formas de gestão, relações históricas e subjetivas, e tensões político-ideológicas (Bringel e Falero, 2016).

Assim, na virada do século, emergia um momento extremamente ambivalente em que um imaginário que tenderia supostamente à autonomia se expandiu regionalmente, mas implementando políticas

social-liberais que atuaram mais como elemento limitador do que potencializador da emancipação. Beneficiaram parcelas importantes da população no curto prazo, mas, ao mesmo tempo, abriram novos caminhos para a dominação capitalista no médio e no longo prazo. A discussão sobre o Bem Viver é emblemática neste sentido. Embora surja como uma proposta de alternativa ao desenvolvimento e de superação do projeto de crescimento econômico, vinculando o ser humano ao seu entorno social e natural, é rapidamente disputada como paradigma, cosmovisão e imaginário: por um lado, dentro do capitalismo e do Estado, é constitucionalizada e esvaziada de seu “imaginário radical”, sendo apropriada discursivamente por governos, como o de Rafael Correa, para sua legitimação política. Por outro, dentro dos próprios movimentos sociais latino-americanos, gera-se certa dificuldade de inteligibilidade e apropriação do Bem Viver, tendo em vista sua forte associação a uma matriz comunitária e indígena andina que não se encaixa bem em outras culturas e territórios da região.

Ainda no âmbito internacional, o otimismo que a Cooperação Sul-Sul suscitou na última década deu lugar a críticas em relação ao seu potencial transformador, na medida em que não questionava as bases do modelo de desenvolvimento capitalista, e sim buscava uma inserção sistêmica das agora chamadas “potências emergentes” (Echart, 2016). Ao mesmo tempo em que os governos reformistas e seus aliados sofrem intensas críticas por parte de uma oposição de esquerda, passaram também a ser fortemente contestados pela direita, embora por motivos distintos.

### **ONDA AUTORITÁRIA, DIREITIZAÇÃO E O RETORNO DAS LÓGICAS MAIS DEPREDADORAS DO DESENVOLVIMENTO**

À crise econômico-financeira global iniciada em 2008, agravada com o fim do *boom* das *commodities*, e a alguns realinhamentos geopolíticos no cenário internacional, se somaram conflitos de ordem interna que aumentaram a polarização sociopolítica na América Latina, levando a processos de desestabilização política, sendo a Venezuela o exemplo mais grave. Em alguns casos, se levaram a cabo novos golpes de Estado, seja por meio dos formatos mais tradicionais, que incluem a intervenção militar (como em Honduras), seja por meio da articulação parlamentar-midiática (como no Brasil, no Paraguai ou na Bolívia).

Isto coloca a América Latina em um momento extremamente delicado. Por um lado, o avanço em um sentido democratizante no ciclo político anterior, apesar de suas contradições, está sob sério risco com a chegada com força de uma direita mais radical aos parlamentos e às ruas, mobilizando o ódio e o revanchismo, mas também a disputa

cultural e a própria “democracia”, utilizada de forma bastante ambivalente, às vezes sob um discurso salvacionista. O fortalecimento dos autoritarismos em muitos países da região abriu caminho para um retorno da lógica mais violenta e depredadora do desenvolvimento, que ataca a vida e seus diversos defensores (ambientalistas, ativistas de direitos humanos, feministas), colocando em perigo a própria sobrevivência dos ecossistemas e de seus habitantes.

Por outro lado, as forças de esquerda e emancipatórias estão profundamente fragmentadas e se enfrentam com muitos desafios internos e externos: a necessária autocrítica; a substituição geracional; a resistência ativa contra privatizações e retrocessos de direitos; sua (in) capacidade de se conectar com parcelas mais amplas da sociedade e não apenas com seus círculos militantes; a crescente transversalização de agendas políticas e a multiposicionalidade das identidades ativistas; o descentramento das organizações sociopolíticas e a emergência de novas gramáticas culturais e de sociabilidade política.

Apesar disso, a expansão do capitalismo para todas as esferas da vida social segue encontrando resistências nos movimentos sociais na América Latina por meio da disputa pela vida e pelos territórios. São numerosos os exemplos que desafiam a lógica do desenvolvimento capitalista e patriarcal imperante: desde a onda de feminismos que percorre a região, às tradicionais, mas renovadas, resistências dos povos indígenas, passando pelo protagonismo da juventude e de setores ecologistas, até chegar, em casos como o do Chile, a revoltas generalizadas. Todas elas chamam a atenção, de uma forma ou de outra, para a importância de colocar os cuidados no centro das agendas: o cuidado das pessoas, das mulheres e da Pacha Mama como um todo.

Contudo, em um contexto de forte militarização da política, deslegitimação da democracia, novo impulso do capitalismo financeiro internacional, as resistências se enfrentam com cenários cada vez mais difíceis. A América Latina é a região mais letal para quem defende o meio ambiente e os direitos humanos, com a maior parte dos assassinatos vinculados a indústrias extrativas. Mesmo atores tradicionais na busca de vias de desenvolvimento para a região, como a CEPAL, reconhecem os limites de um projeto baseado no extrativismo que não só não logrou reduzir os altíssimos índices de desigualdade e gerar bem-estar para as populações latino-americanas, senão teve altíssimos impactos socioambientais.

## **NOTAS FINAIS: E AGORA, O QUÊ? INFLEXÃO CIVILIZACIONAL E CAMINHOS REABERTOS DIANTE DA CRISE DO CORONAVÍRUS**

A disputa pela autoconstrução da sociedade e seus imaginários dificilmente será exitosa se não se levam em consideração todas as recon-



figurações societárias e geopolíticas contemporâneas. A dificuldade para gerar projetos comuns é importante, embora também seja cada vez maior o esgotamento e a desconfiança em relação às instituições e às formas tradicionais de se pensar e fazer política. Como repensar o desenvolvimento ou a sua superação frente a este novo cenário que se abre? Que imaginários hegemônicos estão sendo gerados e quais são os horizontes de possibilidades e de transformação? É difícil responder sem analisar o presente em toda a sua contradição, sempre em relação com tendências mais amplas do desenvolvimento. Isso requer pensar quais concepções de autonomia e de mudança social podem emergir ou estão emergindo, mas também suas limitações.

O caráter destrutivo do desenvolvimento capitalista e patriarcal vem sendo denunciado há décadas pelos movimentos sociais, com protagonismo, nos últimos anos, dos atores ecologistas, indígenas e feminista. Em meio a tudo isso, fomos surpreendidos em todo o mundo por um vírus. A emergência, no início de 2020, da pandemia do coronavírus e sua rápida difusão dizem muito, para bem e para mal, sobre a sociedade em que vivemos. Por um lado, há o risco de fortalecimento de um autoritarismo e uma militarização global, cada vez mais legitimada pela própria população diante de circunstâncias de maior vulnerabilidade social, riscos e ataques. Por outro, revelou à sociedade uma série de aprendizados políticos em que os movimentos sociais vêm insistindo há tempos.

Primeiro, a importância da luta contra o antropocentrismo frente aos desequilíbrios ecossistêmicos que geramos: em poucas semanas de confinamento humano, as estratosféricas taxas de contaminação caíram pela metade, enquanto vemos insólitas imagens de animais circulando por ruas vazias. Isso nos lembra que sem luta contra as mudanças climáticas não haverá planeta nem vida que se sustente no futuro imediato. Em segundo lugar, a centralidade dos cuidados para manter a vida. As feministas vêm denunciando sua divisão absolutamente desigual, que recai quase exclusivamente sobre o corpo das mulheres. Abre-se agora, quando essas tarefas se apresentam como essenciais (o cuidado de nossas crianças, de nossos idosos ou dos enfermos), uma oportunidade de inflexão para uma mudança de cenário, transformando a organização do trabalho em casa e fora dela, para construir sociedades mais igualitárias e alternativas antipatriarcais. Terceiro, a defesa e reconstrução do público, mas também do comum. Após décadas de desmantelamento dos serviços públicos pelo neoliberalismo, a luta contra o coronavírus visibilizou a importância da saúde pública, gratuita e universal como principal suporte para proteger as pessoas. Faz-se palpável também a importância da coletividade e da vida comunitária, como única forma de enfrentar nossa

vulnerabilidade, com diversas iniciativas sociais que potencializam a empatia, a solidariedade e redes de apoio mútuo. Por fim, a crise nos exige recuperar algo que os movimentos camponeses e as redes alimentares vêm reivindicando há décadas: a soberania alimentar. Em momentos como os atuais, ao pensar sobre o que e como se produz, se consome e se distribui, o dilema é claro: ou apostamos em uma mudança de nossos hábitos e do sistema alimentar em seu conjunto (com cadeias relocadas e produtos sustentáveis e ecológicos) ou estaremos fadados a um aprofundamento da catástrofe alimentar (que já se vislumbra nas ameaças de desabastecimento por nossa dependência das grandes cadeias alimentares).

Em um contexto como o atual, e apesar das dificuldades, é fundamental aprender com estas disputas históricas sobre o desenvolvimento, não para repetir seus erros, senão para reinventar novas saídas. Os aprendizados situam-se no nível teórico, mas também prático, como alternativas concretas que deslocam o desenvolvimento como princípio organizador da vida social para construir um novo “pluriverso” (Kothari *et al.*, 2019), explorando as conexões local e global na difusão do anticapitalismo e as diversidades dentro dos projetos emancipadores. O desafio é urgente, já que os impactos do desenvolvimento do capitalismo são cada vez mais catastróficos e letais. Os momentos de crise levaram, historicamente, ao aprofundamento deste modelo. É hora de escapar dele e construir alternativas civilizacionais baseadas no cuidado do comum.

## **BIBLIOGRAFIA**

- Agnew, J. (2005). *Geopolítica: una re-visión de la política mundial*. Madrid: Trama.
- Anderson, B. (1993). *Comunidades imaginadas. Reflexiones sobre el origen y la difusión del nacionalismo*. Cidade do México: Fondo de Cultura Económica.
- Bambirra, V. (2013). *O capitalismo dependente latino-americano*. Florianópolis: Insular.
- Bringel, B. (2015). Las luchas continentales contra el ALCA: aprendizajes, resistencias y construcciones colectivas. In Vázquez, U. e Uharte, L. (Orgs.), *La década ganada en América Latina: una mirada analítica a las luchas populares* (pp. 83-94). Bilbao: Editorial de la Universidad del País Vasco.
- Bringel, B. e Echart, E. (2015). Movimientos sociales, desarrollo y emancipación. In Sotillo, J. Á. (Dir.), *Antología del desarrollo* (pp. 573-670). Madrid: IUDUCUM / Los Libros de la Catarata.

- Bringel, B. e Falero, A. (2016). Movimientos sociales, gobiernos progresistas y Estado en América Latina: transiciones, conflictos y mediaciones. *Caderno CRH*, 29(SPE 03), 27-45.
- Cairo, H. (2008). América Latina nos modelos geopolíticos modernos: da marginalização à preocupação com sua autonomia. *Caderno CRH*, 21(53), 221-237.
- Cardoso, F. e Faletto, E. (1984 [1969]). *Dependência e Desenvolvimento na América Latina: Ensaio de Interpretação Sociológica*. Rio de Janeiro: Zahar.
- Castoriadis, C. (1975). *La institución imaginaria de la sociedad*. Barcelona: Tusquets.
- Castoriadis, C. (1998). *Hecho y por hacer. Pensar la imaginación*. Buenos Aires: Eudeba.
- Domingues, J. (2013). Social liberalismo y dominación global, *Geopolítica(s)*, 4(2), 183-198.
- Echart, E. (2016). Una visión crítica de la Cooperación Sur-Sur. Prácticas, actores y narrativas. In Lima, M. R.; Milani, C. e Echart, E. (Ed.). *Cooperación Sur-Sur, política exterior y modelos de desarrollo en América Latina* (pp. 229-255). Buenos Aires: CLACSO.
- Escobar, A. (1996). *La invención del Tercer Mundo*. Construcción y deconstrucción del desarrollo. Bogotá: Norma.
- Escobar, A. (2005). El postdesarrollo como concepto y práctica social. In Mato, D. (Org.), *Políticas de economía, medio ambiente y sociedad en tiempos de globalización* (pp. 17-31). Caracas: Universidad Central de Venezuela.
- González, P. (1963). Sociedad plural, colonialismo interno y desarrollo. *América Latina: Revista del Centro Latinoamericano de Investigaciones en Ciencias Sociales*, VI(3).
- Ivo, A. (2012). O paradigma do desenvolvimento: do mito fundador ao novo desenvolvimento. *Caderno CRH*, 25, 187-210.
- Kothari, A.; Salleh, A.; Escobar, A.; Demaria, F. e Acosta, A. (eds.) (2019). *Pluriverso: un diccionario del postdesarrollo*. Barcelona: Icaria.
- Marini, R. (1977). La acumulación capitalista mundial y el subimperialismo. *Cuadernos Políticos*, 12. Cidade do México: Ediciones Era.
- Marx, K. (2009 [1852]) *El dieciocho Brumario de Luis Bonaparte*. Madrid: Alianza.
- Ojeda, T. (2015). Cooperación Sur-Sur y triangular en el sistema de cooperación para el desarrollo. In Sotillo, J. Á. (Dir.), *Antología*

*del Desarrollo* (pp. 467-572). Madrid: IUDCUCM / Los Libros de la Catarata.

Prebisch, R. (1988). Dependencia, interdependencia y desarrollo. *Revista de la CEPAL*, 34.

Rostow, W. (1961). *Las etapas del crecimiento económico*. Cidade do México: Fondo de Cultura Económica.

Said, E. (2007 [1978]). *Orientalismo*. Barcelona: Bolsillo.

Stavenhagen, R. (1981 [1965]). Siete tesis equivocadas sobre América Latina. *Sociología y Subdesarrollo* (pp. 15-84). Ciudad de México: Nuestro Tiempo.

Svampa, M. (2008). *Cambio de época: movimientos sociales y poder político*. Buenos Aires: CLACSO / Siglo XXI.

Wallerstein, I. (2006). *Análisis de sistemas-mundo. Una introducción*. Madrid: Siglo XXI Editores.



CAPÍTULO 2

**UM OLHAR DECOLONIAL SOBRE O  
CONCEITO DE DESENVOLVIMENTO<sup>1</sup>**

Tereza M. Spyer Dulci

**INTRODUÇÃO**

A questão do desenvolvimento no pensamento latino-americano e caribenho ganhou, em 2019, novos ares com os movimentos de resistência às políticas neoliberais no Chile e no Equador, e com o golpe de Estado na Bolívia. As contradições que estamos vivenciando nos últimos tempos, no âmbito político, especialmente a partir de uma nova onda conservadora e do fortalecimento do extrativismo/hiper extrativismo, levaram a um aumento acentuado da desigualdade e da violência na região (Gudynas, 2019).

Nosso objetivo neste texto é refletir sobre o discurso de desenvolvimento na América Latina e no Caribe, a partir dos marcos ontológicos e epistemológicos do giro decolonial<sup>2</sup> (Castro-Gómez e Grosfoguel,

---

1 Este artigo é resultado das discussões realizadas na Pós-Graduação em Integração Contemporânea da América Latina, da Universidade Federal da Integração Latino-Americana (UNILA), na linha de pesquisa Cultura, Colonialidade/Decolonialidade e Movimentos Sociais e no Grupo de Pesquisa ¡DALE! — Descolonizar a América Latina e seus Espaços. As traduções do espanhol e do inglês para o português são de nossa autoria.

2 Neste texto usamos o termo *decolonial* e não *descolonial*, seguindo a sugestão de Catherine Walsh. Para esta autora: “Suprimir o ‘s’ e nomear ‘decolonial’ não é pro-

2007; Grosfoguel e Mignolo, 2008). Essa perspectiva problematiza a construção do conceito de desenvolvimento que fez uso da retórica salvacionista eurocêntrica/ocidentalizada, organizada de acordo com uma estrutura binária de conceitos voltados para a economia, como desenvolvido/subdesenvolvido, progresso/retrocesso, civilizado/incivilizado, primeiro mundo/terceiro mundo (Quijano, 2009, 2012).

A ideia de desenvolvimento, sua construção e perpetuação como paradigma universalizado, é entendida aqui como um dos pilares da modernidade (Quijano, 2009; Quintero, 2014). Assim, é necessário refletir sobre a possibilidade de descentramento, desconstrução e decolonização do desenvolvimento (Dussel, 1994, 2000; Mignolo, 2003, 2010; Quijano, 2000, 2009, 2011, 2012).

Para isso, apresentaremos as principais críticas ao conceito de desenvolvimento a partir do giro decolonial e focaremos parte da análise sobre o pensamento de Arturo Escobar, cuja proposta visa à construção de “espaços de (re)existência” para além do desenvolvimento e da modernidade (Escobar, 2014, p. 21). Escobar é um dos intelectuais mais produtivos no campo dos estudos de desenvolvimento e representa o cruzamento entre o pós-desenvolvimento e o giro decolonial (Escobar, 2005, 2010, 2011, 2012a, 2012b, 2014; Esteva e Escobar, 2017; Estrada, 2013; Gudynas, 2014).

## **CRÍTICAS AO DESENVOLVIMENTO A PARTIR DO GIRO DECOLONIAL**

Desde o final dos anos 90, um grupo de intelectuais, na sua maioria da América Latina e do Caribe, docentes de universidades desta região e dos Estados Unidos, compuseram um espaço enunciativo para problematizar a colonialidade (GECO, 2012). O projeto, conhecido como Modernidade/Colonialidade/Decolonialidade (MCD), tornou-se “[...] uma coletividade de argumentação em torno de um conjunto de problematizações da modernidade e, particularmente, sobre o significado de tal experiência na perspectiva de quem a viveu a partir de uma condição subalterna” (Restrepo e Rojas, 2010, p. 13).

---

mover um anglicanismo. Pelo contrário, é fazer uma distinção com o significado em espanhol do “des”. Não pretendemos simplesmente desarmar, desfazer ou reverter o colonial; isto é, passar de um momento colonial a um não colonial, como se fosse possível que seus padrões e pegadas deixassem de existir de uma hora para outra. A intenção, em vez disso, é apontar e provocar um posicionamento — uma postura e atitude contínuas — para transgredir, intervir, insurgir e influenciar. O decolonial denota, então, um caminho de luta contínua, em que podemos identificar, visibilizar e encorajar ‘lugares’ de exterioridade e construções alternativas” (Walsh, 2009, pp. 14-15, tradução própria).

De acordo com Luciana Ballestrin, os principais membros do giro decolonial são Aníbal Quijano, Arturo Escobar, Boaventura de Sousa Santos, Catherine Walsh, Enrique Dussel, Fernando Coronil, Immanuel Wallerstein, Nelson Maldonado-Torres, Ramón Grosfoguel, Santiago Castro-Gómez, Zulma Palermo e Walter Mignolo (Ballestrin, 2013, p. 98). Atualmente, podemos incluir, entre outras(os): Alex Schlenker, Carlos Walter Porto-Gonçalves, Christian León, Edgardo Lander, Joaquín Barriendas, María Lugones, Pablo Quintero, Rita Segato e Yuderkys Espinosa Miñoso.

É importante apontar que, se na primeira geração há um grande número de intelectuais atuando em universidades do Norte, na segunda, a maioria desenvolve seus processos de enunciação a partir do Sul, uma vez que fazem parte de instituições dos países latino-americanos e caribenhos.

O giro decolonial deriva da premissa de que há um “[...] padrão de poder colonial/moderno, eurocentrado, mundial e capitalista nos últimos 500 anos” (Quijano, 2009, p. 153), fundado a partir do constructo social do conceito de raça, que gerou um modelo de estratificação baseado na branquitude (Dussel, 1994; Quijano, 2000; Mignolo, 2003). A sua chave analítica é a chamada tríade da colonialidade: do poder (modos de organização — “estrutura, cultura, sujeito”), do saber (modos de conhecimento — “sujeito, objeto, método”) e do ser (modos de subjetivação — “tempo, espaço e subjetividade”) (Maldonado-Torres, 2019, p. 42).

As(os) teóricas(os) do giro decolonial vêm denunciando o “mito da modernidade” (e “a falácia do desenvolvimento”) (Dussel, 1994, p. 175-176) como uma das principais características do sistema-mundo moderno/colonial. Para elas(es), esse mito baseia-se na colonização epistêmica do Sul pelo Norte (Mignolo, 2010), que gerou um processo de subalternização dos conhecimentos dos povos racializados a partir da “catástrofe metafísica” que representou a conquista da América (Maldonado-Torres, 2019, p. 37).

Após 70 anos do famoso discurso do presidente Harry Truman, quem lançou a ideia do conceito de desenvolvimento como critério legitimador da hegemonia do Norte sobre as nações do Sul, classificadas a partir daqui sob o eufemismo de subdesenvolvidas, vemos que o desenvolvimento como ideia-força continua sendo um dos pilares básicos da modernidade (Quijano, 2009; Quintero, 2014).

Durante décadas esse discurso conceituou e definiu o Sul desde o Norte. A partir de estruturas administrativas, jurídicas e institucionais, como agências de desenvolvimento e organismos internacionais (Organização das Nações Unidas, Fundo Monetário Internacional,



Banco Mundial etc.) foram pautadas as relações entre o primeiro, segundo e terceiro mundos (Escobar, 2014).

Assim, o desenvolvimento tornou-se o princípio organizador da vida social, no qual os países subdesenvolvidos deveriam seguir as nações desenvolvidas (Escobar, 2010; Quijano, 2009). Para Quintero:

[O] desenvolvimento é tanto um instrumento de classificação social quanto uma fonte motivadora de forças sociais de diversos tipos, que reside — com grande potencialidade — no mais profundo senso comum da grande maioria da população do planeta. O que Truman anuncia em 1949 faz parte de uma trama de sentidos e práticas compartilhadas que vem sendo gerada no longo tempo histórico, e que adquire a particularidade de se apresentar desde o segundo pós-guerra como uma velha novidade. (Quintero, 2014, p. 271)

A partir de uma perspectiva nortecêntrica, o desenvolvimento foi concebido, com as categorias de evolução e progresso, como um processo linear e confinado à esfera econômica. Nesse sentido, uma vez que o pensamento local é percebido como universal, a história do desenvolvimento mundial após a Segunda Guerra Mundial, fruto do metarrelato moderno, era a história da Europa e dos Estados Unidos (Lander, 2000). De fato, para Quintero: “Se o desenvolvimento conseguiu ‘desenvolver’ alguma coisa ao longo de sua história, foi a desigualdade e a assimetria a nível mundial através do crescimento e da expansão do capitalismo e da colonialidade” (Quintero, 2014, p. 279). Nessa perspectiva, para Walsh, o desenvolvimento: “[...] é uma construção ‘paradigmática’ (não apenas paradigmática), contra a qual o Hemisfério Sul, em geral, e a América Latina, em particular, foram avaliados e se avaliaram, ou seja, é o Ocidente desenvolvido contra todos e, ao mesmo tempo, servindo de modelo para o resto dos países” (Walsh, 2010, p. 1).

Na América Latina e no Caribe a discussão sobre o conceito de desenvolvimento e suas práticas passou por diferentes etapas. No início, incorporou as teorias da modernização (de cunho liberal) e, em seguida, implantou a criação de seu próprio pensamento (de cunho marxista), intimamente ligado à Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL). Foi o caso dos postulados de Raúl Prebisch (escola estruturalista) nas décadas de cinquenta e sessenta, e as contribuições das teorias da dependência, cujos expoentes mais conhecidos foram André Gunder Frank, Fernando Henrique Cardoso, Enzo Faletto, Theotônio dos Santos, Ruy Mauro Marini e Vânia Bambirra, na década de setenta (Escobar, 2014; Grosfoguel, 2013).

No que diz respeito às teorias da dependência, é importante destacar que, apesar de terem representado uma forte crítica aos modelos de desenvolvimento e às teorias da modernização, e de ter proposto uma revisão das doutrinas da CEPAL, elas operavam dentro dos marcos eurocêntricos/ocidentalizados, ou seja, a partir de definições dicotômicas, reproduzindo as ideias de modernização, progresso, evolução etc. (Grosfoguel, 2013; Maldonado-Torres, 2019; Quintero, 2014). Nesse sentido, Escobar afirma que, apesar de não ter representado “uma alternativa ao desenvolvimento”, a crítica marxista dependentista desafiou os esquemas teóricos dominantes, limitando-se, no entanto, a formar uma perspectiva distante destes (Escobar, 2012, p. 152).

Posteriormente, nos anos 1990 e início do século XXI, sob a proposta do regionalismo aberto, via Consenso Washington, houve um alinhamento com os eixos do neoliberalismo e da globalização, mesmo em suas versões críticas, como é o caso das teorias da modernização de cunho culturalista, do desenvolvimento humano e do desenvolvimento sustentável (Escobar, 2010, 2012; Quijano, 2009).

Segundo Walsh (2010), programas implementados por organismos internacionais como o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) e o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) fazem da diversidade cultural e social um instrumento de funcionalidade para o sistema capitalista, um processo que gera uma recolonização do Sul. Para esta autora, embora as ações desses organismos “[...] reconheçam e incluam os povos indígenas e afrodescendentes, suas práticas culturais e até mesmo seus conhecimentos”, não subvertem a essência dominante ou a estrutura básica dessas instituições, o que pode ser interpretado como uma “interculturalidade funcional” (Walsh, 2010, p. 3).

Grosfoguel (2019) afirma que, ao avaliar os projetos da “esquerda ocidentalizada” em geral, e da latino-americana e caribenha em particular, especialmente as contribuições dos marxistas da CEPAL, e algumas de suas ideias revividas pelos governos neo-desenvolvimentistas/progressistas, a economia continua sendo o marco analítico central, e os outros elementos como raça, gênero e sexualidade são percebidos como seu “epifenômeno”. Para ele: “O horizonte político não pode estar na direção de um projeto de esquerda que cumpra todas as promessas e valores da modernidade” (Grosfoguel, 2019, p. 65). Segundo este autor, não há nenhum projeto insurgente em nossa região que não passe pelo marco racial:

[...] na perspectiva decolonial o racismo é um princípio organizador, o que não significa que seja, em última instância, um fator determinante que substitui a determinação de classe pela raça [...]. O racismo organiza as

relações de dominação na modernidade mantendo a existência de cada hierarquia de dominação sem reduzir umas às outras, porém, ao mesmo tempo, sem poder entender uma sem as outras. (Grosfoguel, 2019, p. 59)

Nesse sentido, ainda para Grosfoguel, “[...] os debates sobre desenvolvimento de 1945-1990 na América Latina, embora aparentemente radicais, de fato fazem parte da *longue durée* da geocultura da modernidade que dominou o sistema mundo moderno” (Grosfoguel, 2013, p. 27). Tal cenário só mudaria com críticas contundentes do pós-desenvolvimento e as contribuições do giro decolonial, quer dizer, com o estabelecimento do debate (e também da prática-ação) sobre alternativas ao desenvolvimento e transições ao pluriverso.

### **O PÓS-DESENVOLVIMENTO COMO ESTRATÉGIA DECOLONIAL**

Nos anos 1990, paralelamente ao avanço do neoliberalismo e ao aprofundamento da globalização, criou-se uma “escola do pós-desenvolvimento”, influenciada pelo pensamento de Orlando Fals Borda, Paulo Freire e Iván Illich, que estabeleceu, por um lado, uma discussão entre os marcos do pós-estruturalismo, as teorias feministas, a teoria pós-colonial e os estudos de economia política (Escobar, 2005, pp. 22-26) e, por outro, um diálogo com os movimentos sociais, os autênticos responsáveis por “[...] desafiar os regimes de verdade desenvolvimentistas” (Escobar, 2012a, p. 25).

É importante ressaltar que, entre os impulsionadores do giro decolonial, Escobar é certamente o crítico mais proeminente da ideia de desenvolvimento. Deste modo, sua perspectiva representa a intersecção entre o pós-desenvolvimento e o giro decolonial, enfatizando que “[...] o pós-desenvolvimento é uma estratégia decolonial” (Escobar *apud* Gudynas, 2014, p. 28).

Uma análise de sua produção nos permite identificar que nos anos 1990 ele se dedicou a desconstruir o conceito de desenvolvimento a partir dos marcos do pós-estruturalismo (especialmente através da obra de Michel Foucault), ajudando a pensar não apenas em desenvolvimentos alternativos, mas também em alternativas ao desenvolvimento (Escobar, 2005, 2012a).

Em um diálogo aberto com outros referentes importantes pós-desenvolvimentistas como Alberto Acosta, Gustavo Esteva, Eduardo Gudynas, Edgardo Lander, Enrique Leff e Maristella Svampa, para Escobar o pós-desenvolvimento “[...] salientou as formas de exclusão que implica o projeto de desenvolvimento, em especial a exclusão dos conhecimentos, das vozes e preocupações daqueles que, paradoxalmente, devem se beneficiar do desenvolvimento: os pobres da Ásia, África e América Latina” (Escobar, 2005, p. 19). Além disso, afirma

que “[...] liberar o espaço discursivo desse fantasma do desenvolvimento faz parte da nossa estratégia de libertação” (Escobar, *apud* Estrada, 2013, p. 237).

Parte de seu trabalho neste período baseia-se, em grande medida, em sua experiência com as comunidades afrodescendentes do Processo de Comunidades Negras (PCN) do Pacífico Sul colombiano, em consonância com uma ecologia política alternativa do próprio movimento que reivindica que “[...] a globalização é um *projeto de morte*, e uma de suas principais armas é o desenvolvimento” (Escobar, 2011, p. 307).

O PCN representa uma proposta pós-desenvolvimentista operada a partir da interculturalidade, uma ontologia política que gera “encontros entre mundos” (Escobar, 2010, pp. 8-9). No entanto, Escobar ressalta que a crítica a partir do Sul não está isenta de seus próprios colonialismos internos, uma vez que os “discursos de transição e de alternativas [...] tendem a preferir o indígena ou ainda o urbano-popular ao camponês. Nas últimas duas décadas, no entanto, as lutas afro-latino-americanas, enquanto tal, não só obtiveram enormes ganhos de experiência, força e visibilidade, como também desenvolveram inegável clareza conceitual e política” (Escobar, 2014, p. 64).

Nas primeiras décadas do século XX, ao formar parte do giro decolonial, Escobar expandiu sua crítica ao desenvolvimento — movido pelas experiências com o PCN, e também pelos movimentos em torno do Bem Viver, dos direitos da natureza e das transições para o pós-extratativismo, que ele denomina de “discursos de transição” (Escobar *apud* Gudynas, 2014, pp. 28-29) — e passa a propor não somente a decolonização do desenvolvimento, mas também alternativas à própria modernidade. Isto é, uma transição ao pluriverso (Escobar, 2012b), o reconhecimento de que não há um único mundo (o mundo capitalista), mas muitos mundos possíveis interconectados, habitados por conhecimentos-outras que reconhecem o planeta “como um todo vivente sempre emergente” (Escobar, 2012a, p. 11).

Escobar propõe o *sentipensar* com a terra, onde existem diversas culturas, perspectivas ou representações subjetivas, marcadas por ontologias relacionais, de base comunal, entre humanos e não-humanos que incorporam espiritualidades, criando espaços onde coexistem múltiplas vozes e dinâmicas (Escobar, 2014).

Para Escobar, o Bem Viver significa uma “ruptura conceitual” com os modelos dominantes de desenvolvimento, uma vez que:

1. Questiona o ‘mau-desenvolvimento’ baseado no crescimento e no progresso material como princípios orientadores;
2. Desvia o desenvolvimento como fim para o desenvolvimento como processo de mudança qualitativa;

3. Permite ir além de modelos baseados na exportação de recursos primários, e combate a reprimarização, em voga no continente [...]. Levando a sério, em certa medida, a sustentabilidade do patrimônio natural. (Escobar, 2011, p. 309)

No entanto, para este autor, o Bem Viver ilustra as tensões entre o neo-desenvolvimentismo e o pós-desenvolvimento, pois apesar de propor um novo regime, baseado em cosmovisões de povos indígenas e afro-descendentes, bem como nas lutas dos camponeses, ambientalistas, feministas etc., e de representar um grande giro biocêntrico (Escobar, 2012a), há algumas propostas nesta linha que retomam o horizonte do desenvolvimento clássico.

Para Escobar, os governos progressistas, apesar de suas “políticas redistributivas”, acabaram revitalizando o sonho desenvolvimentista através do neoextrativismo (Escobar, 2012a, p. 39). Nessa perspectiva, enfatiza que a “decolonização epistêmica” aconteceu parcialmente em nossa região e que as estruturas da colonialidade não foram verdadeiramente transformadas. Além disso, afirma que o desafio permanece, uma vez que: “A autonomia pode ser descrita em termos de democracia radical, autodeterminação cultural e autogoverno” (Escobar, 2012a, p. 38) e que “a ênfase na autonomia problematiza a relação esquerda-direita e as visões estadocêntricas” (Escobar, 2014, p. 56).

Com relação às conexões entre as ontologias e epistemologias indígenas e afro-americanas, o autor ressalta que a relação que subjaz às propostas do PCN e do Bem Viver é semelhante a outros movimentos contra hegemônicos e insurgentes da América Latina e do Caribe, como é o caso do “mandar obedecendo” zapatista (Escobar, 2011, pp. 310-311). Segundo Escobar: “As ontologias relacionais muitas vezes envolvem perspectivas territoriais e comunais, que é o caso de muitas comunidades indígenas, afrodescendentes e camponesas. Nessas ontologias, os territórios são espaços-tempos vitais de interrelação com o mundo natural” (Escobar, 2014, p. 59). Deste modo, os discursos de transição que se destacam “[...] podem ser concebidos como indicadores para o pós-desenvolvimento, ou como desafios à modernidade em geral” (Escobar, 2012a, p. 10).

Dessa forma, para Escobar, o pós-desenvolvimento busca desconstruir o desenvolvimento, bem como o giro decolonial decolonizar o desenvolvimento e a modernidade. Ambos pregam o descentramento da ideia de desenvolvimento, argumentando que ela não deve “ocupar a prática social e política” dos países do Sul. Pelo contrário, defendem a necessidade de desconstruir/decolonizar os espaços discursivos dominados pela episteme do desenvolvimento para dar lugar a outros pensamentos, possibilidades e práticas. Nesse sentido, as alternativas

ao desenvolvimento e à modernidade, propostas pelo pós-desenvolvimento e pelo giro decolonial, aprofundam os problemas relacionados ao “núcleo duro conceitual” do desenvolvimento (como o progresso e a racionalidade) diante dos principais problemas da região, em especial a grave crise ecológica em que vivemos, fruto do neoextrativismo (Escobar *apud* Estrada, 2013, p. 238).

### CONSIDERAÇÕES FINAIS

Neste texto, tratamos das críticas ao conceito de desenvolvimento a partir do giro decolonial. Sendo o desenvolvimento um dos pilares da modernidade, observamos sua construção e perpetuação como paradigma universalizado desde o fim da Segunda Guerra Mundial até o presente. Além disso, destacamos os cruzamentos entre o pós-desenvolvimento e o giro decolonial a partir do pensamento de Arturo Escobar, um dos mais proeminentes críticos do conceito tradicional de desenvolvimento. Finalmente, com a intenção de salientar as potencialidades e desafios dos discursos-ação emergentes-insurgentes da nossa região, fizemos uma aproximação aos casos do Processo de Comunidades Negras e do Bem Viver.

Os impulsionadores do giro decolonial, e Escobar em particular, estão enfrentando o difícil desafio ontológico e epistemológico apresentado pela ideia do fim da modernidade. Em uma entrevista-conversa entre Escobar e Gustavo Esteva, o primeiro afirmou: “Descobri que a seguinte paráfrase é verdadeira: que é mais fácil imaginar o fim do mundo do que o fim da modernidade” (Esteva e Escobar, 2017, p. 2567). No entanto, respondemos ao pessimismo de Escobar com outra declaração contundente dele, que sustenta que as: “[...] disputas epistêmicas cada vez andam mais lado a lado das lutas concretas de diversos grupos” (Escobar, 2014, p. 41).

Por isso, vemos a necessidade, mesmo em tempos tão difíceis como os que vivemos atualmente na América Latina e no Caribe, de refletir e ampliar os espaços de debate e desconstrução-decolonização das ideias-força da colonialidade, como o conceito de desenvolvimento.

### BIBLIOGRAFIA

- Ballestrin, L. (2013). América Latina e o giro decolonial. *Revista Brasileira de Ciência Política*, 11, 89-117.
- Castro-Gómez, S. (2000). Ciencias sociales, violencia epistémica y el problema de la invención del otro. In Lander, E. (Comp.), *La colonialidad del saber: eurocentrismo y ciencias sociales. Perspectivas latinoamericanas*. Buenos Aires: CLACSO.
- Castro-Gómez, S. e Grosfoguel, R. (Eds.). (2007). *El giro decolonial: reflexiones para una diversidad epistémica más*

- allá del capitalismo global*. Bogotá: Siglo del Hombre Editores; Universidad Central, Instituto de Estudios Sociales Contemporáneos / Pontificia Universidad Javeriana, Instituto Pensar.
- Dussel, E. (1994). *1492: el encubrimiento del otro: hacia el origen del mito de la modernidad*. La Paz: UMSA, Facultad de Humanidades y Ciencias de la Educación.
- Dussel, E. (2000). Europa, modernidad y eurocentrismo. In Lander, E. (Comp.), *La colonialidad del saber: eurocentrismo y ciencias sociales. Perspectivas latinoamericanas*. Buenos Aires: CLACSO.
- Escobar, A. (2005). El “postdesarrollo” como concepto y práctica social. In Mato, D. (Ed.), *Políticas de economía, ambiente y sociedad en tiempos de globalización*, Facultad de Ciencias Económicas y Sociales, Universidad Central de Venezuela, Caracas.
- Escobar, A. (2010). *Territorios de diferencia: Lugar, movimientos, vida, redes*. Bogotá: Enviñón.
- Escobar, A. (2011). Una minga para el postdesarrollo. *Signo y Pensamiento*, XXX(58), 306-312.
- Escobar, A. (2012a). *La invención del desarrollo* (Prefacio a la Segunda Edición). Popayán: Universidad del Cauca.
- Escobar, A. (2012b). Más allá del desarrollo: postdesarrollo y transiciones hacia el pluriverso. *Revista de Antropología Social*, 21, 23-62.
- Escobar, A. (2014). *Sentipensar con la tierra. Nuevas lecturas sobre desarrollo, territorio y diferencia*. Medellín: Ediciones UNAULA.
- Esteva, G. e Escobar, A. (2017). Post-Development @ 25: on “being stuck” and moving forward, sideways, backward and otherwise. *Third World Quarterly*, 38(12), 2559-2572.
- Estrada, M. (2013). Postdesarrollo, modernidad y otros mundos: Entrevista con Arturo Escobar. *Oxímora*, 2, 234-248.
- GESCO (2012). Estudios decoloniales: un panorama general. *KULA. Antropólogos del Atlántico Sur*, 6, 8-21.
- Grosfoguel, R. (2013). Desenvolvimentismo, Modernidade e Teoria da Dependência na América Latina. *Realis*, 3(2), 26-54.
- Grosfoguel, R. (2019). Para uma visão decolonial da crise civilizatória e dos paradigmas da esquerda ocidentalizada. In Bernardino-Costa, J.; Maldonado-Torres, N. e Grosfoguel, R. (Orgs.), *Decolonialidade e pensamento afrodiaspórico*. Belo Horizonte: Autêntica.

- Grosfoguel, R. e Mignolo, W. (2008). Decolonial Interventions: A Brief Introduction. *Tabula Rasa*, 9, 29-38.
- Gudynas, E. (2014). El buen vivir repolitiza los debates sobre el desarrollo. *Revista Kavilando*, 6(1), 27-29.
- Gudynas, E. (2019). Crise boliviana evidencia contradicções políticas dos últimos anos. Entrevista especial com Eduardo Gudynas. São Leopoldo: Instituto Humanitas / UNISINOS.
- Lander, E. (2000). Ciencias sociales: saberes coloniales y eurocéntricos. In Lander, E. (Comp.), *La colonialidad del saber: eurocentrismo y ciencias sociales. Perspectivas latinoamericanas*. Buenos Aires: CLACSO.
- Maldonado-Torres, N. (2007). Sobre la colonialidad del ser: contribuciones al desarrollo de un concepto. In Castro-Gómez, S. e Grosfoguel, R. (Orgs.), *El giro decolonial: reflexiones para una diversidad epistémica más allá del capitalismo global*. Bogotá: Siglo del Hombre Editores; Universidad Central, Instituto de Estudios Sociales Contemporáneos / Pontificia Universidad Javeriana, Instituto Pensar.
- Maldonado-Torres, N. (2010). *Desobediencia epistémica. Retórica de la Modernidad, lógica de la colonialidad y gramática de la descolonialidad*. Buenos Aires: Ediciones del Signo.
- Maldonado-Torres, N. (2019). Analítica da colonialidade e da decolonialidade: algumas dimensões básicas. In Bernardino-Costa, J.; Maldonado-Torres, N. e Grosfoguel, R. (Orgs.), *Decolonialidade e pensamento afrodiaspórico*. Belo Horizonte: Autêntica.
- Mignolo, W. (2003). Historias locales/diseños globales: Colonialidad, conocimientos subalternos y pensamiento fronterizo. Madrid: Ediciones AKAL.
- Quijano, A. (2000). Colonialidad del poder, eurocentrismo y América Latina. In Lander, E. (Comp.), *La colonialidad del saber: eurocentrismo y ciencias sociales. Perspectivas latinoamericanas*. Buenos Aires: CLACSO.
- Quijano, A. (2009). El fantasma del desarrollo en América Latina. *Actual Marx/Intervenciones*, 7, 139-162.
- Quijano, A. (2011). Colonialidad del poder y clasificación social, *Contextualizaciones Latinoamericanas*, 5, 1-33.
- Quijano, A. (2012). Buen vivir: entre el “desarrollo” y la descolonialidad del poder, *Viento Sur*, 122, 46-56.
- Quintero, P. (2014). Desarrollo, modernidad y colonialidad. *Antropología Experimental*, 13, 269-291.



- Restrepo, E. e Rojas, A. (2010). *Inflexión decolonial: fuentes, conceptos y cuestionamientos*. Popayán: Editorial Universidad del Cauca.
- Walsh, C. (2009). *Interculturalidad, Estado, Sociedad: Luchas (de) coloniales de nuestra época*. Quito: Universidad Andina Simón Bolívar, Ediciones Abya-Yala.
- Walsh, C. (2010). Desenvolvimento como buen vivir: arranjos institucionais e laços (des)coloniais. *Revista Nuevamérica*, 126, 27-31.

CAPÍTULO 3

**PÓS-DESENVOLVIMENTO**  
**E *SUMAK KAWSAY***

Eduardo Paz Rada

**INTRODUÇÃO**

Em apenas três ou quatro meses, o poderoso surto da pandemia da Covid-19 deixou a humanidade indefesa e sem resposta perante um fenômeno de saúde sem precedentes, que expõe a fraqueza da espécie humana diante de situações nas quais, apesar de sua ciência, conhecimento e experiência, ela não encontra respostas ou soluções. A pandemia se soma às várias crises que manifestam o capitalismo e o imperialismo, ou seja, crise civilizatória, cultural, moral, financeira e ambiental. No conjunto, esses fenômenos são um reflexo de como os seres humanos se tornaram vítimas de um estilo de vida caracterizado pela acumulação e o consumo capitalista, a estratificação social, a opressão de povos e países, a ruptura dos processos simbióticos da natureza e do cosmos, bem como pela racionalidade moderna instrumental, descontrolada e utilitária que mercantiliza todos os elementos que compõem a vida no planeta.

Em vista das consequências imediatas desse evento, uma profunda depressão econômica, moral, social, cultural, política e humana sem precedentes na versão da história e da ciência positivista, racional e otimista do homem moderno e ocidental (Ianni, 2005); é imperativa e urgente a reflexão e a análise em torno da evolução das socie-

dades humanas, suas bases teóricas e conceituais e suas práticas. Isso, sem dúvida, volta a ocupar um lugar central nos campos acadêmico e intelectual, mas, principalmente, nos da vida cotidiana, da agência social, dos saberes, conhecimentos e experiências das sociedades e povos diferentes daqueles promovidos pelo Ocidente.

Respeito à crise causada pela pandemia, algumas respostas iniciais e contraditórias foram dadas para o futuro das sociedades humanas. Assim, por exemplo, o esloveno Slavoj Žižek (2020) argumenta que “[...] o vírus deu um golpe mortal ao capitalismo e evoca um comunismo sombrio, será a barbárie ou o comunismo reinventado”. O autor também afirma que “[...] a crise atual mostra que a solidariedade e a cooperação respondem ao instinto de sobrevivência de cada um de nós, e que é a única resposta racional e egoísta que existe”. Enquanto o coreano Byung-Chul Han (2020) afirma que “[...] não podemos deixar a revolução nas mãos dos vírus [...]”. O vírus não derrotará o capitalismo” e “o inimigo externo primeiro tomou a forma de um lobo, depois foi um rato, depois se tornou um besouro e acabou sendo o vírus [...], já não lutamos mais contra nós mesmos, mas contra o inimigo invisível que vem de fora”.

Por sua vez, o argentino Atilio Borón (2020) explica que a pandemia e o fim da era neoliberal apresentam um cenário para “[...] construir um mundo pós-capitalista porque a pandemia e seus efeitos devastadores oferecem uma oportunidade única e inesperada que seria imperdoável desaproveitar”.

A profundidade e a gravidade dessa situação de ruína e recessão da ordem moderna, ocidental e capitalista, exige uma análise e uma resposta mais ampla sobre a base na qual ela se sustenta. Nesse contexto histórico e intelectual, as teses e debates, assim como as práticas, respeito ao *sumak kawsay* (Bem Viver) ou *suma qamaña* (Viver Bem), pós-desenvolvimento, pós-capitalismo, pós-neoliberalismo, socialismo do século XXI e socialismo comunitário, desenvolvidos nos últimos trinta anos, adquirem maior importância. Tais debates são reflexo das contribuições e das bases teóricas e epistemológicas que emergem da perspectiva da América Latina e do Caribe e que procuram superar a matriz eurocêntrica do pensamento (Zemelman, 1998).

Em termos gerais, por trás das diferentes perspectivas críticas, baseados particularmente nas correntes socialistas e humanistas, estão os velhos debates sobre o declínio do Ocidente, a crise e a superação do capitalismo, a revolução social e cultural, a libertação nacional, a emancipação humana, a dependência ou libertação, assim como a disjuntiva entre o socialismo e a barbárie. Mais recentemente destacam também as perspectivas que colocaram em questão os paradigmas que sustentam o pensamento moderno, seja desde o relativis-

mo pós-moderno ou desde as propostas analíticas do “fim da história” e do fim dos grandes relatos.

### **QUESTIONANDO O DESENVOLVIMENTO**

As tendências mais gerais dos processos históricos das sociedades humanas têm aspectos comuns e compartilhados. Entretanto, há também respostas diferenciadas a esses processos — desde as perspectivas nacionais, regionais, de classe ou de culturas subordinadas específicas — que geram conhecimentos situados e fundamentados em suas próprias experiências. Sob essa premissa, o estudo do pós-desenvolvimento, por um lado, e do Bem Viver ou Viver Bem (*sumak kawsay* em quéchua) e do socialismo comunitário, por outro, referem-se à experiência e trajetória histórica dos povos e Estados da América Latina e Caribe ao longo do século XXI, particularmente aqueles que optaram por desenvolver e construir processos e propostas libertadoras e emancipatórias.

Os estudos sobre o pós-desenvolvimento e o Bem Viver estão no centro das atenções, levando em conta que eles representam uma alternativa epistemológica à ordem capitalista existente no paradigma dominante do conceito de desenvolvimento.

Portanto, este texto se concentra na análise do pós-desenvolvimento e do Bem Viver como abordagens teóricas que questionam radicalmente as interpretações hegemônicas e os resultados do chamado desenvolvimento, tanto para a sociedade e o futuro da humanidade como para a natureza. A seguir, serão as dimensões teórica, política e histórica que vão orientar a descrição e a análise do presente trabalho. A partir do contexto latino-americano, assume-se uma postura crítica ao poder metropolitano e a reivindicação de uma alteridade que é dominada e sujeita à colonialidade do saber e do poder. Qualquer que seja o resultado da crise atual, orientada para uma hecatombe sistêmica e integral, é a manifestação contemporânea do capitalismo mais selvagem e destrutivo que tem sido imposta à humanidade a partir dos centros imperiais.

### **CONTEXTO GERAL**

A modernidade e o capitalismo como fenômenos históricos tiveram diferentes momentos e modalidades de existência. O capitalismo avançou sob a premissa de permanente acumulação e desenvolvimento, desde as formas básicas de mercantilismo à industrialização e concorrência clássica, até as tendências monopolistas, imperialistas e transnacionais das últimas décadas. A modernidade mostrou diferentes facetas, em linha com processos históricos marcados pelo eurocentrismo e seu domínio ideológico, cultural, e variantes deter-

minadas pelas formas de colonialismo e globalismo estabelecidas em diferentes regiões do planeta (Ianni, 2005).

Desde o final da Segunda Guerra Mundial, a articulação entre economia, tecnologia e concentração do poder econômico e político, dentro da estrutura da racionalidade instrumental, tem promovido avanços gigantescos no domínio e controle sobre os seres humanos e sobre a natureza. Essa tendência foi reforçada nas últimas décadas do século XX, tanto pela implosão da ordem socialista da União das Repúblicas Socialistas Soviéticas e seus satélites de influência, quanto pela hegemonia alcançada pelos Estados Unidos em aliança com a União Europeia. A tese da supremacia da correlação virtuosa do “livre mercado e democracia liberal” se tornou o centro das atenções, deixando de lado outras agendas e teorias gerais do mundo intelectual e acadêmico, incluindo o marxismo. Com isso, foi imposta a narrativa do fim da história, o fim das ideologias e o pensamento pós-moderno de relativização do conhecimento. O corolário do “livre mercado e da democracia liberal” foi o triunfo do neoliberalismo como uma concepção integral da ordem social e econômica da sociedade.

Nesse contexto, várias propostas alternativas para a análise e compreensão do que estava acontecendo (re)surgiram na América Latina e no Caribe. Entre elas estão aquelas que correspondem ao objeto de estudo deste capítulo: por um lado, através da concepção do pós-desenvolvimento, surgem novas interpretações de interpelação e crítica, tanto da ordem estabelecida pelo capitalismo como da modernidade enquanto base fundamental do desenvolvimento. Por outro lado, através do Bem Viver ou *sumak kawsay*, assim como mediante as versões do socialismo comunitário e do socialismo do século XXI, se propõe a análise a partir da agência social estabelecida pelos movimentos sociais, principalmente dos povos indígenas e nativos de raiz ancestral pré-colonial, que surgiram com energia instalando uma agenda política, social, cultural e econômica centrada na harmonia e no equilíbrio da vida na Terra.

Observa-se que, no caso do pós-desenvolvimento, os argumentos teóricos e a coerência são mais elaborados, enquanto as formas de apresentação e formulação do Bem Viver ou *sumak kawsay* não são homogêneas e definidas, apresentando uma espécie de ambiguidade em seu sentido e escopo. Mesmo assim, a matriz do Bem Viver, baseada na relação harmoniosa entre os seres humanos, a natureza e o cosmos, é compacta e central, especialmente se considerarmos sua relação direta com importantes processos políticos e sociais em vários países da região, especialmente nas duas primeiras décadas do século XXI.

Embora o pós-desenvolvimento e o Bem Viver tenham diferentes bases teóricas e práticas, assim como diversos propósitos e fenômenos questionados, é possível apresentar a hipótese de que existe um caminho paralelo de progresso, influência mútua, diálogo e até complementaridade entre o pós-desenvolvimento e o Bem Viver.

Com o objetivo de estabelecer e identificar as trajetórias do pensamento próprio e descolonizador na América Latina que, direta ou indiretamente, estão presentes nos antecedentes e complementos do pós-desenvolvimento e do Bem Viver, é necessário citar o marxismo latino-americano de José Carlos Mariátegui; o indigenismo e o indianismo; as contribuições relacionadas com a questão nacional na América Latina; as teses da CEPAL sobre as relações centro-periferia; a teoria da dependência; a teologia da libertação; a pedagogia crítica e libertadora; os estudos culturais; as contribuições do nacional-popular; a colonialidade do saber e do poder e o colonialismo interno e externo.

### **PÓS-DESENVOLVIMENTO E *SUMAK KAWSAY***

O profundo questionamento do conceito de desenvolvimento, como fundamento supremo e paradigma da evolução humana e sua realização, é o ponto de partida do pós-desenvolvimento. Tal perspectiva afirma “não propor outra versão de desenvolvimento, mas questionar as formas pelas quais Ásia, África e América Latina passaram a ser definidas como áreas ‘subdesenvolvidas’ e, portanto, que precisam de desenvolvimento” (Escobar, 2005, p. 18). Nesse contexto, tais continentes foram “concebidos” como terceiro mundo através de discursos e práticas de desenvolvimento, que criaram uma narrativa histórica, um vasto aparelho institucional, mecanismos de profissionalização e institucionalização do desenvolvimento e formas de exclusão dos conhecimentos fundados no interesse de assegurar uma hegemonia global após a Segunda Guerra Mundial.

Na perspectiva da análise integral do pós-desenvolvimento, levando em conta o “descontentamento com o desenvolvimento em muitas partes do terceiro mundo” (Escobar, 2005, p. 20), está previsto que essa imposição vertical das potências capitalistas do desenvolvimento, como paradigma dominante e ordenador da humanidade, não seria mais o princípio organizador da vida social; que a visão do Ocidente foi superada e que corresponde à revalorização das “culturas nacionais” e das “pessoas comuns”, contando com os movimentos sociais e mobilizações populares que vêm ocorrendo nas últimas décadas.

O pós-desenvolvimento estabelece uma perspectiva epistemológica que rompe com as representações mediadas pela ideologia, a linguagem e as premissas do desenvolvimento. Essa abordagem propõe

a mudança das práticas do conhecimento, do saber e do fazer, com base no reconhecimento e recuperação da diversidade dos produtores de conhecimento através dos sujeitos e agentes sociais que se manifestam na subversão e nas resistências do povo, assim como nas estratégias alternativas dos movimentos sociais.

Considerando que a formulação de alternativas epistemológicas e teóricas é um processo político e histórico, o pós-desenvolvimento se insere no âmbito da valorização da força das práticas das pessoas e movimentos sociais através do questionamento do desenvolvimento nos espaços locais, na reconceptualização que as forças sociais reais e vivas realizam, na articulação da economia política com as análises culturais e em uma visão crítica da relação entre modernidade e desenvolvimento. Nesse sentido, do ponto de vista de Arturo Escobar (2005), se estabelece uma concepção da diversidade das modernidades que valoriza os processos históricos de apropriações, mestiçagens, contradições, lutas, mudanças e rejeições nos processos históricos das diferentes regiões do planeta, particularmente da América Latina. Além disso, estabelece as conexões entre as contribuições e pesquisas da pós-colonialidade e os estudos culturais na construção de alternativas ao neoliberalismo, a partir das reflexões dos movimentos sociais emergentes, reconhecendo a possibilidade de que “outro mundo é possível”; concepção formulada nas diferentes cúpulas dos fóruns mundiais e regionais.

Como as múltiplas crises contemporâneas da sociedade eurocêntrica moderna e da globalidade imperial são evidentes, acompanhadas da produção de maior desigualdade e exclusão na sociedade e do surgimento de opções políticas autoritárias e verticais nos centros de poder, propõe-se uma modernidade plural que leve em conta formações culturais heterogêneas, a pluralidade de formas de conhecimento, a diversidade dos movimentos sociais e os sentidos da transição paradigmática (Escobar, 2005, p. 26).

Trata-se de valorizar a pluralidade do universo, do *pluriverso*, que gera uma ontologia relacional entre os seres humanos, os objetos e a natureza como sujeitos de vida, assim como uma ligação e complementação entre eles, superando a ontologia moderna dominante da dualidade sociedade-natureza.

Na perspectiva do pós-desenvolvimento e do Bem Viver, trata-se, como sugere Eduardo Gudynas (2011), de gerar um questionamento radical para abordar as bases ideológicas do desenvolvimento e suas formas de implementação, o que “torna necessário distinguir entre desenvolvimentos alternativos e alternativas ao desenvolvimento”. O primeiro caso, “desenvolvimentos alternativos”, serve para promover opções de retificação, reparo ou modificação do desenvolvimen-

to contemporâneo, onde suas bases conceituais são aceitas, como o crescimento perpétuo ou a apropriação da natureza, aqui a discussão se concentra na instrumentalização do processo. Em contraste, as “alternativas ao desenvolvimento” visam gerar outras estruturas conceituais para essa base ideológica. Elas supõem “explorar outros arranjos sociais, econômicos e políticos do que temos chamado de desenvolvimento” (Gudynas, 2011, p. 43).

Ao mesmo tempo, aprofundando as perspectivas do pós-desenvolvimento, é necessário também analisar as críticas aos fundamentos da modernidade ocidental, que se manifestam tanto na tradição liberal e conservadora — base do capitalismo — quanto na socialista, especialmente na marxista (Gudynas, 2011, p. 44). Avançar mais na discussão e no questionamento da própria modernidade nos permitirá avançar no aprofundamento da construção de alternativas à modernidade ocidental.

Em outra contribuição importante, Eduardo Gudynas (2017) destaca que pós-desenvolvimento e *sumak kawsay* “compartilham a mesma perspectiva”. O pós-desenvolvimento tem promovido diversas ferramentas para criticar o desenvolvimento e suas heterogêneas manifestações e variações, propondo alternativas ao desenvolvimento baseadas em princípios como a convivialidade; a ecologia profunda; a crítica feminista, a ética do cuidado; a desmaterialização da economia; o multiculturalismo e o interculturalismo; a ontologia relacional com a natureza como sujeito de direitos; e o Bem Viver (Gudynas, 2014, p. 80 e seguintes). O Bem Viver, como um campo plural, em construção e um paradigma teórico é alimentado pela crítica ao capitalismo e ao desenvolvimento. Assim, tanto nas sociedades ocidentais, como a partir dos conhecimentos indígenas, este paradigma busca superar o capitalismo e o socialismo. Essa proposta está orientada além da modernidade com o *sumak kawsay* e *suma qamaña* na busca do estado de plenitude com o *ayllu*<sup>1</sup>, que concebe o bem-estar material, afetivo e espiritual em comunidade, bem como a inexistência de dualidade entre a sociedade e a natureza. Trata-se de uma relação de harmonia entre ela e os seres humanos.

O *sumak kawsay* ou Bem Viver surge no debate constitucional e posteriormente na Constituição Política do Equador (2008), como uma iniciativa promovida pelas organizações indígenas, membros da Confederação de Nacionalidades Indígenas do Equador (CONAIE). Da mesma forma, na Bolívia, o debate aconteceu a partir do conceito de *suma qamaña* (viver bem) apresentado nas propostas da Assembleia

---

1 Em língua quíchua representa uma forma de organização comunitária ou social na região dos Andes da América Latina.



Constituinte (2006) a partir das contribuições do Pacto de Unidade formado pela Confederação Sindical de Trabalhadoras Camponesas da Bolívia (CSUTCB); a Confederação Sindical de Mulheres Camponesas Bartolina Sisa (CSMCBS); a Confederação Sindical dos Colonizadores de Bolívia (CSCB); o Conselho Nacional de Ayllus e Markas do Qollasuyo (CONAMAQ) e a Confederação dos Povos Indígenas do Oriente Boliviano (CIDOB). Importante salientar que tais propostas foram incorporadas à Constituição Política do Estado Plurinacional de 2009.

Ao contrário de outras correntes jurídicas, o chamado constitucionalismo social latino-americano, uma contribuição revolucionária das constituições apenas descritas no campo do direito, incorpora novas figuras jurídicas que ampliam radicalmente os direitos dos povos indígenas, os direitos da natureza e reconhecem oficialmente modos ancestrais de vida anteriormente subordinados, bem como os direitos territoriais, a autonomia e a justiça plural.

A perspectiva geral do *sumak kawsay* é holística e integral (León, 2008a, p. 137), baseia-se no paradigma regulador da vida social e na relação harmônica entre os seres humanos, a natureza e o cosmos para criar um Bem Viver ou um conviver bem (Albó em Farah e Vasapollo, 2011, p. 140). Essa proposta é apresentada como uma alternativa ao desenvolvimento e ao progresso, visto que “[...] a palavra *desenvolvimento* e *progresso* não encontrou, em nenhuma língua indígena, equivalentes que refletissem esse sentido ocidental moderno de crescimento no sentido de posse de bens materiais” (León, 2008a, p. 424).

Desde 1997, a CONAIE faz referência a um modo de vida baseado nos valores culturais do comunitarismo, da democracia plurinacional, da interculturalidade, da autodeterminação, da soberania e do humanismo integral. A organização declara “aprender na sabedoria e no Bem Viver” para as relações sociais e para viver em harmonia com a Pachamama como o eixo da economia comunitária. A CONAIE e a Universidade Intercultural das Nacionalidades e Povos Indígenas do Equador (Amawtay Wasi), propuseram, em 2004, na Assembleia Constituinte do Equador, a formação de um Estado plurinacional e intercultural (Cortez, 2011, p. 10), baseado no princípio configurador do *sumak kawsay*.

As ideias e postulados do *sumak kawsay* foram se aprofundando e enriquecendo com estudos, pesquisas e debates teóricos, acadêmicos e intelectuais na América Latina, a fim de contrapô-los ao neoliberalismo, à globalização capitalista, ao ocidentalismo e à modernidade, transformando-o em um paradigma teórico-prático de ampla referência. É considerado muito importante assumir que essa é uma

noção ética superior, uma cosmovisão formada por conhecimentos, saberes e práticas ancestrais dos povos indígenas de *Abya Yala* que foram atacados, subjulgados e subalternizados pelo colonialismo e que permaneceram clandestinos na resistência e na luta secular dos povos indígenas.

É uma cosmovisão de mundo que se encarna nos sujeitos plurais indígenas, nos movimentos sociais emergentes, que enfrentam a ordem neoliberal e a globalização capitalista ocidental que têm negado sua existência como culturas, identidades, saberes e subjetividades. Ela se propõe superar o antropocentrismo e as dicotomias ocidentais da sociedade-natureza, corpo-mente, ecologia -economia e contribuir com suas premissas diante das múltiplas crises atuais.

A comunidade, o *ayllu* ancestral, é o espaço sociocultural e territorial do qual irradiam as práticas de solidariedade, cooperação, reciprocidade, redistribuição, complementaridade e equilíbrio, dando prioridade à vida em seu sentido mais amplo e às relações harmoniosas com a mãe terra (a Pachamama) e a natureza como protagonista vital da existência humana, a fim de alcançar a realização emocional, material e espiritual das pessoas.

Esse paradigma teórico e histórico teve que ressurgir, com suas nuances e variações, assim como suas categorizações, conceptualizações e controvérsias, após séculos de dominação colonial e imperialista. Assim, a modernidade foi constituída juntamente com a colonialidade, na base de um pensamento eurocêntrico que atribuiu a si mesmo a prerrogativa da criação de “novas identidades geoculturais”. Essas identidades foram consolidadas através da expropriação material e da repressão epistêmica dos povos colonizados, forçando-os a aprender a cultura dos dominadores. Com esse objetivo foram reprimidas suas formas de produção de conhecimento, seus padrões de produção de sentidos, seu universo simbólico, seus padrões de expressão e de objetivação da subjetividade (Quijano, 2000, p. 292).

Essa foi a imposição de um “padrão racista de classificação universal da população mundial” (Quijano, 2000, p. 293), com o qual a colonização externa foi estendida à colonização interna nas formas de política estatal que mais tarde se materializariam, começando no século XIX na América Latina.

Ao colocar o mito da modernidade como uma criação ideológica eurocêntrica de saber e poder, Enrique Dussel (2000, p. 71) diz: “[...] a negação da inocência da Modernidade e a afirmação da Alteridade do Outro, anteriormente negada como vítima culpada, permite descobrir pela primeira vez a outra face oculta e essencial da Modernidade: o mundo periférico colonial, o índio sacrificado, o negro escravizado, a mulher oprimida, a criança e a cultura popular alienadas como víti-

mas de um ato irracional”. O *Sumak kawsay* expressa, sem dúvida, o Outro oculto que emerge historicamente com um projeto integral sobre a vida, a sociedade, a natureza e os seres humanos. A esse respeito, David Choquehuanca<sup>2</sup> indica que:

[...] o Bem Viver é radicalmente distanciado do desenvolvimento capitalista, para o qual o mais importante é o dinheiro, a mais-valia, o crescimento, a acumulação, o consumo incessante. Não se trata de apoiar um projeto de desenvolvimento socialista que pretende competir com o capitalista, mas de buscar nosso próprio caminho, pois para aqueles de nós que pertencem à cultura da vida, o mais importante não é a prata ou o ouro, o mais importante é a vida. Aspiramos a ser o que os aymaras chamam qamiris (pessoas que vivem harmoniosamente), ou quechuas qhapaj (pessoas que desfrutam de um bem-estar que não é econômico, mas humano-natural), ou o que os guaranis chamam iyambae (pessoas que não têm dono). (Choquehuanca, em Farah e Vasapollo, 2011, p. 359)

## PROCESSO HISTÓRICO RECENTE

As experiências políticas do Equador e da Bolívia com o *sumak kawsay* e o *suma qamaña* foram articuladas com outras, tais como a da Venezuela. Este último país foi o território onde as teses do socialismo do século XXI foram formuladas, influenciadas pelas ideias do pensamento bolivariano e dos ideais socialistas. A Bolívia assumiu algumas dessas ideias, materializando o socialismo comunitário, uma combinação do pensamento marxista e do pensamento indianista. Todas elas, incluindo as experiências da Nicarágua, Cuba, Brasil, Argentina e Uruguai, promoveram processos de integração latino-americana e caribenha de tipo pós-liberal e contra-hegemônico. Esses são os casos da Aliança Bolivariana para os Povos da Nossa América-Tratado de Comércio dos Povos (ALBATCP), da União das Nações Sul-Americanas (UNASUL) e da Comunidade dos Estados da América Latina e Caribe (CELAC), que deram à região um lugar importante na geopolítica global nos primeiros anos do século XXI.

É necessário estabelecer os limites das possibilidades efetivas de implementação de um modelo de sociedade, de vida social e cultural como os propostos pelo pós-desenvolvimento e pelo *sumak kawsay*. Principalmente em contextos e processos históricos definidos, onde a dimensão prática das decisões políticas (internas e externas) tem uma correlação com as condições econômicas como uma força determinante. Portanto, é um debate que tem estado presente especialmente nas experiências do Equador, Bolívia e Venezuela e, em menor grau,

---

2 Ministro das Relações Exteriores do Estado Plurinacional da Bolívia de 2006 a 2017.

no Brasil e Argentina, principalmente nos setores acadêmicos, intelectuais e políticos.

Também é relevante considerar a diferença entre os dois paradigmas, já que as propostas do pós-desenvolvimento não foram explicitamente assumidas por um projeto político ou governamental, enquanto o *sumak kawsay* (no Equador), o *suma qamaña* (na Bolívia) e o socialismo do século XXI (na Venezuela), foram incorporados às constituições e sistemas legais desses países onde, em muitos aspectos, os movimentos sociais indígenas, camponeses ou de trabalhadores têm sido parte fundamental da formação e gestão dos governos.

Apesar dos esforços e progressos feitos pelos governos progressistas<sup>3</sup>, nos primeiros anos do século XXI não foi possível, não houve vontade política ou não foram alcançadas as condições para implementar o *sumak kawsay*, o *suma qamaña* ou o socialismo do século XXI em toda a sua extensão. Pelo contrário, desde 2015, existe um retrocesso histórico geral, político, cultural e ecológico na região e em cada um dos países que seguiram essas linhas teóricas e políticas.

As tensões sociais e políticas não somente ocorreram diante dos interesses das oligarquias e burguesias locais ou corporações transnacionais — com as quais os governos negociaram contratos e relações — mas as próprias políticas estatais afetaram os princípios e interesses legais dos povos indígenas e movimentos sociais<sup>4</sup>, causando fortes conflitos entre os governos e os movimentos indígenas dessas regiões. Os temas do debate sobre desenvolvimento e neo-extrativismo foram pautados nas lutas indígenas e no campo das propostas teóricas e as políticas em relação ao pós-desenvolvimento e ao *sumak kawsay*.

Após um período de mais de vinte anos de avanço e consolidação da hegemonia do imperialismo americano, com seus pilares da democracia liberal, do livre mercado, da globalização e do neoliberalismo, impondo a unipolaridade na geopolítica mundial, ocorreram fortes rupturas após os ataques às Torres Gêmeas em Nova York (2001); o aprofundamento da guerra no Oriente Médio; a vertiginosa ascensão econômica da China e da Índia; a ascensão política e militar da Rús-

---

3 Esses governos caracterizaram-se por seus esforços em: 1) a esfera nacional: conquista da plena soberania, promoção de projetos nacionalistas e anti-imperialistas, recuperação e nacionalização dos recursos naturais, realização de reformas econômicas estruturais, implementação de uma democracia participativa, dando destaque aos sujeitos sociais subalternos; 2) a esfera regional e internacional: promoção de esquemas de integração e unidade da América Latina e do Caribe, posicionamento da diplomacia dos povos, reconhecimento dos direitos dos povos indígenas e da natureza (perante a ONU e outros organismos multilaterais) etc.

4 É o caso da Reserva Natural do Parque Nacional Yasuní, no Equador, em 2013, ou do TIPNIS, na Bolívia, em 2011.

sia; a formação da aliança Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul (BRICS); os processos de integração na América Latina e a crise econômica e financeira de 2008. Eventos que mudaram o panorama global em direção à multipolaridade e ao enfraquecimento da União Europeia (UE) e dos Estados Unidos.

Entretanto, a lógica do capital imperialista transnacional e do capitalismo fortalecido na China e na Índia vai determinar as diretrizes internacionais de acumulação de capital, extração de mais valia, controle e exploração de recursos naturais, onde a América Latina mantém um lugar subordinado e dependente que reafirma para a região a tradicional divisão internacional do trabalho. Embora os graus de independência política possam ter sido ampliados durante quinze anos, o domínio e a exploração de matérias-primas e alimentos, bem como sua inserção no mercado mundial, estiveram sujeitos à dinâmica e ao metabolismo do capital, que vai gradualmente se impor nos diversos países da América Latina, quebrando qualquer possibilidade de ação política defensiva entre os países da região.

## **CONCLUSÕES**

Em vários momentos históricos, diferentes contribuições teóricas e políticas dos movimentos sociais surgiram da América Latina e do Caribe. Esses, como sujeitos históricos que produzem ideias para compreender a realidade regional e global, provocaram importantes debates estratégicos nas ciências sociais sobre a sociedade, o Estado, a cultura, a política e a economia. Apenas para fazer uma lista rápida, a partir da geração do século XX, destacam-se: o marxismo latino-americano em José Carlos Mariátegui; a questão nacional em Manuel Ugarte e Jorge Abelardo Ramos; a relação centro-periferia em Raúl Prebisch; a teoria da dependência em Ruy Mauro Marini e Theotônio dos Santos; a colonialidade em Enrique Dussel e Aníbal Quijano e a democracia latino-americana em Carlos Franco. Da mesma forma, têm emergido fenômenos, processos políticos e sociais regionais específicos como o nacionalismo latino-americano, o socialismo cubano, o nacional-popular, o indianismo, o populismo, o sandinismo e outros movimentos que produzem importantes orientações ideológicas e reflexões políticas. Esse quadro inclui, por um lado, as reflexões teóricas e contribuições do pós-desenvolvimento que questionam, com um aparato conceitual lúcido e amplo, os fundamentos ideológicos, políticos e econômicos do desenvolvimento, sua estratégia de dominação e sua imposição aos países do terceiro mundo, em particular os da América Latina e do Caribe. Questionando também as bases que sustentam tal desenvolvimento, como a modernidade, o eurocentrismo e o capitalismo.

A contestação da ideia de crescimento e desenvolvimento ilimitados, assim como do consumismo, nos permite também compreender os graves perigos para a humanidade e a natureza que estes fenômenos representam. Por outro lado, o *sumak kawsay* ou Bem Viver ou *suma qamaña* (Viver Bem) que emergiu dos movimentos indígenas que irromperam nas últimas décadas, de sua memória histórica pré-colonial e de suas lutas de resistência anticolonial, resgatam entre seus valores centrais o conhecimento relacionado à vida equilibrada e harmônica do ser humano, da natureza e do universo, da comunidade e do *ayllu* como forma de organização nuclear baseada na solidariedade, complementaridade, reciprocidade e equilíbrio. Ambos denunciam a exploração, dominação e destruição da natureza em todas as suas formas e dos seres humanos e dos povos indígenas de forma mais específica.

Nos últimos anos, o surgimento organizado e maciço dos movimentos sociais, particularmente os movimentos indígenas e camponeses, com seus próprios postulados e reivindicações, gerou mudanças e transformações políticas que levaram à realização de assembleias constituintes e importantes reformas constitucionais que incorporaram os princípios e valores de *sumak kawsay* e *suma qamaña*. Entretanto, as condições históricas e suas contradições, os interesses econômicos e políticos em conflito e as pressões do contexto geopolítico, geoeconômico regional e internacional, em suma, a luta de classe e nacional, distorceram e impediram a possibilidade de construir e estabelecer um projeto alternativo. A identificação das múltiplas crises enfrentadas pela humanidade, assim como as possíveis respostas e a oportunidade de enfrentá-las, são uma contribuição da teoria do pós-desenvolvimento e do *sumak kawsay*.

Dentro desse quadro histórico de avanços, retrocessos e crises, a tentativa frustrada de fazer progressos sustentados nas propostas indígenas e populares nos processos governamentais equatorianos e bolivianos também está incluída. Esses países não conseguiram avançar além dos postulados constitucionais; mesmo assim, a experiência e o processo de aprendizagem, bem como a solidez política, espiritual e cultural das forças subordinadas, ainda estão em vigor. Os sujeitos sociais históricos têm avançado em suas práticas e ações, sendo a comunidade, a auto-organização, a localidade e a unidade os aspectos que abrem novas possibilidades e esperanças em um modelo endógeno no qual seja possível alcançar a autossuficiência em alimentação, vestuário e moradia ao mesmo tempo que permita enfrentar os desafios que a humanidade tem nestes tempos críticos.

## BIBLIOGRAFIA

- Albó, X. (2011). Suma Qamaña = Convivir Bien. In Farah, I. e Vasapollo, L. (Orgs.), *Vivir Bien. ¿Paradigma no capitalista?* La Paz: PluralCIDES.
- Ascarrunz, B. (2011). El Vivir Bien como sentido y orientación de políticas públicas. In Farah, I. e Vasapollo, L. (Orgs.), *Vivir Bien. ¿Paradigma no capitalista?* La Paz: PluralCIDES.
- Cortez, D. (2011). La construcción social del Sumak Kawsay en Ecuador. Genealogía del diseño y gestión política de la vida. *Aportes Andinos*, 28.
- Dussel, E. (2000). Europa, Modernidad y Eurocentrismo. In Lander, E. (Org.), *La colonialidad del saber. Eurocentrismo y Ciencias Sociales*. Caracas: UNESCO.
- Escobar, A. (2005). El Postdesarrollo como concepto y práctica social. In Mato, D. (Coord.), *Políticas de economía, ambiente y sociedad en tiempos de globalización*. Caracas: Universidad Central de Venezuela.
- Farah, I. e Vasapollo, L. (2011). *Vivir Bien. ¿Paradigma no capitalista?* La Paz: PluralCIDES.
- García, Á. (2015). *Socialismo comunitario: un horizonte de época*. La Paz: Vicepresidencia del Estado Plurinacional.
- García, S. (2016). *Sumak Kawsay o Buen Vivir como alternativa al desarrollo*. Quito: UASB / Abya Yala.
- Grüner, E. (2002). *El fin de las pequeñas historias*. Buenos Aires: Paidós.
- Gudynas, E. (2011). *Más allá del desarrollo*. Quito: Fundación R. Luxemburgo / Abya Yala.
- Gudynas, E. (2014). Postdesarrollo como crítica y Sumak Kawsay como alternativa. In Delgado, G. C. (Coord.), *Buena Vida, Buen vivir: imaginarios alternativos para el bien común de la humanidad*. Cidade do México: UNAM.
- Gullo, M. (2010). *La insubordinación fundante*. Buenos Aires: Biblos.
- Han, B.-C. (2020, 22 de março). La emergencia viral y el mundo de mañana. El País. Disponible em: <https://elpais.com/ideas/2020-03-21/la-emergencia-viral-y-el-mundo-de-manana-byung-chul-han-el-filosofo-surcoreano-que-piensa-desde-berlin.html>
- Harnecker, M. (2010). *América Latina y el socialismo del siglo XXI*. Buenos Aires: CLACSO.
- Ianni, O. (2005). *La sociología y el mundo moderno*. Cidade do México: Siglo XXI.

- Kowii, A. (2009). *Sumak Kawsay*. Quito: Ministerio de Educación.
- Lander, E. (2000). *La colonialidad del saber. Eurocentrismo y Ciencias Sociales*. Caracas: UNESCO.
- León, M. (2008). El Buen Vivir: Objetivo y camino para otro modelo. In Muñoz, F. (Coord.), *La Constitución Ecuatoriana del 2008: Resultados e Innovaciones*. Quito: Serie Cuadernos, ILDIS / La Tendencia.
- Ministerio de Relaciones Exteriores de Bolivia (2014). *La Revolución Democrática y Cultural y su Política Exterior. Memoria 2006-2013*. La Paz: Sagitario.
- Paz Rada, E. (2017). Disputa y crisis política en los procesos de integración. *Temas Sociales*, 41. La Paz: UMSA.
- Paz Rada, E. (2018). *La experiencia boliviana en la integración regional y la Cooperación Sur Sur 2006-2018*. La Paz: IDIS UMSA.
- Puente, R. (2011). Vivir Bien y descolonización. In Farah, I. e Vasapollo, L. *Vivir Bien ¿Paradigma no capitalista?* La Paz: PluralCIDES.
- Quijano, A. (2000). Colonialidad del Poder, Eurocentrismo y América Latina. In Lander, E. (Comp.), *La colonialidad del saber: eurocentrismo y ciencias sociales*. Perspectivas latinoamericanas. Buenos Aires: CLACSO.
- Wallerstein, I. (2006). *Análisis del sistema mundo*. Buenos Aires: Siglo XXI.
- Zemelman, H. (1998). Epistemología política en el conocimiento sociohistórico. In Cabriolé, M. e Maerk, J. (Coords.), *¿Existe una epistemología latinoamericana?* Cidade do México: Plaza y Valdez.
- Žižek, S. (2020, abril). Organicemos una forma de vida más modesta. El País. Disponible en: <https://elpais.com/especiales/2020/coronavirus-covid-19/predicciones/organicemos-una-forma-de-vida-mas-modesta/>





CAPÍTULO 4

**GÊNERO, FEMINISMOS E  
DESENVOLVIMENTO NA AMÉRICA LATINA<sup>1</sup>**

Karina Bidaseca

**INTRODUÇÃO**

No final do século XX, depois do desencantamento experimentado pela queda dos socialismos reais e pelo proclamado fim da história, os saberes e as disciplinas sociais no mundo debateram essa experiência. Aproximando-se ao fim do século, Toynbee (1940, p. 70) escreveu:

Além das *ilusões* devidas ao êxito mundial da civilização ocidental na esfera material, sua *falsa interpretação da história* — compreendendo nela a suposição de que somente existe *uma* corrente de civilização, a nossa, e de que todas as demais ou são tributadas delas ou se perdem nas areias do deserto — pode ser atribuída a três fontes: a *ilusão egocêntrica*, a *ilusão do “Oriente imutável”*, e a *ilusão do progresso* como um movimento que caminha em linha reta. (Grifo nosso)

A crise da *ideia da modernidade* se transforma em um marco orientador da crítica que as novas teorizações reconhecem na Escola de

---

1 Traduzido por: Eduarda Lattanzi Menezes (Doutoranda em Relações Internacionais no PPGRI/UERJ e Pesquisadora no Latidade Sul e GRISUL/UNIRIO) e Bruna Soares de Aguiar (Doutoranda em Ciência Política (IESP/UERJ) e pesquisadora no Latidade Sul, LabMundo e GRISUL/UNIRIO).

Frankfurt, através da afirmação de Adorno e Horkheimer (1998): “O Iluminismo é totalitário”. Em outras palavras, sua verdade se coloca como inquestionável por pretender ser absoluta. Os debates sobre a modernidade/colonialidade adquirem significados profusos. A crítica principal está na abordagem do modelo civilizatório universal, como guia de todas as culturas e povos, sustentado por uma idealização da sociedade industrial liberal e capitalista. O que supõe, conseqüentemente, que os “outros” em cada época constituem um obstáculo à tarefa transformadora e “civilizatória” do desenvolvimento.

É conhecido o gesto colonialista apontado pela feminista pós-colonial indiana Gayatri Spivak (1988) em seu texto *Pode o subalterno falar?* Salvemos as mulheres de cor de seus homens! O texto faz referência às mulheres “outrificadas” pela maquinaria colonialista que habita as próprias entranhas do feminismo hegemônico, “ocidental”, “branco”, ou como desejemos chamá-lo. O certo é que se trata de uma “retórica salvacionista”, como a defini em meu livro *Perturbando el texto colonial. Los estudios (pos)coloniales en América Latina* (Bidaseca, 2010), e está ligada à visão orientalista das mulheres (Said, 1978) como às políticas de governamentalidade e de *security* que utilizam as mulheres indígenas como meios para travar batalhas nos cenários bélicos.

Podemos rastrear essas questões desde os anos 1990 quando os chamados *estudios culturais*, as *teorias pós-coloniais* e os *estudios subalternos* expressaram pensamentos alternativos ao marxismo. Juntamente com a teoria do sistema-mundo capitalista (postulada por Immanuel Wallerstein e Samir Amin), surgem, nas últimas décadas do século XX, como as grandes novidades teórico-metodológicas que propõem a análise crítica sobre as relações centro-periferia criadas pelo colonialismo.

Um conjunto de estudos proveniente de distintos campos disciplinares dão conta deste surgimento. Entre os mais importantes encontram-se: *Orientalismo*, do autor palestino Edward Said (1979), considerado o ato fundador dos estudos pós-coloniais e da crítica ao discurso colonial; os estudos subalternos da Índia conduzidos por Ranajit Guha; o afro-centrismo representado por intelectuais africanos tais como V. Y. Mudimbe, Achille Mbembé, Mahmood Mandani, Tsenay Serequeberham e Oyenka Owomoyela; o informe Gulbenkian, coordenado pelo filósofo estadunidense Immanuel Wallerstein, assim como a “exigência de abrir as ciências sociais” (1996); as “epistemologias do Sul”, promovidas por Boaventura de Sousa Santos e o pós-ocidentalismo de Edgardo Lander (2000).

O presente capítulo abordará a produção e as principais contribuições latino-americanas e caribenhas no diálogo Sul-Sul, assim

como rupturas e continuidades frente às formulações ortodoxas do desenvolvimento, considerando algumas das propostas teóricas e práticas mais influentes na região como são as teorias feministas pós e decoloniais. Serão vitais as formas de pensamento que nascem ao calor das lutas das mulheres indígenas (em sentido amplo, pois incluem também as populações colonizadas e racializadas nas metrópoles), para questionar a visão unívoca e eurocêntrica do desenvolvimento capitalista que as “outrifica” e subalterniza, como também a relação desse com o feminismo hegemônico. Interessa-me discutir os conceitos de gênero e desenvolvimento, com relação a: 1) o nexos entre as formas culturais e o poder; 2) a política do conhecimento e a representação; 3) a dinâmica de gênero e a questão dos direitos das mulheres no Oriente e na América Latina e Caribe, assim como as articulações globais existentes a partir do discurso do véu, da ablação/mutilação genital femininas e das violências contra as mulheres indígenas.

### **ORIENTALISMO E CRÍTICA PÓS-COLONIAL**

Edward Said postulou em sua obra *Orientalismo*: “Para Europa, a figura do Outro radical tem sido o Oriente, nem sequer a América Latina, cujo status foi o de ‘bom selvagem’”. Especialmente desde o ponto de vista europeu, o Oriente era quase uma invenção europeia, e, desde a antiguidade, “havia sido cenário de romances, seres exóticos, recordações e paisagens inesquecíveis e experiências extraordinárias” (Said, 2004, p. 19).

A ampliação do conceito de “colonizados” possibilitou que o próprio Said incluísse um vasto conjunto de populações que abarca as próprias mulheres sob mandatos patriarcais indígenas ou estrangeiros:

Antes da Segunda Guerra Mundial, os colonizados eram habitantes do mundo não ocidental e não europeu que haviam sido controlados e até violentamente dominados pelos europeus [...]. Longe de ser uma categoria restrita a expressar servilidade e autocompaixão, a de “colonizado” se expandiu desde então consideravelmente para incluir as mulheres, classes subjugadas e oprimidas, minorias nacionais e, também, subespecialidades acadêmicas marginalizadas ou ainda não de tudo marginalizadas [...]. O status dos povos colonizados ficou fixo em regiões de dependência e periferia, estigmatizado na categoria de subdesenvolvidos, menos desenvolvidos. (Said, 1996, pp. 25-26)

Conhecidos como projetos de descolonização do saber, tais atualizações situam-se em distintos lugares de enunciação. Assim, partindo da América Latina, o sociólogo peruano Aníbal Quijano (2000, p. 828), mentor do conceito de *colonialidade do poder*, afirmará: “É tempo de

aprender a nos liberar do espelho eurocêntrico, onde nossa imagem é, sempre, necessariamente, distorcida. É tempo, enfim, de deixar de ser o que não somos”.

Particularmente, os estudos pós-coloniais surgem com os desenvolvimentos teóricos produzidos por intelectuais das antigas colônias inglesas e francesas que conquistaram sua independência política no século XX: Gayatri Spivak, Ranajit Guha, Homi Bhabha e Edward Said.

Os antecedentes destas pesquisas podem ser encontrados no Grupo de Estudos Subalternos, dirigido pelo historiador indiano Ranajit Guha. Este grupo foi estabelecido ao final dos anos 1970 e, pouco depois, começou a editar em Delhi uma publicação periódica chamada *Subaltern Studies. Weirings on South Asian History and Society*, cujo primeiro número foi publicado em 1982. O artigo inaugural de Guha no primeiro volume da série *Subaltern Studies* já informava a pretensão central do projeto: deslocar os pressupostos descritivos e causais utilizados pelos modelos dominantes da historiografia marxista e nacionalista para representar a história colonial do Sul da Ásia (Guha 1988, pp. 37-43).

Essas ideias se transformaram em uma crítica epistemológica profunda, que colocou em evidência os vínculos entre as práticas colonialistas ocidentais e a produção acadêmica. Os “orientalismos”, produzidos ao interior das ciências sociais, isto é, imagens estereotipadas das culturas não metropolitanas, baseadas em uma suposta exterioridade radical (Said, 1995). Basicamente, esse enfoque busca restituir aos grupos subalternos sua voz e memória excluídas pelas narrativas imperais e nacionalistas, e a condição de sujeitos de suas próprias histórias.

As teorias pós-coloniais tratam de abrir campo para a emergência das diferenças, das vozes silenciadas pelos saberes modernos, podendo colocá-las dentro dos discursos da contra-modernidade. Eles estão representados no coração dos países ocidentais do autodenominado primeiro mundo (Europa e Estados Unidos) por Foucault, Lyotard, Derrida. Assim como em experiências possivelmente não reconhecidas de forma plena, como o “anti-desenvolvimentismo” promovido na América Latina.

Diferentemente da América Latina, na África, Ásia e Oriente Médio, trata-se de países cuja descolonização ocorreu após 1945, como expressão da crise do projeto de modernidade nas colônias. Esses países denotam uma ruptura epistemológica profunda a respeito das narrativas anticolonialistas dos anos 1960 e 1970. Entre seus representantes destacam-se Achille Mbembe, Amina Mama, Felwine Saar, entre outros.

As primeiras narrativas anticolonialistas que surgiram fora da América Latina indagaram sobre o estatuto epistemológico de seu próprio discurso e de forma gradativa começaram a criticar os princípios da racionalidade moderna ocidental. De maneira geral, sua intenção era *representar* a voz dos “condenados da terra” (Spivak, 1997). Em troca, as novas narrativas pós-coloniais implicam uma importante ruptura epistemológica baseada em uma forte crítica dos pressupostos da modernidade e a mesma ideia de representação: estas não pretenderão representar aos outros<sup>2</sup>.

A teoria pós-colonial, como parte integrante dos estudos culturais, adota o enfoque da cultura das sociedades após o processo de colonização e seus fundamentos teóricos se nutrem da teoria literária e estética, a filosofia pós-estruturalista francesa (Foucault; Derrida), a história e antropologia culturais, a psicanálise (lacaniana), as variações linguísticas, o pós-marxismo de Ernesto Laclau e Chantal Mouffe etc.

Basicamente, os subalternistas indianos iniciaram uma ruptura epistemológica ao tratar de restituir aos grupos subalternos sua memória, omitida das narrativas imperiais e nacionalistas, e sua condição de sujeitos de suas próprias histórias. Entre suas preocupações encontram-se as questões do nacionalismo e do racismo. Tinham como pressuposto que os historiadores ocidentais reproduziriam as mesmas exclusões da prática imperial, já que percebem e conceitualizam toda possibilidade de resistência como uma manifestação nacionalista: desse modo, o nacionalismo aparece sempre como forma única de oposição ao império, ignorando as outras histórias e as outras formas de resistência que não estão encabeçadas e dirigidas pela elite nacionalista local, pelo “grupo dominante” nativo. Frente a isso, o Grupo de Estudos Subalternos se propôs a investigar a atividade histórica dos camponeses (tradicionalmente omitida das representações e dos discursos historiográficos) ou, melhor ainda, sua história suprimida (Guha, 2002).

### **DEBATES SOBRE A DESCOLONIZAÇÃO: O VÉU E A MUTILAÇÃO GENITAL FEMININA**

Awan Thian (1983), feminista senegalesa, indica que a França, durante a década de 1970, foi uma das pioneiras nos movimentos pela

---

2 Ver a crítica de Gayatri Spivak a Foucault e Deleuze em “Pode o subalterno falar?” (1988). A autora critica a possibilidade da representação ao distinguir entre a *Darstellung*, a representação como *tropologia*, e a *Vertretung*, a representação no sentido de *falar por*. Aqui discute com Gilles Deleuze, que considera que confunde ambas, concluindo que não existe a representação como fusão de ambas.

libertação de mulheres das práticas de mutilação genital feminina, utilizada como instrumento de opressão selvagem.

Nas discussões sobre o feminismo e Islã, posteriores aos acontecimentos do dia 9 de setembro de 2001, nos EUA, os temas do véu e da mutilação genital feminina foram, sem dúvida, um dos temas centrais nos debates da chamada orientalização da mulher muçulmana.

Depois do 11 de setembro, Laura Bush, primeira-dama estadunidense na época, passou a mobilizar a imagem das mulheres muçulmanas como maltratadas, transformando-as no eixo central dos debates sobre a política no Oriente Médio. O artigo da antropóloga Lila Abu-Lughod e seu posterior livro sobre o tema foram comparados com Edward Said e seu *Orientalismo*. Nessas obras, as mulheres beduínas são as narradoras de suas próprias vidas. Elas não são sujeitas ou objetos de ideias projetadas pela imaginação da etnógrafa Lila Abu-Lughod. Dessa maneira, o trabalho constitui um esforço por *descolonizar* as narrativas orientalizadas pelo Ocidente com relação aos estudos sobre mulheres muçulmanas árabes.

É importante a pergunta que a autora Isabel Ortega Sánchez realiza ao questionar: onde estão, no “livro negro das mulheres”, as mutilações genitais praticadas no mundo ocidental? Tal ausência suscita uma reflexão interessante sobre se são ignoradas ou estão invisibilizadas (2013, p. 26). Na realidade, o texto faz referência às práticas das mulheres curdas e africanas na França, destacando que lá são realizadas cirurgias corretivas.

Cabe destacar que o primeiro documento internacional a nomear essa prática como “mutilação genital feminina” foi o Programa de Ação da Conferência Internacional sobre População e Desenvolvimento, que aconteceu no Cairo, em 1994. No ano de 2010, o termo extirpação foi substituído por ressecção, ainda que os posicionamentos culturalistas proponham o uso do termo extirpação como forma de eliminar o conteúdo etnocentrista da Organização Mundial da Saúde (OMS). As feministas, por sua parte, reforçam a ideia de mutilação genital como estratégia para incluir outras formas de mutilação genital e pontuar o caráter ritualístico que é omitido pelo sistema médico e científico. A prática é realizada em 28 países da África, Oriente Médio e Ásia, mas não é prescrita em nenhuma das religiões nas comunidades nas quais a prática é efetuada. A pesquisa de Sánchez (2013) identifica a atividade em comunidades animistas e muçulmanas, entre cristãos coptas no Egito e Sudão, e em uma minoria de judeus falashas no Egito. A autora afirma que “a extirpação/mutilação genital feminina aparece frequentemente associada ao Islã, mas nem todas as mulheres muçulmanas são expostas a essa prática tradicional, e nem todas as mulheres que

a sofreram são muçulmanas. O Alcorão não menciona a circuncisão, nem masculina e nem feminina” (2013, p. 60).

No artigo *Do Muslim Women Really Need Saving?* Abu-Lughod (2002) questiona se as ideias ocidentais sobre os “abusos” sofridos pelas mulheres muçulmanas estão corretas. A autora conclui que as muçulmanas, da mesma maneira que mulheres de outras religiões e origens, devem ser vistas a partir de seus contextos históricos, sociais e ideológicos. E que, além disso, na intenção de “salvar” essas mulheres, são mobilizadas ideias racistas que compreendem as sociedades muçulmanas como bárbaras. A religião não é o principal fator de desigualdade no mundo, mas sim uma combinação da pobreza e dos abusos governamentais junto às tensões mundiais.

As vozes femininas sufocadas como subsidiárias da representação de uma ideia de “atraso” tornam-se parte da análise realizada por feministas pós-coloniais indianas como Gayatri Spivak, Chandra Tapadle Mohanty e a egípcia Saba Mahmood. Concretamente, Mohanty e Spivak questionam as práticas imperialistas dos feminismos liberais do Norte que produzem o estereótipo analítico para pensar as “mulheres do terceiro mundo”. Mohanty propõe a ideia de que qualquer construção intelectual e política dos “feminismos de terceiro mundo” deve contemplar o tratamento de dois projetos simultâneos: por um lado, a crítica interna aos feminismos hegemônicos do Ocidente e, por outro, a formulação de estratégias feministas baseadas na autonomia das mulheres, considerando seus espaços geográficos, suas histórias e culturas. Visto que alguns textos feministas

colonizam de maneira discursiva as heterogeneidades materiais e históricas da vida das mulheres no terceiro mundo, e, portanto, produzem/representam uma categoria singular, a ‘mulher do terceiro mundo’, uma imagem que parece ser construída de forma arbitrária, mas que leva, consigo, a assinatura legitimadora do discurso humanista do Ocidente. (Mohanty, 2008, p. 121)

Faz-se necessário destacar a abordagem de Mahmood (2006) sobre a noção de “agência” na etnografia do movimento feminino das mesquitas, que é parte do “revivalismo islâmico”, no Cairo, como um *ethos* ou sensibilidade religiosa que se desenvolve nas sociedades muçulmanas a partir dos anos 1970. Trata-se de um movimento que altera o caráter histórico centrado na dominação masculina — que ocorreu em um contexto de crescimento inusitado de mesquitas nos bairros do Cairo — embora choque com os limites da tradição discursiva que viabiliza a subordinação a uma vontade transcendental. Esse aspecto contrasta com o movimento de mulheres iranianas, cujo objetivo é a



reinterpretação dos textos sagrados como forma de construir relações equitativas entre homens e mulheres. O interesse de Mahmood em debater a noção de “agência humana” na teoria feminista implica na sua tese de que

o modelo de agência proposto limita a capacidade de questionar e compreender a vida das mulheres cujo sentido do *self*, aspirações e projetos foram configurados no seio de tradições não liberais [...]. Sugiro que pensemos a agência não como um sinônimo de resistência nas relações de dominação, mas como uma capacidade de ação criada e impulsionada pelas relações concretas de subordinação historicamente configuradas. (Mahmood, 2006, p. 13)

A autora se baseia na teoria pós-estruturalista da formação do sujeito, ainda que também se afaste dela enquanto explora as modalidades de agência, cujos significados e efeitos não são encontrados nas lógicas de subversão e ressignificação das normas hegemônicas. A obra de Mahmood foi recebida na América Latina como uma crítica renovada da representação das mulheres indígenas e dissidentes.

### **A COLONIALIDADE DO GÊNERO NOS FEMINISMOS DECOLONIAIS E DESCOLONIAIS LATINO-AMERICANOS**

Desde o fim da década de 1990, na América Latina e Caribe, os desenvolvimentos dos feminismos decolonial e descolonial reformularam os termos do debate sobre colonialidade e gênero, definido pela filósofa feminista María Lugones (2008) e a antropóloga Rita Segato (2018), ambas argentinas. A partir de conceitos chave como raça e gênero, compreendidos como ficções poderosas, as duas autoras convergem ao destacar a luta das mulheres indígenas contra os patriarcados. O patriarcado indígena foi reforçado durante os processos de conquista e da colonização do continente em uma aliança entre conquistadores e conquistados. O conceito de “entroncamento de patriarcados”, como definido pela boliviana Julieta Paredes (2020), revisa as práticas de submissão das mulheres indígenas e não binárias. Para Segato (2018), a evidência etnográfica prova — diferentemente da posição assumida por Oyéronké Oyewùmí no seu livro *La invención de la mujer* — a existência de nomenclaturas de gênero em todas as sociedades da região sob as quais as mulheres e os corpos feminizados foram submetidos ao domínio masculino.

A perspectiva de “colonialidade de poder” de Quijano (2000) é, sem dúvida, um conceito central para compreender sua obra. Para o autor, o sistema-mundo moderno é organizado a partir da colonialidade do poder, cujas características são as de ser capitalista e eurocêntrica. Assim, o atual padrão de poder mundial é o primeiro que

é efetivamente global, visto que todas as áreas da existência social estão controladas por instituições hegemônicas universais, tais como a empresa capitalista, a família burguesa, o Estado-Nação e o eurocentrismo. Por sua vez, a relação entre as instituições faz do padrão de poder um sistema que cobre a totalidade da população do planeta, assim, constituindo o primeiro sistema-mundo global historicamente conhecido. Isso é alcançado a partir de dois processos históricos: 1) a classificação, a partir da ideia de raça de, em primeiro lugar, os conquistadores e conquistados e depois de toda a população mundial; 2) a articulação de todas as formas históricas de controle do trabalho (Quijano, 2000, p. 345).

Existem três grandes eixos sob os quais o padrão de poder capitalista classifica as pessoas: trabalho, sexo e raça. Todavia, na obra de Quijano, é a categoria de raça que adquire um lugar transversal e permanente na configuração do padrão de poder capitalista moderno/colonial. Em suas palavras, “a racialização das relações de poder entre as novas identidades sociais e geoculturais deram sustento e foram referência legitimadora fundamental do caráter eurocentrado do padrão de poder, material e intersubjetivo” (Quijano, 2000, p. 374).

A transversalidade da noção de raça leva Quijano a propor uma articulação interessante entre raça e sexo-gênero, que é retomada e reformulada pelas autoras feministas a partir da conceitualização da colonialidade de gênero — debate conduzido por María Lugones e Rita Segato.

Na vertente do giro decolonial, cabe citar um ponto nevrálgico no debate sobre a preexistência do gênero no mundo colonial que define parte do trabalho de Segato (2011) na chave de colonialidade e gênero. A pergunta que orienta o referido trabalho é: o gênero é o princípio organizador no “mundo-aldeia” antes da colonização ocidental? Na obra *La norma y el sexo: frente estatal, patriarcado, desposesión, colonialidad* (2016), a autora analisa as mudanças no olhar sobre sexualidade e sobre o significado e valor dados à prática sexual nas sociedades anteriores à intervenção do processo de colonização. A partir do que define como “escuta etnográfica”, Segato estuda a sequência de descobertas que a guiou na compreensão das relações entre sexualidade e gênero, ao passo que, anuncia a posição descolonial em sua própria prática acadêmica. Tal posicionamento permite que ela atribua a exterioridade colonial/moderna — exterioridade intrínseca a racionalidade científica, a “exterioridade administradora”, a “exterioridade exportadora do outro e da diferença” — a capacidade objetificadora do olhar colonial, que é, para a autora, simultaneamente, administradora e pornográfica. As evidências etnográficas que lhe permitem observar a “sutil transformação do assédio sexual em dano

ou ‘imoralidade’ que acompanha a intervenção colonial, nesse caso, observada no avanço intruso da frente estatal-empresarial-midiática-cristã no mundo comunitário e coletivista da aldeia” (Segato, 2016, p. 21). A autora indica que “as mulheres indígenas, atualmente, vivem situações de intensa mudança no continente, e veem, como nunca, apesar do aumento de leis, políticas públicas e da presença estatal das ONGs, sua indefinição aumentar” (Segato, 2016, p. 15).

Os estudos descoloniais permitem afirmar que a criminalização da negritude, o braço armado da colonialidade — que é evidenciada pelas estatísticas de assassinatos, feminicídio, morte de jovens todos oriundos da população afrodescendente, ecofeminicídios e assassinato de pessoas trans —, é herdada da ideia de raça. Na atualidade, a materialização dos corpos femininos é afetada de maneira vital pelas novas formas de expansão capitalista e pela colonialidade; a exemplo dos feminicídios ocorridos em Ciudad Juárez, no pacífico colombiano; na Guatemala (territórios onde a colonialidade não acabou); em Ruanda no ano de 1994; ou antes ainda, durante a subdivisão entre Índia e Paquistão em 1947. Estes casos demonstram que os corpos das mulheres foram envolvidos em territórios de disputas mais violentos nesses tempos de muros, fronteiras e colonialismo. Os corpos em deslocamento, racializados pelas políticas do neoliberalismo mundial que opera com a nova razão imperial, se armam contra a violência dando espaço à formação de movimentos que exigem justiça. Práticas tão potentes quanto o *#NiUnaMás* no México e sua tradução sulista *#NiUnaMenos*, ou o coletivo chileno *Las Tesis* e seu *hit* mundial *Un violador en tu camino*, sinais esperançosos que promovem mudança cultural e política iminente que confronta a prerrogativa machista que definiu que nossas vidas são dispensáveis.

## CONCLUSÕES

Neste capítulo busquei abordar as principais contribuições latino-americanas e caribenhas do diálogo Sul-Sul, as rupturas e continuidades frente às formulações mais ortodoxas do desenvolvimento a partir das leituras de autoras feministas pós e descoloniais.

Foram apresentados os desafios enfrentados pelas vozes das mulheres indígenas (em sentido amplo, pois incluem também as populações colonizadas e racializadas nas metrópoles), ao questionar a visão unívoca e eurocêntrica do desenvolvimento capitalista como a “retórica salvacionista” do feminismo hegemônico que, ao representar as vozes das mulheres do Sul, as sufoca e impõe a ilusão da igualdade e liberdade como atributos da sociedade ocidental.

Nesse horizonte, a relação entre as formas culturais e o poder, a política do conhecimento e da representação, e os direitos das mu-

Iheres no Oriente, na América Latina e Caribe, foram trabalhadas a partir de uma abordagem comparativa que permitiu observar como o discurso do véu, da mutilação genital feminina no Oriente e na África, assim como o tratamento das violências contra as mulheres indígenas na América Latina, são parte de um roteiro inscrito nos corpos-territórios das mulheres, retóricas de um discurso moderno de progresso e desenvolvimento que está sucumbindo.

Através das violências coloniais, os poderes imperiais quadriculam a “zonificação” do mundo. Assim, as zonas da humanidade e da não humanidade determinam o que Fanon chamou de “zonas do não ser”, ou seja, zonas tortuosas que segregam populações, racializam corpos, constroem cartografias coloniais nas quais o poder decide quem deve viver e quem tem que morrer. Nessas zonas marcadas, a criminalização das populações colonizadas e originárias fogem das violências coloniais: raciais, sexistas, capitalistas, que são promovidas por discursos como o da “ideologia de gênero”. Discursos esses que são poderosos e que cada vez mais ganham força, impregnando a malha social com diferentes dispositivos submersos em financiamentos que promovem campanhas anti-feministas, misóginas, homofóbicas, transfóbicas, direcionadas aos corpos dissidentes.

A dimensão Sul-Sul dos debates feministas reflete a pluralidade dos feminismos originários, comunitários, afrofeministas, ecofeministas, descoloniais e dissidentes sexuais que existem na região.

Os *feminismos do Sul* surgem como um movimento transnacional de re(exi)stência feministas *situados nos* “suis” (no plural) que contradiz os princípios da modernidade/colonialidade/colonialismo/racismo. E o fazem a partir da subversão dos signos da agência feminista, no terreno onde os poderes globais disputam o controle dos nossos corpos para escrever os roteiros fundamentalistas religiosos, geopolíticos, econômicos e culturalistas. Um movimento anti-capitalista, anti-racista e anti-colonial que luta pela coalizão entre movimentos feministas, trans, cuir e *queer* e pela descolonização do mundo.

## BIBLIOGRAFIA

- Abu-Lughod, L. (2002). Do Muslim Women Really Need Saving? *American Anthropologist*, 104(3), 783-790. DOI: 10.1525/aa.2002.104.3.783
- Abu-Lughod, L. (2002). Introducción: Anhelos feministas y condiciones postcoloniales. In *Feminismo y Modernidad en Oriente Próximo*. Madrid: Cátedra.
- Adorno, T. e Horkheimer, M. (1998 [1944]). *Dialéctica de la Ilustración. Fragmentos filosóficos*. Madrid: Trotta.

- Amin, S. (1974). *El desarrollo desigual*. Barcelona: Fontanella.
- Bidaseca, K. (2010). *Perturbando el texto colonial. Los estudios (pos) coloniales en América Latina*. Buenos Aires: Ed. SB.
- Lugones, M. (2003). *Pilgrimages/Peregrinajes: Theorizing Coalition against Multiple Oppressions*. Lanham: Rowman & Littlefield.
- Lugones, M. (2005). Multiculturalismo radical y feminismo de las mujeres de color. *Revista Internacional de Filosofía Política*, 25 [Tradução de J. Rodríguez Feo].
- Lugones, M. (2008, jul./dez.). Colonialidad y género. *Tabula Rasa*, 9, 73-101.
- Lugones, M. (2012). Subjetividad esclava, colonialidad de género, marginalidad y opresiones múltiples. Pensando los feminismos en Bolivia. La Paz: Conexión Fondo de Emancipaciones, Serie Foros.
- Lugones, M. e Price, J. (1995) Dominant culture: El deseo por un alma pobre. In Dean, H. A. (Ed.), *Multiculturalism from the margins*. Wesport: Bergin & Garvey.
- Mahmood, S. (2006). Teoría feminista, agência e sujeito liberatório: algumas reflexões sobre o revivalismo islâmico no Egipto. *Revista Etnográfica*, X(1).
- Quijano, A. (2000). Colonialidad del poder, eurocentrismo y América Latina. In Lander, E. (Comp.), *La colonialidad del saber: eurocentrismo y ciencias sociales. Perspectivas latinoamericanas*. Buenos Aires: CLACSO.
- Sánchez, I. (2013). *Esculpir el género. Nuevas fronteras de la mutilación genital femenina*. Palma de Mallorca: Universitat des Illes Balears.
- Segato, R. (2011). Género y colonialidad: en buscas de claves de lectura y de un vocabulario estratégico descolonial. In Bidaseca, K. e Vázquez Laba, V. (Eds.), *Feminismos y poscolonialidad*. Buenos Aires: Godot.
- Segato, R. (2016). La norma y el sexo: frente estatal, patriarcado, desposesión, colonialidad. In Bidaseca, K. (Coord.), *Genealogías críticas de la colonialidad en América Latina, África, Oriente*. Buenos Aires: CLACSO / IDAES-UNSAM.
- Spivak, G. (1988). ¿Puede el subalterno hablar? *Revista Orbis Tertius*, 3(6), 175-235.
- Spivak, G. (1997). Estudios de la Subalternidad: Deconstruyendo la Historiografía. In Rivera Cusicanqui, S. e Barragán, R. (Comps.), *Debates Post Coloniales: Una introducción a los Estudios de la*

Subaltenidad. La Paz: SEPHIS; Ediciones Aruwiyiri / Editorial Historias.

Tham, A. (1983). El combate de las mujeres por la abolición de las mutilaciones sexuales. La Mujer y las esferas del poder. La política, la economía y los movimientos sociales. *Revista Internacional de Ciencias Sociales*, XXXV(4), 793-802.

Toynbee, A. J. (1940). *Christianity and Civilization* (Burge Memorial Lecture). Londres: Student Christian Movement Press.

Wallerstein, I. (1997). *El Moderno Sistema Mundial*, Tomo I, II y III. Cidade do México: Siglo XXI.



PARTE 2

**PERSPECTIVAS  
MULTIDISCIPLINARES  
SOBRE  
DESENVOLVIMENTO**





CAPÍTULO 5

**AMÉRICA LATINA: ECONOMIA E  
DESENVOLVIMENTO<sup>1</sup>**

Gregorio Vidal

**INTRODUÇÃO**

A debilidade no crescimento das economias na América Latina é novamente um dado relevante de seu comportamento. Temos, como ocorre recorrentemente desde os anos oitenta do século passado, um ciclo com pobre desempenho da economia, redução da renda e persistência ou aumento da desigualdade social. O contexto é de uma economia mundial com um comportamento semelhante que, como será exposto na segunda parte desse trabalho, se relaciona com o avanço da financeirização.

O problema é que a financeirização, para a região, significa um avanço do subdesenvolvimento. Como analisaremos na primeira parte do texto, uma notável elaboração teórica sobre o desenvolvimento e o subdesenvolvimento foi produzida na América Latina. Atualmente é imprescindível repensar os problemas da desigualdade social, os altos níveis de pobreza, a desarticulação produtiva, a incapacidade para manter longos períodos de crescimento, a notável fragilidade financeira e a fragmentação social e econômica, levando em consideração tais contribuições teóricas acerca do desenvolvimento latino-americano.

---

1 Tradução: Cristina Cavalcante.

As economias e sociedades latino-americanas são mais heterogêneas, com pouca margem para conduzir os processos de financiamento e, naquelas onde a indústria e os serviços modernos têm um peso maior, não existe uma articulação relevante com o conjunto das atividades produtivas executadas no país. As tentativas de modificar os processos econômicos e sociais na região realizadas nos primeiros anos da década passada até meados da atual foram derrotadas, revelando fortemente, como expomos na última parte do texto, que o desenvolvimento é um projeto que necessita contar com os atores sociais que o levem adiante.

### **O DESENVOLVIMENTO COMO PROBLEMA: HISTÓRIA E PRESENTE**

A discussão sobre o desenvolvimento que considera a situação específica dos países identificados, no seu momento, como do terceiro mundo, é relativamente recente. Seus antecedentes não estão relacionados com o desempenho das economias na América Latina ou em outras regiões, que em meados do século passado eram conhecidas como atrasadas. Em sua origem, o termo se relaciona com a construção de processos nacionais com sistemas econômicos autônomos, destacando-se a ideia de *interesse nacional* (Furtado, 1983).

No último terço do século XIX ocorre uma acentuada expansão do capitalismo que inclui processos de industrialização que estão na base da constituição de centros econômicos autônomos. Não é a expansão das economias de mercado o que permite a consolidação dessas economias, tampouco essas resultaram da manutenção das propostas de livre-cambismo como elemento que organiza a atividade econômica. No século XIX, particularmente em sua segunda metade, surge um grande debate quase que simultaneamente à expansão inglesa, que traduzido para os termos contemporâneos seria entre livre-cambismo e protecionismo. List, em 1841, se refere expressamente ao debate em termos de economia cosmopolita de um lado e, de outro, a economia política, e com base no estudo da história sustenta a necessidade de um projeto que permita a Alemanha "...fazer na sua indústria os progressos que reclama sua cultura" (List, 1997, p. 202, tradução nossa). O ponto é que "os Estados alemães decidiram, por meio de um vigoroso sistema mercantil comum, garantir o mercado interno para suas próprias indústrias" (List, 1997, p. 202, tradução nossa). As propostas de List, expostas sistematicamente no seu livro *Sistema Nacional de Economia Política* constituem uma estratégia para o desenvolvimento de uma nação. Como observa Schumpeter (1963), é a visão sobre o futuro nacional da Alemanha ou, segundo os argumentos do próprio List, de outras nações na Europa ou na América.

Furtado refere-se ao grande debate que ocorre na segunda parte do século XIX em torno à opção entre livre-cambismo e protecionismo, destacando que o problema de fundo corresponde ao comportamento estrutural da econômica capitalista, uma vez que as formas de apropriação da inovação tecnológica geram uma dupla concentração entre as empresas que lideram o processo que estão, ao mesmo tempo, localizadas nos países que dominam as exportações tecnológicas. Assim, a industrialização foi possível “...no marco do protecionismo nacional” (Furtado, 1983, p. 31, tradução nossa). A análise dos processos de industrialização no final do século XIX permite concluir que este foi acompanhado de medidas protecionistas no Japão, com firme condução do Estado, mas também nos países integrantes da Commonwealth Britânica como Canadá, Austrália, Nova Zelândia e até mesmo os Estados Unidos antes da guerra civil, mas com mais força depois de sua conclusão (Bairoch, 1993). O resultado da expansão do capitalismo e sua implantação em uma grande quantidade de países leva em conta projetos fundados na ideia de complementariedade entre atividades econômicas, e não a especialização fruto da divisão internacional do trabalho e das vantagens comparativas. Como destaquei nas linhas anteriores,

a partir desse momento o conceito de desenvolvimento se vinculou explicitamente à ideia de *interesse nacional* [...]. O enfoque globalizante dos processos econômicos, que corresponde à primazia do Estado como agente propulsor e orientador das atividades econômicas e árbitro dos conflitos de classe na definição do interesse nacional, chegaria finalmente a prevalecer na concepção de desenvolvimento. (Furtado, 1983, p. 31, tradução nossa)

Durante esses anos na América Latina há uma maior articulação com a econômica capitalista, mas não há avanço em projetos de industrialização, e dominam as ideias de livre-cambismo. Em outras regiões, há formas coloniais de implantação do capitalismo, incluída a própria expansão colonial da coroa britânica. Já nas primeiras décadas do século XX, não há uma reflexão particularmente expressiva sobre o assunto. Talvez uma exceção ocorra na América Latina com o debate, nos anos vinte e trinta, entre Haya de la Torre e Mariátegui, que é transcendente na definição das orientações principais do que se denomina a Escola Latino-americana do Desenvolvimento (Kay, 1991). Somente depois do fim da Segunda Guerra Mundial que tal debate ressurgiu e ganhou força, com propostas elaboradas na América Latina.

Na segunda metade dos anos quarenta do século passado, a economia e as relações políticas internacionais apresentavam uma nova realidade: as economias capitalistas organizadas por Estados Unidos

frente a um conjunto emergente que tinha seu centro na União Soviética. O autodenominado mundo ocidental dotou-se de instituições multilaterais como passo relevante para a reorganização do sistema monetário internacional; porém, fundamentalmente, "...podemos afirmar que o FMI e, em menor medida, o Banco Mundial, mais que reguladores do sistema de relações internacionais, inicialmente foram forjados como instrumentos dessa hegemonia estadunidense [...] [legitimando-se como] instituições e mecanismos multilaterais que se definiram, se proclamaram e, até hoje, se projetam como de cooperação internacional" (Lichtensztejn, 2010, p. 37, tradução nossa). Todavia, o cenário político internacional contava com o desmantelamento da ordem colonial, com processos sociais e com dinâmicas particulares e específicas definidas pela ação em busca da independência política e econômica, o mesmo ocorre na Ásia e África. Em alguns territórios impulsionavam-se projetos que buscavam ir mais além do capitalismo. É nesse âmbito que ocorrem outras iniciativas como a do Conselho Econômico e Social das Nações Unidas (ECOSOC) que cria diversas comissões regionais com o objetivo de promover o desenvolvimento nas regiões que analisam. Os instrumentos são a cooperação e a integração regional. Em 1947 surge a Comissão Econômica para a Europa, cujo primeiro secretário executivo foi Myrdal. Nesse mesmo ano foi fundada a Comissão Econômica para a Ásia e o Pacífico, e um ano depois, a Comissão Econômica para a América Latina (CEPAL), encabeçada por Prebisch. Nesse momento, os enfoques acadêmicos predominantes assimilavam os problemas do atraso, "...do desenvolvimento atrasado (ou subdesenvolvimento) ao mau funcionamento da economia internacional, isto é, ao abandono dos saudáveis princípios da doutrina liberal" (Furtado, 1983, p. 32, tradução nossa). Das cinco comissões criadas pelo ECOSOC de 1947 a 1973, a única que desenvolve um enfoque próprio e uma interpretação dos determinantes do funcionamento das economias da região e, mais amplamente, das economias que se identificam como do Terceiro Mundo é a CEPAL. Logo depois de iniciar suas atividades, no segundo semestre de 1949 e no primeiro de 1950, apresentam-se os trabalhos que dão origem à concepção de sistema centro-periferia e às ideias gerais sobre o subdesenvolvimento que caracterizam a CEPAL (Rodríguez, 1980, p. 24). Destaca-se o conhecido *Estudo Econômico da América Latina* de 1949. A partir desta perspectiva, o subdesenvolvimento não é um antecedente do desenvolvimento. Enquanto um grupo de economias avançou ao desenvolvimento, outras conheceram o avanço do subdesenvolvimento. As relações que caracterizam o comércio internacional estão fundadas na assimetria e reproduzem o esquema centro-periferia e,

enquanto tal, o subdesenvolvimento. É o ponto que se observa no denominado *Estudo de 49* (CEPAL, 1951), mas também em outras obras posteriores de Prebisch (1963). Foi também a reflexão que realiza Furtado anos depois em *Pequena Introdução ao Desenvolvimento* (1980), considerando outras contribuições sobre o estudo do desenvolvimento. São as análises elaboradas no âmbito da CEPAL que definem o comportamento das economias da América Latina — desde o último terço do século XIX até os anos da Grande Depressão — como primário-exportadoras. O característico dessa época não é unicamente que os países estiveram conectados com a economia mundial a partir da exportação de um produto primário ou dois, em alguns eram produtos agrícolas e em outros eram minerais. Além da especialização, a estrutura produtiva é heterogênea enquanto “...nos centros se caracteriza por ser diversificada e homogênea” (Rodríguez, 1980, p. 26, tradução nossa).

No livro *Formação Econômica do Brasil*, publicado no Brasil em 1959, Furtado estuda o desenvolvimento da economia cafeeira que foi o meio para que esse país se reintegrasse “...às correntes em expansão do comércio mundial [...], a economia cafeeira se encontrava em condições de autofinanciar sua extraordinária expansão [...], estavam integrados os quadros da nova classe dirigente que encabeçaria a grande expansão cafeeira” (Furtado, 1974a, p. 123, tradução nossa). No Brasil, a relação com a economia internacional é conduzida por uma classe proprietária estabelecida nesse país por meio da exportação do café. Na Argentina, exportam-se produtos agropecuários com base em grandes propriedades de residentes. No México, são as atividades minerais, em grande parte nas mãos de capitais estrangeiros que também participam nos maiores investimentos desses anos, como a construção das linhas ferroviárias que conectavam o país com a economia dos Estados Unidos. Alguns autores se referem a esta organização da economia como desenvolvimento para fora, assimilando a proposta de modelo de desenvolvimento com a modalidade que, em um certo momento histórico, tem o processo de reprodução do capital (Calix, 2016).

Em uma perspectiva de longo prazo, há diversas denominações das formas de reprodução do capitalismo nas sociedades da América Latina, todavia, a periodização proposta é compartilhada. O modelo primário-exportador é seguido pelo modelo de industrialização por substituição de importações que se considera explicado e formalizado pela teoria estruturalista da CEPAL (Calix, 2016, p. 4). Rodríguez observa consistência na construção da teoria e da política econômica da CEPAL, destacando que “a industrialização é considerada a base fundamental da política de desenvolvimento das economias periféri-

cas” (1980, p. 182, tradução nossa). Cárdenas, Ocampo e Thorp (2003) se referem ao novo padrão de desenvolvimento que surge depois da Grande Depressão e da Segunda Guerra Mundial como industrialização dirigida pelo Estado, “um conceito que ressalta suas duas características distintivas: o foco crescente na industrialização como eixo do desenvolvimento e a ampliação significativa das esferas de ação do Estado na vida econômica e social” (Bértola e Ocampo, 2013, p. 170, tradução nossa). Tavares conserva a denominação de substituição de importações aplicada “para caracterizar um processo de desenvolvimento interno que ocorre e se orienta pelo impulso que recebe das restrições externas e que se manifesta primordialmente por meio de uma ampliação e diversificação da capacidade produtiva industrial” (Tavares, 1979, p. 38, tradução nossa).

Nas análises das dinâmicas do capitalismo na América Latina durante o período das políticas de substituição de importações, ou do desenvolvimento para dentro — para usar uma outra denominação de alguns outros autores vinculados à CEPAL —, há diferenças importantes. Nesse ponto é relevante a observação de Kay (1991) sobre o debate entre Haya de la Torre e Mariátegui como uma espécie de ponto de partida das duas correntes mais importantes do que denomina teorias latino-americanas do desenvolvimento: a reformista estruturalista e a marxista-revolucionária, o que implica um resultado distinto no processo de construção do desenvolvimento que, até o presente momento, não ocorreu em quase nenhum país da região. Além disso, sobre a análise do período denominado substituição de importações, é imprescindível ter em conta algumas precisões.

A indústria manufatureira existe nos anos do período primário-exportador. Nos anos prévios, nas maiores economias da América Latina, há manufatura com desenvolvimento distinto, em alguns casos inclusive como parte das atividades econômicas que permitem realizar as exportações de produtos primários. Furtado se refere ao processo como industrialização induzida pela expansão das exportações (1976, pp. 125-131). Na década de 1930, Argentina, Brasil e México implementaram diversas medidas de política econômica que buscavam compensar a brusca redução das receitas de exportação primária, sem que isso implicasse em alguma proposta para o avanço da indústria. No Brasil é um subproduto da política executada na defesa dos interesses cafeeiros a partir da indústria preexistente (Furtado, 1974a, pp. 190-198). No México há uma ativa participação estatal, principalmente no governo de Cárdenas (1934-1940), que se concentra na infraestrutura e em obras para a promoção de atividades agropecuárias. Neste contexto, a indústria avança por seus próprios meios inclusive nos anos da Segunda Guerra Mundial (Vidal, 1996).

Nos anos posteriores à Segunda Guerra Mundial, é notória a continuidade da industrialização nas principais economias latino-americanas, sem que necessariamente existisse um projeto e, menos ainda, organizado e dirigido pelo Estado. Há uma observação crítica sobre o processo na medida em que “a industrialização em condições de *laissez-faire* não conduz ao desenvolvimento, este entendido como homogeneização da estrutura produtiva e difusão crescente dos frutos do aumento da produtividade (Furtado, 1974b, p. 253, tradução nossa). Uma industrialização dessa natureza “...tende a gerar uma estrutura produtiva de múltiplos compartimentos, com grande disparidade da produtividade do trabalho entre eles, sem que tais níveis de produtividade influenciem de maneira significativa nos salários” (Furtado, 1974b, p. 253, tradução nossa). Há manutenção e aprofundamento da heterogeneidade estrutural (Pinto, 1973) e com ela um avanço do subdesenvolvimento.

Nos anos setenta do século passado, fica claro que os países da América Latina não alcançaram a condição de desenvolvidos, ponto compartilhado pelas diversas abordagens da teoria latino-americana do desenvolvimento. Nos anos seguintes, surgiu a crise da dívida externa e, desde então, houve uma profunda transformação estrutural na região que, inclusive, avança com uma maior desarticulação das atividades produtivas. Impõe-se a tese da abertura econômica, com base em uma sistemática política de ajuste fiscal e de reformas estruturais.

Nesse momento, ocorre uma notável transformação na dinâmica da economia que, segundo alguns, expressa a implantação do modelo neoliberal, influenciado diretamente pelas teorias econômicas neoclássicas (Calix, 2016). Outros autores caracterizam o processo criticamente como uma reorientação para o mercado (Bértola e Ocampo, 2013). Sunkel (2007) defende que é o retorno ao livre-cambismo decimonônico. Rodríguez (2006), partindo de propostas da CEPAL (2002) e alinhado com o estruturalismo do final dos anos quarenta e cinquenta, observa que a economia mundial é um campo sumamente irregular, com significativos processos de concentração de capital e de apropriação tecnológica. Tavares (1979), com base na análise crítica do processo de substituição de importações, expõe o avanço para um capitalismo financeiro dependente e subordinado liderado pelos grandes capitais. São transformações na América Latina, mas também na Europa, Ásia e Estados Unidos, para as quais a teoria latino-americana do desenvolvimento tem respostas e busca construir alternativas (Vidal e Guillén, 2007). Furtado defende “que a época atual é de enorme concentração de poder, que favorece às grandes empresas [...]. A globalização tem consequências negativas muito evidentes, entre as



quais se destacam a crescente vulnerabilidade externa e o agravamento da exclusão social” (Furtado, 1999, p. 93, tradução nossa). Os elementos substantivos que definem o subdesenvolvimento nos países da América Latina se mantêm, e frente a eles é imprescindível elaborar uma alternativa para avançar ao desenvolvimento. Para tanto, existe uma extraordinária reflexão sobre o assunto, conformada por estudos produzidos na região desde finais dos anos quarenta do século XX.

### **A ECONOMIA MUNDIAL:**

#### **PERMANECE A DEBILIDADE NO CRESCIMENTO**

Em 2019, manteve-se um débil crescimento da economia mundial (FMI, 2019a; World Bank, 2020). É um comportamento presente há muitos anos, com destaque para o fraco crescimento do investimento. A dificuldade de aumentar o investimento é um fato relevante nas maiores economias desenvolvidas que se vincula com a forma como operam as corporações e o papel das grandes empresas financeiras, tudo isso como parte das mudanças realizadas nos anos anteriores (Vidal, 2019). No final da década que encerra o século passado, em um informe sobre os mercados internacionais de capital, o FMI afirmou que o nível ou o tamanho dos fluxos de entrada de capitais e a ampliação do acesso aos mais diversos mercados “...proporcionam a prova da hipótese de que os anos noventa representam uma restauração da tendência à integração dos mercados financeiros globais que havia sido evidente no período do padrão ouro e nos anos vinte, mas que foi interrompida pela grande depressão, a segunda guerra mundial e o sistema de controles ao capital do período do pós-guerra” (IMF, 1997, p. 27, tradução nossa). É uma observação que responde à mudança na organização da economia mundial, compartilhada por outros organismos financeiros multilaterais, presente até o momento nas deliberações do Comitê Monetário e Financeiro Internacional e, por tanto, nas recomendações de política econômica a serem executadas nos mais diversos países.

Durante décadas, sob condições de regimes cambiais flexíveis, multiplicam-se as operações transfronteiriças a um ritmo muito superior ao do produto mundial e do comércio internacional. Destaca-se o crescimento dos recursos financeiros, com escala muito superior ao dos investimentos estrangeiros diretos. A multiplicação das operações por conta de não residentes nos mais diversos mercados, como a liberalização dos mercados de capital e a abertura da conta de capitais na maior parte dos países ocorre em um contexto de generalização global do capitalismo, com uma notável força depois da queda do muro de Berlim, a tal ponto que hoje é um dos componentes substantivos das modificações das relações de força entre países que caracterizam a

política e a economia internacional. Diversos autores afirmaram que aspectos relevantes desse processo denotam o avanço de um regime de acumulação com dominação financeira expresso na mundialização (Chesnais, 1997 e 2001). Ressalta-se que existe um capitalismo movido pelas finanças (Aglietta, 2001), ou um regime de acumulação financeirizado (Boyer, 2000), regime de acumulação dominado pelas finanças (Stockhammer, 2007). Outro autor, na introdução de um livro dedicado ao estudo da financeirização na economia mundial, define-a como “...o crescente papel das motivações financeiras, os mercados financeiros, os atores e as instituições financeiras nas operações das economias internas e internacionais” (Epstein, 2005, p. 3, tradução nossa). Mais recentemente foi apresentada uma versão mais abrangente do processo de financeirização, considerando três perspectivas: a) financeirização como regime de acumulação, b) financeirização como meio para dar valor aos acionistas e, c) financeirização vinculada à atividade do cidadão como participante nos mercados financeiros (Van der Zwan, 2014). Os diversos autores estão analisando as transformações de décadas recentes na economia global, incluindo as denominadas economias de mercados emergentes e em desenvolvimento. É um amplo debate que, por si só, dá conta de um trabalho de pesquisa específico. Não obstante suas diferenças, as caracterizações têm em comum que não consideram as transformações como o caminho necessário e, menos ainda, natural do capitalismo. A integração dos mercados financeiros é um projeto de certos capitais, ou uma forma de organização das economias capitalistas que expressa uma específica relação entre os capitais e os Estados; inclusive uma etapa específica no funcionamento do capitalismo. Nos estudos mencionados, critica-se as observações do FMI e outros organismos financeiros multilaterais sobre o funcionamento da economia internacional.

Nesse texto consideramos a existência de um processo que, por meio de decisões de política econômica, de importantes modificações em instituições econômicas e sociais, assim como pelo fortalecimento de algumas frações do capital, gera uma brecha crescente entre a esfera financeira e o espaço das atividades produtivas a favor da primeira. De tal forma que “...estão em curso um conjunto de fenômenos que têm por consequência o desvio dos recursos financeiros da atividade produtiva para serem colocados e obter benefícios puramente financeiros” (Byé e De Bernis, 1987, p. 1281, tradução nossa). A financeirização da economia deve ser entendida “...como a contradição que se manifesta quando a abundância da liquidez monetária tende a reduzir o investimento produtivo” (De Bernis, 1996a, p. 1, tradução nossa). Alguns capitais buscam aumentar os meios de colocação financeira ou a obtenção de benefícios por meio de formas financeiras que não são

geradas diretamente por resultados na produção. É um processo que implica um aumento nas relações hierárquicas entre países e zonas da economia global que dispõem de um espaço político e econômico a partir do qual se impulsiona, revelando o curso das tensões e modificação da relação de forças entre países e capitais.

Há vários lustros é possível afirmar que as finanças ganham vida própria.

Seu crescimento observa-se na composição da formação do capital, na aparição ou crescimento desproporcional de ‘empresas financeiras’, na multiplicação de instrumentos para colocar recursos monetários, na proliferação de opções para que as empresas não financeiras atuem no mundo do crédito e o endividamento, na internacionalização das finanças e, com notável vigor, no crescimento dos benefícios financeiros e da dívida de empresas financeiras e não financeiras, de lares e dos governos locais, estatais e federal. Tudo isso em meio a uma dinâmica macroeconômica que não favorece as decisões de investimento na produção. (Vidal, 2011, p. 75, tradução nossa)

Um âmbito relevante de transformação é constituído pelos países denominados de economias de mercados emergentes e os países em desenvolvimento de baixa renda. Neles, o FMI e outros organismos insistem em aplicar as reformas estruturais. O maior problema é que tudo ocorre quando o comportamento da economia mundial revela (Boyer, 2011) uma crise do regime de crescimento liderado pelas finanças ou (Marcel e Taieb, 2010) uma grande crise equivalente às três anteriores: 1873, 1929 e 1973.

### **A AMÉRICA LATINA HOJE: NOVO CICLO DE POBRE CRESCIMENTO**

Levando em consideração o comportamento e as transformações na economia global, o FMI defende que nos países de economias de mercados emergentes e nos países em desenvolvimento de baixa renda, é imprescindível avançar na execução das reformas estruturais. No informe de outubro de 2019 aponta: “Após a importante onda de liberalizações ocorridas no final dos anos 1980 e 1990, o ritmo das reformas se desacelerou nas economias de mercados emergentes e em desenvolvimento” (FMI, 2019a, p. 101, tradução nossa). A observação é realizada com base em um conjunto de dados sobre as reformas estruturais que, a partir dessa visão, fortalecem os mercados. Cinco áreas estão incluídas: comércio exterior, finanças internas, finanças externas, regulamentação do mercado de trabalho, regulamentação do mercado de produtos. Em todos, o diferencial é permitir a operação dos mercados. Por exemplo, com relação às finanças internas mede-se a diminuição e a eliminação dos controles de crédito e das

taxas de juros, como também a limitação e a redução da propriedade pública. Nas finanças externas, observa-se a abertura da conta de capital e o caráter das regulamentações que se aplicam às transações internacionais (FMI, 2019a, pp. 102-106).

A instituição considera que há “...uma ampla margem para a realização de novas reformas nas áreas que abarca este capítulo: finanças internas e externas, comércio internacional, regulamentações do mercado de trabalho e de produtos, e gestão governamental” (FMI, 2019a, p. 118, tradução nossa). Sobre o conjunto de países da América Latina, indica que estão abaixo de outras regiões nos indicadores de capital humano, infraestrutura física e clima de investimento. “As deficiências nessas áreas devem ser corrigidas com reformas estruturais que busquem estimular a produtividade e melhorar os resultados sociais” (FMI, 2019b, p. 12, tradução nossa). Até o momento, com o crescimento mundial mais fraco, o comportamento do PIB na região e o elevado nível da dívida pública, as políticas econômicas, segundo o FMI, enfrentam o problema de promover o crescimento e, ao mesmo tempo, avançar na consolidação fiscal (reestabelecer as margens de manobra da política econômica, afirma o FMI). Não obstante, “...ao mesmo tempo, todos os países devem seguir implementando reformas estruturais para promover o crescimento potencial e a inclusão” (FMI, 2019b, p. 10, tradução nossa). O problema na América Latina é a continuidade, por muitos anos, de um baixo crescimento econômico que se traduz, entre outros fatores, em uma deterioração da renda e igual ou maior desigualdade.

Em 2019, com base nos dados da CEPAL (2019), os países da América do Sul tiveram um crescimento negativo de 0,1 por cento, enquanto as estimativas para o México indicaram nulo crescimento. O conjunto da América Latina cresceu 0,1 por cento, enquanto nos anos 2018 e 2017 as cifras foram de 1 e 1,2 por cento respectivamente. Em 2016 houve uma redução do PIB da ordem de 1 por cento. São vários anos com um comportamento semelhante, apesar de que nas maiores economias da região manteve-se ou recuperou-se a agenda de reformas estruturais. O caso mais emblemático é o México que aprofundou, desde 2012, as reformas estruturais em áreas substanciais como mercado de trabalho, indústria energética e meios de comunicação, sem conseguir resultados importantes no crescimento do PIB. No conjunto, como estima a CEPAL, ao alcançar-se em 2020 uma expansão do PIB de 1,3 por cento, “... completariam sete anos em que a região tem mantido uma curva de baixo crescimento, o que se traduziu, por sua vez, em uma deterioração dos níveis de renda per capita médio. O PIB per capita da região teria se reduzido em um 3,7% entre 2014 e 2020, o que implica uma queda com uma média anual de

-0,5%” (CEPAL, 2019, p. 112, tradução nossa). É um comportamento radicalmente diferente ao dos anos 2003 a 2012.

Desde 2003 e com maior força desde 2004 até 2008, houve um crescimento econômico relevante. Esses anos constituíram “...um período com escassos precedentes em sua história econômica. Entre 2003 e 2008, a região cresceu a uma taxa média de cerca de 5% ao ano, o que implica um crescimento do PIB por habitante superior ao 3% anual” (CEPAL, 2008, p. 9, tradução nossa). Esse comportamento se diferencia radicalmente do que teve a região nos 20 anos anteriores, alcançando um crescimento do PIB superior ao do conjunto da economia mundial e ao dos países desenvolvidos. Não é um processo que envolveu o conjunto da América Latina. Concentrou-se nas economias da América do Sul, destacando-se a Argentina e o Brasil. Em contraste, na economia do México não se observou algo semelhante. Além disso, nos anos 2008 e 2009, quando ocorre a crise financeira internacional e a grande recessão, há um distinto desempenho entre as maiores economias da região. Em 2008, as duas maiores economias sul-americanas continuaram com um firme crescimento, enquanto no México houve uma queda importante. No ano seguinte, com base nos dados da CEPAL (2012), a economia da Argentina teve um crescimento de 0,9 por cento e a do Brasil uma ligeira contração de 0,3 por cento. No México a contração do PIB foi de 6 por cento e, por habitante, de 7,2 por cento.

Como analiso em outro texto (Vidal, 2018), o comportamento diferenciado com respeito ao crescimento do PIB na América Latina entre os anos 2003 e 2012 se deve ao desempenho de um grupo de países com governos que resultaram de processos eleitorais que manifestaram sua distância com as propostas do FMI-BM. São os casos da Argentina, Bolívia, Brasil, Equador, Uruguai e Venezuela. Estes países, além do crescimento alcançado, apresentaram aumentos importantes nos salários-mínimos e nos salários médios, executaram programas sociais com base em recursos públicos com efeitos redistributivos e realizaram algumas iniciativas para avançar na recuperação ou criação de capacidades produtivas. Houve crescimento econômico com uma proposta de desenvolvimento. Nos anos seguintes, até 2012, estas economias continuaram crescendo, ainda quando em várias o ritmo foi menor. Nesses anos, a manutenção do crescimento em um contexto de desaceleração global e com instabilidade financeira em alta, foi resultado da evolução dos mercados internos dessas economias.

A distância com as propostas do FMI e do BM é um tema relevante para explicar o comportamento das economias nesses países. Marca uma diferença notável com as políticas executadas pelo governo no México que se caracterizaram, até o final de 2018, pelo avanço das

reformas estruturais sem que se observassem resultados positivos no crescimento econômico e, menos ainda, na diminuição da desigualdade social. A divergência entre o que foi feito nos países da América do Sul mencionados e aqueles que mantêm a austeridade e as reformas estruturais é destacada pelo FMI, dotando-a de grande significação para o caso da Argentina. Segundo o FMI, os avanços realizados na Argentina desde o final dos anos oitenta (1988) até o final dos anos noventa se interrompem abruptamente no início da década passada com o colapso de seu regime cambial e a taxa de conversão, nos anos seguintes há uma reversão de certas reformas (FMI, 2019a, p. 100). A mudança de governo nesse país, no final de 2015 com o retorno das políticas de reforma estrutural, é qualificada como positiva. Atualmente, apresenta-se novamente um cenário que pode estar caracterizado pela divergência: por um lado, a manutenção das reformas estruturais com base em uma política de austeridade em grande quantidade de países da região; e, por outro, o avanço em projetos que propõem uma transformação na dinâmica da economia que permita o crescimento inclusivo e a construção do desenvolvimento. É novamente o terreno da construção de propostas com base nas contribuições da teoria latino-americana de desenvolvimento.

### **O DESENVOLVIMENTO É UM PROJETO**

O comportamento das economias a nível global revela profundas assimetrias que se reproduzem a partir da dinâmica que alguns atores sociais estão impondo. A existência de relações hierárquicas entre seus integrantes é um dado imprescindível para explicar o comportamento do conjunto. Como sustenta o FMI, há anos a economia mundial opera com base na integração dos mercados financeiros globais e, como nos anos em que se inicia a reflexão própria da América Latina sobre o desenvolvimento, a crítica às formas em que se organiza a economia e os processos de financiamento a nível global é imprescindível. Hoje, como há 7 décadas atrás, o ponto de partida é "...a crítica ao sistema de divisão internacional do trabalho, chamando a atenção para as aplicações da natureza estática da teoria do comércio internacional [...]. Prebisch deslocou a discussão do nível abstrato dos teoremas da vantagem comparativa para o da observação das estruturas sociais dentro das quais os custos são formados e o excedente é apropriado" (Furtado, 2006, p. 19, tradução nossa). Como proposto na primeira parte desse texto, nos anos seguintes se produz uma ampla literatura que demonstra que a dinâmica do comércio internacional por si mesma não modificou as relações de desigualdade presentes entre as economias, mantém a distância nos níveis de vida e, mais grave ainda, fomenta a brecha tecnológica e de produtividade

entre os países, inclusive, dentro das próprias economias. Desigualdade e heterogeneidade são conceitos chaves para explicar a dinâmica social e estabelecer a diferença entre o subdesenvolvimento e desenvolvimento. Assim, em alguns países o conjunto da sociedade tem espaços, territórios onde há uma ampla diversificação produtiva, com elementos para organizar a acumulação de capital e gerar os meios para fornecer capacidades de produção para a maior parte da população. São economias, nações, Estados desenvolvidos. A partir dessa perspectiva, como demonstram as análises da teoria latino-americana, o desenvolvimento é um resultado histórico que tem características diferenciadas segundo as condições de organização das sociedades capitalistas. Retomando a Maurice Byé, Gérard de Bernis (1996b, p. 93) propõe: “Uma economia está plenamente desenvolvida quando sua estrutura é tal que a produtividade *per capita* é tão alta quanto pode sê-lo levando-se em consideração os recursos nacionais e mundiais e os conhecimentos técnicos disponíveis” (tradução nossa). É um processo cujos componentes são específicos para cada caso, com a ação de certos atores sociais que permitem “...a transição de uma estrutura de produtividade *per capita* relativamente débil para uma estrutura de produtividade *per capita* relativamente alta” (De Bernis, 1996b, p. 93, tradução nossa) que enquanto tal é irreversível. Assim, não há decolagem, menos ainda etapas necessárias. Alcançar o desenvolvimento nas condições do capitalismo atual envolve um processo diferente ao do último quarto do século XIX, ou ao que seguiu a Segunda Guerra Mundial e inclusive ao que pode estar se construindo em alguns países desde as últimas décadas do século XX.

Enfatizando o componente da mudança social e, portanto, o caráter do projeto, Furtado discute o tema em meados dos anos sessenta e observa: “...pode-se definir o desenvolvimento econômico *como um processo de transformação social pelo qual um número crescente de necessidades humanas, pré-existentes ou criadas pela própria mudança, são satisfeitas através de uma diferenciação no sistema produtivo gerada pela introdução de inovações tecnológicas*” (Furtado 1965, pp. 39-40, tradução nossa). Em um texto posterior, define: “A rigor, a ideia de desenvolvimento possui pelo menos três dimensões: a do aumento da eficácia do sistema social de produção, a da satisfação de necessidades fundamentais da população e a da realização de objetivos aos quais aspiram grupos dominantes de uma sociedade e que competem na utilização de recursos” (Furtado, 1983, p. 27, tradução nossa). As três dimensões são necessárias tornando imprescindível situá-las na atualidade para estabelecer as características do processo. Um aspecto relevante são os atores sociais que impulsionam o desenvolvimento. Atualmente, é um processo que deve considerar a organização das

sociedades com base nas grandes corporações, mas com a capacidade para incluir uma ampla e diversa composição social articulada a partir dos Estados, com uma democracia substantiva.

## **BIBLIOGRAFIA**

- Aglietta, M. (2001). *Macroéconomie financière. 1. Finance, croissance et cycles*. Paris: La Découverte.
- Bairoch, P. (1993). *Economic and World History: Myths and Paradoxes*. Chicago: University of Chicago Press.
- Bértola, L. e Ocampo, J. A. (2013). *El desarrollo económico de América Latina desde la independencia*. Cidade do México: Fondo de Cultura Económica.
- Boyer, R. (2000, fev.). Is a finance led growth regime a viable alternative to fordism? A preliminary analysis. *Economy and Society*, 29(1), 111-145.
- Boyer, R. (2011). *Les financiers détruiront-ils le capitalisme*. Paris: Economica.
- Byé, M. e De Bernis, G. (1987). *Relations économiques internationales* [5ª Ed.]. Paris: Dalloz.
- Calix, J. Á. (2016). Los enfoques de desarrollo en América Latina. Hacia una Transformación Social-Ecológica. Análisis, 1.
- Cárdenas, E.; Ocampo, J. A. e Thorp, R. (2003). *Industrialización y Estado en la América Latina: la leyenda negra de la posguerra*. Cidade do México: Fondo de Cultura Económica.
- CEPAL (1951). Estudio Económico de América Latina 1949. Nova York: Nações Unidas, Departamento de Assuntos Económicos.
- CEPAL (2002). Globalización y Desarrollo (LC/G.2157(SES.29/3)). Santiago do Chile: Comisión Económica para América Latina.
- CEPAL (2008). Balance preliminar de las economías de América Latina y el Caribe 2008. Santiago do Chile: Comisión Económica para América Latina.
- CEPAL (2012). Balance preliminar de las economías de América Latina y el Caribe 2012. Santiago do Chile: Comisión Económica para América Latina.
- CEPAL (2019). Balance preliminar de las economías de América Latina y el Caribe 2019. Santiago do Chile: Comisión Económica para América Latina.
- Chesnais, F. (1997). *La mondialisation du capital* [Nova edição aprimorada]. Paris: Syros.



- Chesnais, F. (2001, out.). La théorie du régime d'accumulation financiarisé: contenu, portée et interrogations. *Forum de la Régulation*, 11-12.
- De Bernis, G. (1996a, mar.). Pourquoi la financiarisation de l'économie ? Paris: SECAFI.
- De Bernis, G. (1996b). Desarrollo durable y acumulación: ¿Son concluyentes las experiencias del sur? *Iztapalapa. Revista de Ciencias Sociales y Humanidades*, 16(38), 91-128.
- Epstein, G. (2005). Introduction: Financialization and the World Economy. In Epstein, G. (Ed.), *Financialization and the World Economy* (pp. 3-16). Northampton: E. Elgar Publishing.
- FMI (2019a, out.). Perspectivas de la economía mundial: Desaceleración mundial de la actividad manufacturera, crecientes barreras comerciales. Washington DC: International Monetary Fund.
- FMI (2019b, out.). Perspectivas económicas. Las Américas: Frustradas por la incertidumbre. Washington DC: International Monetary Fund.
- Furtado, C. (1965). *Dialéctica del desarrollo*. Cidade do México: Fondo de Cultura Económica.
- Furtado, C. (1974a). *Formación económica del Brasil* [2ª ed.]. Cidade do México: Fondo de Cultura Económica.
- Furtado, C. (1974b). *Teoría y política del desarrollo económico* [5ª ed.]. Cidade do México: Siglo XXI Editores.
- Furtado, C. (1976). *La economía latinoamericana. Formación histórica y problemas contemporáneos* [8ª ed.]. Cidade do México: Siglo XXI Editores.
- Furtado, C. (1980). *Pequena introdução ao desenvolvimento. Um enfoque interdisciplinar*. São Paulo: Companhia Editora Nacional.
- Furtado, C. (1983). *Breve introducción al desarrollo. Un enfoque interdisciplinario*. Cidade do México: Fondo de Cultura Económica.
- Furtado, C. (1999). *El capitalismo global*. Cidade do México: Fondo de Cultura Económica.
- Furtado, C. (2006, set.). Retour à la vision globale de Perroux et Prebisch. *Économie Appliquée*, LIX(3), 13-22. Paris: ISMEA.
- IMF (1997, nov.). International Capital Markets, Developments, Prospects and Key Policy Issues. Washington DC: International Monetary Fund.

- Kay, C. (1991, maio-junho). Teorías latinoamericanas del desarrollo. *Revista Nueva Sociedad*, 113, 101-113.
- Lichtensztein, S. (2010). Fondo Monetario Internacional y Banco Mundial. Instrumentos del poder financiero. Xalapa: Universidad Veracruzana.
- List, F. (1997). *Sistema Nacional de Economía Política* [2ª ed.]. Cidade do México: Fondo de Cultura Económica.
- Marcel, B. e Taieb, J. (2010). *Les grandes crises : 1873-1929-1973-2008 ?* Paris: Armand Colin Éditeur.
- Pinto, A. (1973). Heterogeneidad estructural y modelos de desarrollo reciente de la América Latina. In *Inflación: raíces estructurales* (pp. 104-140). Cidade do México: Fondo de Cultura Económica.
- Prebisch, R. (1963). *Hacia una dinámica del desarrollo latinoamericano*. Cidade do México: Fondo de Cultura Económica.
- Rodríguez, O. (1980). *La teoría del subdesarrollo de la CEPAL*. Cidade do México: Siglo XXI Editores.
- Rodríguez, O. (2006). *El estructuralismo latinoamericano*. Cidade do México: CEPAL e Siglo XXI Editores.
- Schumpeter, J. (1963). *History of Economic Analysis*. Londres: George Allen & Unwind.
- Stockhammer, E. (2007). Some stylized Focus on the finance-dominated accumulation regime (pp. 1-27). Viena: Dept. of Economics, VW1, Wirtschaftsuniversität Wien.
- Sunkel, O. (2007). En busca del desarrollo perdido. In Vidal, G. e Guillén, A. (Coords.), *Repensar la teoría del desarrollo en un contexto de globalización* (pp. 469-488). Buenos Aires: CLACSO, Red Celso Furtado, UAM.
- Tavares, M. (1979). *De la sustitución de importaciones al capitalismo financiero*. Cidade do México: Fondo de Cultura Económica.
- Van der Zwan, N. (2014). Making sense of financialization. *Socio-Economic Review*, 12(1), 99-129.
- Vidal, G. (1996). Estado, crecimiento y desarrollo: algunos elementos sobre la experiencia mexicana. *Revista de Ciencias Sociales y Humanidades Iztapalapa*, 15(38), 57-76.
- Vidal, G. (2011, set.-dez.). La economía internacional de endeudamiento: Dominación financiera y continuidad de la crisis. *Ola Financiera*, 10, 54-94.
- Vidal, G. (2018). Latin America: Limits to Alternative Economic Policies. *International Journal of Political Economy*, 47(1), 69-82.

- Vidal, G. (2019). Austeridad, transnacionalización y grandes empresas. In Girón, A. e Correa, E. (Coords.), *Cambios en el centro hegemónico: flujos financieros* (pp. 27-42). Cidade do México: UNAM.
- Vidal, G. e Guillén, A. (Coords.) (2007). *Repensar la teoría del desarrollo en un contexto de globalización*. Buenos Aires: CLACSO, Red Celso Furtado, UAM.
- World Bank (2020). *Global Economic Prospects, January 2020: Slow Growth, Policy Challenges*. Washington, DC: World Bank.

## CAPÍTULO 6

# DESENVOLVIMENTO E CONTRIBUIÇÕES DA TEORIA DO COMÉRCIO INTERNACIONAL PARA A INTEGRAÇÃO: REFLEXÕES DESDE A AMÉRICA LATINA E O CARIBE

Maribel Aponte-García

O OBJETIVO DESTES CAPÍTULOS<sup>1</sup> é apresentar uma breve seleção das contribuições da América Latina e do Caribe sobre a teoria da dependência, o regionalismo estratégico e o comércio justo e sustentável, com base na teoria do comércio internacional e do desenvolvimento.

### LEGADO DO PENSAMENTO CRÍTICO LATINO-AMERICANO E CARIBENHO<sup>2</sup>

A teoria da dependência gerou análises e teorias críticas que questionaram os modelos de crescimento e desenvolvimento, bem como os enfoques de comércio internacional, tanto na América Latina quanto no Caribe. O pensamento crítico propôs uma ruptura com a política de comércio internacional derivada da teoria tradicional do livre comércio e gerou uma proposta alternativa de substituição de importações e integração regional. Ao mesmo tempo, tal visão criticou o investimento estrangeiro como eixo estratégico da integração regional e do desenvolvimento econômico (Aponte-García, 2014).

---

1 Todas as traduções deste capítulo foram feitas pela autora, exceto quando especificado de outra forma.

2 Esta seção está baseada em Aponte-García (2014).

Quatro correntes podem ser identificadas na escola da dependência na América Latina, de acordo com Theotônio dos Santos (1998, p. 78), a partir do texto de Blomstrom e Hettne (1984, p. 15), citado em Aponte-García (2014, p. 99): a crítica estruturalista da Comissão Econômica para a América Latina (CEPAL), que revela os limites de um projeto de desenvolvimento nacional autônomo, onde se encontram Osvaldo Sunkel, Celso Furtado e Raúl Prebisch; a corrente neomarxista, cujos expoentes incluem Theotônio dos Santos, Ruy Mauro Marini e Vania Bambirra, assim como os outros pesquisadores do Centro de Estudos Socioeconômicos da Universidade do Chile (CESO), Orlando Caputo, Roberto Pizarro e, parcialmente, André Gunder Frank; uma corrente marxista que aceita o papel positivo do desenvolvimento capitalista e a impossibilidade ou não necessidade do socialismo para alcançar o desenvolvimento, onde se encontram as obras de Fernando Henrique Cardoso e Enzo Faletto dos anos 1970; e a teoria da dependência a margem das tradições marxistas ortodoxas ou neomarxistas, na qual Gunder Frank em algumas ocasiões se insere. Outras contribuições importantes para a teoria da dependência que foram produzidas no âmbito internacional e que influenciaram os cientistas sociais da região foram as de Samir Amin na África e Arghiri Emmanuel na França. Entre as importantes contribuições para a teoria da dependência no Caribe inglês, destacam-se também os trabalhos de Lloyd Best, Clive Thomas, Alister McIntyre, Havelock Brewster, Owen Jefferson, Norman Girvan e William Demas.

A análise da teoria da dependência teve um impacto sobre os governos de orientação socialista na região: Jamaica, sob o primeiro mandato do governo de Michael Manley (1972-1980); o programa da Unidade Popular de Salvador Allende até o golpe de Estado de 1973; Nicarágua, sob o governo sandinista de 1979-1990, e Cuba a partir dos anos 1960.

As duas escolas da dependência se diferenciam pela importância atribuída ao tamanho do mercado e à necessidade de integração regional. Em vários países da América Latina existiam mercados suficientemente grandes para produzir para seu próprio consumo. Para os países do Caribe, dada a pequena dimensão dos mercados, a ideia de integração regional tornou-se essencial para promover os benefícios das economias de escala na produção (Aponte-García, 2014, p. 101).

Destacamos o trabalho de Raúl Prebisch e o trabalho dos ecologistas do Caribe inglês Clive Y. Thomas e Havelock Brewster (1967), *The Dynamics of West Indian Integration*, porque desenvolveram propostas baseadas em uma crítica da teoria do comércio internacional articuladas conceitualmente com uma política de desenvolvimento econômico.

Prebisch refutou os resultados da teoria do comércio internacional, concentrando-se em uma análise dos preços relativos do mercado global. O argumento estava ligado a uma análise do tipo centro-periferia, onde os países do centro produziam bens manufaturados e os países da periferia produziam matérias-primas (Prebisch, 1949 e 1950, citado em Aponte-García, 2014, p. 94). O economista argentino também contribuiu, juntamente com Hans Singer, com uma análise da deterioração das condições de intercâmbio para os países menos desenvolvidos. Além disso, ele propôs que a elasticidade do ingresso desses produtos é baixa e diminui, não favorecendo as economias menos desenvolvidas. A proposta alternativa foi a Industrialização por Substituição de Importações (ISI), uma postura protecionista baseada no conceito de “indústria nascente” e integração regional, levando à complementaridade setorial e ao comércio intrarregional.

Thomas e Brewster argumentaram que a construção dos motivos das vantagens comparativas não era confiável, porque as diferenças na composição e organização da produção levaram a diferentes taxas de insumos dos fatores produtivos entre dois países. Além disso, as evidências históricas sugerem que a irreversibilidade da vantagem comparativa ou relativa não pode ser invocada, especialmente no Caribe, onde a dotação de fatores é semelhante e onde há diferentes taxas de acumulação e mudança tecnológica. Eles apresentaram seu conceito de integração, diferenciando-o da integração disfuncional resultante das operações de grandes empresas internacionais. Seu conceito de integração regional ajudou a inspirar, nos anos 1970, a formação da Área de Livre Comércio do Caribe (*Caribbean Free Trade Area*, CARIFTA) e mais tarde da Comunidade do Caribe (CARICOM). O resultado desses estudos favoreceu o conceito de união aduaneira (Brewster e Thomas, 1967, p. 25, citado em Aponte-Garcia, 2014, pp. 94-95).

Outra contribuição importante em ambas as escolas foi a análise e conceituação da transferência de excedentes e do intercâmbio desigual. Para alguns autores, como Gunder Frank, a ligação das economias latino-americanas (“satélites”) com o mercado mundial transferia excedentes para os países desenvolvidos (“metrópoles”) em uma relação que perpetuava o subdesenvolvimento. Enquanto para outros, como Ruy Mauro Marini, o papel da América Latina na acumulação de capital em escala global garantia “a diminuição do custo da força de trabalho no centro através da exportação de alimentos a preços baixos”, gerando um padrão de acumulação capitalista baseado na superexploração da força de trabalho local (Belloni e Peinado, 2013, p. 20). Autores como Emmanuel “complexificaram a relação ‘centro-periferia’ através da teoria do intercâmbio desigual” (Belloni e Peinado, 2013, p. 21). Ao contrário do que Prebisch afirmava:

[...] as relações de desigualdade decorrentes do comércio internacional não se baseiam na tipologia de mercadorias exportadas — matérias primas ou manufaturados — mas na troca de uma grande quantidade de trabalho ou salários baixos por uma pequena quantidade de trabalho altamente remunerada. Esses termos de troca desfavoráveis levaram os países periféricos latino-americanos (e sul-americanos) a buscar aumentos adicionais na produção exportável — basicamente matéria-prima — a fim de evitar restrições externas e manter o nível de atividade econômica em suas economias. (Belloni e Peinado, 2013, p. 21)

De acordo com autores como Anwar Shaikh e Bill Gibson (Özden, 2015, p. 162), embora a teoria do intercâmbio desigual de Emmanuel não pareça ser uma refutação completamente coerente da lei da vantagem comparativa e da estrutura de Eli Heckscher, Bertil Ohlin e Paul Samuelson, ela é uma contribuição para a crítica da teoria do comércio internacional. A partir dos anos 1980, algumas premissas da teoria de intercâmbio desigual foram incorporadas pela economia ecológica, como veremos mais adiante.

Em termos gerais, as teorias do crescimento e desenvolvimento complementaram as teorias do comércio internacional fornecendo uma visão do paradigma industrial que acompanhou as estratégias de liberalização do comércio. Os elementos e características desses modelos foram integrados tanto nas formulações teóricas quanto nas estratégias de industrialização seguidas na América Latina e no Caribe durante o século XX. Essa literatura propõe uma visão eurocêntrica das sociedades e de seu projeto de “modernização”. O argumento que liga o conceito de capital estrangeiro ao conceito de crescimento e desenvolvimento está presente desde o surgimento da teoria clássica-neoclássica, como apresentado nos modelos e obras de Roy Harrod & Evsey Domar, Walt W. Rostow e Arthur Lewis. A política industrial de atração de capital estrangeiro deriva dessa abordagem (Aponte-García, 2014, p. 92). Como o crescimento depende do capital e o capital é uma variável exógena, então o capital pode ser obtido de três fontes: poupança interna, investimento estrangeiro ou transferências de ajuda do exterior. Nessas teorias não há uma conceituação da empresa ou do modelo de produção, nem das instituições ou das organizações.

A teoria da dependência rompeu com essa abordagem ao conseguir caracterizar as formas e modos de produção na região e ao questionar a crença de que a industrialização era apenas um processo genérico que devia seguir o exemplo dos Estados Unidos e da Europa. A teorização de diferentes formas pré-capitalistas e capitalistas contribuiu com grandes obras sobre a produção internacional e o

desenvolvimento, bem como sobre as sociedades de classe em quase todos os países da região. Kari Levitt-Polanyi e Lloyd Best forneceram vários modelos da “economia de plantação” para representar a típica economia caribenha durante diferentes períodos históricos (Girvan, 2012, p. 60).

Houve também contribuições importantes relativas ao papel do capital estrangeiro no processo de industrialização e desenvolvimento. Entre essas, destaca a proposta de Orlando Caputo e Roberto Pizarro em torno do capital estrangeiro como fonte permanente de extração de excedentes que não contribuía para o desenvolvimento da região. No Caribe inglês, foi articulada uma crítica ao capital estrangeiro ligada a uma proposta de nacionalização e política de minerais, refutando o modelo de Arthur Lewis (Prêmio Nobel de Economia em 1979) pela sua teoria de um modelo dualista de desenvolvimento com oferta ilimitada de mão de obra.

O modelo de Lewis foi aplicado na Jamaica e em Porto Rico. Conhecido como “industrialização por convite”, esse modelo convidava o capital estrangeiro a impulsionar o desenvolvimento devido à escassez de capital e promovia a produção para exportação porque os mercados internos eram pequenos. Embora o modelo assumisse que o excesso de oferta de mão de obra seria absorvido pelo setor moderno, e não implicasse necessariamente (o que é um debate) o abandono da agricultura na estratégia de desenvolvimento, na prática levou ao declínio da agricultura, à migração em massa, à dependência do capital estrangeiro e à fuga de capitais. Norman Girvan propôs um marco de economia política para analisar o investimento internacional e o desenvolvimento e articulou uma política de minerais para indústrias extrativas no terceiro mundo com base em três propostas: aumentar a tributação sobre a extração mineral e sobre os lucros da empresa; assegurar a participação do Estado na propriedade da empresa; e implementar estratégias regionais de industrialização.

As abordagens aqui resumidas mudaram a partir dos anos 1980, como discutido nas seções seguintes (Aponte-García, 2014, pp. 92, 103-104).

## **O REGIONALISMO ESTRATÉGICO E A NOVA TEORIA DO COMÉRCIO INTERNACIONAL**

Desde a América Latina e Caribe, identificamos dois autores cujos trabalhos incorporam o conceito de regionalismo estratégico ligado às novas teorias do comércio internacional. Os autores que abordam o pós-regionalismo, a partir de outras estruturas conceituais ou teóricas, como, por exemplo, desde as relações internacionais ou da geopolítica, não foram incluídos nesta seção.



Briceño Ruiz (2006) propõe que tanto a Área de Livre Comércio da América Latina (ALCA) quanto o Mercado Comum do Sul (Mercosul) são modalidades do conceito de regionalismo estratégico, “um processo que resulta de uma aliança entre Estados nacionais e empresas transnacionais ou empresas nacionais que iniciaram um processo de internacionalização de suas atividades econômicas” (Briceño Ruiz, 2006, p. 32). “No regionalismo estratégico será possível encontrar um país ou eixo líder que procure promover, através da integração regional, condições e um marco legal favorável que permita a expansão das atividades das empresas transnacionais” (Briceño Ruiz, 2006, p. 36). A política comercial estratégica começou a ser promovida nos Estados Unidos e outros países desenvolvidos nos anos 1980 (Briceño Ruiz, 2006, p. 32).

Aponte-García (2014) adapta e aplica o conceito de regionalismo estratégico da nova e da nova-nova teoria do comércio internacional<sup>3</sup>, bem como o do desenvolvimento endógeno, ao caso da Aliança Bolivariana para os Povos da Nossa América — Tratado de Comércio dos Povos (ALBA-TCP). Um Novo Regionalismo Estratégico (NRE) surgiu na América Latina e no Caribe no início do século XXI sob a forma da ALBA-TCP. O que o torna novo é que ele articula um regionalismo estratégico pós-hegemônico e alternativo, ligado a políticas estratégicas comerciais e socioeconômicas. O NRE é caracterizado por três componentes: uma ênfase nos elementos do velho regionalismo estratégico, especialmente a criação de empresas estratégicas e alianças comerciais e industriais ligadas ao papel do Estado como ator central; o conceito de multidimensionalidade além da esfera econômica; e políticas estratégicas que se articulam em torno do conceito de soberania e que formam uma atividade regional ao seu redor. Essa teorização serve para explorar como a ALBA-TCP apresenta alternativas para as crises alimentar, energética (petróleo) e financeira.

A nova teoria do comércio internacional muda algumas das premissas da teoria do comércio internacional, especialmente da formulada por Heckscher-Ohlin: incorpora a empresa na teorização do comércio internacional em vez de restringi-lo ao comércio entre países; as economias são internas e o custo por unidade depende do tamanho da empresa e não da indústria; fornece um espaço para a história e a perspectiva de caminhos de crescimento, e contribui para gerar políticas comerciais estratégicas de acordo com esses postulados. Bernard et al (2007, p. 108) explicam que, em 1985, Elhanan Helpman e Paul Krugman “integraram a velha teoria do comércio internacional com a

---

3 É a tradução da expressão inglesa “New” New Trade Theory (NNT) (Bernard et al., 2007, citado em Aponte-García, 2014, p. 105).

nova, incorporando a diferenciação de produtos horizontais e economias de escala crescentes em um modelo caracterizado por vantagens comparativas de dotação de fatores”. Tal estrutura ‘integrada’ logo se tornou um paradigma padrão no campo.

Posteriormente, vários autores incorporaram o conceito de empresas heterogêneas à nova teoria do comércio internacional que ficou conhecida como a nova-nova teoria do comércio internacional (NNT) (Bernard *et al.*, 2007, pp. 115-117, citado em Aponte-García, 2014, p. 105).

As conclusões da literatura sobre esses modelos concordam que o padrão do comércio será imprevisível (Mikic, 1998, p. 174, citado em Aponte-García, 2014, p. 105) e, nesse sentido, se afastam das conclusões da teoria do comércio tradicional. Como consequência, o que determinará o padrão comercial são os fatores históricos ou acidentais, tais como os caminhos de crescimento e a vantagem de ser o primeiro a se mobilizar, abrindo um espaço teórico que justifica a articulação de políticas comerciais estratégicas. Tal política pode utilizar subsídios à exportação, restrições fiscais, investimento, pesquisa e desenvolvimento, beneficiando esse país (Aponte-García, 2014, p. 106). Isso representa uma ruptura com o determinismo do padrão de produção e comércio imposto pelo regionalismo aberto ou pela integração externa. Burfisher *et al.* (2003, p. 4) argumentam que é necessária a pesquisa teórica e empírica para melhorar o escopo da nova teoria do comércio internacional, especialmente quando se aplica à questão do novo regionalismo. Eles propõem incluir ligações entre o comércio, a produtividade e a teoria do crescimento endógeno, bem como entre a mobilidade de fatores internacionais, o papel da concorrência imperfeita e considerações da economia política nos modelos de análise do comércio.

### **O COMÉRCIO JUSTO E SUSTENTÁVEL, A ECONOMIA AMBIENTAL E ECOLÓGICA E O COMÉRCIO INTERNACIONAL**

O comércio justo é apresentado como um movimento cujo objetivo principal é eliminar as práticas comerciais “injustas” e as trocas desiguais, assim como estabelecer mecanismos de cooperação internacional (ao invés de ajuda) para regular a economia de mercado e alcançar preços e condições de trabalho “justas” (Ugalde Hernández, 2019, p. 14). “A preocupação subjacente é que os termos de troca para os países menos desenvolvidos se deterioraram, forçando-os a exportar cada vez mais para obter a mesma renda” (European Fair Trade Association, 2011, p. 216).

O movimento do comércio justo vê o comércio como causa da desigualdade em escala global e como um veículo para aliviar a pobreza

no Sul (European Fair Trade Association, 2011, p. 216). Os critérios básicos do movimento — quais sejam: estabelecer uma relação entre produtores e consumidores, evitando intermediários e especuladores; feiras e preços estáveis que permitam ao produtor e sua família viver com dignidade; financiamento da colheita e estabelecimento de contratos de longo prazo, baseados em valores éticos — procuram criar as condições para o desenvolvimento sustentável de grupos de produtores ou empregados (Otero, 2004, p. 1).

A economia e a literatura de gestão sobre o comércio justo surgiram recentemente. Os economistas do comércio têm usado o rótulo de ‘comércio justo’ principalmente para os prós e contras da proteção comercial e para examinar se as nações desenvolvidas ou regiões específicas dentro das nações desenvolvidas tinham sido ou poderiam ser afetadas pela liberalização do comércio.

Os estudiosos da economia internacional que têm promovido a noção de comércio justo nem sempre estabeleceram uma definição operacional desse conceito (por exemplo, Joseph Stiglitz e Andrew Carlton, 2005). Alguns estudos questionam os efeitos do comércio justo sobre a renda dos agricultores nas economias em desenvolvimento (Ruigrok, 2011, p. 215). Da mesma forma, a questão do comércio justo não tem sido discutida nas principais revistas de gestão. Os acadêmicos têm pesquisado os aspectos de marketing de produtos de comércio justo, até que ponto os rótulos de comércio justo ajudam a aumentar a conscientização dos consumidores ou a evolução das organizações de comércio justo (Ruigrok, 2011, p. 215).

Nos últimos anos, existe uma preocupação entre algumas organizações de comércio justo socialmente orientadas sobre a direção que o movimento está tomando, devido à presença de empresas que buscam lucro na cadeia de valor do comércio justo, o que prejudica os objetivos do movimento (Stringer, 2012, p. 295). Também surgiram críticas em torno do comércio justo como uma expressão eurocêntrica que precisa ser submetida ao pensamento decolonial (Coscione, 2018). O mal-estar também se aplica ao rigor das certificações impostas aos produtores locais por organizações internacionais.

Na América Latina e no Caribe, a ALBA-TCP, criada em 2004, é o esquema de integração que incorporou explicitamente o conceito de comércio justo. Na ALBA-TCP, é utilizado o conceito de comércio compensado, uma troca de transações comerciais internacionais na qual a totalidade ou parte do pagamento pela aquisição ou venda de bens ou serviços é feita em bens ou serviços em vez de trocá-los por dinheiro (Gallegos, 1985, p. 34, citado em Aponte-García, 2014, pp. 115-116). Por exemplo, na ALBA-TCP, Cuba recebe petróleo a preços e condições preferenciais e parte do pagamento é o serviço dos médicos

cubanos na Venezuela, a oferta de bolsas de estudo para venezuelanos ou o serviço médico que os venezuelanos recebem em Cuba. Da mesma forma, a Dominica pode pagar até 40% de sua conta de petróleo da Venezuela com bananas.

Por outro lado, o comércio sustentável é o elo entre o consumo e a produção sustentável. O comércio sustentável é definido como o comércio que gera valor econômico, reduz a pobreza e a desigualdade e regenera os recursos ambientais (González, 2008, p. 5). O comércio entre a Europa e os países em desenvolvimento deve promover uma participação justa no mercado internacional e fluxos comerciais que promovam os direitos humanos e o desenvolvimento sustentável no Sul e no Norte (Bürgi, 2018, p. 215). O termo está mais ligado aos avanços conceituais do desenvolvimento sustentável do que à teoria do comércio internacional. Contudo, são nas contribuições da ecologia do desenvolvimento sustentável que colocamos o comércio justo e o comércio sustentável.

Bürgi Bonanomi delinea a ligação entre o comércio e os direitos humanos. Compara a prática e a metodologia das avaliações de impacto da sustentabilidade comercial (EISC) utilizadas pela União Europeia desde 2000 (Bürgi, 2018, p. 215), que têm sido criticadas pelos defensores dos direitos humanos por não analisarem os principais desafios enfrentados pelos países pobres (fraca capacidade produtiva, diversificação limitada, desemprego e infraestrutura insuficiente). A questão-chave é se os países importadores devem ser incentivados a distinguir os bens que foram produzidos de forma sustentável e fornecer-lhes incentivos favoráveis (Bürgi, 2018, p. 68).

Uma aplicação importante dentro dessa área, embora não devidamente localizada em um acordo de integração regional como tal, é o projeto de Sustentabilidade Alimentar na América do Sul e na África. O projeto examina se o conceito de justiça alimentar é congruente com o direito comercial internacional e delinea possíveis critérios suplementares para construir pilares para a regulamentação ótima do comércio agrícola sustentável — que se concentram em questões de tarifas, subsídios e normas (Bürgi *et al.*, 2018, p. 79). Aponte-García *et al.* (2020) analisam, como parte desse projeto, o progresso e as limitações das políticas públicas e dos sistemas alimentares sustentáveis para a segurança e soberania alimentar na Bolívia.

O conceito de desenvolvimento sustentável está relacionado com a teoria da economia ambiental (EA) — derivada da teoria econômica neoclássica — que se impôs como um paradigma de desenvolvimento sustentável ao incluir a preocupação com a poluição ambiental no discurso econômico, consideradas as externalidades negativas e as falhas do mercado na teoria neoclássica (Bolis *et al.*, 2014, pp. 10-12).

A economia ecológica (EE) foi fundada nos anos 1980 e tem sido pensada como a ciência e gestão da sustentabilidade (Bolis et. al., 2014). A visão da economia ecológica difere da visão neoclássica. Ela propõe uma abordagem multidisciplinar para a gestão do meio ambiente: não considera possível a valorização econômica dos recursos naturais, guia da economia ambiental; questiona a arbitrariedade que tal valorização supõe; e critica a ignorância sobre as consequências futuras dos fenômenos ecológicos irreversíveis (Martínez, 1992; 1999, citado em Aguado *et al.* (2009, p. 102). Na área de desenvolvimento sustentável e economia ecológica, alguns dos autores mais destacados do Sul são Enrique Leff, Víctor Manuel Toledo, David Barkin, Luis Villoro, Enrique Dussel, Armando Bartra, entre outros (Fuente-Carasco, 2008, p. 95).

Na conceituação da economia ecológica e do comércio internacional, priorizamos o quadro teórico-conceitual proposto pela teoria da troca ecologicamente desigual. Tal teoria afirma que um padrão de comércio internacional que seja financeiramente equilibrado (exportações e importações pelo mesmo valor monetário), contraditoriamente, além de ser economicamente desigual (como afirma a teoria da troca desigual), também pode ser ecologicamente desigual através de um desequilíbrio no conteúdo de recursos naturais (em termos de materiais e energia) das exportações líquidas (Ganem e Peinado, 2012, p. 1).

Em resumo, a teoria do intercâmbio ecologicamente desigual tem como principal objetivo salientar que os padrões de comércio internacional entre países centrais e periféricos não são apenas economicamente desiguais, mas também ecologicamente desiguais. Em geral, a base dessa teoria está no fato de que o padrão de especialização em termos de vantagens comparativas estáticas dos países periféricos implica uma deterioração ambiental que não é considerada nos preços das trocas comerciais e que essas, em qualquer caso, refletem as relações assimétricas entre centro e periferia (Peinado, 2015).

### **CONCLUSÃO: O LEGADO FRENTE A PANDEMIA**

As contribuições da teoria do comércio internacional da região da América Latina e do Caribe têm sido fundamentais e constituem um grande legado. No passado, as contribuições da teoria da dependência ajudaram a desconstruir os entendimentos tradicionais sobre o funcionamento dos países menos desenvolvidos na economia internacional. Essas contribuições também caracterizaram as formas de produção e sua inserção no sistema internacional. Na esfera da integração regional, essas abordagens deram origem a novas interpretações para gerar propostas regionalistas alternativas.

Atualmente, algumas das chaves para a teorização estão nas possibilidades da nova teoria do comércio internacional em conjunto com a economia ecológica e nas alternativas ao intercâmbio ecológico desigual, em um processo de inclusão de pontos de vista do legado teórico da região. As alternativas baseadas nesses conceitos são, em minha opinião, o roteiro para a redefinição de novas possibilidades.

Hoje é um desafio teorizar a abordagem das áreas temáticas mais recentes (o comércio justo e sustentável) especialmente quando consideramos o que foi discutido no contexto da pandemia internacional criada pelo coronavírus. Acredito que as contribuições do legado da região podem lançar luz sobre os efeitos e as alternativas da reestruturação do capitalismo que estamos vivenciando.

## BIBLIOGRAFIA

- Aguado Moralejo, I.; Echebarria, C. e Barrutia, J. (2009). El desarrollo sostenible a lo largo de la historia del pensamiento económico. *Revista de Economía Mundial*, 21, 87-110.
- Aponte-García, M. (2014). *El nuevo regionalismo estratégico. Los primeros diez años del ALBA-TCP*. Buenos Aires: CLACSO.
- Aponte-García, M.; Choquehuanca, D.; Delgado, J.; Campos, X.; Silvestre, C. e Buergi-Bonanomi, E. (2020). Políticas públicas y sistemas alimentarios sustentables para la seguridad y soberanía alimentaria en Bolivia. Avances y limitaciones. In Lajtman, T.; Romano, S.; Bruckmann, M. e Ugarteche, Ó. (Comp.). *Implicaciones Geopolíticas del Golpe de Estado en Bolivia*. Buenos Aires: CLACSO.
- Belloni, P. y Peinado, G. (2013). Inserción externa, capitales transnacionales e intercambio ecológicamente desigual en la América del Sur posneoliberal. *Sociedad y Economía*, 25, 15-38.
- Bernard, A.; Jensen, J. B.; Redding, S. e Schott, P. (2007). Firms in International Trade. *Journal of Economic Perspectives*, 21(3), 105-130.
- Bolis, I.; Morioka, S. e Sznalwar, L. (2014). When sustainable development risks losing its meaning. Delimiting the concept with a comprehensive literature review and a conceptual model, *Journal of Cleaner Production*, doi: 10.1016/j.jclepro.2014.06.041.
- Briceño Ruiz, J. (2006). Regionalismo estratégico e interregionalismo en las relaciones externas del Mercosur. *Aportes para la Integración Latinoamericana*, 15, 30-45.
- Burfisher, M.; Sherman, R. e Thierfelder, K. (2003, junho). *Regionalism: old and new, theory and practice*. Apresentado em

- The International Agricultural Trade Research Consortium (IATRC) Conference, Capri, Italia.
- Bürgi Bonanomi, E. (2018). Measuring Human Rights Impacts of Trade Agreements — Ideas for Improving the Methodology: Comparing the European Union’s Sustainability Impact Assessment Practice and Methodology with Human Rights Impact Assessment Methodology. *Journal of Human Rights Practice*, 9(3), 481-503.
- Bürgi Bonanomi, E.; Jacobi, J. e Scharrer, B. (2018). ¿Sostenibilidad alimentaria en Bolivia a través de justicia alimentaria en Suiza? Como mejorar la sostenibilidad en países del norte y del sur a través de las relaciones comerciales. *Revista Latinoamericana de Derecho Comercial Internacional*, 6(2), 66-106.
- Coscione, M. (2018). *Comercio justo en clave decolonial*. Medellín: Grupo de Investigación / Editorial Kavilando.
- European Fair-Trade Association (2011). Disponible em: <http://www.european-fair-tradeassociation.org/observatory/index.php/en/fairtrade>.
- Fuente Carrasco, M. (2008, jan.-avr.). La economía ecológica: ¿un paradigma para abordar la sustentabilidad? *Economía Ecológica Dossier. Nueva Época*, 21(56).
- Ganem, J. e Peinado, G. (2012, nov.). Estructura productiva, comercio internacional y ambiente. Indicadores biofísicos de la economía argentina desde la perspectiva del intercambio ecológicamente desigual. Decimoséptimas Jornadas “Investigaciones en la Facultad” de Ciencias Económicas y Estadística.
- Girvan, N. (2012). *El Caribe. Dependencia, integración y soberanía*. Santiago de Cuba: Casa del Caribe e Editorial Oriente.
- Muradian, R. y Martínez-Alier, J. (2001). Trade and the environment: from a “Southern” perspective. *Ecological Economics*, 36, 281-297.
- Otero Rance, A. (2004, nov.). Analysis and positioning of fair trade and its strategies: a review of the literature. *Revista Vinculando*.
- Özden Birkan, A. (2015, avril). A Brief Overview of the Theory of Unequal Exchange and its Critiques. *International Journal of Humanities and Social Science*, 5(4[1]), 155-163.
- Peinado, G. (2015). Intercambio Ecológicamente desigual e Intercambio desigual en Oscar Braun. Nexos, puntos en común y especificidades. *Revista Iberoamericana de Economía Ecológica*, 24, 187-202.

- Peinado, G. (2018, nov.). Economía ecológica y comercio internacional: El intercambio ecológicamente desigual como visibilizador de los flujos ocultos del comercio internacional. *Revista Economía*, 70(112), 53-69.
- Ruigrok, W. (2011, jan.). From niche to mass markets: rival strategies in promoting fair trade organic commodity chains. *Analyse & Kritik*, 213-233.
- Stiglitz, J. e Carlton, A. (2005). *Fair Trade for All*. Oxford: Oxford University Press.
- Stringer, C. (2012). Seeking to maintain the integrity of the fair-trade model: a case study of Trade Aid importers. *Critical Perspectives on International Business*, 8(4), 295-30.
- Ugalde, O. (2019, jul.-dez.). Political economy of fair trade and development theory: implications in the Costa Rican coffee market (1990-2017). *Revista Relaciones Internacionales*, 92(2), 13-32.





## CAPÍTULO 7

# A ECONOMIA SOCIAL DO CONHECIMENTO: UMA PROPOSTA DO SUL EM TEMPOS DE EXTRATIVISMO INFOCOGNITIVO<sup>1</sup>

René Ramírez Gallegos

### INTRODUÇÃO

A saúde do capitalismo é a rentabilidade. Ao longo da história, os lucros têm sido produzidos tanto pela transferência de riqueza (etapa mercantil) quanto pela geração de mais-valia a partir do trabalho (época do capitalismo industrial).

Hoje, estamos testemunhando uma nova acumulação original baseada na mineração de dados e informações de um *general intellect* que se transforma em valor de troca nos circuitos financeiros. Assim como no mercantilismo havia lucro por transferência através da exploração do trabalho escravo e dos recursos naturais, hoje estamos voltando ao mesmo tipo de lucro dos rentistas através de outro extrativismo: o infocognitivo.

O valor não é gerado apenas no trabalho, mas está em todos os aspectos da vida cotidiana que se transforma em informação quando processada por grandes corporações monopolistas que controlam os canais da informação e têm a capacidade de processá-la. Tal extrativismo infocognitivo é gerado através de processos que são chamados de “mineração de dados”. Nesse cenário, as informações que eles conhecem sobre todas as transações que ocorrem nos mercados

---

1 Este capítulo é uma adaptação a partir de um artigo de Ramírez e Minteguiaga (2019).

financeiros são valiosas, tanto quanto ou mais do que o dinheiro dos bancos. Além do circuito financeiro, os dados processados adquirem a forma de capital. À internet das comunicações se une a internet da logística e a internet das coisas, o que permite um maior nível de extração de informações.

A posição do Sul nesse processo é passiva. De fato, além do já mencionado extrativismo da mineração de dados, existem outros processos que são igualmente violentos: I) a transferência de conhecimento na direção Sul-Norte através do fluxo líquido de migrantes qualificados<sup>2</sup>; II) a contribuição da produção científica das pesquisas do Sul que é apropriada pelas corporações transnacionais<sup>3</sup>; III) os processos de biopirataria de recursos genéticos do Sul<sup>4</sup>; e IV) a extração de conhecimentos ancestrais e tradicionais para gerar tecnologias<sup>5</sup>. Esses processos se tornam realidade mediante a construção fictícia das ideias, dos saberes ancestrais, dos conhecimentos e das informações da bio-

---

2 De acordo com Delgado *et al.* (2016, p. 4), 76% das patentes universitárias nos Estados Unidos foram atribuídas a um inventor estrangeiro, e dessas, 93% dos registros foram de propriedade de corporações multinacionais.

3 “Cada vez mais, os geradores de patentes são de tal forma originários de países periféricos que, de acordo com dados da Organização Mundial da Propriedade Intelectual (OMPI), em 2014, aproximadamente a metade veio dessas latitudes; entretanto, cerca de 75% das patentes foram concentradas e apropriadas por corporações multinacionais” (Delgado, 2015, p. 10). Assim, por exemplo, Codner e Perrota (2018) analisam o chamado “the blind technology transfer process” (BTTP) (fluxo de conhecimento científico para patentes de empresas estrangeiras), mostrando que “from the 254 researchers studied, 37,5% (94 researchers) were referenced by their scientific publications on 341 patents” (p. 4). Da mesma forma, Zayago *et al.* (2018) mostram que, apesar de o México estar atrás apenas do Brasil em pesquisa sobre nanotecnologias na América Latina, não há apropriação do conhecimento gerado, seja por patente ou por produto ou aplicação de agentes mexicanos: das 60 patentes relacionadas à nanotecnologia da água, 56 pertencem a grandes corporações transnacionais.

4 No *Primer informe sobre Biopiratería de Ecuador*, realizado pelo Instituto Equatoriano de Propriedade Intelectual (IEPI), foi demonstrado que 112 pedidos de patentes baseados em recursos genéticos endêmicos do Equador não foram devidamente autorizados pelos respectivos órgãos do Estado. O domicílio das empresas com o maior número de solicitações estava localizado nos Estados Unidos, Alemanha, Holanda, Austrália, República da Coreia, Israel, Bélgica, França e Reino Unido. Não é por acaso que esses países tendem a se posicionar na Organização Mundial da Propriedade Intelectual (OMPI) contra a regulamentação internacional que impede a apropriação indevida de recursos genéticos e contra à obrigação de divulgar a origem desses recursos.

5 O sociólogo português Santos (2006) chamou o silenciamento dos saberes não científicos de “epistemicídio”. Hoje, no entanto, a ciência ocidental procura extrair o conhecimento dos povos ancestrais, que acabam mesmo em patentes, mas sem nenhum benefício ou reconhecimento. Nesse sentido, não se trata apenas de epistemicídio, mas também de “pirataria cognitiva”.

diversidade como bens escassos através de sistemas cada vez mais sofisticados de propriedade intelectual, sistemas tecnológicos digitais e das bolsas de valores. Tal panorama gera uma nova biopolítica sobre os corpos e as vidas (humanas e não humanas), onde uma parte substancial da acumulação se baseia na construção de panópticos globais.

América Latina e Caribe, na III Conferência Regional de Educação Superior (CRES) realizada em Córdoba em 2018, em resposta à ameaça desse governo extrativista do conhecimento, propôs em sua declaração final que: “Os conhecimentos são um direito humano universal e um direito coletivo dos povos, um bem público e comum para a soberania, o Bem Viver e a emancipação de nossas sociedades e para a construção da cidadania latino-americana e caribenha”.

Neste capítulo, após apresentar a dupla transição que a região deve experimentar, se delinea a mudança conceitual que deve ser feita para disputar o sentido mercantil e privado construído nesse retorno do lucro rentista mediante transferência infocognitiva, e se apresentam os princípios que possibilitaram a construção do Código Orgânico de Economia Social dos Conhecimentos, Criatividade e Inovação<sup>6</sup> no Equador, que propõe outro governo dos conhecimentos, recuperando seu sentido público e valorizando a virtude dos comuns. Argumenta-se que essa proposta particular do país andino contém princípios fundamentais para pensar uma estratégia comum do Sul global para disputar as bases do capitalismo cognitivo extrativista.

A premissa que sustenta esse texto se baseia no fato de que a busca e a conquista do público no campo universitário não são suficientes se o governo do conhecimento prevalecente na economia não for modificado. Uma transformação estrutural de qualquer sistema universitário e cognitivo deve ter como horizonte modificar o modo de acumulação cuja base principal no valor de troca — hoje — é estruturada com base no conhecimento. Em outras palavras, uma mudança na matriz produtiva implica uma mudança na matriz cognitiva, na qual uma peça fundamental é uma transformação radical dos sistemas universitários no âmbito de outro governo dos conhecimentos e onde a virtude dos comuns é realçada, rompendo com a tragédia que é gerada por ter um sistema mercantil e privado pró-acumulação de capital. O objetivo final da mudança cognitiva e material será a construção de uma democracia democratizante, humana e sustentável.

---

6 *Código Orgánico de Economía Social de los Conocimientos, la Creatividad y la Innovación.*

## **A DUPLA TRANSIÇÃO DA AMÉRICA LATINA E DO CARIBE NA ESFERA COGNITIVA<sup>7</sup>**

Em 2018, a região celebrou o centenário do Movimento de Córdoba. Uma de suas maiores realizações foi a autonomia universitária. Essa autonomia sempre foi proposta no âmbito de um amplo compromisso com a sociedade e com a quebra das estruturas sociais típicas da colônia. Entretanto, como assinala Tünnermann, “as universidades latino-americanas, como reflexo fiel das estruturas sociais que a independência não conseguiu mudar, continuaram a ser ‘vice-reinados do espírito’ e essencialmente mantiveram seu caráter de academias senhoriais” (Tünnermann, 2009).

Tal ruptura, entre outras disputas, discutiu a autonomia do pensamento universitário diante do dogma da Igreja e do Estado colonial. Cem anos após o movimento revolucionário de Córdoba, é pertinente perguntar desde o Sul global o que a autonomia/soberania cognitiva implica hoje em dia. No século XXI, não haverá autonomia para nossos povos na região se não houver liberdade de pensamento para a sociedade como um todo; e não haverá liberdade de pensamento se nossos países não gerarem conhecimentos e inovações sociais próprias, que desafiem a ordem social prevalecente de acordo com as suas realidades.

Um século após o Movimento de Córdoba, no campo do conhecimento é necessário repensar-nos no âmbito de uma dupla transição. A primeira é reduzir as distâncias que permitem gerar valor suficiente na economia para garantir a materialidade que nossos povos necessitam. Tal situação implica romper com a matriz socioprodutiva predominante. A segunda nos exorta a abrir caminhos para novas formas de produção e gestão do conhecimento que ajudem a superar a crise de civilização que o mundo está atravessando. Naturalmente, não é possível pensar em “fechar lacunas” sem a estratégia de “abrir novas rotas epistêmicas” ao mesmo tempo. Elas não são mutuamente excludentes. Pelo contrário, o fechamento de lacunas cognitivas e tecnológicas deve ser pensado no âmbito de uma mudança na matriz cognitiva, de um outro paradigma.

Da perspectiva da transição do capitalismo industrial para o capitalismo cognitivo (Fumagalli, 2010; Hardt e Negri, 2012; Moulrier, 2012; Vercellone, 2011), a América Latina e o Caribe (ALC) vivem em uma neodependência, a da “mentefatura”, que é canalizada através de uma institucionalidade privatizadora e mercantil do conhecimento,

---

7 Para uma discussão completa sobre o que a dupla transição cognitiva implica, ver Ramírez (2018).

que flui através de sofisticados sistemas de financeirização da economia e é possível graças ao avanço das novas tecnologias da informação. De fato, a acumulação de riqueza que prevalece no mundo de hoje está gerando uma crise ambiental, sócio humanitária, democrática (política), econômica, cultural e ética; em outras palavras, uma crise de civilização (Ramírez, 2014; SENESCYT, 2017). Tal acumulação é alavancada em uma forma particular de gestão do conhecimento (produção, circulação e aproveitamento), que se baseia na construção de um único pensamento hegemônico onde a função da ciência na práxis é a acumulação de capital através da produção de inovação tecnológica patenteada de forma privada para fins comerciais. A supermercantilização e o rentismo cada vez mais sofisticado das regulamentações globais de propriedade intelectual sobre os sistemas científicos, tecnológicos e culturais leva a uma subprodução, subdemocratização e subutilização, mas, acima de tudo, desencoraja a pesquisa científica, a criatividade e a inovação em áreas onde o retorno social poderia ser muito maior, já que as instituições priorizam aqueles produtos ou serviços que podem gerar altas rendas financeiras. Tal gestão do conhecimento é o que tem sido chamado de “tragédia dos anticomuns” (Heller, 1998).

Embora o primeiro passo para romper com a neodependência cognitiva seja a geração, pelos países do Sul, de conhecimentos relevantes à sua realidade, a fim de desenvolver tecnologias e inovações socioecológicas, é urgente recuperar o sentido público e comum dos conhecimentos que permita romper com a tragédia acima mencionada e fortalecer a virtude dos comuns. Tal conhecimento deve ser baseado não somente no conhecimento científico, mas também no saber social com um objetivo não comercial. Em outros termos, deve servir para promover a democracia, a sustentabilidade ambiental, a satisfação das necessidades, a paz, a garantia dos direitos e o fortalecimento das capacidades individuais, coletivas e territoriais. Nesse contexto, para saber o quê, como e com que finalidade saber, é necessário também romper com o “epistemicídio” (Santos, 2006) que existiu na sociedade e na universidade colonial elitista.

O sistema cognitivo atual, principalmente um produto do modelo de acumulação, do colonialismo, do antropocentrismo e do patriarcalismo, configura uma subjetividade que produz um pensamento convergente, marginalmente plural, dominante e hegemônico que estrutura a subjetividade individual e social de tal forma que é improvável que mude o senso comum social prevalecente. Nessa perspectiva, a revolução cognitiva envolve a superação das estruturas de pensamento que reproduzem o poder em nossas sociedades.

Como a universidade é a instituição que gera mais conhecimento na região, a nova autonomia envolve a construção de uma universidade “humilde” que rompa com a unidirecionalidade na geração de conhecimento e aprendizado. Onde, além disso, a premissa de que somente aqueles que vêm da comunidade universitária são os que têm a verdade é quebrada. Portanto, não só é necessário ter “mais universidade na sociedade”, mas, sobretudo, “mais sociedade na universidade”; de tal forma que, diante do princípio do “extensionismo”, como foi proposto há um século, o princípio da “interdependência cognitiva” deve ser inaugurado.

É preciso que fique claro que não fazer nada a respeito é ampliar a lacuna cognitiva que nos separa dos países e circuitos econômicos hegemônicos que geram ciência e tecnologia. Entretanto, fechar as lacunas cognitivas e tecnológicas poderia permitir sermos inseridos no padrão de acumulação mundial, mas não nos ajudará a sair da crise civilizatória pela qual o mundo está passando. Não é suficiente preencher essas lacunas, novos caminhos precisam ser explorados de forma a contribuir com a estruturação de novas mudanças cognitivas/epistemológicas que disputem o sentido da ordem social imperante, incluindo a revalorização dos conhecimentos existentes na sociedade. O desafio nesse campo seria encurtar as distâncias cognitivas enquanto se administra um sistema de conhecimento comum da humanidade, dos ecossistemas e da democracia ao mesmo tempo em que se disputa a construção de um novo paradigma cognitivo.

### **DA “TRAGÉDIA” À “POTÊNCIA E VIRTUDE” DOS COMUNS<sup>8</sup>**

Aristóteles no livro *A Política* salientou que “o que é comum à maioria é na verdade o objeto do menor cuidado”. Cada um pensa principalmente em si mesmo, “raramente no interesse comum”. Essa ideia foi recuperada — de uma forma ou de outra — por Scott Gordon em 1954 (a propriedade comum da pesca), Garrett Hardin em 1968 (a tragédia dos comuns), Olson em 1965 (a lógica da ação coletiva), e Dawes em 1973 (o dilema do prisioneiro) para explicar um modo de comportamento humano e de coordenação social que foi responsável por uma ampla gama de fenômenos sociais, como a fome, a superpopulação mundial, a Guerra Fria ou a relação entre o Estado e o setor privado.

O que está em jogo em tal construção teórica, epistemológica e social? O dilema em questão é chamado de “tragédia dos comuns” e se baseia no paradoxo de que estratégias racionais individuais levam a resultados coletivamente irracionais quando a cooperação entre os envolvidos não está presente.

---

8 Esta seção está baseada em Ramírez (2014).

Na base da tragédia dos comuns, do dilema do prisioneiro e da lógica da ação coletiva está a supremacia da lógica racional do *free rider*; ou seja, a operação realizada pela pessoa que busca vantagem individual, escondendo-se por trás da ação coletiva da maioria dos cidadãos (a fim de evitar os “custos” da participação) que trabalham para atingir um objetivo que beneficie o coletivo. Nesse sentido, se a racionalidade individual de cada um se revelar a de um *free rider*, o bem comum ou benefício comum não será alcançado. Como corolário de tal dilema, a solução econômica e política para a tragédia dos comuns tem sido a privatização do recurso comum ou o Leviatã (regra reguladora do Estado). Tais soluções têm sido traduzidas politicamente — sob uma lógica binária — no conflito entre o mercado e o Estado.

Elinor Ostrom, a primeira mulher a ganhar o Prêmio Nobel de Economia em 2009, demonstrou que existe uma terceira saída que evita a tragédia dos comuns e que reside em acordos apropriados entre os participantes para explorar os recursos de uma forma sustentável. De acordo com a autora, as condições para que tal situação prospere são: 1) a oferta de regras claras; 2) a supervisão do cumprimento dessas regras entre os diferentes participantes; e 3) o compromisso mútuo. Essas condições implicam construções sociais de valores baseados na confiança, na reputação e na reciprocidade dos participantes envolvidos na obtenção de um benefício comum. Da mesma forma, é necessário um modelo alternativo de gestão dos bens no qual o Estado, o mercado e a sociedade não sejam vistos como atores isolados e até mesmo antagonísticos, mas, ao contrário, articulados para o bem comum.

Como as questões ambientais, o conhecimento é um bem público e comum das sociedades. Como esse bem tem sido governado? O capitalismo cognitivo construiu uma institucionalidade que lhe permite viabilizar a apropriação da *mais-valia* do conhecimento social e da informação gerada na vida cotidiana através do uso de novas tecnologias de comunicação e da estrutura institucional em torno da propriedade intelectual que hoje governa o comércio mundial, produzindo o que Michael Heller em 1998 chamou de “a tragédia dos anticomuns”. Essa tragédia, na arena do conhecimento, significa a subutilização do conhecimento científico causado pela excessiva aplicação dos direitos de propriedade intelectual e por um nível desmesurado de patentes.

Uma perspectiva alternativa deve tentar construir sistemas abertos e socialmente apropriados de conhecimento/criatividade, ou seja, sistemas cognitivos construídos como recursos compartilhados (Ostrom e Hess, 2011) e bens públicos sociais (não apenas por princípios de coerência ética, mas também por eficiência econômica). Tal construção implica, teórica e politicamente, distanciar-se das suposições subjacentes à tragédia dos comuns e da tragédia dos anticomuns, a



fim de repensar alternativas que tornem viável implementar um governo cognitivo pró-comum da humanidade e dos ecossistemas.

Nesse contexto, devemos partir da premissa de que, ao contrário dos recursos naturais, o conhecimento e a criatividade, por um lado, não são bens escassos, mas ilimitados e, por outro, não emergem de uma riqueza esgotável pré-existente, mas têm de ser sistematicamente cultivados ou desenvolvidos. Tal premissa é importante porque, sendo um bem ilimitado, não pode haver superexploração do recurso. Estabelecer um limite através de processos de privatização é ético, mas também é um erro econômico se o que importa é a maximização do benefício social.

A *tragédia* é transformada em *virtude* quando acaba a suposição de que ninguém valoriza a riqueza que é comum a todos. Se o conhecimento for construído de forma participativa e em benefício do comum, a probabilidade de valorizar o conhecimento como um bem coletivo é minimizada. Por sua vez, no caso de o conhecimento ser construído coletivamente, os direitos de propriedade devem recair sobre a comunidade que gera conhecimento, com a qual a possibilidade de subexploração é reduzida ao mínimo e, por conseguinte, a possibilidade de gerar a tragédia dos anticomuns. Se o conhecimento se constrói em particular, será difícil quebrar o malefício dos anticomuns. Além disso, nenhum conhecimento começa do zero, ele o faz a partir de um conhecimento historicamente acumulado que é patrimônio da humanidade.

No caso do dilema do prisioneiro, onde a estratégia dominante é não cooperar porque a comunicação é proibida ou não é vinculante, um sistema de conhecimento aberto é projetado para ter o maior fluxo de comunicação a fim de que a interação e a cooperação possam florescer. Nisso reside a vantagem de um sistema de conhecimento de recursos compartilhados (Ostrom e Hess, 2011), já que a cooperação não ocorrerá apenas para gerar conhecimento, mas para manter o bem comum.

Isso, por sua vez, promove outro tipo de valores além dos econômicos, já que essa cooperação não visa exclusivamente gerar rentabilidade, mas descobrir ou deleitar-se com a criação de bens relacionais entre os participantes da comunidade. Com isso, certamente, rompemos com a suposta racionalidade econômica instrumental (meios-fins), a base da tragédia dos (anti)comuns. Seguindo Elster (1988), poderia ser apontado que uma racionalidade ligada a sentimentos, paixões ou simpatia seria construída como um motor da própria ação coletiva da produção do conhecimento como bem comum. O “outro” é meu amigo, colega; não meu concorrente ou inimigo. A causa comum é sempre feita com um “outro” que tem os mesmos objetivos que o resto do grupo. Isso implica gerar projetos institucionais de redes de comportamento econômico cooperativo que promovam a apropria-

ção do bem comum pelos próprios comuns e com o maior benefício público/social possível.

Para que tal sistema prospere é necessário construir projetos normativos que permitam a criação de tipos de propriedade coletiva. Se o processo foi compartilhado e construído em equipe, os benefícios do resultado também devem ser compartilhados. Isso deve ser estabelecido socialmente como prioridade.

No caso da impossibilidade da lógica da ação coletiva, o conhecimento em um sistema aberto não prosperaria devido à coerção exercida sobre seus participantes (como defende Olson), mas sim fluiria livremente, pois os envolvidos teriam interesses comuns<sup>9</sup>. Por outro lado, o projeto dos sistemas abertos propostos não coloca seu sucesso como dependente de grupos pequenos, onde o *free rider* possa ser rapidamente identificado, mas a probabilidade de sua existência diminui, dado que o benefício do participante depende não apenas do resultado alcançado, mas, sobretudo, de sentir que ele ou ela é um participante do processo (Ramírez, 2008). Além disso, a ação do *free rider* dificilmente prosperará porque há uma “*accountability* horizontal” realizada por todos os participantes da rede. A velocidade de geração de uma maior quantidade de bens comuns é mais vertiginosa do que nos sistemas privados devido à interação de milhões de cérebros na rede, o que minimiza, desencoraja ou marginaliza atuar como um *free rider*.

Em resumo, outro governo dos conhecimentos deve romper com a tragédia dos (anti)comuns e dar lugar à potência e à virtude que reside no governo dos bens comuns. Isso implica — parafraseando a Bruni (2010) — parar de construir sistemas nos quais “o que é de todos” é equiparado a “é de ninguém” para construir sistemas nos quais “o que é de todos” é apropriado como “nosso”.

Nesse contexto, a solução institucional para romper com a tragédia dos comuns e anticomuns é a construção de plataformas sociais com tecnologias abertas e as respectivas regulamentações que permitam que os comuns, o conhecimento/criatividade e a inovação social floresçam. Na medida em que temos milhares ou milhões, de participantes nas comunidades<sup>10</sup> — tanto como observadores quanto como operários cognitivos — do bem comum, é possível que surjam processos de autogestão e autogoverno, nas escalas micro, meso e ma-

9 Basta dizer que ganhar reconhecimento, reputação, solidariedade, também podem ser “incentivos” seletivos, como teorizou Olson.

10 Nesse aspecto, a democratização da geração de conhecimento e o investimento em talentos humanos em todos os estratos sociais é fundamental. Por sua vez, quando falamos de sistemas abertos, também queremos dizer que a gestão do conhecimento deve respeitar a pluralidade de saberes/conhecimentos (ancestral, cotidiano, profissional, científico etc.) que existem na sociedade.

cro. Portanto, o governo dos comuns deve incorporar todos os conhecimentos (não apenas o conhecimento científico). Talvez, em outros momentos da história, falar de autogestão e autogoverno em escala planetária fosse uma utopia irrealista, mas hoje existem as condições (tecnológicas, informáticas e o patrimônio sociocultural) para que os sistemas cognitivos possam ter tais projetos institucionais, além daqueles que são privatizadores ou exclusivamente estatistas. Atrevemo-nos a dizer que a mudança nas correlações do poder mundial está precisamente na viabilização de projetos institucionais que rompam com a racionalidade criativa da “tragédia dos comuns ou anticomuns” e gerem projetos alternativos que promovam o florescimento da “potência e virtude dos comuns” para o Bem Viver do planeta.

Como a universidade na América Latina é o principal gerador de conhecimento (Ramírez, 2018), não haverá transformação universitária que produza mudanças sociais se não for articulada com uma mudança estrutural para recuperar um governo dos conhecimentos público e pró-comum da sociedade. Nesse sentido, em dezembro de 2016, o Equador aprovou o Código Orgânico de Economia Social dos Conhecimentos, Criatividade e Inovação, que reúne os sistemas científico, tecnológico e de inovação com o dos conhecimentos ancestrais/tradicionais e da propriedade intelectual. Seu eixo fundamental é a recuperação do sentido do público e comum dos conhecimentos, maximizando a apropriação social e reconhecendo que esses são tanto direitos humanos individuais quanto coletivos dos povos.

A seção seguinte apresenta a essência do código acima mencionado como base para a discussão de uma estrutura normativa supranacional centrada nos conhecimentos.

## **O CÓDIGO ORGÂNICO DE ECONOMIA SOCIAL DOS CONHECIMENTOS, CRIATIVIDADE E INOVAÇÃO<sup>11</sup>**

Com base na necessidade de quebrar a dependência cognitiva que é gerada através do governo do conhecimento dos anticomuns, o Gover-

---

11 Esta seção está baseada em um artigo de Ramírez e Minteguiaga (2019). Seguindo a lógica colaborativa de produção de conhecimento, o *Código Ingenios* foi construído através de uma plataforma virtual que permitia aos cidadãos rever a base da proposta, enviar comentários, coletar suas contribuições e fazer propostas de edição. Esse processo de “wikilegislação” teve mais de três milhões de usuários e mais de 38 mil edições diretas do projeto normativo. Nesse sentido, o código em questão foi construído para recuperar o sentido público e comum dos conhecimentos e o trabalho colaborativo. O avanço rumo a uma democracia participativa e deliberativa é alimentado pelo uso de ferramentas de *e-government* que permitem a geração de processos públicos e colaborativos para a construção de legislação e políticas públicas. Para uma análise exaustiva dos resultados do processo de construção do “*Wiki-Ingenios*”, ver Terán *et al.* (2016).

no do Equador propôs o Código Orgânico de Economia Social dos Conhecimentos, Criatividade e Inovação, que foi socialmente chamado de *Código Ingenios* e publicado no registro oficial em 9 de dezembro de 2016. Diante da tragédia dos anticomuns, o código se baseia em um governo social e econômico dos conhecimentos (Ramírez, 2014).

Em contraste com a lógica predominante do capitalismo cognitivo, a economia social dos conhecimentos se baseia nos seguintes princípios:

**Tabela 1**

A diferença entre capitalismo cognitivo e economia social e solidária dos conhecimentos, criatividade e inovação

Capitalismo cognitivo	Economia social e solidária dos conhecimentos, criatividade e inovação
O conhecimento construído como um bem privado	O conhecimento é um bem público/comum
O conhecimento é construído artificialmente como um bem escasso	O conhecimento é um bem infinito
Pesquisa e inovação para acumulação do capital	Pesquisa responsável e inovação social para garantir direitos e o Bem Viver da população, dos coletivos e da natureza
Maximização dos lucros do conhecimento por agente privado	Maximização das externalidades positivas do conhecimento na sociedade
Supremacia do valor de troca	Supremacia do valor de uso
Conhecimento produzido competitivamente	Conhecimento produzido de forma colaborativa (em rede)
Tecnologias para o biodisciplinamento social	Tecnologias para a emancipação social, a sustentabilidade ambiental e a radicalização da democracia
Propriedade intelectual exclusivamente privada	Reconhecimento da pluralidade das propriedades intelectuais (pública, privada e coletivas, como as associativas, cooperativas e comunitárias)
Distribuição concentrada (monopolística) dos benefícios da propriedade intelectual	Distribuição social da propriedade intelectual

Fonte: Elaboração própria.

O *Código Ingenios* tem cinco títulos legais através dos quais inverte a fórmula tradicional que estabelece o domínio público como regra geral e a propriedade intelectual como exceção. A regra procura assegurar que o conhecimento esteja no estado da técnica, ou seja, sem patentes e que seja de livre acesso e regulamenta o assunto de proteção em todas as suas modalidades, aumentando os casos de exceção. Tem como orientação um equilíbrio entre o titular do direito e a de-

mocratização dos conhecimentos e da cultura, para o qual contempla a *Acción de Observancia Negativa* por abuso do direito de Propriedade Industrial como defesa do cidadão para seu acesso. Na titularidade do direito, a primazia é dada à pessoa que gerou o conhecimento e a inovação respeito à do financiador.

Por outro lado, a propriedade intelectual não é um fim, mas uma ferramenta para o desenvolvimento endógeno e a garantia de direitos, enfatizando mecanismos que permitam a adequação tecnológica através da proteção legal da transferência e sua desagregação.

**Tabela 2**

Tipologia de bens econômicos para um governo dos conhecimentos diferenciados

Tipos de bens	Tipo de governo do Bem
Bens para satisfazer direitos	Esses são bens de interesse público. O Estado garante o acesso aberto e uso público dos bens orientados para satisfazer as necessidades básicas e os direitos sociais
Biodiversidade e saberes ancestrais	A biodiversidade deve ser considerada como patrimônio intangível do Estado. Os saberes ancestrais devem ter um sistema de proteção <i>sui generis</i>
Bens dos setores estratégicos	O Estado se reserva o direito de declarar os bens de interesse público e de obter informação resultante de qualquer pesquisa desprotegida e que tenha sido realizada sobre o patrimônio social
Bens de mercado	O acesso a esses bens será regido por altos padrões de propriedade intelectual

Fonte: Elaboração própria.

Por sua vez, na busca da equidade epistêmica, é estipulado o consentimento livre e informado sobre os conhecimentos ancestrais e, caso seja necessário, é garantida uma distribuição justa e equitativa dos benefícios. Além disso, os conhecimentos tradicionais e ancestrais são protegidos, e o respeito dos direitos da natureza é buscado em harmonia com a garantia dos direitos humanos ao conhecimento, evitando os processos de biopirataria existentes na geopolítica mundial. Da mesma forma, estabelece-se uma nova tipologia de bens que procura valorizar a vida e descoisificar a sociedade, como resumido na Tabela 2.

Em contraste com a visão hegemônica ocidental da produção do conhecimento, a normativa articula inseparavelmente a produção científica/tecnológica com as humanidades e as artes. A ciência ocidental eurocêntrica é baseada em uma educação parestésica; ela edu-

ca principalmente para raciocinar e não para sentir. Nesse contexto, é um conhecimento que gera “sentiricídios”. O código orgânico não só coloca no centro do debate a necessidade de gerar uma educação que ensine e capacite a apreender a realidade também através dos sentidos, mas também busca que as regulamentações da propriedade intelectual recuperem o senso público, comum e social das artes, protegendo os direitos dos criadores sobre os do capital. Assim, por exemplo, ela inverte a fórmula usual na criação de obras sob uma relação de dependência ou por comissão, onde — a não ser que seja acordado de outra forma — a obra nunca deixa de pertencer ao autor. Da mesma maneira, as sociedades de gestão coletiva são incentivadas como formas de organização econômica e se busca garantir a previdência social para os artistas que normalmente não têm um contrato estável. Em consonância com os princípios acima mencionados, a reforma de 2009 do regime acadêmico universitário do Equador estabelece a necessidade de um diálogo interdisciplinar com as humanidades em todos os programas de formação. Ao mesmo tempo, em toda a norma, o termo “conhecimentos” é sempre escrito no plural, não apenas por causa do reconhecimento de outros conhecimentos, como os tradicionais ou ancestrais, mas também porque as humanidades são reconhecidas como tendo o mesmo status epistêmico que o conhecimento científico/tecnológico.

## CONCLUSÕES

O extrativismo infocognitivo retorna a novas formas de lucro privado pela transferência de rentistas do centro da economia mundial através de processos de pilhagem de dados, biodiversidade, intelecto migratório qualificado, conhecimento gerado em universidades ou instituições públicas para patentes tecnológicas e conhecimento tradicional e ancestral. A mineração de dados extrai informações da vida material e imaterial e negocia com ela através de diferentes formas de tecnologia e propriedade intelectual. Essa nova forma de extrativismo gera uma neodependência dos países do Sul em relação àqueles que detêm propriedade intelectual, apesar do fato de que “recursos primários e terciários” provêm em grande parte do Sul global. Diante desses processos de injustiça cognitiva e assimetria global, a América do Sul propôs a economia social dos conhecimentos, criatividade e inovação que busca construir marcos regulatórios e institucionais que: a) recuperem o público e o senso comum dos conhecimentos, colocando no centro a supremacia do benefício social; b) gerem equidade epistêmica, protegendo e reconhecendo o valor de outros conhecimentos artísticos, culturais, tradicionais e ancestrais; c) reconheçam os conhecimentos não apenas como um direito humano, mas como um direito

coletivo dos povos e que garantam as transferências tecnológicas; e d) garantam os direitos da natureza, protegendo-a como patrimônio dos povos diante dos processos de “biopirataria” do capitalismo cognitivo. Qualquer transformação universitária e educacional que busque a mudança social deve ser pensada no âmbito de outro governo dos conhecimentos que recupere seu sentido público e comum, abandonando a visão utilitária, que tem sido a base da tragédia dos anticomuns, para promover ciência e conhecimentos para a vida, a paz, a sustentabilidade ambiental e a radicalização da democracia.

## **BIBLIOGRAFIA**

- Asamblea Nacional de la República del Ecuador (2016, 9 de dez.). Código Orgánico de la Economía Social de los Conocimientos, Creatividad e Innovación. Quito: Registro Oficial, Suplemento 899.
- Bruni, L. (2010). *La herida del otro: economía y relaciones humanas*. Buenos Aires: Ciudad Nueva.
- Codner, D. e Perrota, R. (2018). Blind Technology transfer process from Argentina. *Journal of Technology Management & Innovation (JOTMI)*, 13(3).
- Delgado, R. (2015). La cuestión de la innovación en la era de los monopolios generalizados. Cidade do México: Universidad Autónoma de Zacatecas.
- Delgado, R. (2017). Claves para descifrar el sistema imperial de innovación comandado por Estados Unidos. *Estudios Críticos del Desarrollo*, VII(12). Cidade do México: Universidad Autónoma de Zacatecas.
- Elster, J. (1988). *Uvas amargas: sobre la subversión de la racionalidad*. Madrid: Península.
- Fumagalli, A. (2010). *Bioeconomía y capitalismo cognitivo*. Madrid: Traficantes de Sueños.
- Hardt, M. e Negri, A. (2012). *Declaración*. Madrid: Akal.
- Heller, A. M. (1998). The Tragedy of the Anticommons: Property in the Transition from Marx to Markets. *Harvard Law Review*, 111, 621668.
- Moulier, Y. (2012). *Cognitive capitalism* [trad. de E. Emery]. Cambridge: Polity Press.
- Ostrom, E. (1990). *Governing the Commons: The Evolution of Institutions for Collective Action*. Cambridge: Cambridge University Press.
- Ostrom, E. e Hess, C. (2011). *Understanding knowledge as a commons*. Cambridge: The MIT Press.

- Ramírez, R. (2008). *Igualmente pobres, desigualmente ricos*. Quito: Ariel.
- Ramírez, R. (2014). *La virtud de los comunes. De los paraísos fiscales a los paraísos de los conocimientos abiertos*. Madrid: El Viejo Topo.
- Ramírez, R. (2018). Estrangulamiento tecnocognitivo o emancipación de los conocimientos: propuesta para superar la neodependencia en América Latina y el Caribe. In Henríquez, P. (Coord.), *Tendencias de la educación superior en América Latina y el Caribe*. Caracas / Córdoba: UNESCOIESALC / Universidad Nacional de Córdoba.
- Ramírez, R. e Minteguiaga, A. (2019). From Infocognitive Extractivism to the Social Economy of Knowledge: A Proposal from the Global South, Humanities and Higher Education: Generating Synergies between Science, Technology and Humanities. Higher Education in the World, Report 7, Practicalities. Global University Network for Innovation.
- Rodríguez, E. e Sánchez, R. (2004). Entre el capitalismo cognitivo y el Commonfare [prólogo]. In *Capitalismo cognitivo, propiedad intelectual y creación colectiva* (pp. 1328). Madrid: Traficantes de Sueños.
- Santos, B. de (2006). *Renovar la teoría crítica y reinventar la emancipación social*. Buenos Aires: CLACSO.
- Santos, B. de (2009). *Una epistemología del Sur: La reinención del conocimiento y la emancipación social*. Cidade do México: Siglo XXI Editores.
- Secretaría de Educación Superior, Ciencia, Tecnología e Innovación (SENESCYT) (2017). *Plan de Economía Social de los Conocimientos, la Creatividad, la Innovación y los Saberes Ancestrales*. Quito: SENESCYT, CIESPAL.
- Terán, L. e Ron, M. (2016). Public Collaborative Legislation. A Case Study of the Ingenios Act. *eDemocracy & eGovernment*, 1, 120.
- Tünnermann, C. (2009). *Noventa años de la Reforma Universitaria de Córdoba*. Buenos Aires: CLACSO.
- Vercellone, C. (2009). Crisis de la ley del valor y devenir renta de la ganancia. Apuntes sobre la crisis sistémica del capitalismo cognitivo. In Fumagalli, A.; Lucarelli, S.; Marazzi, C.; Mezzadra, S.; Negri, A. e Vercellone, C., *La gran crisis de la economía global*. Madrid: Traficantes de Sueños.



Vercellone, C. (2011). *Capitalismo cognitivo. Renta, saber y valor en la época posfordista*. Buenos Aires: Prometeo.

Zayago, E.; Castañeda, J.; Silva, L.; Foladori, G. e Robles-Belmont, E. (2018). Panorama de la investigación y desarrollo de las nanotecnologías para el tratamiento de agua en México. *Revista de Posgrado y Sociedad*, 16(1), 7188.

CAPÍTULO 8

**EDUCAÇÃO, COMUNICAÇÃO E  
DESENVOLVIMENTO: RELAÇÕES E  
CONTRIBUIÇÕES DESDE A AMÉRICA  
LATINA**

Alexandra Agudelo e Alejandra Boni

**INTRODUÇÃO**

O objetivo deste capítulo é explorar as relações entre educação, comunicação e desenvolvimento na América Latina. Certamente, esse é um tema que só podemos abordar de forma introdutória, uma vez que exigiria maior profundidade e extensão. Assim, este texto foca em dar algumas breves notas históricas que datam da década de 1960 para compreender a relação entre educação, comunicação e desenvolvimento.

Essa breve exposição nos permitirá observar como a coexistência de práticas intervencionistas e de práticas populares de resistência às primeiras constitui uma tensão na América Latina, que se torna visível nas práticas educacionais e comunicacionais. A seguir, serão abordadas as tendências das relações entre comunicação, desenvolvimento e educação na América Latina, nas quais três vertentes principais são apontadas: a hegemônica, a popular, e a crítica ao capitalismo cognitivo.

A primeira é resultado das alianças entre os setores público e privado que buscam os meios necessários para que o modelo de mercado se torne mais dinâmico. Em consequência, a comunicação, assim como a educação, está orientada para esse fim. A segunda, claramente inspirada no trabalho de Paulo Freire, baseia-se no fato de que a co-

municação é o ambiente cultural em que se reflete, se entende e se age diante de condições opressoras. O objetivo é educar os setores populares para que, a partir de uma comunicação comunitária, incidam na educação democrática. A terceira, partindo de uma crítica ao capitalismo informacional, enfoca alternativas que liberam os usos criativos e o potencial transformador da sociedade. Está relacionada com as noções de ecologia da vida e da defesa de uma economia dos bens comuns em termos de comunicação e cultura.

As experiências escolhidas são enquadradas na segunda e na terceira perspectiva. Isso responde ao interesse das autoras deste capítulo em tornar visíveis as iniciativas latino-americanas que propõem modelos educacionais e de comunicação não hegemônicos. Escolhemos cinco experiências: as rádios populares da América Latina; o Conselho de Educação Popular da América Latina e Caribe; a Lei da Radiodifusão Democrática Argentina; os movimentos sociais e a comunicação comunitária venezuelana; e as universidades indígenas latino-americanas. Esperamos que, embora de forma muito sucinta, essas experiências contribuam para tornar visíveis as alternativas, não sem tensões e desafios, que se praticam na América Latina.

## **CONTEXTO HISTÓRICO**

As relações entre educação, comunicação e desenvolvimento na América Latina têm sido mediadas por fortes disputas democráticas, econômicas e políticas, o que exige uma revisão histórica necessária das últimas seis décadas para compreender a atual dinâmica dessas relações na região.

Durante a década de 1960, as lutas para regular a influência da Revolução Cubana na América Latina definiram um amplo programa de assistência econômica e técnica por parte dos Estados Unidos e de algumas nações europeias, com reflexos na forma de pensar o desenvolvimento, os sistemas educacionais e os fluxos de informação — além das medidas de fortalecimento da capacidade militar e armamentista dos países (que incorporaram os projetos como condição de apoio). A Aliança para o Progresso, apresentada no Uruguai em março de 1961 e ratificada no segundo semestre do mesmo ano pela Organização dos Estados Americanos (OEA), foi o caso mais emblemático desse tipo de programas.

A implementação dos diversos eixos que estruturaram o pacote de medidas da Aliança para o Progresso foi realizada em simultâneo com profundas mudanças políticas e governamentais, incluindo golpes de Estado, formação de grupos paramilitares e instalação de bases militares em países estratégicos para os Estados Unidos. Segundo Ana Esther Ceceña (2016, p. 1), tratava-se de “um apelo aos países da Amé-

rica Latina para que produzissem profundas mudanças econômicas, sociais e políticas, por sua própria iniciativa e com ajuda externa — ajuda que podia assumir a forma de golpes de Estado ou derrubada de governos quando necessário. Essas mudanças exigiram, para sua aplicação, uma estratégia de informação, publicidade e alfabetização que incentivasse governos e comunidades a adotarem tais medidas.

Nas décadas de 1970, a chamada Nova Ordem Mundial da Informação e da Comunicação, proposta pelo Movimento dos Não-Alinhados e endossada pela Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO), gerou um debate sobre a necessidade de uma ampla incorporação da comunicação às transformações econômicas e políticas mundiais que aconteciam nos países da América Latina. De acordo com Márquez López (2003, p. 51), os países desenvolvidos concordaram em expandir as habilidades de comunicação dos países em desenvolvimento para resolver a falta de habilidades de comunicação no Terceiro Mundo. Esses programas, que concretizavam as aspirações da política econômica internacional para a América Latina, não demoraram a gerar reações em amplos setores acadêmicos e sociais de caráter popular, visto que materializaram um projeto de ideologização e doutrinação para a incorporação das dinâmicas do mercado na região. De acordo com Burch e Ramírez (2019, p. 89):

Nas décadas de 60 e 70 do século passado, época de ditaduras e bloqueio de informação na região, a democratização da comunicação era vista antes de tudo como uma prática concreta — a apropriação de um direito — por meio de inúmeras experiências promovidas por organizações sociais de base, e como uma expressão da resistência: boletins, revistas, panfletos, histórias em quadrinhos, fotonovelas, rádios comunitárias, alto-falantes de bairro, teatro de rua, fantoches, música, entre outros.

A década de 1980 e a volta das democracias no Cone Sul marcaram uma importante virada para o renascimento dos movimentos sociais e, com eles, novas formas de compreender o papel da educação, da comunicação e do desenvolvimento na região — felizmente, este último, não apenas associado com fatores econômicos. Isso ampliou as possibilidades das comunidades de pensar e agir a partir de suas capacidades e direitos. Conforme expresso por Burch et al (2004), afirma-se uma visão mais ampla que postula a comunicação e a informação como um elemento-chave para promover a participação cidadã na vida democrática e para alcançar sociedades mais justas e inclusivas.

É no quadro dessas consolidações democráticas nos anos 1990 que a democratização se instala como uma característica dos processos de comunicação e educação, considerando, por um lado, a importância

da formação para a participação política e o exercício da democracia, e por outro, a garantia do acesso educacional e às mídias como direito que deveria ser defendido. Para Burch e Ramírez (2019, p. 91) “A comunicação popular também viu nesses espaços uma oportunidade para repensar a luta pela democratização e pelos direitos de comunicação. Ou seja, para além da prática da comunicação popular e alternativa, percebeu-se a necessidade de influenciar políticas e regulamentações, no âmbito nacional e internacional, para reafirmar e ampliar os direitos já reconhecidos”.

A coexistência de programas intervencionistas e práticas populares de resistência desde a educação, a comunicação e as alternativas ao desenvolvimento, constituem uma tensão ainda permanente na configuração do panorama político da América Latina que demonstra tanto o interesse estratégico que existe na região quanto as lutas pela construção histórica à imagem e semelhança das aspirações das comunidades.

### **TENDÊNCIAS NA RELAÇÃO DA COMUNICAÇÃO, DESENVOLVIMENTO E EDUCAÇÃO NA AMÉRICA LATINA**

Conforme salientado anteriormente, a respeito das tendências que surgiram na América Latina, podemos apontar pelo menos três vertentes principais das relações entre comunicação, desenvolvimento e educação.

A primeira, que podemos chamar de *hegemônica*, é representada por estudos que apostam em um modelo de articulação positiva entre comunicação, desenvolvimento e educação que, fundamentalmente, afirmam que a expansão entre os três campos é diretamente proporcional. Ou seja, quanto maior for a implantação da informação, o acesso às redes e a livre competição dos meios de comunicação, maior também será a possibilidade de dinamizar os dispositivos pedagógicos e o desenvolvimento das sociedades.

Essa tendência neoliberal tem sido muito bem recebida na América Latina dada a incursão dos discursos sobre inovação tecnológica e empreendedorismo; porém, diante da redução dos Estados e da impossibilidade de garantir direitos, da precariedade trabalhista e educacional que se espalha na região, dos populismos, da corrupção e da direitização dos governos em alguns países, a promessa de sucesso e livre mercado dessa perspectiva se esvai para as comunidades.

Autoras como Saintout (2018) apontam que essa tendência se deve às alianças público-privadas entre governos de direita e setores comerciais e financeiros que, em conjunto com organismos internacionais como o Fundo Monetário Internacional e o Banco Interameri-

cano de Desenvolvimento, determinam normativa e operacionalmente as condições para que a mídia administre os conteúdos necessários para que o modelo de mercado se torne mais dinâmico. Para isso, também é necessário incorporar desenvolvimentos tecnológicos e modelos de competências aos processos educacionais que se harmonizem com os padrões internacionais de produção.

De acordo com Saintout (2018), podem ser apontadas cinco medidas que a mídia hegemônica implementa para alcançar a harmonização entre comunicação, educação e desenvolvimento. 1) *Meios para a colonização*, que se desenvolvem no âmbito das estratégias de apropriação e exploração; 2) *Meios para o horror*, historicamente localizados nas diversas ditaduras que se espalharam por quase todo o continente; 3) *Meios para a aceitação*, vinculados à chegada do neoliberalismo a toda a região, ponto alto da aliança da mídia e da elite; 4) *Meios para a desestabilização*, aqueles que consolidaram, junto com as direitas regionais, as campanhas de difamação contra os governos populares que se instalavam em toda a América Latina; 5) *Meios para a hiperconcentração* que garantiram a sustentabilidade da relação entre os grandes meios de comunicação e os governos da região.

Há uma segunda vertente de caráter *popular* que tem seus antecedentes nos movimentos iniciais de alfabetização na América Latina e que tem conseguido se sustentar como um processo de resistências plurais, apesar da investida dos governos de direita e do avanço do neoliberalismo. Segundo Corona (2018), é fundamental destacar o papel que as mulheres têm desempenhado nesta vertente latino-americana, especialmente Ana María Nethol, Mabel Piccini, Michèle Mattelart, Rosa María Alfaro, Marita Mata, Patricia Anzola, Marta Harnecker, Fátima Fernández, Anamaria Fadul e Susana Rotker que deram uma valiosa contribuição para uma comunicação comprometida com o combate à desigualdade, a exclusão e a marginalização feminina na região.

A característica mais importante dessa corrente está associada ao que Freire (1970) chamou de *teoria da ação dialógica* e, também, à necessidade da *conscientização* como princípio da esperança transformadora, já que para ele a comunicação é o cenário cultural no qual se reflete, compreende e age contra as condições de opressão — uma ideia que ele compartilha com Kaplún (1998) no sentido de educar os setores populares para que, a partir da comunicação comunitária, incidam na comunicação democrática. Como Kohan (2020, p. 213) aponta:

Freire pretendia capacitar os mais humildes por meio do desenvolvimento de suas habilidades de leitura, mas, em sua opinião, ler não era principal-

mente uma habilidade de pensamento, mas uma forma existencial de ser. Seu objetivo era principalmente educar os analfabetos oprimidos e oprimidas não apenas na leitura das palavras, mas também na leitura do mundo. Somente essa leitura poderia criar um caminho para a conscientização.

O renomado relatório MacBride (2000) produzido pela UNESCO na década de 1980 indica que, além de Paulo Freire, Fernando Reyes Matta e Luis Ramiro Beltrán constituem representantes dessa tendência popular da comunicação na América Latina. Na mesma linha, estão as obras de Jesús Martín-Barbero, que desde os anos 1970, promoveu uma revisão crítica da comunicação como eixo articulador dos debates sobre desenvolvimento e educação.

Para Martín-Barbero (1991), o popular não pode ser pensado fora do processo histórico e este, de igual forma, fora da reflexão sobre a produção em massa. Da mesma maneira, ele destaca que “a armadilha está tanto em confundir o rosto com a máscara — a memória popular com o imaginário de massa — quanto em acreditar que pode haver uma memória sem um imaginário a partir do qual se ancorar no presente e encorajar o futuro” (1991, p. 11). Quanto à relação entre comunicação, desenvolvimento e educação, pode-se dizer que para Freire a educação foi o eixo que possibilitou a articulação, ao passo que para Martín-Barbero foi a comunicação como fonte da práxis.

Em uma terceira tendência, estão as relações que privilegiam a *crítica ao capitalismo informacional* e às formas de dominação e controle social, que inaugura outras alternativas que liberam os usos criativos e o potencial transformador da sociedade (Sierra, 2010). Nessa linha se concentra uma pluralidade de movimentos teóricos, institucionais e sociais que encontram na relação entre comunicação, desenvolvimento e educação uma fonte de dominação e, ao mesmo tempo, uma oportunidade emancipatória contra o neoliberalismo.

O eixo dessa tendência é a análise das formas de produção, expropriação e concentração do capital imaterial que revela a estratégia renovada de dominação e subjugação pelos poderes financeiros. Se trata, como afirma Harvey (1990, p. 375), de “um processo que esconde e fetichiza, cresce por meio da destruição criativa, cria novas aspirações e necessidades, explora a capacidade de trabalho e desejo humano, transforma espaços e acelera o ritmo da vida”.

Assim, para essa terceira tendência duas estratégias são muito importantes para abordar a relação em questão, por um lado, o esforço de revelar a instrumentalização da comunicação e da educação — e do trabalho intelectual em geral — para garantir a implementação de modelos de desenvolvimento extrativistas, coloniais e devastadores. E, por outro lado, as ações políticas que fortaleçam processos

reivindicativos de resistência e emancipação que defendam os bens comuns, restaurem o tecido social e promovam formas de Bem Viver.

Para Sierra Caballero (2010), é precisamente por essa condição de ferocidade com que o capitalismo cognitivo tem regulado as relações entre comunicação e desenvolvimento que “se justifica a relevância da noção de ecologias da vida e a defesa de uma economia de bens comuns na comunicação e na cultura, ainda mais desde e para o Sul, historicamente submetido a uma espoliação sem limites, hoje realizada pelo capital financeiro e pelas empresas de telecomunicações, que dominam a indústria cultural em escala planetária” (Caballero, 2010, p. 119).

Essa tendência tem sido amplamente abordada nas obras de Francisco Sierra Caballero, Daniela Monje, Diego Segovia, Glenn Postolsky, Hernán Reyes Aguinaga, Marcos Dantas, Martha Roldán, Oliver Reina, Susana Sel e outros, que também compõem o Grupo de Trabalho “Comunicação mediatizada, capitalismo informacional e políticas públicas” do Conselho Latino-Americano de Ciências Sociais (CLACSO).

Consequentemente, pode-se afirmar que não só as relações entre comunicação, desenvolvimento e educação se concentram nessas três tendências, mas também expressam claramente as tensões pela construção de projetos políticos na região, as lutas pela identidade nacional e regional, os dilemas da conexão com as economias internacionais e, mais ainda, revelam uma questão sobre o sujeito político latino-americano, sua formação, sua conexão com o coletivo e apropriação do território.

## **CONTRIBUIÇÕES LATINO-AMERICANAS**

Neste último segmento, apresentaremos algumas experiências que consideramos importantes para cartografar as disputas e contribuições que vêm sendo geradas nos países latino-americanos que podem oferecer um panorama mais amplo do que acontece na relação entre comunicação, desenvolvimento e educação.

### **O PAPEL DAS ESTAÇÕES DE RÁDIO POPULARES NA AMÉRICA LATINA**

A Associação Latino-americana de Educação e Comunicação Popular (ALER)<sup>1</sup> é uma rede de comunicação educativa popular com amplo campo de atuação na região, que começou como uma experiência de encontro entre rádios populares da Igreja Católica, algumas das quais apoiaram processos educativos associados à teologia da libertação

---

1 Disponível em: <https://www.aler.org/> (acesso em: 20 de março de 2020).



no início dos anos 1970. Desde então, a ALER consolidou-se como um espaço de retroalimentação, formação e divulgação de propostas radiofônicas populares que promovem o Bem Viver, apoiam iniciativas alternativas ao desenvolvimento e se capacitam na participação e debate político como uma estratégia para conter os totalitarismos de direita na região.

Uma das áreas que a ALER tem promovido é o desenvolvimento de pesquisas que, de forma ampla, permitem estabelecer relações entre as diversas expressões comunicativas, modelos de desenvolvimento e propostas pedagógicas que se desenvolvem na região. No marco desse processo, em 2001, foram conhecidos os resultados da pesquisa *La radio popular frente al nuevo siglo: estudio de vigencia e incidencia* (Oeyen e Geerts, 2001), que incluiu 74 estações de rádio, 2 associações ou redes de rádio, 19 centros de produção e 54 especialistas e pesquisadores. A partir dessa pesquisa foi posteriormente publicado o livro *¿Siguen vigentes las radios populares?* De acordo com Burch e Ramírez (2019), esse trabalho revelou aspectos muito valiosos da prática comunicativa popular e comunitária na América Latina durante a última década do século passado. Como bem lembrado pelos autores, foi o período da entrada do neoliberalismo na região e no Caribe.

Num texto publicado em 2018, Humberto Vandenbulcke (2017) recolhe de forma ampla a história das emissoras de rádio na América Latina, acentuando sua reflexão sobre a promoção da participação política, a educação popular, a democratização da comunicação e a perspectiva do Bem Viver como centro da prática radial. O autor apresenta uma descrição detalhada das propostas de rádio em termos de interesses formativos, políticos e de Bem Viver, enfatizando sua capacidade de promover a esperança e a luta em cada uma de suas comunidades.

## **O CONSELHO DE EDUCAÇÃO POPULAR DA AMÉRICA LATINA E DO CARIBE (CEAAL)<sup>2</sup>**

O CEEAL se define como um movimento de educação popular que, como rede, atua e acompanha os processos de transformação educativa, social, política, cultural e econômica das sociedades latino-americanas e caribenhas em contextos locais, nacionais e regionais, em diálogo com o mundo. E, de igual modo, atua em favorecimento da soberania e da integração dos povos, da justiça social e da democracia, na perspectiva dos direitos humanos, da igualdade de gênero, da interculturalidade crítica e de uma opção ética, pedagógica e política emancipadora.

---

2 Ver <http://ceaal.org/v3/> (acesso em: 18 de março de 2020).

A perspectiva do CEAAL diz respeito à vontade de todas as suas instituições filiadas em contribuir coletivamente para os processos de transformação social, como uma comunidade que atua no âmbito social em vários espaços e níveis, a partir de sentidos e paradigmas pactuados e em constante recriação. O Conselho integra movimentos sociais de diversas naturezas, buscando transformar a realidade junto a uma diversidade de grupos de educadores que assumem a Educação Popular como abordagem e prática transformadora, que se revela numa práxis emancipatória. O CEAAL conta com diferentes grupos de trabalho e diversos espaços de articulação vinculados a organizações globais (como a UNESCO, o Fórum Social Mundial e a Campanha Mundial pela Educação) e regionais (como o CLACSO). Possui também várias publicações, uma das quais, *La Piragua*, é referência para a divulgação de ações de educação popular na América Latina.

#### **ARGENTINA: A LEI DE RADIODIFUSÃO DEMOCRÁTICA**

Quanto ao retorno à democracia na Argentina, ainda há tarefas pendentes, algumas em matéria normativa e jurídica, como foi o caso da Lei de Radiodifusão 22.285 promulgada na década de 1980 durante a ditadura militar. Em resposta a essa demanda, um amplo movimento formado por universidades, organizações sociais, rádios comunitárias, sindicatos, grupos ativistas de direitos humanos e algumas rádios comerciais construíram uma proposta de 21 pontos que permitiriam o debate de uma nova lei. Tratou-se de uma nova tentativa de reforma, pois, em várias ocasiões nem o Executivo nem o Parlamento conseguiram transformá-la, pelo contrário, em cada uma das revisões se fortaleceu o caráter privado e comercial da radiodifusão no país. Segundo Postolsky (2013), a grande contribuição política da proposta consistiu na “construção de um quadro social como suporte, bem como, uma definição em torno da comunicação como um bem social a ser protegido e promovido com base nos critérios do pluralismo e da diversidade” (2013, p. 26).

#### **VENEZUELA: MOVIMENTOS SOCIAIS E COMUNICAÇÃO COMUNITÁRIA**

No caso da Venezuela, pode-se dizer que os movimentos sociais e a comunicação comunitária tiveram um papel fundamental na consolidação ideológica que o país viveu durante os governos de Hugo Chávez (1999-2013). A tradição que a Venezuela já tinha em matéria de educação popular e, que estava às margens das políticas de governo, se fortaleceu diante de um governo cujo principal *slogan* era o desenvolvimento a partir de baixo e que, apoiado nas dinâmicas comunitárias, encontrou uma alternativa para divulgar sua proposta de projeto político. Segundo Reina (2013), a aprovação de leis que pela primeira

vez consideraram os meios de comunicação comunitários como sujeitos de direito, como a Lei Orgânica de Telecomunicações do ano 2000 e o Regulamento da Radiodifusão Sonora e Televisão Aberta Comunitária de Serviço Público sem fins lucrativos do ano de 2002, abriram um novo panorama para eles, não só os tirando da clandestinidade e até mesmo do anonimato em que estavam escondidos, mas também incentivou, em condições mais favoráveis, a incursão de novas iniciativas já registradas, naquilo que foi desenhado como uma política comunicacional (Reina, 2013, p. 260).

### **AS UNIVERSIDADES INDÍGENAS**

São muito poucas as instituições de ensino superior na América Latina que incorporam os conhecimentos, as aprendizagens e as práticas dos povos indígenas em seus currículos. Por essa razão, as organizações indígenas promoveram universidades administradas diretamente por organizações ou por destacadas lideranças indígenas. Mato (2014) analisa a experiência de quatro delas na Nicarágua, Colômbia, Equador e Brasil. Entre as suas maiores conquistas, não isentas de tensões, está a formação de quadros que permitem desenvolver os planos de vida dessas comunidades continuamente ameaçadas pelo modelo de desenvolvimento vigente. Também permitem aprofundar e dar visibilidade à existência de modelos alternativos de desenvolvimento baseados em propostas como o Bem Viver, por exemplo, que se refletem tanto nos conteúdos como nas práticas educativas.

### **BIBLIOGRAFIA**

- Burch, S. e Ramírez, H. (2019). Contribuciones y experiencias de la comunicación en América Latina. *CHASQUI. Revista Latinoamericana de Comunicación*, 141, 87-104.
- Burch, S.; León, O. e Tamayo, E. (2004). *Se cayó el sistema: Enredos de la sociedad de la información*. Quito: ALAI.
- Ceceña, A. E. (2016). “Alianza para el Progreso” en Enciclopedia Latinoamericana. Disponível em: <http://latinoamericana.wiki.br/es/entradas/a/alianza-para-el-progreso> (Acesso em: 14 de março de 2020).
- Corona Berkin, S. (2018). A contribuição das mulheres para a pesquisa crítica em comunicação na América Latina. *Comunicación y Educación*, 2(23), 121-131.
- Freire, P. (1970). *Pedagogía del oprimido*. Buenos Aires: Siglo XXI Editores.
- Harvey, D. (1990). *La condición de la posmodernidad. Investigación sobre los orígenes del cambio cultural*. Buenos Aires: Amorrortu.

- Kaplún, M. (1998). *Una pedagogía de la comunicación*. Madrid: Ediciones de La Torre.
- Kohan, W. (2020). *Paulo Freire más que nunca. Una biografía filosófica*. Buenos Aires: CLACSO.
- Macbride, S. (2000). *Un solo mundo, voces múltiples. Comunicación e información en nuestro tiempo*. Cidade do México: Fondo de Cultura Económica.
- Márquez, F. (2003). El Nuevo Orden Mundial de la Comunicación en la Era de la Sociedad de la Información. *Razón y Palabra*, 35(8), 45-69.
- Martín-Barbero, J. (1991). *De los medios a las mediaciones. Comunicación, cultura y hegemonía*. Barcelona: Gustavo Gili.
- Mato, D. (2014). Universidades indígenas en América Latina: experiencias, logros, problemas, conflictos y desafíos. *ISEES*, 14, 17-45.
- Oeyen, V. e Geerts, A. (2001). *La radio popular frente al nuevo siglo: estudio de vigencia e incidencia*. Quito: ALER.
- Reina, O. (2013). Afectiva y efectiva comunicación popular. Una revisión crítica propositiva a diez años del Reglamento de Comunicación Comunitaria. In Dantas, M. (Comp.), *Avances en los procesos de democratización de la comunicación en América Latina* (pp. 257-277). Buenos Aires: CLACSO.
- Saintout, F. (2018). Medios hegemónicos en América Latina: cinco estrategias de disciplinamiento. In Bruzzone, D.; Varela, A. et al., *Comunicación para la resistencia: Conceptos, tensiones y estrategias en el campo político de los medios* (pp. 13-21). Buenos Aires: FES-EPC-CLACSO.
- Sierra Caballero, F. (2010). Redes alternativas de comunicación e imaginación emancipadora en la era del Capitalismo Cognitivo. In Dantas, M. (Comp.), *Políticas de comunicación en el capitalismo contemporáneo: América Latina y sus encrucijadas* (pp. 87-112). Buenos Aires: CLACSO.
- Vandembulcke, H. (2017). *Comunicar la esperanza. Camino al Buen (con)vivir*. Quito: ALER.



## CAPÍTULO 9

# RUMO A UMA VISÃO CONTRA-HEMEMÔNICA DA RELAÇÃO DIALÉTICA ENTRE MIGRAÇÃO E DESENVOLVIMENTO<sup>1</sup>

Raúl Delgado Wise

### INTRODUÇÃO

No decorrer das últimas duas décadas, o debate em torno da governança global das migrações — que até então havia permanecido praticamente ausente no cenário geopolítico internacional — foi repensado em 2006 pela Organização das Nações Unidas (ONU) através de uma virada analítica transcendental que relaciona a migração ao desenvolvimento. A partir dessa consideração, nos propomos a abordar criticamente algumas dimensões-chave da relação dialética entre migração e desenvolvimento com ênfase particular na desconstrução do discurso dominante ou hegemônico no campo. Isso implica oferecer uma visão abrangente e crítica dessa relação, especialmente a partir da arquitetura conceitual do que concebemos como uma perspectiva contra-hegemônica e que também caracterizamos como uma *perspectiva do Sul* (Castles e Delgado Wise, 2007). O fundamento teórico-conceitual dessa posição encontra suas raízes na rica tradição

---

1 Traduzido por: Patrícia Porto de Barros (Doutoranda em Ciência Política pela *Dalhousie University* (Canadá), mestre em Ciência Política pelo Instituto de Estudos Sociais e Políticos da Universidade Estadual do Rio de Janeiro (IESP-UERJ) e pesquisadora do Grupo de Relações Internacionais e Sul Global-GRISUL), e Roger Martins (graduado em Ciência Política pela Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro-UNIRIO e mestrando em Ciência Política no IESP-UERJ).

do pensamento crítico latino-americano<sup>2</sup>. Mais do que uma simples negação da perspectiva que emana dos principais países receptores de migrantes do Norte (adotada pelos principais organismos internacionais), essa visão comporta a negação da negação em termos dialéticos, com o objetivo de construir uma perspectiva abrangente, inclusiva, emancipatória e libertária do vínculo entre migração e desenvolvimento. Também nos interessa descrever como essa perspectiva alternativa foi forjada não apenas no âmbito teórico, mas também na prática, mediante a participação ativa da sociedade civil em espaços abertos para a governança global da migração, particularmente no Fórum Global sobre Migração e Desenvolvimento (FGMD) e, sob uma perspectiva contra-hegemônica, no Fórum Social Mundial das Migrações (FSMM).

### **UM CAMPO DE BATALHA TEÓRICO-POLÍTICO INEVITÁVEL**

O debate sobre migração e desenvolvimento foi dominado pela crença sacrossanta de que a migração contribui para o desenvolvimento dos países de origem. Instituições como o Banco Mundial (BM) promoveram uma visão otimista do vínculo entre a migração e o desenvolvimento, que afirma que as remessas enviadas pelos migrantes internacionais têm um efeito positivo no desenvolvimento dos países de origem. Com base em teorias econômicas neoclássicas e monetaristas, a migração é concebida como uma variável independente, e o vínculo entre migração e desenvolvimento é visto como uma relação unidirecional onde as remessas servem como alavanca de desenvolvimento para os países de origem. Esse posicionamento foi fortemente promovido na América Latina pelo Banco Interamericano de Desenvolvimento (Bate, 2001; Orozco, 2003; Terry e Wilson, 2005). A estrutura ortodoxa retrata o mercado global como o apogeu da modernidade capitalista e o ponto final de um processo inevitável que não tem alternativa provável. As preocupações sociais relacionadas ao desenvolvimento são ignoradas, uma vez que se supõe que o livre mercado opera como uma fonte inesgotável de crescimento econômico e bem-

---

2 O pensamento crítico latino-americano foi e continua sendo uma fonte de inspiração para abordarmos e repensarmos a questão do desenvolvimento. Com o surgimento na periferia do sistema capitalista mundial, esse pensamento possibilitou desvendar características essenciais da complexa relação dialética entre desenvolvimento desigual e imperialismo e, a partir disso, vislumbrar aspectos nodais da dinâmica de acumulação típica de nossos países. Isso, por sua vez, foi enriquecido pelas experiências derivadas das várias formas e modalidades de desenvolvimento implementadas na região, bem como pelo rico legado das lutas e movimentos de resistência que proliferaram no decorrer das últimas duas décadas (Delgado Wise e Veltmeyer, 2017).

-estar social em escala global. Esses preceitos ou postulados teóricos fazem uma varredura clara do vasto e criativo legado do debate em torno da questão do desenvolvimento que prevalece no hemisfério sul.

Em contraste com essa perspectiva, vem se desenvolvendo, na teoria e na prática, à luz de uma compreensão profunda da natureza e das características do contexto capitalista contemporâneo, uma alternativa contra-hegemônica cuja base é a recuperação e reavaliação da escola latino-americana de pensamento crítico sobre o desenvolvimento<sup>3</sup> (Delgado Wise e Márquez, 2009; Delgado Wise *et al.*, 2013). Nesse sentido, o vínculo entre migração e desenvolvimento é visualizado de maneira dialética e não unidirecional e é analisado a partir de uma perspectiva multidimensional, que engloba fatores econômicos, políticos, sociais, ambientais, culturais, raciais, étnicos, de gênero, geográficos e demográficos (Castles e Delgado Wise, 2007). Embora a perspectiva dominante ofereça uma visão descontextualizada, a-histórica, reducionista e unilateral da problemática, nossa perspectiva analítica tenta cobrir um amplo espectro de relações, que abrangem os impactos nos países de origem, trânsito e destino. Incorporando como principais dimensões analíticas: a) a questão dos direitos humanos dos migrantes e de suas famílias; e b) as causas estruturais das complexas relações que são geradas entre a migração e o desenvolvimento sob a égide neoliberal.

A Rede Internacional de Migração e Desenvolvimento<sup>4</sup>, sediada na Unidade Acadêmica de Estudos de Desenvolvimento da Universidade Autônoma de Zacatecas no México, tem sido uma das principais promotoras dessa posição por meio de sua revista *Migración y Desarrollo*, da organização de diversos congressos e seminários, bem como por sua participação junto à sociedade civil e às principais organizações de migrantes nos fóruns internacionais mais importantes sobre o

---

3 Deve-se notar que, quando nos referimos à perspectiva dominante e alternativa ou contra-hegemônica, não pretendemos aplicar rótulos de maneira superficial, nem limitar tematicamente o rico e variado corpo da pesquisa latino-americana sobre o assunto. Nossa intenção, pelo contrário, é distinguir duas linhas de pensamento que estão em extremos opostos do espectro. Essa distinção é útil para fins analíticos, mas não considera outras perspectivas teóricas, como transnacionalismo ou ecodesenvolvimento, relacionadas ao que foi chamado de *desenvolvimento alternativo ou desenvolvimento baseado na comunidade*. Essas perspectivas estão localizadas em um ponto intermediário e, diferentemente das posições contra-hegemônicas, não implicam um desafio radical ao neoliberalismo, mas apontam para as possibilidades de desenvolvimento que se encontram nos interstícios do neoliberalismo (García-Zamora e Orozco, 2009; Cortes e Torres, 2009).

4 Veja <http://www.migracionydesarrollo.org>.



assunto, dentre os quais destacamos o Fórum Global sobre Migração e Desenvolvimento e o Fórum Social Mundial das Migrações.

Assim como o pensamento crítico latino-americano vem se renovando e se atualizando à luz da investida neoliberal na região, o mesmo aconteceu com as reflexões em torno da relação dialética entre migração e desenvolvimento (Delgado Wise, 2014). Isso implicou a necessidade de aprofundar o entendimento da arquitetura da globalização neoliberal, o que significa, entre outras coisas, reconhecer e desvendar a estratégia de reestruturação do capital promovida por grandes empresas multinacionais, com o apoio dos Estados imperialistas liderados pelos Estados Unidos. Nesse sentido, é importante observar que um elemento-chave dessa estratégia é o estabelecimento de *redes globais de capital monopolista*, que, apoiadas por operações de *outsourcing* e cadeias de subcontratação, estendem parte dos processos produtivos, comerciais, financeiros e de serviços de grandes empresas multinacionais do Sul global, em busca de mão-de-obra abundante e barata, além da extração ou pilhagem de recursos naturais. Tal estratégia é exemplificada pelas plataformas de exportação que atualmente operam como uma espécie de economia de enclave em países periféricos.

À estratégia anterior são acrescentados: a) a financeirização ou o recurso ao capital fictício por grandes empresas multinacionais; b) a apropriação e o controle de terras, por meio da megamineração e do agronegócio, com consequências terríveis para o meio ambiente, acompanhadas do surgimento e proliferação de novas e brutais formas de acumulação por desapropriação ou expropriação; c) a reestruturação dos sistemas de inovação por meio da apropriação privada do conhecimento — do *general intellect* —, a concentração e centralização de patentes (Delgado Wise, 2017).

Uma característica importante e inevitável da atual forma de capitalismo é o desenvolvimento desigual. A dinâmica global e nacional do desenvolvimento capitalista, a divisão internacional do trabalho, o sistema imperialista das relações internacionais de poder, os conflitos em torno da relação capital-trabalho e a dinâmica do capital extrativista fizeram com que a polarização econômica, social, política e cultural entre os espaços geográficos e as classes sociais fosse mais extrema do que nunca na história da humanidade. Um resultado notório desse cenário é a concentração desproporcional de capital, poder e riqueza nas mãos de uma pequena elite dentro da classe capitalista. Atualmente, o 1% mais rico da população mundial controla 40% do total de ativos globais (Davies *et al.*, 2008). Além disso, “de 1970 a 2009, o PIB per capita dos países em desenvolvimento (com exceção

da China) atingiu em média apenas 6,3% do PIB per capita dos países do G8” (Foster *et al.*, 2011).

Ao promover a tendência anterior, a arbitragem global do trabalho tornou-se um pilar fundamental da nova arquitetura mundial. Isso permite que o capital se aproprie de grandes lucros monopolistas ou rendas imperiais, aproveitando as enormes diferenças salariais, no âmbito nacional, existentes no horizonte Norte-Sul e os salários de subsistência (e mais baixos) em grande parte do Sul global. Por meio do mecanismo de arbitragem global do trabalho, assimetrias geográficas e sociais são reproduzidas em escala mundial. As desigualdades sociais representam um dos aspectos mais angustiantes desse processo, dada a concentração sem precedentes de capital, poder e riqueza em poucas mãos, enquanto um segmento crescente da população sofre com extrema pobreza, exploração e exclusão. As crescentes disparidades também se expressam, cada vez mais, em termos de relações raciais, étnicas e de gênero; do acesso reduzido à produção e ao emprego; da drástica diminuição das condições de vida e de trabalho e do desmantelamento progressivo das redes de assistência social.

Essas características levam a um ataque sem precedentes às condições de trabalho e de vida da classe trabalhadora. Com o desmantelamento da antiga União Soviética, a integração da China e da Índia na economia mundial e a implementação de programas de ajuste estrutural (incluindo privatizações e reformas trabalhistas) no Sul global, a oferta de mão de obra disponível para o capital dobrou nas últimas duas décadas (Freeman, 2006). Essa situação, juntamente com as condições geradas pela reestruturação neoliberal, trouxe um considerável excesso de oferta de mão de obra, que deteriorou a estrutura salarial e aumentou a precariedade nos empregos em escala mundial. Segundo estimativas da Organização Internacional do Trabalho (OIT), o número de trabalhadores em condições precárias de emprego aumentou para 500 bilhões em 2017, ou seja, quase metade da força de trabalho global; desse número, 800 milhões recebem um salário inferior a três dólares americanos por dia, enquanto o número mundial de desempregados continua aumentando (ILO, 2018). Essas condições, que estão desigualmente distribuídas no horizonte Norte-Sul, geraram crescentes pressões estruturais para a migração interna e internacional em condições de extrema vulnerabilidade.

### **RECONCEITUALIZAÇÃO DA MIGRAÇÃO FORÇADA**

De acordo com as circunstâncias acima mencionadas, a migração não é apenas o produto de decisões individuais ou familiares, como postulado pela escola neoclássica do pensamento, mas um fenômeno com seus próprios padrões embutidos em um conjunto de redes sociais e

transnacionais. A natureza maciça da migração na era neoliberal e o vínculo entre os fluxos nacionais e internacionais, que a distinguem, é determinada pela dinâmica contraditória e desordenada do desenvolvimento desigual. Assim, a migração adota o modo de deslocamento compulsivo, fato que promove uma modalidade de *migração forçada* nova, versátil e generalizada, com duas características fundamentais.

A primeira, refere-se a um processo de expulsão que resulta de uma espiral descendente de regressão social, causada pela privação de meios de produção e subsistência, pilhagem, violência e catástrofes que põem em risco a sobrevivência de grandes segmentos da população em seus locais de origem. Não se trata simplesmente de um processo gradual ou cumulativo, mas de um verdadeiro colapso da ordem social, gerado por políticas de ajuste estrutural e pelas estratégias de dominação e concentração de riqueza, que distinguem o capitalismo contemporâneo, e alcançaram níveis sem precedentes. Esses processos forçam vastos contingentes da população a vender sua força de trabalho nacional e internacionalmente para garantir sua subsistência e a de suas famílias.

A segunda, refere-se às restrições à mobilidade da força de trabalho migrante geradas no contexto neoliberal, que a depreciam e a sujeitam a condições de extrema vulnerabilidade, precariedade e exploração. Se o processo de expulsão envolve uma reedição dos modos de acumulação originais, característicos dos estágios históricos iniciais do capitalismo, a atual liberalização da força de trabalho reproduz esse fenômeno diante das crescentes vicissitudes e limitações que o mercado de trabalho acusa na arena internacional. Os Estados que recebem migrantes regulam sua entrada com instrumentos punitivos e coercitivos que desvalorizam o trabalho, além de violarem os direitos humanos e os criminalizarem. As condições emergentes de exploração laboral e exclusão social, bem como os obstáculos enfrentados pelos migrantes em diferentes estágios de trânsito e assentamento acentuam sua insegurança a ponto de colocar em risco suas próprias vidas (Márquez e Delgado Wise, 2011).

Nesse contexto, a migração adquire um novo papel na divisão nacional e internacional do trabalho. O desenvolvimento desigual causa um novo tipo de migração, que identificamos como migração forçada. Embora o conceito convencional de migração forçada não se aplique a todos os migrantes (Castles, 2003), a maioria dos fluxos migratórios atuais são deslocamentos forçados e, portanto, requerem uma descrição mais precisa. Na esfera institucional dos direitos humanos, o termo *migração forçada* refere-se especificamente aos solicitantes de refúgio, refugiados ou pessoas deslocadas. No entanto, como argumentamos, a dinâmica do desenvolvimento desigual levou a condi-

ções estruturais que incentivam a migração em massa de populações carentes, marginalizadas e excluídas. Nessas circunstâncias, a migração assume o caráter geral do deslocamento forçado, sob várias modalidades (Delgado Wise e Márquez, 2009):

1. Migração devido à violência, ao conflito e às catástrofes, que representa 65,6 milhões de pessoas em todo o mundo, incluindo 22,5 milhões de refugiados, 40,8 milhões de pessoas deslocadas internamente e 3,2 milhões de requerentes de asilo (ACNUR, 2015).
2. Tráfico e contrabando de pessoas, que abrange ao menos 21 milhões de pessoas (OIT, 2015).
3. Migração por desapropriação, exclusão social e desemprego, que representa de longe a categoria mais extensa de migração forçada, com cerca de 600 milhões de migrantes “econômicos” internacionais e internos.
4. Migração de retorno como resultado de deportações em massa, características do capitalismo contemporâneo, que envolvem um processo de dupla migração forçada, uma vez que as pessoas foram forçadas a deixar seus países de origem e depois forçadas a retornar em condições de crescente vulnerabilidade e insegurança.

### **INDICADORES DESMISTIFICADORES ESTRATÉGICOS**

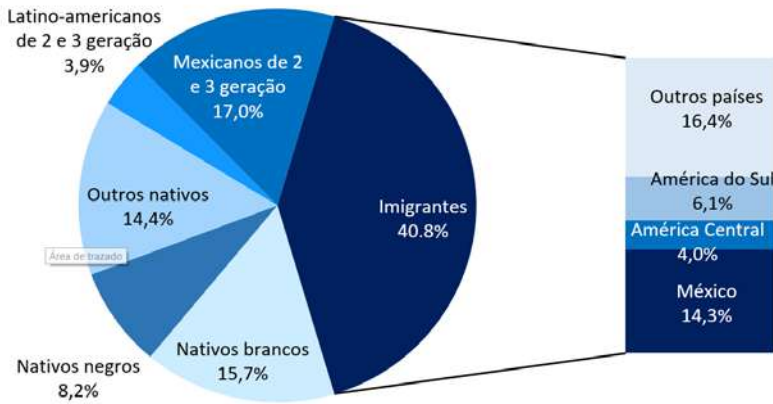
Para além da importância estratégica da migração e do desenvolvimento na agenda política contemporânea, as percepções públicas sobre a mobilidade humana se encontram infestadas de mitos que distorcem a realidade com uma visão unilateral, descontextualizada, reducionista e tendenciosa. A recente crise de refugiados na Europa tem endurecido esta narrativa e exacerbado a problemática e os desafios apresentados pela migração no âmbito internacional. As agendas políticas e de investigação dominantes tendem a reproduzir, não de maneira desinteressada, grande parte da mitologia prevalecente, ignorando o contexto em que a migração contemporânea se desenrola, bem como suas causas. A mobilidade humana é assumida como um ato livre e voluntário, alheio a qualquer tipo de condicionamento estrutural ou agentes nacionais ou supranacionais. Frequentemente, as múltiplas contribuições econômicas, demográficas, sociais e culturais feitas pelos migrantes às sociedades e aos países de destino são ignoradas, ocultadas e até distorcidas, independentemente do status legal e da categorização (migrantes econômicos, refugiados, solicitantes de refúgio etc.) com o fim de concebê-los como uma carga socioeconô-

mica para os países de destino e, em tempos de crise, transformá-los em bodes expiatórios deles. Nesse sentido, vários integrantes da Rede Internacional de Migração e Desenvolvimento (RIMD) iniciamos um trabalho sistemático nessa vertente com o objetivo de contribuir a uma necessária desmistificação de crenças comuns sobre a mobilidade humana, em particular aquelas relacionadas com a relação entre migração, desenvolvimento e direitos humanos. Nossos esforços se dirigem a construir uma visão alternativa, solidamente fundamentada, crítica, integral e inclusiva da migração contemporânea por meio de uma série de indicadores estratégicos.

Assim, por exemplo, uma visão amplamente difundida é a de que as contribuições dos migrantes aos países de acolhida são mínimas ou marginais, e que, ao contrário, a incorporação de imigrantes ao mercado laboral constitui um ato de “generosidade”, o qual leva a uma diminuição da produtividade econômica e a uma perda de emprego para os trabalhadores nativos. Porém, a realidade — como veremos em seguida — é muito diferente, apesar das tentativas de ocultá-la e incidir de modo negativo na opinião pública dos principais países receptores de migrantes do mundo, com propósitos político-eleitorais que renderam grandes dividendos para o avanço da ultradireita e do neofascismo, a ponto de convertê-los em inimigos públicos.

A realidade, no entanto, tem pouco a ver com o panorama apenas descrito. Segundo informações oficiais dos Estados Unidos, o primeiro país de imigrantes do mundo desde 2000, as contribuições de imigrantes — e particularmente os de origem latino-americana e seus descendentes — são listadas como uma das principais alavancas de crescimento da economia dos EUA. A Figura 1 mostra, claramente, que sua contribuição para o Produto Interno Bruto (PIB) foi 45,3%, contra 54,7% dos nativos brancos não latino-americanos. Ainda mais: o grupo com a maior contribuição por origem nacional foi o de mexicanos nativos (14,3%), que, somados aos de descendentes de mexicanos, chega a 31,3%.

**Figura 1**  
Estados Unidos: crescimento da população economicamente ativa (2000-2015)



Fonte: Estimativas baseadas em SIMDE-UAZ, 2000 e 2015 com sustento em CPS-ASEC, suplemento de março

Apesar de suas contribuições fundamentais para o crescimento da economia dos EUA, os imigrantes mexicanos tiveram os piores níveis salariais em comparação com outros grupos. Isso implica discriminação salarial associada ao estigma da “ilegalidade”. De acordo com Passel e Cohn (2016), 5,8 milhões de imigrantes mexicanos (52%) carregam esse estigma. É evidente, então, que a força de trabalho mexicana tem os salários mais baixos nos Estados Unidos.

Outra área de desmistificação relevante para o sistema de imigração Estados Unidos-México reside na noção generalizada de remessas baseadas no fetichismo monetário. Não se deve perder de vista que as remessas representam uma fração dos salários ganhos por trabalhadores migrantes, na maioria das vezes em condições de superexploração laboral, que são usados para sustentar a reprodução familiar em países de origem. Isso inclui a formação de uma nova força de trabalho com alta propensão a migrar (por exemplo, filhos, irmãos ou outros membros da família) e apoio para idosos e doentes. Portanto, as remessas desempenham um papel essencial na garantia da reprodução social em condições de pobreza e exclusão, dentro de uma espiral de degradação familiar e comunitária que se afasta diametralmente do discurso apologista proclamado pelos defensores da ortodoxia dominante. Levando em consideração a idade e o nível educacional dos imigrantes mexicanos na sua chegada inicial aos Estados Unidos, bem como o custo educacional implícito, estima-se que, entre 1994 e

2008<sup>5</sup>, com esta migração o México transferiu 83 bilhões de dólares (a preços de 2008)<sup>6</sup>. Se a referida educação tivesse sido realizada em escolas públicas dos Estados Unidos, o custo no mesmo período teria sido de 613 bilhões dólares (a preços constantes de 2008)<sup>7</sup>. Para se ter uma referência, as remessas enviadas para o México, muitas vezes consideradas como um subsídio Norte-Sul, representam apenas 30% dos recursos educacionais transferidos por meio da migração laboral.

Sem entrar em maiores detalhes, o que foi exposto até agora demonstra conclusivamente que a mitologia que circunda a narrativa dominante constitui uma tentativa de obscurecer as relações de poder e de classe, bem como as modalidades de troca desigual subjacentes a relação dialética entre migração e desenvolvimento.

### **A GOVERNANÇA GLOBAL DAS MIGRAÇÕES SOB ESCRUTÍNIO**

Na linha do reconhecimento dos desafios críticos levantados pela mobilidade humana, a governança global da migração tornou-se um tópico fundamental na agenda internacional. Em contraste com outras questões transnacionais, como comércio e finanças, a criação de um quadro institucional da ONU para a governança da migração seguiu um caminho complexo e incerto (Betts, 2010). Derivada da necessidade de discutir temas urgentes na agenda internacional de migração, em 2006 foi levantada uma iniciativa mais ampla para construir um regime de migração global na Assembleia Geral da ONU com o lançamento do Diálogo de Alto Nível sobre Migração e Desenvolvimento (DAN), um ato formal, com forte ênfase em questões políticas que se concretizariam na sede da ONU a cada sete anos. O primeiro DAN resultou na criação de um fórum anual não vinculativo, organizado alternadamente por um país receptor e um país remetente de migrantes: o Fórum Global de Migração e Desenvolvimento (FGMD). Para

---

5 É importante notar que, de 2008 a 2016, as remessas caíram por efeito da crise financeira desencadeada nos Estados Unidos naquele ano e que, somente em 2016, elas conseguiram recuperar o nível de 27 bilhões de dólares que tiveram antes da crise. Portanto, para nossos propósitos analíticos, nos parece mais apropriado analisar o custo das remessas para o México no período referenciado e, assim, evitar o impacto distorcido da crise. Independentemente dessa consideração, segue vigente nosso argumento de que as remessas representam um subsídio Sul-Norte e não vice-versa, como postulado pela ortodoxia neoliberal.

6 Esse cálculo é baseado nas despesas por nível educacional, de acordo com o Relatório sobre o panorama educacional do México (2008), publicado pelo Instituto Nacional de Avaliação Educacional (INEE) e dados da Pesquisa de População (1994-2008).

7 O cálculo é baseado nas despesas por nível educacional, de acordo com o Centro Nacional de Educação do Departamento de Educação dos Estados Unidos (2007). Tais informações foram utilizadas conjuntamente com os dados da Pesquisa de População, 1994-2008.

fornecer suporte institucional para esse processo emergente, o secretário geral da ONU criou um grupo de coordenação interinstitucional: o Grupo de Migração Global, composto por 15 entidades do sistema das Nações Unidas, o Banco Mundial e a Organização Internacional para as Migrações (OIM). O objetivo do referido grupo é promover uma aplicação mais ampla dos instrumentos e normas internacionais e regionais relacionados à migração, bem como incentivar a adoção de abordagens interinstitucionais mais coerentes, completas e melhor coordenadas (OIM, 2017). É importante destacar que o BM tem se mantido como um membro-chave do Grupo, e de muitas iniciativas da ONU, liderando o caminho para o estabelecimento da agenda dominante sobre migração e desenvolvimento. Em setembro de 2016, a Assembleia Geral nomeou formalmente a OIM como a agência de migração da ONU. Nessa ocasião, a Declaração de Nova York para Refugiados e Migrantes foi adotada por 193 Estados Membros, o que levou a um processo de consulta e negociação intergovernamental que culminou na adoção do Pacto Global para a Migração Segura, Ordenada e Regular em dezembro de 2018. A iniciativa, que estava no centro do décimo FGMD realizado em Berlim, em junho de 2017, gerou como resultado inúmeras consultas regionais programadas em todo o mundo com o objetivo de criar uma estrutura institucional para a governança global das migrações.

Duas posições conflitantes e contrastantes ficaram em disputa desde o início da FGMD e continuam presentes no debate atual: uma perspectiva política dominante focada no gerenciamento de migração versus uma visão alternativa baseada numa abordagem abrangente do respeito pelos direitos humanos (Delgado Wise *et al.*, 2013; Pécoud, 2015). Embora um dos objetivos proclamados pelo FGMD, enunciado em seu site, seja “se envolver com outras partes interessadas, incluindo organizações sem fins lucrativos, governos, especialistas e organizações de migrantes para promover resultados práticos e orientados para a ação em nível nacional, bilateral e internacional”, para a sociedade civil continua sendo essencialmente um espaço para convidados com possibilidades limitadas de colaboração e interação com governos. Dada a minha experiência pessoal como participante desses fóruns, na próxima seção farei uma avaliação provisória da contribuição da sociedade civil na sede do FGMD e, como comentário final, descreverei brevemente vários esforços que criaram espaços de resistência contra-hegemônica, como é o caso do Fórum Social Mundial das Migrações (FSMM). Este último, exemplifica um espaço inventado, a partir de baixo, em sintonia com o que vemos como uma perspectiva contra-hegemônica ou do Sul.



## **PARTICIPAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL EM DOIS ESPAÇOS: FGMD E FSMM**

Ainda que o DAN e o FGMD, como motores centrais da governança global das migrações sejam espaços intergovernamentais, a participação da sociedade civil em ambos tem sido muito limitada. Nesse sentido, é possível identificar dois participantes da sociedade civil que ocupam posições divergentes:

1. Organizações de base de direitos humanos e orientação de classe independentes, com potencial contra-hegemônico, como organizações e redes de migrantes, ONGs de defesa de migrantes, sindicatos, movimentos camponeses, organizações religiosas e academia crítica.
2. Organizações que apoiam o discurso ideológico dominante sobre migração e desenvolvimento, incluindo ONGs alinhadas e promovidas pelos Estados receptores, grupos de reflexão do Norte (é o caso do influente *Migration Policy Institute*) e agentes corporativos que respondem a interesses comerciais.

Com relação a esses grupos contrastantes da sociedade civil, cada um claramente alinhado com uma das duas posições concorrentes no DAN e no FGMD, existem dois tópicos adicionais de particular relevância para nossos propósitos analíticos. Primeiro, devido às condições adversas prevalentes na mobilidade humana, as organizações de migrantes enfrentam várias restrições congênicas para sua formação como sujeitos políticos. Seus níveis de organização política, consciência e liderança em escala global, ainda são limitados. É também o caso das ONGs de defesa dos migrantes e outras organizações populares de direitos humanos independentes. Contudo, a participação incipiente de sindicatos, movimentos camponeses, organizações religiosas e academias progressistas dentro e fora desses espaços convidadas, como será analisado na próxima seção, pode melhorar a configuração de redes de equivalência, por exemplo, com coalizões de vários movimentos e coletivos anti-hegemônicos. Em segundo lugar, a estrutura institucional do DAN e do FGMD está se movendo em uma direção que privilegia o setor privado (que representa e eleva a posição dominante) sobre outros participantes da sociedade civil. Nesse sentido, a ONU definiu oficialmente a sociedade civil como o “terceiro setor” da sociedade, junto com o governo e as empresas. Isso implica uma diferenciação crítica que não é ingênua nem acidental.

Na décima edição do FGMD, que aconteceu de junho a julho de 2017, o setor empresarial não interveio abertamente nas atividades agendadas para os Dias da Sociedade Civil e, em vez disso, o fez como

convidado especial em fóruns intergovernamentais e como outra entidade independente no espaço comum (originalmente projetado para interação entre o governo e a sociedade civil).

### **COMENTÁRIO FINAL: O PACTO GLOBAL EM MATÉRIA MIGRATÓRIA E ALÉM**

Nas primeiras reuniões do FGMD, o espaço para a participação da sociedade civil era, em essência, marginal e disperso. Muitas organizações que participaram das Jornadas da Sociedade Civil não eram representativas nem sequer estavam preocupadas com as comunidades de migrantes em suas regiões ou países de origem. Além disso, existiam conexões limitadas entre os participantes da sociedade civil e praticamente não havia canais de diálogo ou interação com delegados governamentais. Depois das Jornadas da Sociedade Civil em Bruxelas, essas circunstâncias começaram a mudar.

A convergência progressiva dos participantes da sociedade civil com uma atividade paralela da *Global People's Action on Migration, Development and Human Rights*, como espaço externo- interno, deu lugar à abertura de um espaço alternativo único em que redes são criadas e uma agenda alternativa é desenvolvida centrada nos direitos humanos: a Coalizão Global de Migrações. Um espaço alternativo inventado é o FSMM, desprendido do Fórum Social Mundial (FSM), que se caracteriza, entre outras coisas, por ser um espaço de debate democrático de ideias, reflexão, formulação de propostas, troca de experiências e articulação de movimentos sociais, redes, ONGs e outras organizações da sociedade civil que se opõem à globalização neoliberal. Em vista dos grandes desafios para manter, expandir e consolidar esse espaço alternativo, contra-hegemônico e inventado, a oitava edição do FSMM foi concebida como um processo de reestruturação do próprio Fórum — um divisor de águas na dinâmica do FSM — destinado a expandir o escopo e a diversidade das organizações, redes e movimentos sociais envolvidos, e incentivar o desenvolvimento de estruturas organizacionais abertas, livres e horizontais capazes de promover iniciativas de transformação social, e desenvolver um plano de ação capaz de interconectar ações, campanhas e lutas em escala local, regional e global.

No cenário político, existem essencialmente duas possibilidades opostas: permanecer enclausurado em um espaço convidado ou avançar para a consolidação de um espaço alternativo contra-hegemônico. A primeira opção limita-se a obter concessões de curto prazo com o risco de cooptação e a segunda implica afastar-se do conforto relativo do espaço convidado e entrar em um campo de batalha contra-hegemônico.

Como não há espaço no capitalismo para a participação contra-hegemônica na governança global, a resistência desde baixo é, em nossa opinião, a única opção capaz de construir um regime de migração internacional socialmente justo. Para tanto, é necessária uma redefinição importante da noção tradicional de resistência (passiva e reativa) para transformá-la em uma concepção radicalmente diferente, de acordo com o lema do FSM 2017: “Resistir é criar, resistir é transformar”, que aponta a necessidade de alternativas para outro mundo possível. O processo de reestruturação no qual o FSMM está envolvido representa uma etapa crucial na configuração de um bloco contra-hegemônico.

## **BIBLIOGRAFIA**

- Bate, P. (2001). Un río de oro: el dinero que los inmigrantes envían a sus países sostiene a sus familias y refuerza la economía de la región. ¿Podría hacer algo más? BID América. Disponível em: <http://www.iadb.org/idbamerica/index.cfm?thisid=734>
- Betts, A. (2010). Global migration governance. The emergence of a new debate [briefing paper]. Oxford: Department of Politics and International Relations / Oxford University.
- Castles, S. (2003). Towards a sociology of forced migration and social transformation. *Sociology*, 37, 13-34.
- Castles, S. e Delgado Wise, R. (Eds.) (2008). *Migration and development. Perspectives from the South*. Ginebra: International Organization for Migration.
- Cortes, A. e Torres, A. (Eds.) (2009). *Codesarrollo en los Andes: Contextos y actores para una acción transnacional*. Quito: FLACSO.
- Delgado Wise, R. (2014). A Critical Overview of Migration and Development: The Latin American Challenge. *Annual Review of Sociology*, 40, 643-663.
- Delgado Wise, R. (2017). El capital en la era de los monopolios generalizados: apuntes sobre el capital monopolista. *Observatorio del Desarrollo*, 6(18), 48-58.
- Delgado Wise, R. e Márquez Covarrubias, H. (2009). Understanding the relationship between migration and development: toward a new theoretical approach. *Social Analysis*, 53, 85-105.
- Delgado Wise, R. e Veltmeyer, H. (2017). Aportes del pensamiento crítico latinoamericano a la teoría y la práctica del desarrollo, *Mundo Siglo XXI*, XII(42), 5-20.

- Delgado Wise, R.; Márquez Covarrubias, H. e Puentes, R. (2013). Reframing the debate on migration, development and Human Rights. *Population, Space and Place*, 19(4), 430-443.
- Foster, J.; McChesney, R. e Jonna, J. (2011). The internationalization of monopoly capital. *Monthly Review*, 63(2), 3-18.
- Freeman, R. (2006). The great doubling: the challenge of the new global labor market. Disponível em: [https://www.researchgate.net/publication/237491969\\_The\\_Great\\_Doubling\\_The\\_Challenge\\_of\\_the\\_New\\_Global\\_Labor\\_Market](https://www.researchgate.net/publication/237491969_The_Great_Doubling_The_Challenge_of_the_New_Global_Labor_Market)
- García-Zamora, R. e Orozco, M. (2009). Migración internacional, remesas y desarrollo local en América Latina y el Caribe. Cidade do México: Miguel Ángel Porrúa.
- International Labour Organization (ILO) (2015). Forced labour, human trafficking and slavery. Disponível em: <http://www.ilo.org/global/topics/forced-labour/lang--en/index>.
- International Organization for Migration (IOM) (2017). United Nations High-Level Dialogue on International Migration and Development (UN-HLD), disponible em <https://www.iom.int/united-nations-high-level-dialogue-international-migrationand-developmenthld>
- Márquez Covarrubias, H. e Delgado Wise, R. (2011). Una perspectiva del Sur sobre capital global, migración forzada y desarrollo alternativo. *Migración y Desarrollo*, 9(16), 3-42.
- Organización de las Naciones Unidas (ONU) (s/f). Empresas. Disponível em: [www.org/es/sections/resources-different-audiences/business/](http://www.org/es/sections/resources-different-audiences/business/)
- Orozco, M. (2003). Remesas en la región de América Latina y el Caribe. Un análisis de su impacto económico. Disponível em: [http://www.conapo.gob.mx/work/models/CONAPO/migracion\\_internacional/migint\\_desarrollo/11.pdf](http://www.conapo.gob.mx/work/models/CONAPO/migracion_internacional/migint_desarrollo/11.pdf)
- Passel, J. e D'Vera, C. (2016). Overall number of us unauthorized immigrants holds steady since 2009. Washington DC: Pew Research Center. Disponível em: <http://www.pewhispanic.org/2016/09/20/overall-number-of-u-s-unauthorized-immigrants-holds-steady-since-2009/>
- Pécoud, A. (2015). *Depoliticising migration: global governance and international migration narratives*. Londres: Palgrave Macmillan.
- Terry, D. e Wilson, S. (2005). Remesas de inmigrantes. Moneda de cambio económico y social. Washington DC: Banco Interamericano de Desarrollo.
- UNHCR (2015). Global trends. Forced displacement in 2015. Ginebra: UNHCR.



CAPÍTULO 10

**A SAÚDE COLONIZADA PELO  
DESENVOLVIMENTO**

**A AMÉRICA LATINA E O CARIBE ENTRE O PAN-  
AMERICANISMO E A SOBERANIA SANITÁRIA  
REGIONAL<sup>1</sup>**

Gonzalo Basile

**INTRODUÇÃO**

O campo da saúde tem estado presente no corpo epistêmico e operativo do desenvolvimento desde a segunda metade do século XX (Prats, 2006). Tendo a Aliança para o Progresso na década de 1960 como marco histórico, especialmente na América Latina e no Caribe, o conceito de saúde também reproduziu a ideia de desenvolvimento.

A irrupção do desenvolvimento como conceito estruturante da geopolítica do poder e do conhecimento sanitário (Basile, 2019) foi primordial para compreender como, no caso latino-americano e caribenho, a relação entre saúde e desenvolvimento teve grande impacto na epidemiologia da classificação de enfermidades; a transnacionalização de modelos de assistência médica e hospitalar; o desenho de políticas e sistemas de saúde; a importação de tecnologias sanitárias; a compra e consumo de medicamentos; a economia do

---

1 Traduzido por: Maria Isabel Santos Lima, Mestra pelo Programa de Pós-graduação em Ciência Política da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO) e pesquisadora do GRISUL (Grupo de pesquisa em Relações Internacionais e Sul Global); e Gabriella Teixeira da Fonseca, graduada em Ciência Política (UNIRIO) e pesquisadora do GRISUL.

setor de saúde; a resposta às epidemias e às emergências de saúde pública, entre outras.

A saúde não escapou da marca deixada pelos debates dominantes sobre o desenvolvimento nem de seu padrão de poder e conhecimento (Quijano, 1999) eurocêntrico e pan-americano na região. A teorização do desenvolvimento não é apenas enunciativa, mas determinará por décadas a agenda global e regional da saúde pública. Portanto, terá uma multiplicidade de expressões na saúde como assunto e dimensão internacional, tanto no âmbito das políticas públicas e de cooperação como nos acordos e declarações internacionais sobre a matéria.

Nesse contexto, este capítulo analisa a relação entre saúde e desenvolvimento na América Latina e no Caribe. Parte de uma revisão conceitual com perspectiva crítica das correntes desenvolvimentistas da Saúde Internacional Pan-americana e Saúde Global Liberal, como um campo de conhecimento, de gestão, governo e de ação geopolítica sanitária na região, considerando quatro aspectos para caracterizar sua interseção: a geopolítica; a cooperação internacional; a epidemiologia e os sistemas e políticas de saúde. Finaliza esboçando a abordagem da nascente saúde internacional Sul-Sul, com o objetivo de produzir uma nova proposta de emancipação, autonomia e soberania no campo sanitário.

### **GEOPOLÍTICA DOS “ISMOS” SANITÁRIOS: O DESENVOLVIMENTISMO E O PAN-AMERICANISMO**

Através da linguagem sanitária não apenas se descrevem e transmitem conhecimentos como também se delimitam as práticas no campo da saúde — elas podem transformar as subjetividades, condições sociais de vida ou reproduzir mecanicamente respostas instrumentais de intervenção técnico-normativa (Granda, 2004, p. 3).

Tanto a ciência biomédica clínica como a saúde pública vertical reproduzem fundamentos ideológicos, concepções e ações técnico-políticas que foram projetadas sobre a sociedade (Granda, 2004, p. 8). Foucault, em *O nascimento da clínica* (1966), se referia à medicina como a ciência do indivíduo, como tratamento do corpo enfermo, baseando seu êxito na relação entre a doença e a morte. Uma metáfora da máquina corporal com defeitos em sua estrutura e função, devido a causas externas ou internas, que devem ser reparadas.

Dado o êxito da biomedicina clínica em doenças individuais, no início do século XX também se considerava possível construir uma *Enfermologia pública*, posteriormente denominada *saúde pública*. Esta seria capaz de dar conta da enfermidade coletiva ou pública, como a soma de doenças particulares com ações de controle vertical dos Estados sobre as populações, empregando o método científico-

-positivista baseado na ideia da verdade universal. Esse paradigma é o que se encontra na prática.

Desde seu nascimento, o desenvolvimento será assimilado com uma analogia biomédica ao ciclo da vida do ser humano, com uma visão linear da evolução econômica das sociedades com as etapas naturais que o Ocidente se encarregou de exportar e promover como uma cultura universal (Rist, 2002).

O esforço para fornecer premissas de caráter científico à teoria do desenvolvimento “implicou em uma conceituação” onde todos os Estados se dedicam a viver em desenvolvimento o que, para muitos, significará tornar-se em nações. Nessa nomenclatura também ingressará o campo da saúde. O planejamento do desenvolvimento incluirá políticas sanitárias, seus serviços e sistemas, erradicação de doenças, administração da expectativa de vida, ou anos de vida ganhos ou perdidos, e as DALY (*Disability Adjusted Life Years*) e QALY (*Quality Adjusted Life Years*) como unidades de medida da saúde. Instalar-se-á assim, a adoção de normas de comportamento, atitudes, medidas e valores identificados com a sociedade ocidental e a racionalidade econômica moderna como ideal a ser alcançado e uma meta sociopolítica a ser conquistada (Dos Santos, 2000, p. 67). O conceito de desenvolvimento que prevalece no campo da saúde evitará sistematicamente descrever as relações de poder do sistema-mundo contemporâneo incorporado nas formas desiguais de viver, adoecer e morrer a partir do metabolismo entre a sociedade e a natureza (Breilh, 2013, p. 3).

Segundo Theotônio dos Santos (2000), a própria caracterização do subdesenvolvimento está conectada com a expansão do capitalismo do Norte global, atualmente conhecido como “o” desenvolvimento. Dos Santos será um dos autores que argumentará que o subdesenvolvimento é um processo intimamente conectado com a expansão dos países industriais centrais, sendo o desenvolvimento e o subdesenvolvimento duas faces de um mesmo processo. A dependência, ele dirá, não é “apenas” um fenômeno “externo”, mas se manifesta também em formas e estruturas internas (sociais, ideológicas, políticas, de governo e gestão).

Em suma, se constrói um roteiro de políticas públicas em saúde como horizonte regional, junto a um tipo de inserção internacional e de valores socioculturais identificados com a sociedade ocidental a serem perseguidos como metas assumidas.

Na melhor das acepções da fase desenvolvimentista, o planejamento do desenvolvimento implicará bens públicos como saúde e proteção social para garantir a reabilitação da força de trabalho ao ciclo produtivo do capital e ao mercado interno de consumo, entre outras



prerrogativas que logo o neoliberalismo terminará, inclusive, fazendo desaparecer.

A Saúde Internacional Pan-americana (SIP) e a Saúde Global Liberal (SGI) serão as correntes predominantes que respondem a teorização do desenvolvimento antes descrita.

Analisar a *doutrina do pan-americanismo* na América Latina e no Caribe é um exercício conceitual substancial, porque essa geopolítica terá incidência direta sobre o nascimento e o crescimento do regionalismo desenvolvimentista em saúde. O campo da saúde internacional na região não pode ser compreendido sem sua matriz pan-americana (Basile, 2019). De um ponto de vista descolonial, é importante descrever o pan-americanismo como a corrente que hegemonizou a saúde pública internacional na América Latina e no Caribe desde o final do século XIX e durante todo o século XX (Gordue, 1999).

A doutrina do pan-americanismo (Rapoport, 2008) sempre esteve atravessada pelos interesses da política externa dos Estados Unidos e foi reforçada em 1904 com o ideário da Doutrina Monroe. Essa perspectiva pan-americana visualiza a região como um território de exploração, domínio e expansão de interesses geoestratégicos, militares, comerciais e também sanitários. Portanto, aos olhos dos Estados Unidos, o pan-americanismo sempre esteve baseado em seus interesses de hegemonia na região.

É válido ressaltar que o pan-americanismo (Martínez, 1957) sempre se (auto)descreveu como um mecanismo para alcançar a confraternidade latino-americana em torno do reconhecimento da liderança dos Estados Unidos. Será recorrente ouvir suas teses sobre a solidariedade continental e a suposta existência de uma comunidade de interesses “das Américas”. Estados Unidos e os países latino-americanos e caribenhos irmanados compartilhariam fatores geográficos, o caráter complementar de suas estruturas econômicas, a existência de fraternidade espiritual e uma comunidade cultural única em oposição às culturas europeias, orientais e eslavas.

A matriz do pan-americanismo sanitário se definiu desde seu nascimento sob esta ideologia. Sua tese, analisar a situação da saúde populacional ou da saúde da região como um todo, mas pensada e guiada a partir de Washington. Em particular, são tratados de maneira preferencial, como uma unidade de análise, as doenças que atravessam as fronteiras dos países e o papel dos Estados-nação. Ainda que na superfície esteja o pan-americanismo e os objetivos comuns, na epiderme continuará viva a relação entre colonialismo, enfermidades e comércio.

O colonialismo sanitário, as doenças e o comércio são, talvez, onde se encontram os antecedentes e bases conceituais-metodológicas do que logo será chamado de saúde internacional pan-americana (ou saúde pública internacional). A preocupação colonial recorrente com as doenças, não apenas com o “colono”, mas em termos da propagação de doenças-mortes, permitiram o desenvolvimento de medidas de controle sanitário com matrizes de segregação racial, cordões e isolamento médico nas cidades coloniais, a intervenção do exército médico no controle de doenças, entre outras ações. Obviamente, a preocupação em relação ao sanitário tinha a ver com o ponto de vista dos colonizadores. A necessidade do estudo desses processos como campo de conhecimento permitiu, *a posteriori*, a aparição de escolas de medicina tropical nas metrópoles, sendo as mais significativas aquelas criadas na Grã-Bretanha a partir de 1898 (*Liverpool School of Tropical Medicine* e a *London School of Tropical Medicine*). Assim, o objetivo excludente que nos permite compreender as bases fundadoras da saúde internacional é a velha geopolítica colonial, que poderíamos sintetizar na necessidade de higiene sanitária e na posterior medicina tropical para o fortalecimento das capacidades de governança na nova colonialidade.

Alguns parágrafos detalhados nesse sentido merecem a revisão e a análise da concepção de *medicina tropical* como o encontro entre a pesquisa biológica e as ciências médicas ocidentais na busca de curas para doenças do *trópico* (Tilley, 2004). O fator transcendente a considerar aqui é que a medicina tropical assume e reproduz uma epistemologia em seus conhecimentos e práticas: *os trópicos* (leia-se o Sul) são os que produzem doenças, epidemias, mortes na periferia (logo subdesenvolvimento), e é o Norte que deve investigar e dar respostas a partir de seu conhecimento técnico-científico ocidental da medicina moderna. Essa tese orienta os programas de ensino da saúde internacional no Norte global até os dias de hoje.

O *trópico* ou os *trópicos* são categorias relacionadas com distintos elementos culturais, sociais, históricos, anatômicos e geográficos. Parte da denominação *climática*, mas sua carga simbólica se refere à experiência eurocêntrica no processo de colonização e exploração das regiões periféricas para o centro mundial que a Europa representava. Nesses termos, o *trópico* está geralmente vinculado à exterioridade ou à periferia, com base em padrões etnocêntricos interpretativos que sedimentam o conceito com representações e experiências ideológicas complexas, que podem ser interpretadas como projeções sociais, étnico-raciais, culturais ou geográficas; é um conceito que assumiu em si propósitos expansivos e que levou à mistificação abstrata do espaço social colonizado. Assim, *os trópicos* eram a Argélia ou o norte

da África para os franceses, embora sua posição geográfica e climática esteja fora da zona intertropical (Curtin, 1990a e 1990b). A *medicina tropical*, portanto, deve ser considerada como um conjunto de práticas ou um campo epistemológico de especialização que experimenta, acumula e compreende a partir da ideia de *tropical* (Navarro, 2016). Além disso, reproduz mitologias e constitui um amplo processo de captação de saberes e conhecimentos, no qual as populações chamadas de *tropicais*, e não apenas as populações ocidentais, participam ativamente. Uma grande quantidade de profissionais sanitários será formada nessas teorias e visões de mundo no Norte e depois retornará ao Sul para reproduzi-las.

Tais perspectivas têm um efeito claro de internacionalização a partir de 1851 com a Conferência Sanitária Internacional, sendo o marco histórico das discussões para a cooperação com o objetivo de enfrentar as doenças infecciosas como cólera, febre amarela, peste bubônica, malária, entre outras. A Conferência foi encerrada em 19 de janeiro 1852 após seis meses desde o seu início. Depois de celebrar quarenta e oito sessões plenárias e inúmeras reuniões de suas Comissões, o resultado foi um projeto de uma Convenção Internacional de Saúde ao qual se anexou o texto de outra proposta para elaborar um Regulamento Sanitário Internacional, que compreendia 137 artigos (Mateos, 2006).

No México, durante o mês de janeiro de 1902, teve origem a Resolução da Segunda Conferência Internacional dos Estados Americanos, enquanto em Washington, em 4 de dezembro do mesmo ano, foi estabelecido um conselho diretivo permanente. A Quinta Conferência Internacional dos Estados Americanos denominou as conferências internacionais de saúde e o escritório de saúde internacional como Conferências Sanitárias Pan-Americanas e Escritório Sanitário Pan-Americano, respectivamente. Em 1923, renomeado para Organização Pan-Americana da Saúde (OPS).

Dadas as consequências da transnacionalização do comércio e do capital, a partir de 1930, os Estados-nação foram responsáveis pela erradicação das doenças tropicais. A partir de então, fazendo uso da cooperação estatal, o pan-americanismo da saúde pública foi promovido na América Latina e no Caribe (Ferrerias, 2014). Na prática, isso levou a campanhas e ações sanitárias pan-americanas onde o controle e a eliminação de doenças se realizou utilizando a verticalidade e o autoritarismo.

As campanhas verticais foram realizadas com a febre amarela, a febre tifoide, a malária e outras doenças vetoriais com o uso do inseticida DDT (Dicloro-Difenil-Tricloroetano) e a propagação de programas de imunização. Aqui vale destacar os interesses das transna-

cionais na produção de matérias-primas e na questão do higienismo (Guereña, 2012) utilizado para tratar doenças nos enclaves produtivos e nas grandes periferias urbanas. Nesse processo a Comissão Sanitária Rockefeller da Fundação Rockefeller teve um papel de destaque com os primeiros ministérios de Saúde Pública na América Latina, entre outros aspectos e processos.

Portanto, desde seu início como campo (Bourdieu, 1989), a saúde internacional pan-americana foi condicionada pelos interesses econômicos e geopolíticos dos países autodefinidos como *centrais* ou *desenvolvidos* (Aragón, 2006), o que implicou tornar visíveis ou invisíveis na agenda global, os processos de saúde-doença gerados pelo próprio sistema social vigente no mundo, ou seja, as determinações globais de saúde e vida no planeta (Breilh, 2013).

Posteriormente, a criação da Organização Mundial da Saúde (OMS) em 1948, entre os acordos do pós-guerra, mediante a ideia de controle sanitário expressa no Regulamento Sanitário Internacional, promove um conjunto de regras para controlar as doenças infecciosas buscando diminuir o impacto sobre o comércio e a migração de mercadorias.

Houve processos de rupturas e continuidades da medicina colonial à saúde pública internacional e conseqüentemente à saúde internacional pan-americana com a nova realidade após a Segunda Guerra Mundial (Chossudovsky *et al.*, 2002). Nesta etapa, terminará de ser estruturado o campo da saúde internacional pan-americana com suas coordenadas conceituais, metodológicas e político-sanitárias. As características centrais da estruturação serão apresentadas na tabela a seguir:

**Tabela 1**  
Bases da saúde internacional pan-americana

<b>CAMPO</b>	<b>MARCO CONCEITUAL</b>
Bases epistemológicas e conceituais	Colonialidade Teria do desenvolvimento e pan-americanismo
Enfoque	Trópicos Controle sanitário Enfermologia pública Técnicas biomédicas clínicas e populacionais
Atores	Metrópoles/paises centrais Receptores: Estados periféricos e Ministérios da Saúde OMS/OPS Fundação Rockefeller

Financiamento	Metrópoles colonizadoras Estados centrais Nascentes agências de cooperação e OMS (OPS) Fundação Rockefeller
Cooperação internacional	Vertical Preeminência Norte-Sul
Agenda de prioridades	Enfermidades tropicais/infeciosas Transferência técnica científica a organismos públicos do Sul Campanhas de vacinação Desenvolvimento de serviços de saúde pública
Formação profissional / Diplomacias	Residência do programa de líderes de saúde internacional OPS
Participação da sociedade civil	Sem consideração

Fonte: Elaboração própria

A Tabela 1 sofreu substituições progressivas em seus termos, em seus códigos de ética, em seus manuais de procedimentos e operacionalização, como é o caso do conceito de *ajuda* ou *socorro* respeito a cooperação para o desenvolvimento, e a promoção dos direitos humanos e o desenvolvimento de capacidades. Apesar dessas mudanças, ela permaneceu substancialmente vinculada à exportação vertical de modelos e interesses de monoculturalidade ocidental (Escobar, 1998) para o Sul, no sentido geopolítico. O discurso sobre os níveis mínimos de desenvolvimento utilizados hoje de forma reiterada se apropria dos conceitos de *democracia*, *diálogo*, *consenso*, *capacidades locais*, *bem-estar social*, *empoderamento*, *participação*, *equidade de gênero*, *pertencimento cultural*, *prestação de contas*, *direitos ou de práticas baseadas nas comunidades*. A saúde é parte central nessa readequação da linguagem do desenvolvimento.

## **A COOPERAÇÃO PARA O DESENVOLVIMENTO E A EXPANSÃO DA SAÚDE GLOBAL LIBERAL**

Um tratamento especial implica enunciar a trajetória da saúde pan-americana e, *a posteriori*, a saúde global como partes da engrenagem da expansão do regime internacional de cooperação para o desenvolvimento (De la Flor Gómez, 2005). Para vários autores, o sistema internacional de cooperação para o desenvolvimento será estruturado como um instrumento de política externa dos países e blocos centrais buscando reafirmar posições de poder desde suas decisões geopolíticas (Morgenthau, 1986). A cooperação internacional para o desenvolvimento naturalizou a promoção de interesses econômicos, políticos, culturais e inclusive ideológicos de política externa e relações de

poder globais do Norte ao Sul. A saúde não fica fora dessa dinâmica geopolítica do sistema internacional de cooperação (Basile, 2018b, p. 3). Alguns exemplos desse processo são os programas verticais por doenças (Fundo de Malária, HIV, tuberculose, vacinas, doenças não transmissíveis etc.), o desenvolvimento de capacidades com transferência e dependência sanitária ou a importação de modelos de políticas sanitárias para o desenvolvimento.

É nesse contexto, como descrevem Ugalde e Homedes (2007), que se forma um complexo político liberal entre os Estados doadores, as fundações filantrópicas, os grupos farmacêuticos e organizações financeiras e de comércio, como o Banco Mundial (BM), a Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômicos (OCDE), a Organização Mundial de Comércio (OMC) ou o Fundo Monetário Internacional (FMI). Esses organismos, juntamente com Organizações Não Governamentais do Norte (ONGN), passaram a ser atores centrais da agenda sanitária global e, em especial, dos organismos extra-sanitários nas reformas de políticas e sistemas de saúde. À luz deste contexto globalizante, se consolida uma nova vertente de interpretação dos problemas de saúde nas relações internacionais e na geopolítica, baseada na primazia das regras impostas pela globalização neoliberal: a denominada *saúde global* (Birn, 2011).

Cabe destacar três processos centrais que se consolidaram com o nascimento e apogeu dessa saúde global liberal que se definem não desde seus louváveis enunciados, mas a partir das agendas, políticas e ações mundiais que operacionalizam (Basile, 2018, p. 10):

1. As reformas sociais para o Estado e reformas setoriais para os sistemas de saúde de tipo neoliberal.
2. A funcionalização da saúde pública (pan-americanismo no internacional) aos mandatos do mercado, ou seja, à mercantilização da saúde e da vida e o papel residual do Estado. Isto foi denominado *funções essenciais da saúde pública* (FESP) com as confluências da agenda complementar entre OMS (OPS), Banco Mundial e corporações.
3. A consolidação como atores hegemônicos do complexo médico industrial farmacêutico financeiro e as corporações transnacionais (incluindo um nascente filantropocapitalismo sanitário) com um rol estruturante da agenda global de saúde.
4. O nascimento de novas diplomacias e tecnocracias globais da saúde que, na hora de atuar e intervir nesta geopolítica internacional de desenvolvimento, incluindo às latino-americanas e caribenhas, são implementadores, operacionalizadores e exe-

cutores das agendas de supostos “consensos” de saúde global e cooperação internacional Centro-Norte.

## EPIDEMIOLOGIA E DESENVOLVIMENTO

O esforço para gerar premissas com respeito ao caráter científico do desenvolvimento supôs também a conceitualização referente à medição do progresso quantitativa e sincronicamente. Essa noção que começa a se universalizar em 1945 estará associada à teoria das etapas de desenvolvimento. Pressupõe que as unidades individuais, as sociedades nacionais, se desenvolvem todas da mesma maneira, mas em ritmo distinto. Cedo ou tarde, todos os Estados terminaram sendo mais ou menos o mesmo. Como Wallerstein (2005) defende: “Este truque de ilusionismo implicava que o Estado mais desenvolvido podia ser modelo para os Estados menos desenvolvidos”.

Esta teoria dos estágios será a única que atravessará a epidemiologia a finais do século XX, através do conceito de *transição epidemiológica*, publicado pela primeira vez por Abdel Omran, em 1971. Essa transição supõe que, à medida que as sociedades e nações se fazem “mais” desenvolvidas, modificam seus padrões de adoecer e morrer:

A transição epidemiológica [...] abarca três processos básicos: a) a substituição entre as primeiras causas de morte das doenças infecciosas comuns por doenças não transmissíveis e lesões; b) o deslocamento da maior carga de morbimortalidade desde os grupos mais jovens aos grupos de idade avançada; e c) a mudança de uma situação de predomínio da mortalidade no panorama epidemiológico a outra em que a morbidade é o dominante [...]. (Frenk, 1991, p. 1)

As mudanças na saúde e no padrão de enfermidade que caracterizam a transição epidemiológica estão estreitamente associadas com as transições demográfica e econômica que constituem a complexa modernização do desenvolvimento (Omran, 1971, p. 527). A premissa nessa teoria é que a mortalidade é um fator fundamental na dinâmica da população. A indicação mais clara do papel dominante da mortalidade na dinâmica da população está implícita na teoria de ciclos de população em termos da faixa de variação na fecundidade e na mortalidade (Omran, 1971, p. 511).

A teoria postulará a transição de um padrão de causas de morte dominado por doenças infecciosas com alta mortalidade, especialmente nas idades mais jovens, a um padrão dominado por doenças degenerativas em idades de crescente envelhecimento e condições produzidas por ação do ser humano.

Na teoria da transição epidemiológica, o desenvolvimento histórico da mortalidade está caracterizado por três fases, as quais rece-

bem o nome da causa de morte dominante: a idade da peste e da fome; a idade das epidemias retraídas; e a idade das doenças degenerativas e causadas pelo ser humano (Omran, 1971, pp. 516-521).

A criação de categorizações no crescimento de tipos de morbidades recorre a denominações tais como *doenças da riqueza, da civilização e ocidentais*. Por exemplo, o conceito de *doenças ocidentais* é o mais investigado, mas basicamente se refere a doenças cuja importância aumentou quando as populações “não ocidentais” adotaram modos de vida “ocidentais”. Ainda que o processo de incremento dessas doenças talvez não seja alheio às mudanças ocorridas nas populações dos países industrializados há cem ou duzentos anos, não é necessariamente idêntico (Mackenbach, 1994, p. 331). Um estudo realizado por Powles, em 1992, indica que a discussão relativa à seleção de causas de morte na transição para o desenvolvimento aumentou em importância durante o declínio das doenças infecciosas na Europa Ocidental e na América do Norte.

Os conceitos *transição epidemiológica, transição da mortalidade e transição em saúde* foram postos em prática, como o de transição demográfica, de uma maneira generalizada, homogeneizante e acrítica. Não obstante, apesar da difusão de seu uso, são poucos os autores que se ocupam em revisar esses conceitos, fazendo com que as descobertas de investigação se apoiem em diferentes aspectos desse mesmo marco teórico aceito de antemão como verdadeiro e como processo irreduzível (Mackenbach, 1994, p. 329).

Essa teorização sobre o desenvolvimento associado à epidemiologia na distribuição de enfermidades e causas de morte se expandiu, por sua vez, classificando com tipologias do Norte a geopolítica global e, inclusive, a epidemiologia das enfermidades (Basile, 2019, p. 12):

- enfermidades de países desenvolvidos;
- enfermidades de países subdesenvolvidos (ou em desenvolvimento);
- enfermidades de países de alta-média-baixa renda;
- enfermidades do novo e velho mundo.

Essas e outras classificações da modernidade e do desenvolvimento são categorizações produzidas historicamente como parte de uma história do poder (Quijano, 2000), refletidas nos modos de viver, adoecer e morrer.



## **O DESENVOLVIMENTO DE SISTEMAS DE SAÚDE SOB OS MODELOS EUROCÊNTRICOS**

Desde a criação dos primeiros ministérios de Saúde Pública, passando, *a posteriori*, por uma progressiva expansão de serviços públicos de saúde, várias premissas levantadas no século XX associaram os sistemas de saúde ao desenvolvimento e à modernidade.

Em geral, hoje, a tipologia de estudo e classificação dos modelos de proteção social e sistemas de saúde continua sendo eurocêntrica nos centros de ensino. Repetindo uma e outra vez os três modelos teóricos que foram desenvolvidos para categorizar suas reformas e processos de proteção e responder à questão social do capitalismo central: *modelo liberal residual anglo-saxão*, *modelo bismarckiano de segurança social vinculado ao emprego* e *modelo Beveridge universal* (Reino Unido). Tais modelos foram replicados pelos países da América Latina e do Caribe, a modo de cópia do capitalismo periférico.

Desse modo, desde uma perspectiva eurocêntrica se institucionalizou a desigualdade sanitária na região, estabelecendo a segmentação, a estratificação e a fragmentação dos sistemas e serviços de saúde que naturalizou as desigualdades sociais por gêneros, classe social e território.

Tanto a importação do modelo *bismarckiano* como o ciclo de reformas estruturais promovidas pelo Banco Mundial e o Banco Interamericano de Desenvolvimento resultaram determinantes nas fragilidades dos sistemas de saúde e segurança social na América Latina e no Caribe, ao mesmo tempo que contribuíram para gerar a “descidadanização”, entendida como a desvinculação da materialidade da vida de grandes grupos sociais da esfera pública, da trama de assuntos políticos e coletivos (Fleury, 1997). Dois grandes tipos são claramente identificados por Fleury, a descidadanização por mercantilização e por desapropriação.

## **COMENTÁRIO FINAL: PARA UMA SAÚDE INTERNACIONAL SUL-SUL<sup>2</sup> — O HORIZONTE DA SOBERANIA SANITÁRIA**

A conceitualização da saúde vinculada ao desenvolvimento produziu e manteve assimetrias de poder (*a diferença colonial*), localizando os países, as sociedades, as pessoas e a compreensão dos processos de saúde-doença em distintas escalas de uma suposta hierarquia e mode-

---

2 A proposta ético-epistemológica da SISS atualmente é trabalhada regionalmente na América Latina e no Caribe a partir do Grupo de Trabalho de Saúde Internacional e Soberania Sanitária da CLACSO, uma rede acadêmica de 83 pesquisadores(as) e 21 centros de pesquisa em saúde pública e ciências sociais em saúde.

los ideais, nos quais uns são superiores a outros. Receitas que foram copiadas ou realocadas do centro para a periferia.

A partir de tudo o que foi sustentado nesse texto, resulta imprescindível um exercício de desconstrução epistêmica da interrelação criada entre saúde e desenvolvimento, o qual implica traçar um objetivo metodológico primário na necessidade de descolonização da saúde internacional para uma compreensão geopolítica diferente.

Nesse sentido, atualmente na América Latina e no Caribe se busca construir um marco teórico e de ação para produzir uma nova abordagem e um giro descolonial, baseado no que se define como *saúde internacional Sul-Sul* (SISS) (Basile, 2018a), e que está atravessada pelas normas condicionantes e engrenagens do sistema-mundo: geopolítica do poder, do conhecimento, das dependências sanitárias em tecnologias, medicamentos etc.

O primeiro desafio da SISS, portanto, é assumir uma descolonização do saber no estudo, na ação geopolítica e nas políticas públicas da saúde no âmbito internacional e regional.

Trata-se de assumir as bases do pensamento crítico latino-americano da medicina social e da saúde coletiva (Granda, 2004), conjuntamente em sua imbricação com a proposta das epistemologias do Sul (De Sousa Santos & Meneses, 2014) e o feminismo decolonial (Lugones, 2011) para um posicionamento sanitário desde o Sul geopolítico. Boaventura de Sousa Santos (2018, p. 303) define as epistemologias do Sul como “novos processos de produção, de valorização de conhecimentos válidos, científicos e não-científicos, e de novas relações entre diferentes tipos de conhecimento, a partir das práticas das classes e grupos sociais que sofreram, de maneira sistemática, destruição, opressão e discriminação causadas pelo capitalismo, pelo colonialismo, pelo patriarcado e todas as naturalizações da desigualdade nas que se desdobraram”, levando em consideração os *oprimidos* do Sul. Na prática, significa construir uma nova saúde a partir do Sul.

Essa reorientação epistêmica tem como horizonte de materialidade a soberania sanitária regional. Um conceito nascido das entranhas da teoria da dependência como resposta aos desafios do século XXI e da teoria da autonomia de Jaguaribe (1978), chave na emancipação no campo da saúde para repensar, conceitualizar e operacionalizar o conceito de soberania sanitária. Entendida como aproximação em busca de maximizar a capacidade de decisão no contexto global imperante e contrariando a lógica hegemônica do pan-americanismo e saúde global liberal como premissa substancial. Dessa forma, buscamos reconstruir uma genuína capacidade regional para formular políticas, metas e estratégias emancipadoras baseadas em nossos próprios atores, decisões e necessidades.

Sem esquecer que as culturas e saberes da maioria da humanidade, incluindo as latino-americanas e caribenhas, foram excluídas e negadas pela modernidade eurocêntrica (Dussel, 2004), se faz necessária uma transmodernidade intercultural que contribua com invenções culturais e saberes, assim como os conhecimentos sanitários e ambientais necessários para a sobrevivência da humanidade, para uma nova definição da relação e metabolismo da sociedade-natureza desde o ponto de vista ecológico.

Em definitivo, de acordo com Wallerstein (2005, p. 11), “é importante olhar de uma forma nova, não apenas como funciona o mundo em que vivemos, mas também como chegamos a pensar acerca deste mundo”. Analisar os modos em que conhecemos o mundo também implica considerar os modos em que acreditávamos conhecer e pensamos o campo da saúde e do internacional. A SISS é uma opção mais que uma definição. Constrói-se na reflexão epistêmica, transdisciplinar, criando uma rede coletiva como uma opção que não existia. Uma opção epistêmico-político-ética. Um caminho de emancipação. Uma nova epistemologia do mundo representada em um olhar da saúde desde o Sul.

## **BIBLIOGRAFIA**

- Aragón, L. (2006). Fortalecimiento de la cooperación internacional horizontal en América Latina. La educación superior en el siglo XXI. Visión de América Latina y el Caribe (pp. 1143-1166). Unesco: Centro Regional para la Educación Superior en América Latina y el Caribe, Colección Respuestas.
- Armada, F.; Muntaner, C. e Navarro, V. (2001). Health and social security reforms in Latin America: the convergence of the World Health Organization, the World Bank, and transnational corporations. *International Journal of Health Services*, 31(4), 729-768.
- Basile, G. (2018a). Hacia la salud internacional Sur Sur: giro decolonial y epistemológico. Buenos Aires: CLACSO, GT Salud Internacional y Soberanía Sanitaria, Dossier N° 2.
- Basile, G. (2018b). La colonialidad ética del sistema internacional de cooperación: el caso Haití. Buenos Aires: CLACSO, Dossier de salud internacional Sur Sur.
- Basile, G. (2019). La salud del proceso de integración regional: el caso UNASUR salud ¿soberanía o dependencia sanitaria? In III Dossier de Salud Internacional Sur Sur. Buenos Aires: CLACSO, GT Salud Internacional y Soberanía Sanitaria.

- Birn, A. (2009). Las etapas de la salud internacional (global). historias de éxito o los éxitos de la historia? *Global Public Health*, 4(1), 50-68.
- Birn, A. (2011). Rehacer internacionales de salud: perspectivas refrescantes de América Latina. *Revista Panamericana de Salud Pública*, 30(2), 101-105.
- Birn, A. e Richter, J. (2018). El filantropocapitalismo de los EUA y la agenda mundial de salud: las fundaciones Rockefeller y Gates, pasado y presente. *Medicina Social*, 11(3), 135-152.
- Bourdieu, P. (1989). A gênese dos conceitos de habitus e de campo. In *O poder simbólico* (Cap. 3, pp. 59-73). São Paulo: Bertrand Brasil.
- Breilh, J. (2013). Las tres “s” de la determinación de la vida: 10 tesis hacia una visión crítica de la determinación social de la vida y la salud. In Passos, R. (Ed.), *Determinação social da saúde e reforma sanitária* (pp. 87-125). Rio de Janeiro: Centro Brasileiro de Estudos de Saúde, CEBES.
- Center Johns Hopkins for Health Security (2019). Evento 201. Disponível em: <http://www.centerforhealthsecurity.org/event201/> (acesso em: 18 de março de 2020)
- Chossudovsky, M. e Stellino, B. (2002). *Globalización de la pobreza y nuevo orden mundial*. Cidade do México: Siglo XXI.
- Curtin, P. (1990a). The end of the “white man’s grave”? Nineteenth-century mortality in West Africa. *The Journal of Interdisciplinary History*, 21(1), 63-88.
- Curtin, P. (1990b). The environment beyond Europe and the European theory of empire. *Journal of World History*, 1(2), 131-150.
- De la Flor, J. L. (2005). El complejo político liberal en el régimen internacional de cooperación en salud. Documento inédito.
- De Sousa Santos, B. (2018). Introdução a las Epistemologías del Sur. In *Construyendo las Epistemologías del Sur. Para un pensamiento alternativo de alternativas*. Volumen 1 (pp. 303-42). Buenos Aires: CLACSO.
- De Sousa Santos, B. e Meneses, M. P. (2014). *Epistemologías del Sur*, Vol. 75. Madrid: Ediciones Akal.
- Dos Santos, T. (2000). *La teoría de la Dependencia. Balance y perspectivas*. Cidade do México: Editorial Plaza y Janés.
- Escobar, A. (1998). *La invención del tercer mundo: construcción y deconstrucción del desarrollo*. Bogotá: Norma.

- Fleury, S. (1997). *Un Estado sin ciudadanos, seguridad social en América Latina*. Buenos Aires: Lugar Editorial.
- Frenk, J.; Frejka, T.; Bobadilla, J. L.; Stern, C.; Lozano, R.; Sepúlveda, J. e José, M. (1991). La transición epidemiológica en América Latina. *Boletín de la Oficina Sanitaria Panamericana (OSP)*, 111(6), 485-496.
- Godue, C. (1990). La salud internacional. un concepto en formación. Documento de Trabajo. Montreal.
- Granda, E. (2004). A qué llamamos salud colectiva, hoy. *Revista Cubana de Salud Pública*, 30(2), online.
- Gudynas, E. e Acosta, A. (2011). La renovación de la crítica al desarrollo y el buen vivir como alternativa. *Utopía y Praxis Latinoamericana*, 16(53), 71-83.
- Guereña, J.-L. (2012). Urbanidad, higiene e higienismo. *Áreas. Revista internacional de Ciencias Sociales*, 20, 61-72.
- Jaguaribe, H. (1978). La condición imperial. *El Trimestre Económico*, 45(177[1]), 21-50.
- Lugones, M. (2011). Hacia un feminismo descolonial. *La manzana de la discordia*, 6(2), 105-117.
- Mackenbach, J. (1994). The epidemiologic transition theory. *J. Epidemiol Community Health*, 48, 339-331.
- Mateos, J. (2006). Nacimiento de la sanidad internacional. *Rev. Esp. Salud Pública*, 80(6), 647-656.
- Morgenthau, H. (1986). *Política entre las naciones: la lucha por el poder y la paz*. Buenos Aires: Grupo Editor Latinoamericano.
- Navarro, G. (2016). El mito del trópico y la medicina en la experiencia colonial europea del África tropical. *Humanidades*, 6(1), 1-25.
- Omran, A. (1971). The epidemiologic transition; a theory of the epidemiology of population change. *The Milbank Memorial Fund Quarterly*, 49(4), 509-538.
- Organización de las Naciones Unidas (ONU) (2000). *Objetivos de Desarrollo del Milenio*. Ginebra: ONU.
- Organización de las Naciones Unidas (ONU) (2015). *Objetivos de Desarrollo Sostenible*. Ginebra: ONU.
- Organización Panamericana de la Salud (OPS) (2000). *Salud internacional. un debate norte-sur. Serie de desarrollo de recursos humanos*. Washington, DC: OPS, N. 95.
- Prats, J. O. (2006). Teoría y práctica del desarrollo: cambios en las variables de la ecuación del desarrollo en los últimos 50 años. *Revista del CLAD Reforma y Democracia*, 36, 1-17.

- Quijano, A. (1999). Colonialidad del poder, cultura y conocimiento en América Latina. *Dispositio*, 24(51), 137-148.
- Quijano, A. (2000). Colonialidad del poder, eurocentrismo y América Latina. In Lander, E. (Comp.), *La colonialidad del saber: eurocentrismo y ciencias sociales. Perspectivas latinoamericanas* (pp. 201- 246) (Buenos Aires: CLACSO).
- Rapoport, M. (2008). UNASUR, contracara del Panamericanismo. In *América Latina en movimiento*. S/d. Disponible em: <https://www.amersur.org/Integ/Rapoport0806.htm>.
- Rist, G. (2002). *El desarrollo: historia de una creencia occidental*. Madrid: IUDCUCM / Los Libros de la Catarata.
- Sogge, D. (1998). "Compassión y cálculo". *Un análisis crítico de la cooperación no gubernamental al desarrollo*. Barcelona: Icaria.
- Tilley, H. (2004). Ecologies of complexity: tropical environments, African trypanosomiasis, and the science of disease control in British colonial Africa, 1900-1940. *Osiris*, 19, 2nd series, Landscapes of exposure: knowledge and illness in modern environments, 21-38.
- Ugalde, A. e Homedes, N. (2007). América Latina: la acumulación de capital, la salud y el papel de las instituciones internacionales. *Salud Colectiva*, 3(1), 33-48.
- Wallerstein, I. (2005). *Análisis de Sistemas-Mundo: una introducción*. Cidade do México: Siglo XXI.



## CAPÍTULO 11

# MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO: DA DIVERGÊNCIA À CONFLUÊNCIA<sup>1</sup>

Javier Surasky

### INTRODUÇÃO

As relações entre o desenvolvimento e o meio ambiente têm sido marcadas tanto pelas mudanças nas definições dos seus termos, quanto pelas necessidades dos países em relação ao crescimento econômico.

Embora possamos apontar como ponto de partida desses debates a segunda metade do Século XX, após a criação da Organização das Nações Unidas (ONU), com a consequente institucionalização de um campo próprio do debate internacional em torno do desenvolvimento, e alimentado por um constante avanço conceitual. Questões que hoje colocamos sob o guarda-chuva teórico da “questão ambiental” estão presentes desde muito antes dentro das relações internacionais, e conseguiram se estabelecer como um tema de destaque nas discussões internacionais desde o início dos anos 1970.

Em razão do foco do presente livro, o capítulo que compartilhamos se concentrará em uma análise do meio ambiente, para só então

---

1 Traduzido por: Leilane Nascimento dos Reis Santos (Doutoranda em Direito pela PUC-RIO. Membro do Grupo de Pesquisa em Relações Internacionais e Sul Global, GRISUL-UNIRIO. Advogada) e Larissa Thomaz Coelho (Mestre em Direito, Sustentabilidade e Políticas Públicas pela Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro - UNIRIO. Integrante do GRISUL).



abordarmos as tensões em torno do seu relacionamento com o desenvolvimento. Ao mesmo tempo, o eixo será dado por debates que possuem lugar no contexto global, mas com referências especiais à América Latina e ao Caribe.

### A “IDEIA AMBIENTAL”: FUGINDO DA NATUREZA

A relação entre o meio ambiente e o ser humano é fortemente marcada pelas formas hegemônicas de produção e de consumo que as sociedades adotaram em diferentes períodos históricos: ninguém devasta florestas por mero prazer destrutivo, mas para alcançar outros interesses, como acabou de demonstrar o atual Governo do Brasil, que após minimizar os incêndios na Amazônia em 2019 e responsabilizar os povos nativos que ali vivem<sup>2</sup>, apresentou, no começo de 2020, um projeto de lei que permite a exploração de recursos minerais e energéticos em terras indígenas ancestrais hoje protegidas<sup>3</sup>.

A posição do líder do governo do maior país da América Latina expressa a relevância de uma visão cujo eixo é dado pela compreensão da relação do ser humano e seu ambiente natural como um desafio de dominação e exploração do segundo por parte do primeiro. Tal olhar não é uma novidade e nem um dogma capitalista: já no Antigo Testamento, podemos ler o seguinte trecho:

- E disse Deus: Façamos o homem à nossa imagem, de acordo com a nossa semelhança; *domine* ele sobre os peixes do mar, sobre as aves dos céus, sobre o gado, sobre toda a terra, e sobre todo o réptil que se move sobre a terra.
- E criou Deus o homem à sua imagem; à imagem de Deus o criou; macho e fêmea os criou.
- Deus os abençoou, e lhes disse: “Sejam férteis e multipliquem-se! *Encham e subjuguem a terra! Dominem sobre os peixes do mar, sobre as aves do céu e sobre todos os pequenos seres viventes que se movem rente ao chão!*”.
- E viu Deus tudo quanto tinha feito, e eis que era muito bom (AT, Gn 1, 26-28, 31a. Grifo nosso).

O valor da natureza como provedora de recursos para sustentar a vida humana integra todos os regimes econômicos, através dos quais a

---

2 Mais informações em: <https://www.bbc.com/mundo/noticias-america-latina-49442924>

3 Mais informações em: <https://www.dw.com/es/bolsonaro-firma-proyecto-que-permite-explotar-reservas-ind%C3%ADgenas/a-52273600>

existência humana foi organizada. Entretanto, será com a mudança da economia agrícola para a artesanal, e posteriormente para a industrial, que se verificará a mudança da relação do ser humano com a natureza, antes vista como um vínculo para a sobrevivência humana, o que causava uma relação de uso e cuidado, para uma marcada pela superioridade da humanidade sobre o que passou a ser entendido como “limitações” ao seu redor.

Nessa linha, René Descartes (1596-1650) considerou que os animais eram “máquinas” que podiam ser apropriadas pelos seres humanos, porque os animais não possuíam alma (Zaffaroni, 2012, pp. 32 e seguintes); logo depois, Francis Bacon (1561-1626), o pai do empirismo e um dos primeiros propulsores do método do estudo científico, disse que “a ciência deve torturar a Natureza, da mesma forma que a Inquisição torturava os seus detentos, a fim de desvendar o último dos seus segredos” (Arrojo Agudo, 2010, p. 284).

O divórcio entre as pessoas e a Natureza foi sustentado pela ciência: Isaac Newton (1642-1727) estabeleceu a diferença epistêmica entre o ser humano que observa, e a natureza que é observada, uma ruptura confirmatória da externalidade e da superioridade do ser humano em relação ao meio ambiente. Essa afirmação seria “ratificada” tecnologicamente com a chegada da Primeira Revolução Industrial, quando a ciência demonstraria as suas virtudes produtivas. A reação da escola fisiocrática foi importante, mas logo foi abandonada em razão de um ritmo histórico e de produção que se aceleravam.

Um parágrafo especial merece a figura de Charles Darwin (1809/1882), e a publicação em 1859 do seu livro *Da origem das espécies por meio da seleção natural ou a preservação de raças favorecidas na luta pela vida*. Suas teorias sobre a evolução das espécies e da seleção natural apresentariam o conflito como a relação básica com a natureza, embora seja necessário amenizar essa visão, cuja aplicação levou às teorias da eugenia de Francis Galton, apresentadas em 1865, e ao darwinismo social de Herbert Spencer, que estabeleceu uma base supostamente científica sobre a superioridade do homem sobre o resto das criaturas presentes na natureza.

O evolucionismo de Spencer e a teoria econômica de David Ricardo, que havia publicado em 1817 sua obra *Princípios de Economia Política e Tributação*, foram as colunas que sustentaram a distribuição mundial do trabalho que emergiu do colonialismo europeu, e se estendeu até os dias atuais: um pequeno grupo de países poderosos e industriais que tomam os recursos naturais de um grupo majoritário de países subordinados militarmente (colonialismo) ou economicamente (neocolonialismo) às necessidades dos primeiros.

Com a Segunda Revolução Industrial, a fábrica se tornou o centro da economia, a atividade produtiva se deslocou do campo para as cidades e se verificou, paralelamente, o fenômeno das migrações. A redefinição das relações sociais associadas a essas mudanças se expressa na figura do industrial, que traz consigo a figura do trabalhador da fábrica assalariado. Em 1867, Karl Marx publica *O Capital*, constatando que a natureza é o corpo inorgânico do homem, e que essa “é interdependente consigo mesma, porque o homem é parte da natureza” (Marx, 2005, p. 110).

O sentimento de fé na humanidade e o seu progresso que reinou até o início do século XX, foi interrompido pela Primeira Guerra Mundial, mas seria a Segunda Guerra Mundial que modificaria o panorama global a partir do surgimento de duas superpotências que disputariam o mundo: os Estados Unidos e a União Soviética. Nenhum dos dois países tinham o *status* de potências coloniais, o que ajuda a explicar o impulso que o processo de descolonização recebeu e que se desenvolveu especialmente a partir da década de 1960, sobre a base do reconhecimento do valor jurídico do princípio da autodeterminação entre os povos, ainda que a mesma medida dê sentido ao escasso desenvolvimento que teve o princípio da soberania dos povos sobre os seus recursos naturais: a descolonização era um processo indispensável para que novas potências pudessem neocolonizar os territórios imensamente ricos em recursos naturais. Aqui é preciso parar um pouco e olhar para a América Latina e Caribe. Região rica de recursos naturais, desde o momento da sua conquista desempenhou o papel de fornecedora de seus recursos naturais às potências europeias, primeiro através da espoliação, e sob o mais delicado jogo de desenvolvimento/subdesenvolvimento/endividamento, no marco das sempre crescentes desigualdades tecnológicas e de preços de bens de exportação primária/manufaturados nos mercados internacionais.

Não é de se surpreender que a CEPAL, criada em 1948, sob a influência de Raúl Prebisch, tenha incluído o debate sobre os “recursos naturais” em sua abordagem estruturalista do desenvolvimento, que identificou a especialização produtiva baseada nos recursos naturais e no intercâmbio desigual dos mercados internacionais como fatores centrais a serem superados a fim de promover o desenvolvimento na região. Consciente das limitações que realmente existiam, o trabalho seminal de Prebisch (1948), *O Desenvolvimento econômico da América Latina e alguns dos seus problemas principais*, defende a necessidade de manter a capacidade de exportação de produtos primários, e até mesmo de expandi-la, mas com o objetivo de adquirir os recursos financeiros necessários para importar capital e bens tecnológicos que permitissem o avanço da industrialização nacional.

Sobre essa base teórica, no início dos anos 1960, o Instituto Latino-Americano e Caribenho de Planejamento Econômico e Social (ILPES) apresentou sua abordagem produtivista ao planejamento do desenvolvimento baseado em recursos naturais, enquanto Celso Furtado lançava sua análise sobre a impossibilidade de o desenvolvimento ser ao mesmo tempo econômico e conservacionista, e defendia a necessidade de buscar uma fórmula intermediária. O tema era muito sensível à política internacional, pois naquela época, quando estava em ascensão a ideia do planejamento como ferramenta para o desenvolvimento, os Estados Unidos sustentavam o discurso de que as referências aos recursos naturais serviam de contexto às opções de planejamento, contribuindo a construir cenários futuros, mas não no sentido de que esses recursos fossem um capítulo que era necessário integrar como parte do planejamento do desenvolvimento. As razões para isso são simples (CEPAL, 1962, p. 27): “O planejamento de enquadramento poderia ser conveniente para os Estados Unidos, onde os projetos individuais tendem a ter um efeito marginal na economia, enquanto nos países subdesenvolvidos, os projetos em geral têm um impacto significativo sobre a economia, e não podem *ser enquadrados*, mas devem ser planejados”. Com Osvaldo Sunkel à frente, a CEPAL (1963) marcou a primeira “linha de base” da situação naqueles anos, distribuindo entre os países da região o seu relatório *Recursos naturais na América Latina, seu conhecimento atual e pesquisas necessárias no campo*.

Voltando à escala global, no início dos anos 1970, o conhecimento científico, a economia e a política haviam subsumido a vida dos indivíduos, os direitos dos povos e da natureza às necessidades sempre crescentes de uma economia cega pela acumulação, porém um passo importante no caminho para uma nova concepção da natureza e da relação entre natureza e seres humanos estava prestes a acontecer. Em 1979, James Lovelock, um químico que havia trabalhado na NASA, apresentou a “hipótese Gaia”, afirmando que o planeta é uma unidade complexa que “inclui o solo, os oceanos, a atmosfera e a biosfera terrestre” e que “o conjunto constitui um sistema cibernético autoajustado pela realimentação responsável em manter no planeta um ambiente físico e quimicamente ótimo para a vida” (Lovelock, 1985, p. 15). Em outras palavras, Gaia é um ser vivo. Os seres humanos não são alheios à Gaia, mas sim parte dela, “que queiramos ou não, e independentemente do que possamos fazer com o sistema local, continuaremos a ser incluídos (embora ignorando esse fato) no processo regulatório de Gaia” (Lovelock, 1985, p. 102). Aqui o antropocentrismo cede a um biocentrismo integrador que reconhece as heterogeneidades que existem entre as espécies vivas no interior dos ecossistemas.

## DESENVOLVIMENTO: DO CRESCIMENTO ECONÔMICO À INCLUSÃO DA VARIÁVEL AMBIENTAL

Apesar da existência de debates anteriores à criação da ONU, apenas após a sua constituição é que se torna possível a conformação de um *corpus* de estudos teóricos sobre o desenvolvimento.

Autores como Gómez Isa (1999, p. 19) afirmam que a inclusão de elementos como a resolução de “elevar o padrão de vida dentro de um conceito mais amplo de liberdade” e a incorporação do propósito de usar a cooperação internacional para resolver “problemas internacionais de caráter econômico, social, cultural ou humanitário, e no desenvolvimento e incentivo ao respeito pelos direitos humanos e às liberdades fundamentais de todos”, contidas na Carta de São Francisco, são marcos antecedentes dos primeiros debates sobre o assunto. A isso, acrescenta-se a menção feita no artigo 55 da referida Carta, quando se afirma que “a Organização promoverá: a) padrões de vida mais elevados, trabalho permanente para todos e condições de progresso e desenvolvimento econômico e social”.

No entanto, o debate acerca do desenvolvimento somente se instaurou nas Nações Unidas na década de 1960, quando a problemática do subdesenvolvimento ganhou relevância, surgindo a pretensão de transformar a ajuda caritativa ao desenvolvimento em “ajuda-obrigação”, nas palavras de M’Baye (citado em Pérez González, 1994, p. 323).

A doutrina da Igreja Católica teve movimentos na mesma direção, expressa pelo Papa Paulo VI em sua Encíclica *Populorum Progressio* de 1967, na qual se argumentou que “desenvolvimento é o novo nome da paz”, bem como se debateu a gravidade do problema, de cuja solução “depende o futuro da civilização mundial”.

Os países “pobres” levaram suas demandas por uma ordem econômica mundial mais justa, enquadrada no projeto de uma Nova Ordem Econômica Internacional (NOEI) que dá título à Resolução 3201 (S-VI) aprovada pela AG em 1º de maio de 1974. O novo lugar que o debate sobre o desenvolvimento adquire na agenda das Nações Unidas também é observado na Resolução AG 1710 (XVI), que estabelece a Primeira Década das Nações Unidas para o Desenvolvimento (1961/1970). Seu objetivo era garantir que os países menos desenvolvidos atingissem “uma taxa de crescimento anual mínima de 5% da renda nacional global até o final da década” (1º parágrafo).

É nessa década que encontramos a primeira referência explícita ao direito ao desenvolvimento nas Nações Unidas. O então Ministro das Relações Exteriores do Senegal declarou, em seu discurso na sessão 1414 da Assembleia Geral das Nações Unidas (AGNU), que “devemos não apenas afirmar nosso direito ao desenvolvimento, mas

também tomar medidas que possibilitem que esse direito se torne uma realidade” (parágrafo 228).

Em 1970 foi proclamada a Segunda Década das Nações Unidas para o Desenvolvimento (1971/1980, Resolução AG 2626 [XXV]), estabelecendo a meta de atingir uma “taxa média de crescimento anual do produto bruto dos países em desenvolvimento considerados em conjunto (de) pelo menos 6%” (parágrafo 13).

Quatro anos depois, a AGNU foi mais uma vez protagonista de um marco na história do desenvolvimento ao adotar a Resolução 3281 (XXIX) — “Carta dos Direitos e Deveres Econômicos dos Estados” — que estabeleceu um programa para atingir a NOEI que mencionamos anteriormente. No entanto, a segunda década foi um fracasso. Isso é reconhecido pela Resolução GA 35/56 que proclama a Terceira Década das Nações Unidas para o Desenvolvimento (1981-1990), dizendo que “as metas e os objetivos da Estratégia de Desenvolvimento Internacional para a Segunda Década das Nações Unidas para o Desenvolvimento, em sua grande maioria, não foram cumpridos”.

Nesse período, a ideia basilar do desenvolvimento foi aquela que supôs sua equivalência com o crescimento econômico. As diferenças estavam principalmente nas maneiras pelas quais isso poderia ser alcançado. As questões ambientais pouco foram consideradas nos debates sobre o uso dos recursos naturais como parte das estratégias de promoção econômica.

Na América Latina e no Caribe, naqueles anos, começaram a ganhar espaço em documentos e debates da década de 1980, as referências à nova divisão internacional do trabalho (Sunkel e Tomassini, 1980a), à expressão ambiental do hiato Norte-Sul (Sánchez, Gosovic e Sunkel, 1982), e à necessidade de uma nova ética ecológica para o desenvolvimento (Sunkel e Leal, 1985).

Os efeitos da crise de endividamento, que fez da década de 1980 “a década perdida para o desenvolvimento”, dificultaram o progresso. No entanto, um processo de mudança sem ruptura partia da confluência de duas variáveis: o apelo da UNICEF à aplicação de ajustes econômicos “com rosto humano” (1987) e o trabalho do Programa das Nações Unidas para criar uma ideia de desenvolvimento de acordo com a época, o que levaria à publicação do primeiro *Relatório sobre o Desenvolvimento Humano* em 1990. No mesmo ano em que o desenvolvimento humano foi apresentado como um conceito que em breve ganharia lugar central nos debates sobre desenvolvimento, em sentido inverso, a AGNU aprovou a Resolução 45/199, dando origem à Quarta Década das Nações Unidas para o Desenvolvimento (1991-2000), documento que apresentava diferenças substanciais com aqueles princípios que as três décadas anteriores de desenvolvimento haviam

proclamado: “o abandono radical da terminologia NOEI (e) um pressuposto dos parâmetros da economia liberal” (Remiro, 1997, p. 1090).

Naqueles tempos ainda estavam frescas as imagens da queda do Muro de Berlim e um dos resultados disso foi ter o modelo neoliberal elevado ao lugar de um único modelo. Dentro dessa nova realidade, foi apresentada a Agenda de Desenvolvimento, elaborada por Boutros Boutros-Ghali, o então Secretário Geral das Nações Unidas (A / Res / 48/935 “Um Programa de Desenvolvimento” de 06 de março de 1994)<sup>4</sup>. A proposta de Boutros Ghali foi a base para a organização de uma série de conferências internacionais que se estenderam ao longo da década de 1990. O acúmulo de compromissos assumidos pelos Estados em cada uma delas recebeu o nome de “metas internacionais de desenvolvimento”, e seus resultados estiveram na origem da Cúpula do Milênio e das Metas de Desenvolvimento do Milênio. Mantendo a prevalência da perspectiva econômica, o desenvolvimento estava lentamente se abrindo para novas complexidades. Nesse novo cenário, o problema ambiental rapidamente ganhou destaque.

#### **DE LAKE SUCCESS EM 1949 A RIO DE JANEIRO EM 2012**

Paralelamente aos debates e medidas que vinham sendo realizados nas Nações Unidas para a promoção do desenvolvimento, a questão ambiental ia construindo o seu próprio objeto.

O primeiro antecedente de tratamento do assunto pelas Nações Unidas encontra-se na Conferência sobre problemas ambientais realizada em Lake Success (Nova York), em 1949, embora seja necessário dizer que esse encontro não gerou atenção pela temática ambiental, nem conseguiu colocar as questões acerca do meio ambiente na agenda internacional. Tanto foi assim que, desde aquela conferência até 1972, a questão ambiental ficou sob responsabilidade da UNESCO.

A mudança ocorre quando, em 1972, surgem dois marcos na história dos debates ambientais:

- O Clube de Roma, criado quatro anos antes por proeminentes personalidades internacionais que buscavam promover o crescimento econômico sustentável. O Clube publicou o relatório *Os limites do Crescimento*, deixando claro que a busca pelo crescimento econômico produziu graves danos ambientais;
- A Segunda Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente Humano, realizada em Estocolmo, encerrou seus trabalhos com a adoção da “Declaração de Estocolmo”. A Decla-

---

4 Ver também a Resolução 49/665 da Assembleia Geral “Uma Agenda de Desenvolvimento: Recomendações” de 11 de novembro de 1994.

ração contém 26 princípios e no seu segundo parágrafo afirma que “a proteção e a melhoria do meio ambiente humano é uma questão fundamental que afeta o bem-estar dos povos e o desenvolvimento econômico em todo o mundo”. Além disso, entre as várias menções ao desenvolvimento econômico que aparecem na Declaração de Estocolmo, destaca-se o princípio 11, no qual se encontram as sementes do que mais tarde se tornaria a Abordagem Integrada para o Desenvolvimento Sustentável (EIDS): “As políticas ambientais de todos os Estados devem promover e não afetar negativamente o potencial de desenvolvimento atual ou futuro dos países em desenvolvimento”.

Em Estocolmo, foram estabelecidos um Conselho de Diretores para Programas Ambientais, um Conselho de Coordenação, um fundo voluntário para financiar os programas, bem como foi adotado o primeiro programa de ação da ONU em questões ambientais. A fusão dos referidos órgãos ocorreu em 1973, dando origem ao Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (PNUMA), instituição que, em 1982, convocou os Estados para que se reunissem a fim de avaliar o progresso na implementação dos princípios de Estocolmo, adotando a Declaração de Nairóbi.

Um ano depois, o então Secretário-Geral da ONU, Javier Pérez de Cuellar, criou a Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento. Sob a presidência de Gro Harlem Brundtland, Primeira-Ministra da Noruega, essa comissão produziu o relatório *Nosso Futuro Comum*. Nele foi enfatizado que o modo de vida das sociedades atuais estava afetando a saúde ambiental planetária e aumentando o número de pessoas vivendo em uma situação de pobreza. Assim, um duplo desafio teve que ser enfrentado: o abandono do caminho do crescimento econômico tradicional e, em vez disso, a promoção de um modelo de desenvolvimento que fosse sustentável, isto é, capaz de garantir “as necessidades do presente sem comprometer as possibilidades das gerações futuras para atender às suas próprias necessidades”.

Não obstante, demorou uma década para que a questão ambiental se tornasse um tema prioritário no cenário internacional, o que aconteceria em 1992 com a reunião no Rio de Janeiro da Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento. A CEPAL havia apresentado nos anos imediatamente anteriores à Conferência uma série de documentos que expressavam sua visão institucional, dentre os quais a *Estratégia de Desenvolvimento Internacional: algumas considerações desde a perspectiva da América Latina e do Caribe* (CEPAL, 1990). Imediatamente após a conclusão da Conferência internacional do Rio, foi Sánchez (1993, p. 166) que destacou



que estávamos diante de “uma nova etapa, em que a participação das empresas transnacionais na exploração dos recursos naturais poderia retomar o protagonismo que tinha antes dos anos 60”.

A atração midiática e política alcançada pela Cúpula do Rio mostrou a crescente preocupação das pessoas em todo o mundo com os impactos ambientais, ao mesmo tempo em que destacou a complexidade desses problemas. Com relação ao nosso atual foco de interesse, a Cúpula do Rio reconheceu a urgência de reorientar os esforços de promoção do desenvolvimento para torná-los respeitosos com o meio ambiente.

Na Rio-92 foram assinadas a Convenção-Quadro sobre Mudança do Clima e a Convenção sobre Biodiversidade. Soma-se a isso a adoção de um Programa de Ação, Agenda ou Programa 21; a Declaração sobre Princípios Relativos às Florestas e a Declaração do Rio. Esta última inclui 27 princípios, dentre os quais destacamos a inclusão dos princípios 3 (Desenvolvimento sustentável) e 7 (Responsabilidade comum, mas diferenciada) que, juntamente com a EIDS, foram expressamente aceitos pela Agenda 2030.

À cúpula do Rio, seguiram-se várias reuniões de acompanhamento: uma sessão especial da AGNU para a revisão e avaliação da implementação da Agenda 21 em 1997 (Rio + 5) e as cúpulas do Rio; a Cúpula da Terra de Joanesburgo em 2002 (Rio + 10); e a Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável de 2012 (Rio + 20). Embora cada uma dessas reuniões tenha produzido resultados e relatórios, criando painéis especiais e assinando novos documentos que contemplavam o direito ambiental internacional, não é possível vislumbrar avanços notáveis na relação entre meio ambiente e desenvolvimento até a última delas, ou, para ser mais exato, até as reuniões regionais preparatórias para esse encontro.

### **A FUSÃO DOS *TRACKS* AMBIENTAIS E O DESENVOLVIMENTO NAS NAÇÕES UNIDAS: A AGENDA 2030 E OS OBJETIVOS DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL**

No ano anterior à reunião do Rio de Janeiro de 2012, os países realizaram reuniões preparatórias regionais. Na América Latina e Caribe, aconteceu em Santiago do Chile, e foi lá que os Governos da Colômbia e da Guatemala apresentaram uma proposta conjunta para definir e pactuar “uma série de Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) [que] se concentraria em um nível prático”.

A proposta era referente ao ano de 2015, que se aproximava, e à necessidade de construção de uma nova agenda de desenvolvimento para suceder aos ODM. A cúpula Rio + 20 foi apresentada como um cenário ideal para favorecer a presença das questões ambientais nesta

nova agenda a ser construída. Nesse sentido, podemos afirmar que a ideia dos ODS tem origem na América Latina.

Nessa linha, o documento “O futuro que queremos”, adotado na Conferência Rio+20, incluiu o acordo para avançar nos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, os quais deveriam “abordar e incorporar de forma equilibrada as três dimensões do desenvolvimento sustentável e suas inter-relações” (Nações Unidas, 2012, art. 246).

A Rio+20 também criou um Fórum Político de Alto Nível sobre Desenvolvimento Sustentável (HLPF), cuja primeira reunião ocorreu em 2014 e que, a partir de 2016 e em virtude da Agenda 2030, se tornou o principal espaço de monitoramento e revisão dos ODS.

Quando, em setembro de 2015, após um denso processo de negociação que contou com a presença de múltiplos atores (Estados, sociedade civil, setor privado, academia) o texto da Agenda 2030 foi adotado, o encontro entre meio ambiente e desenvolvimento atingiu seu nível máximo de integração. Cuidar do meio ambiente foi identificado como uma das cinco áreas críticas de trabalho (os 5 “p’s” para sua designação em inglês): pessoas, planeta, prosperidade, paz e parcerias. Além disso, se adotou um EIDS baseado na interdependência entre progresso social, crescimento econômico e proteção ambiental, juntamente com a necessidade de garantir benefícios simultâneos e de longo prazo em todas essas áreas (UNEP, 2016).

Os caminhos para as negociações ambientais e de desenvolvimento que existiam nas Nações Unidas foram fundidos em um só. Porém, embora o “bloco ambiental” dos ODS seja composto por três dos 17 objetivos: ODS 13. Ação climática; ODS 14. A vida na água; ODS 15. Vida de ecossistemas terrestres, o EIDS fez a variável ambiental funcionar transversalmente com o conjunto completo de seus objetivos e suas metas, enquanto os “ODS ambientais” incorporaram elementos econômicos e sociais<sup>5</sup>.

É preciso lembrar que o processo de negociação da Agenda 2030 ocorreu paralelamente ao que levaria à adoção do Acordo de Paris de Combate às Mudanças Climáticas. As interações entre os dois processos foram intensas, a tal ponto que o parágrafo 32 da Agenda 2030 estabelece que:

Antecipando a vigésima primeira sessão da Conferência das Partes, a ser realizada em Paris, destacamos que todos os Estados estão empenhados

---

5 Existem referências expressas a questões ambientais nas metas associadas aos ODS: 1) fim da pobreza; 8) trabalho decente e crescimento econômico; 9) indústria, inovação e infraestrutura; 11) cidades e comunidades sustentáveis; e 12) consumo e produção responsáveis.

em lutar por um acordo climático ambicioso e universal. Reafirmamos que o protocolo ou outro instrumento ou conclusão legal acordado com força legal no âmbito da Convenção, é aplicável a todas as partes em que for aprovado e deve abordar, de forma equilibrada, questões como mitigação, adaptação, financiamento, desenvolvimento e transferência de tecnologia, capacitação e transparência das medidas e apoio prestado.

## **CONCLUSÕES**

Cinco anos após a adoção da Agenda 2030, as relações entre o desenvolvimento sustentável e o meio ambiente estão consolidadas: não há debate sobre uma delas que não inclua expressamente a outra. Além disso, ousamos apontar que está em curso um novo processo de confluência que pode levar a uma inclusão reforçada de elementos do campo dos direitos humanos na relação meio ambiente-desenvolvimento.

No entanto, deve-se notar que a visão integrada do desenvolvimento, agora classificado como sustentável, com o meio ambiente está longe de ter alcançado plena concretização prática. É evidente que ainda há desequilíbrios entre as três esferas do desenvolvimento sustentável, que acabam priorizando as esferas econômica e social em detrimento da ambiental. Vemos também que, em termos da existência de dados para o monitoramento da Agenda 2030 e seus ODS, os países apresentam maior fragilidade estatística em questões ambientais do que em questões sociais e econômicas (CEPAL, 2017). Também está claro que o dilema entre o cuidado da natureza e o crescimento econômico historicamente enfrentado pela América Latina e o Caribe não será resolvido por nenhum texto, mas requer uma estrutura global de capacitação, bem como uma ação decisiva por parte dos governos da região. Até agora, não pôde ser vislumbrado um progresso relevante em qualquer um desses dois requisitos.

Colocar em prática a integração ocorrida no campo da teoria, e apenas no âmbito das Nações Unidas, entre desenvolvimento e meio ambiente ainda exigirá um enorme esforço. Para países com maiores recursos naturais e uma inserção no comércio mundial marcada pela exportação de bens primários, como é o caso da América Latina, essa é uma questão urgente. Talvez, para que se possa avançar em resultados concretos em relação a essa problemática, a melhor forma seja por meio da articulação entre: o aumento da consciência global para que os cidadãos compreendam a seriedade do cuidado ambiental; o fenômeno da crescente atenção midiática relativa às questões para as quais convergem elementos ambientais e de desenvolvimento; e a crescente evidência científica de que é necessário integrar o meio ambiente à gestão econômica e social. Esses três

elementos, se bem gerenciados, abrem uma janela histórica de oportunidades para a mudança.

A proposta da CEPAL de promover na região um desenvolvimento sustentável por meio de um “Big Push ambiental” é uma continuação de uma linha histórica do pensamento latino-americano e caribenho sobre o assunto. Porém, cada vez mais, pesa nas costas dos Governos a necessidade de encontrar soluções urgentes, mesmo sob o risco de hipotecar a médio e longo prazo um tipo de riqueza que, naturalmente, se esgota perante o descuido.

## **BIBLIOGRAFIA**

- Arrojo, P. (2010). El reto ético de la crisis global del agua. In Acosta, A. e Martínez, E. (Comps.), *Agua. Un Derecho Humano fundamental*. Quito: Abya Yala.
- CEPAL (1962). Informe del Seminario sobre Recursos Naturales y Planificación Nacional (INST/13). Disponível em: <https://repositorio.cepal.org/handle/11362/17598>
- CEPAL (1963). Los recursos naturales en América Latina, su conocimiento actual e investigaciones necesarias en este campo. Santiago do Chile: Cepal. Disponível em: <https://repositorio.cepal.org/handle/11362/13213>
- CEPAL (1990). *Estrategia Internacional del Desarrollo: algunas consideraciones desde la óptica de América Latina y el Caribe*. Santiago do Chile: Cepal.
- CEPAL (2017). La situación de las estadísticas, indicadores y cuentas ambientales en América Latina y el Caribe. Santiago do Chile: CEPAL. Disponível em: [https://repositorio.cepal.org/bitstream/handle/11362/43139/1/S1701237\\_es.pdf](https://repositorio.cepal.org/bitstream/handle/11362/43139/1/S1701237_es.pdf)
- CEPEI e PNUMA (2019). El enfoque integrado y la dimensión ambiental en la Agenda 2030. Disponível em: [http://cepei.org/wp-content/uploads/2020/01/dimension\\_ambiental\\_agenda2030.pdf](http://cepei.org/wp-content/uploads/2020/01/dimension_ambiental_agenda2030.pdf)
- DIHR [Danish Institute for Human Rights] (2018). Human Rights and the 2030 Agenda for Sustainable Development. Lessons Learned and Next Steps. Copenhagen: DIHR-Denmark’s National Human Rights Institution.
- Dodds, F. (2016). *Negotiating the Sustainable Development Goals: A transformational agenda for an insecure world*. Londres / Nova York: Routledge.
- Gomez Isa, F. (1999). *El derecho al desarrollo como derecho humano en el ámbito jurídico internacional*. Bilbao: Universidad de Deusto.

- Iglesias, E. (1972). *Desarrollo y medio ambiente*. Santiago do Chile: Cepal.
- Kamau, M.; Chasek, P. e O'Connor, D. (2018). *Transforming Multilateral Diplomacy: The Inside Story of the Sustainable Development Goals*. Londres / Nova York: Routledge.
- Lovelock, J. (1985). *Gaia, una nueva visión de la vida sobre la tierra*. Barcelona: Ediciones Orbis.
- Marx, K. (2005). *Manuscritos económico-filosóficos*. Cidade do México: Fondo de Cultura Económica.
- PNUMA (2016). *El desarrollo sostenible en la práctica. La aplicación de un enfoque integrado en América Latina y el Caribe*. Cidade de Panamá: Programa de las Naciones Unidas para el Medio Ambiente. Disponível em: [www.unep.org/americalatinacaribe/sites/unep.org.americalatinacaribe/files/UNEP\\_Sustainable%20Development%20ESP%20WEB.pdf](http://www.unep.org/americalatinacaribe/sites/unep.org.americalatinacaribe/files/UNEP_Sustainable%20Development%20ESP%20WEB.pdf)
- Prebisch, R. (1948). *El desarrollo económico de la América Latina y algunos de sus principales problemas*. Santiago do Chile: Cepal.
- Remiro, A. (1997). *Derecho internacional*. Madrid: Mcgraw-Hill.
- Sánchez, F. (1993). El actual debate sobre los recursos naturales. *Revista de la CEPAL*, 51.
- Sánchez, V.; Gosovic, B. e Sunkel, O. (1982). Informe del seminario latinoamericano “Desarrollo y medio ambiente en el contexto del nuevo orden económico internacional y las negociaciones norte-sur”. *Revista Foro Internacional*, 23(1).
- Sunkel, O. e Leal, J. (1985). Economía y medio ambiente en la perspectiva del desarrollo. *El Trimestre Económico*, 52, 205.
- Sunkel, O. e Tomassini, L. (1980). Los factores ambientales y el cambio en las relaciones internacionales de los países en desarrollo. In Sunkel, O. e Gligo, N. (Comps.) *Estilos de desarrollo y medio ambiente en la América Latina*. Cidade do México: Fondo de Cultura Económica.
- Surasky, J. (2019). Prometeo y la cruz del Sur. El Examen Nacional Voluntario de implementación de la Agenda 2030 y sus posibles sinergias con el Examen Periódico Universal (procesos históricos y aplicación a casos escogidos durante el período 2016-2018). Tese de doutorado. Disponível em: [http://sedici.unlp.edu.ar/bitstream/handle/10915/85273/Documento\\_completo.pdf-PDFA.pdf?sequence=1&isAllowed=y](http://sedici.unlp.edu.ar/bitstream/handle/10915/85273/Documento_completo.pdf-PDFA.pdf?sequence=1&isAllowed=y)
- UNICEF (1987). *Ajuste con rostro humano*. Nova York: UNICEF.
- Zaffaroni, E. R. (2012). *La Pachamama y el Humano*. Buenos Aires: Ediciones Colihue.

## **SOBRE OS AUTORES E AUTORAS**

### **MANUELA D'AVILA**

Jornalista, feminista e mestre em Políticas Públicas pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul-UFRGS. Filiada ao Partido Comunista do Brasil (PCdoB), foi deputada federal pelo Rio Grande do Sul entre 2007 e 2015, deputada estadual de 2015 a 2019 e candidata a vice-presidenta da República na eleição de 2018. Publicações recentes: “Sempre foi sobre nós - Relatos da violência política de gênero no Brasil” (2021) e “Por que lutamos? Um livro sobre amor e liberdade” (2019).

### **ALBERTO ACOSTA**

Economista e professor universitário equatoriano. Foi Ministro de Energia e Minas (2007), presidente da Assembleia Constituinte (2007-2008) e candidato à Presidência da República do Equador (2012-2013). É também companheiro de luta dos movimentos sociais. Ao longo da sua carreira tem publicado diversos livros e artigos sobre temas como mineração, extrativismo, meio ambiente e desenvolvimento.

### **TAHINA OJEDA MEDINA**

Doutora em Ciência Política pela Universidade Complutense de Madrid. Professora e pesquisadora associada do Instituto Universitário de Desenvolvimento e Cooperação (IUDC-UCM), onde coordena a li-

nha de pesquisa sobre geopolítica do desenvolvimento e cooperação Sul-Sul. Professora do Departamento de Relações Internacionais da Universidade Antonio Nebrija (Madrid). Membro do grupo de pesquisa sobre integrações regionais e cooperação Sul-Sul da Rede Espanhola de Estudos de Desenvolvimento (REEDES).

#### **MARÍA DEL CARMEN VILLARREAL VILLAMAR**

Doutora em Ciência Política pela Universidade Complutense de Madrid. Professora Permanente do Programa de Pós-Graduação em Ciência Política da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO) e bolsista de pós-doutorado Nota 10 da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Rio de Janeiro (FAPERJ). É também coordenadora do Grupo de Relações Internacionais e Global Sul (GRISUL) e pesquisadora da Plataforma Latitude Sul e do Núcleo Interdisciplinar de Estudos Migratórios (NIEM). Membro da Rede de Cientistas Políticas #NoSinMujeres.

#### **BRENO BRINGEL**

Doutor pela Universidade Complutense de Madri (UCM). Professor/pesquisador do Instituto de Estudos Sociais e Políticos da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (IESPUERJ), onde coordena o Núcleo de Estudos de Teoria Social e América Latina (NETSAL). Diretor da Associação Latino-americana de Sociologia (ALAS) e membro do Grupo de Trabalho Permanente sobre Alternativas para o Desenvolvimento da Fundação Rosa Luxemburgo.

#### **ENARA ECHART MUÑOZ**

Doutora em Direito Público Internacional e Relações Internacionais pela Universidade Complutense de Madri (UCM). Professora da Escola de Ciência Política da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO) e coordenadora do Grupo de Relações Internacionais e Global Sul (GRISUL).

#### **TEREZA SPYER DULCI**

Bacharel/licenciada, mestre e doutora em História pela Universidade de São Paulo (USP). Pós-doutorado no Centro de Pesquisa sobre América Latina e Caribe, Universidade Nacional Autônoma do México (UNAM). Professora da Universidade Federal da Integração Latino-Americana (UNILA). Atua no curso de Relações Internacionais e Integração e na Pós-Graduação em Integração Contemporânea da América Latina.

**EDUARDO PAZ RADA**

Sociólogo, professor e pesquisador boliviano da Universidade Mayor de San Andrés (UMSA) com mestrado em Ciências Sociais pela FLACSO-México, professor convidado da Universidade Nacional de Valparaíso, da Universidade de Buenos Aires (UBA) e da Escola Nacional Florestan Fernandes (ENFF) no Brasil. Foi o diretor da Faculdade de Sociologia da UMSA.

**KARINA BIDASECA**

Doutora em Ciências Sociais pela Universidade de Buenos Aires. Professora UBA e IDAES/UNSAM e pesquisadora CONICET. Tem pós-doutorado em Ciências Sociais (Universidade de Manizales/PUC-SP/COLEF/CLACSO). Coordena o Programa Sul-Sul (CLACSO). Escreveu diversos livros sobre feminismo descolonial e teoria pós-colonial: *La Revolución será feminista o no será. La piel del arte feminista descolonial* (Prometeo); *Escritos en los cuerpos racializados. Lenguas, memoria y genealogías (pos)coloniales del feminismo* (Edicions Universitat de Les Illes Balears), entre outros.

**GREGORIO VIDAL**

Professor Pesquisador Titular do Departamento de Economia da Universidade Autónoma Metropolitana (UAM)-Unidade Iztapalapa, Cidade do México. Doutor em Estudos Latino-americanos (Ciência Política) pela UNAM. Membro da Academia Mexicana de Ciências e do Sistema Nacional de Investigadores. Coordenador do Programa de Pesquisa Estudos sobre a Integração nas Américas na UAM, e do CEDEM na UAM-Iztapalapa. Professor do Doutorado em Economia na UNAM e do Doutorado em Ciências Sociais da UAM-Xochimilco.

**MARIBEL APONTE-GARCÍA**

Doutora em Economia pela Universidade de Massachusetts, Estados Unidos, professora e pesquisadora da Universidade de Puerto Rico-Recinto de Río Piedras. É membro de vários grupos de trabalho do Conselho Latino-Americano de Ciências Sociais (CLACSO). Representante da Região do Caribe do Comitê Diretivo de CLACSO 2016-2018.

**RENÉ RAMÍREZ GALLEGOS**

Doutor em Sociologia da Desigualdade pela Universidade de Coimbra, Portugal. Pesquisador do “Programa Universitário de Estudos sobre Democracia, Justiça e Sociedade” da Universidad Nacional Autónoma de México (UNAM). Foi Secretário da Secretaria de Educação Superior, Ciência, Tecnologia e Inovação do Equador (SENESCYT) durante o período 2011-2017.



**ALEXANDRA AGUDELO**

Diretora do Centro de Estudos de Populações, Mobilizações e Territórios da Universidad Autónoma Latinoamericana (Unaula), Medellín, Colômbia. Doutora em Ciências Sociais, Infância e Juventude pela Universidad de Manizales e o CINDE.

**ALEJANDRA BONI**

Catedrática da Universidad Politécnica de Valencia (UPV), Espanha, e Subdiretora do Instituto de Gestão da Inovação e do Conhecimento (INGENIO CSIC-UPV).

**RAÚL DELGADO WISE**

Doutor em Ciências Sociais pela Universidade da Pensilvânia (EUA). Professor pesquisador da Unidade Acadêmica de Estudos do Desenvolvimento da Universidad Autónoma de Zacatecas (México). Diretor do Doutorado em Estudos do Desenvolvimento. Presidente da Rede Internacional de Migração e Desenvolvimento ([www.migracionydesarrollo.org](http://www.migracionydesarrollo.org)). Coordenador da Cátedra UNESCO “Migração, Desenvolvimento e Direitos Humanos”.

**GONZALO BASILE**

Epidemiologista, atual diretor e pesquisador do Programa de Saúde Internacional (FLACSO — República Dominicana) e coordenador do Grupo regional de Saúde Internacional e Soberania Sanitária do CLACSO. Pesquisador de diversos institutos de saúde pública no Caribe e professor em programas de doutorado e mestrado em saúde pública na América Latina.

**JAVIER SURASKY**

Doutor em Relações Internacionais pela Universidad Nacional de La Plata (Argentina). Mestre em Cooperação Internacional para o Desenvolvimento e Ação Humanitária pela Universidad Internacional de Andalucía (Espanha). Coordenador da Área de Governança do CEPEI (Centro de Pensamiento Estratégico Internacional, Colômbia).



## COLECCIÓN GRUPOS DE TRABAJO

O livro faz uma crítica ao modelo de desenvolvimento hegemônico, ao extrativismo e a degradação do meio ambiente que o caracterizam, assim como a ideia de reduzir a inclusão social ao acesso a bens de consumo individual. Para tanto, os diversos capítulos abordam temas essenciais como os debates sobre economia, comércio internacional e desenvolvimento; os imaginários sobre o desenvolvimento na América Latina; as discussões sobre meio ambiente na região e suas contribuições para repensar o nosso atual modelo de produção e consumo, e os vínculos entre migrações e desenvolvimento; assim como entre feminismos, gênero e desenvolvimento, com ênfase nas relações Sul-Sul. Outros temas também analisados no livro são as propostas decoloniais e de pós-desenvolvimento amplamente debatidas na região e as contribuições latino-americanas de campos como a educação e a comunicação para pensar em alternativas ao atual modelo de desenvolvimento. Finalmente, no contexto da pandemia de Covid-19, destaca também o capítulo sobre saúde e desenvolvimento que aborda os debates regionais sobre o tema e a necessidade de potenciarmos a cooperação regional e a soberania sanitária.

Do Prefácio de Manuela D'Avila.



Patrocinado por



Agencia Sueca  
de Desarrollo Internacional



**CLACSO**

Consejo Latinoamericano  
de Ciencias Sociales

Conselho Latino-americano  
de Ciências Sociais